

Maria Antónia Lucas da Silva

# **PLANEAMENTO URBANÍSTICO E GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO**

*A Zona - Intra Muros do Centro histórico de Coimbra*



Faculdade de Letras

Universidade de Coimbra

2012

Maria Antónia Lucas da Silva

# **PLANEAMENTO URBANÍSTICO E GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO**

*A Zona - Intra Muros do Centro histórico de Coimbra*

Dissertação de Mestrado

Em Arqueologia e Território,

Especialidade em Arqueologia,

Apresentada à Faculdade de Letras

da Universidade de Coimbra,

sob a orientação da Professora Doutora Helena Catarino

em co-orientação com o Professor Doutor Pedro Carvalho

Faculdade de Letras

Universidade de Coimbra

2012

## Agradecimentos

A todos os que me apoiaram e ajudaram nesta caminhada para finalmente chegar até aqui o meu mais profundo agradecimento!

Ao “meu” Miguel, companheiro de todas as horas, agradeço a paciência e ânimo que me deu, principalmente nos momentos mais difíceis, em que pensei que não era capaz de concluir este trabalho.

Aos meus pais estou profundamente grata por me terem “guardado” os meus tesouros (a Bia e o João) em todos os momentos em que estive ausente.

Agradeço, igualmente, aos meus professores que me orientaram a tese e me fizeram acreditar que valia a pena “*ir mais além*”, sem medo de propor novas soluções para a dissertação que se estava a construir.

## Resumo

Esta dissertação pretendeu fazer o diagnóstico dos parâmetros e *modus operandi* da prática e gestão arqueológica na cidade de Coimbra, com principal enfoque na zona intra-muros do Centro Histórico dessa urbe, no tempo actual. E, a partir desses dados, apontar metodologias e técnicas de gestão do património arqueológico municipal.

Partiu-se do estado da investigação arqueológica para o conhecimento da cidade, com o objectivo de caracterizar o espaço definido para este estudo. Para tal, registaram-se, analisaram-se e traduziram-se em cartografia: o edificado (O que se vê), as intervenções arqueológicas (O substracto) e apontaram-se metodologias de trabalho conducentes à prática e gestão patrimonial.

Tendo em atenção o estudo efectuado, propuseram-se novas sementes conducentes a um renovado modelo de gestão, não sem antes se fazer uma análise aos conceitos e problemáticas da arqueologia em meio urbano. A conjugação destes dois pilares (prática arqueológica e modelos de gestão) deve estar umbilicalmente ligada aos mecanismos legais de protecção e planeamento urbanístico de responsabilidade de cada município. Assim, foram apontadas as ferramentas (virtuais e legais) que nos pareceram mais adequadas para a gestão da arqueologia urbana.

## Palavras-chave

Arqueologia urbana – modelos de gestão – cartas de riscos – sig e caracterização arqueológica

## **Abstract**

The present study is intended to observe the nowadays methodology and «modus operandi» of the actual real archaeological practice and management in the city of Coimbra, specially as far as the Historic Center inside the ancient Wall is concerned.

Based upon the observed data we tried to point out more rational ways of doing things, regarding the best possible preservation of the archaeological city treasures. The retrospective observational design of this work was fulfilled, starting from the «state of the art» of archeology today to the real knowledge of the field, in order to frame the space to be looked at. So, the following items were observed, analysed and mapped : the built (what can be seen); different level of intervention ( substrate) ;subsequently some different methodologies are being indicated.

Our aim has been to determine, by both observation and study of a « data corpus » about the prevalence of minor or major distance towards a renewed approach to models, having, after all, concluded that the scientific archaeological methods must always be strongly linked to the legal regulations of urban protection and planning of each and every City Hall all freely different among them.

### **key words :**

urban archaeology - management models-risk charts - sig - and archaeological classifications

## Índice Geral

<b>Agradecimentos.....</b>	<b>II</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>III</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>IV</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>Capítulo I. A INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA NA CIDADE DE COIMBRA.....</b>	<b>6</b>
<b>Capítulo II. PONTO DE PARTIDA: CONHECIMENTO DA CIDADE PRETÉRITA .....</b>	<b>17</b>
2.1. A evolução do SITIO.....	17
2.2. A evolução da História.....	22
<b>Capítulo III. O Património Arqueológico na zona intra-muros .....</b>	<b>40</b>
3.1. Definição .....	40
3.2. O Que se vê: A Carta de Caracterização do Edificado .....	41
3.3. A Carta de Potencial Arqueológico Municipal.....	49
3.4. Enquadramento e disposições legais de protecção .....	51
3.5. Análise das intervenções arqueológicas .....	56
<b>Capítulo IV: GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO versus PLANOS DE INTERVENÇÃO E RECUPERAÇÃO URBANÍSTICA DE CENTROS HISTÓRICOS .....</b>	<b>65</b>
4.1. Diagnóstico da situação da arqueologia urbana municipal em Portugal.....	65
4.2. Propostas metodológicas: um novo caminho de intervenção para a Arqueologia Urbana .....	74
4.2.1. Ferramentas ‘virtuais’ para a gestão e salvaguarda do património arqueológico urbano municipal: .....	77
4.2.1.1. As cartas arqueológicas.....	77
4.2.1.2. Os sig’s aplicados à arqueologia .....	84
4.2.1.3. A Arqueologia da Arquitectura.....	89
4.2.1.4. Os gabinetes de arqueologia existentes nos municípios .....	95
4.2.2. Ferramentas legais para a gestão e salvaguarda do património arqueológico municipal .....	98

4.2.2.1. Os instrumentos legais de protecção, intervenção e gestão do património arqueológico do ordenamento do território .....	98
4.2.2.2. Os cadernos de encargo versus prática arqueológica.....	107
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>111</b>
<b>BIBLIOGRAFIA:.....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>129</b>

## INTRODUÇÃO

*“Acho que sobre os centros históricos, já se sabe o essencial do que devia ser feito e, em muitos casos, até já se fez. Não há mais mistérios. O problema está dominado, ainda que não esteja resolvido no terreno”* (PORTAS, 2000:488).

Fazendo minhas as palavras de Nuno Portas, pode dizer-se que esta foi a força motriz que nos motivou e guiou a fazer esta dissertação, no âmbito do mestrado Arqueologia e Território, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

A cidade (entendida como casco urbano antigo integrado num Centro Histórico) deve ser, no plano gestão, o ponto de partida, já que é o laboratório das experiências, no tempo presente, de gestão, reabilitação, recuperação e revitalização. O *“Ponto de Partida: Conhecimento da Cidade Pretérita”*, é justificado pelo facto de precisamente ser nosso entendimento que o conhecimento que temos da cidade é a base de todos os trabalhos científicos que queremos desenvolver nela, e o termo “pretérito” pode, na nossa perspectiva, ser entendido como um passado que não está fechado em si mesmo e que com frequência está ligado ao nosso presente, uma vez que estes núcleos são habitados no tempo actual.

Esse conhecimento histórico e arqueológico, entendido como sincrónico e diacrónico, passa naturalmente pela análise, evolução histórica e caracterização do espaço geográfico que delimitámos a partir dos muros, onde se encerra a cidade Alta (núcleo central do Centro Histórico de Coimbra). Esta acção passa obviamente pela análise das intervenções arqueológicas em meio urbano, que se foram desenvolvendo neste espaço: principais intervenções, resultados, espólio recolhido, intervenientes (públicos e privados), políticas e posturas municipais. O que se conhece? O que se vê? Quais os impactes provocados no solo e subsolo?

Conhecendo o objecto de estudo, torna-se necessário enquadrá-lo na prática arqueológica actual e nas políticas de ordenamento do território. A expressão “arqueologia urbana”, de circulação limitada às revistas da especialidade na década de 70, está hoje bastante difundida (LE MOS, MARTINS, 1992: 93). A importância e impacto que as intervenções urbanas produzem podem ser vistas, pelos inúmeros colóquios sobre arqueologia urbana e as publicações que lhe estão subjacentes.<sup>1</sup>

Esta actividade, justifica-se à luz da evolução que a Arqueologia Urbana Portuguesa conheceu. Esta foi pautada até meados dos anos 60/70 por uma evolução lenta em

---

<sup>1</sup> Congressos internacionais: “Archéologie Urbaine” (1982 - Tours) foi um dos primeiros em que se discutiram estas problemáticas. Para Portugal, salienta-se o I Congresso de Arqueologia Urbana na Cidade de Setúbal (1985), e anos mais tarde (1987) o Ciclo de Conferências realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, sobre o tema “A Cidade e a História.

concordância com o crescimento controlado dos principais núcleos urbanos portugueses<sup>2</sup>. A partir desta data, o crescimento demográfico e a renovação dos seus centros históricos fez com que o Estado, os municípios e a arqueologia procurassem dar resposta aos novos paradigmas que esta nova situação trazia.

E, que paradigmas são esses? Pedro Carvalho (2011, *no prelo*) problematizou-as num artigo recente. Assim:

- a) Será aceitável dividir o estudo de uma cidade (e inclusivamente de Centros Históricos e Áreas Classificadas) em várias parcelas cronológicas e espaciais, atribuindo-se as diversas intervenções que vão decorrendo a diferentes equipas, sem ligação entre si, desconhecendo muitas vezes as problemáticas científicas existentes (para resolver), os achados antes efectuados, e actuando no terreno segundo orientações metodológicas distintas?
- b) Poder-se-á construir a história de uma cidade continuando a atribuir-se as diversas intervenções que vão decorrendo a essas equipas sem ligação entre si? E sem um controlo de exigência colocado ao nível do registo e da interpretação de dados?
- c) Quando se procura construir a história de uma cidade (de um Centro Histórico), será que não deveria equacionar-se a existência de um “Centro Científico”, com validade legal, que coordenasse todas as acções arqueológicas?
- d) Quando se planeiam as formas de reordenamento e intervenção do espaço urbano não deveriam participar os arqueólogos no início de cada um desses processos?
- e) Escavar numa cidade (e sobretudo num Centro Histórico como o de Coimbra) sem conhecer devidamente as problemáticas que esta encerra, sem que a investigação o oriente para o estudo de questões concretas, não será meio caminho andado para passar ao lado destas e não lhes dar resposta?
- f) Sem produção de conhecimento, sem projecção social da utilidade do trabalho desenvolvido pelos arqueólogos, como conseguiremos justificar socialmente os custos da arqueologia que são assumidos tanto por entidades públicas como por particulares e promotores de obra? Em última análise, como poderemos defender que nos cadernos de encargo, para trabalhos arqueológicos, o preço final de cada intervenção não seja exclusivamente critério valorizado?

---

<sup>2</sup> Os esporádicos achados que ocorriam foram sendo registados pelos antiquários desde o séc. XVI até inícios do século XX. Ver Capítulo I desta dissertação.

A *“Arqueologia Urbana versus Planos de Intervenção e recuperação urbanística de Centros Históricos”*<sup>3</sup>, pretendem dar resposta a estas questões e também apontar os pilares fundamentais que permitam à arqueologia urbana superar os seus paradigmas e, cumprir os seus objectivos científicos.

Deste modo, pretendemos com esta nossa dissertação, esclarecer um dos principais arquétipos apontados à arqueologia actual: o trabalho considerado pouco profícuo e científico dos arqueólogos que actuam em meio urbano, passando pela desconexão e pouca actuação das autoridades, para terminar na desresponsabilização e pouco interesse da sociedade a quem esse património pertence. Pensamos que se conseguirmos operacionalizar a prática arqueológica (ferramentas virtuais e legais), criando e definindo meios de actuação, estas dificuldades podem, pelo menos, minimizarem-se.

Num palco, definido pela cidade actual de herança histórica, deve servir-nos de guia o facto de *“não [haver] cidade nova a construir, mas apenas a cidade existente a gerir (...)”* (GONÇALVES, 2011: 207). Mas, como podemos gerir algo que temos dificuldade em perceber e apreender para, depois, construir conhecimento histórico e concretizar planos de intervenção? Viver o tempo presente é isso mesmo: construir e concretizar. Qualquer um de nós é, e será sempre, uma pessoa em construção. E viver sem construir e sem nada concretizar não é uma existência...é uma expiação (ROUSSEAU, 2012: 10).

Se, como dissemos no início a *“força motriz”* foi o facto de as problemáticas dos Centros Históricos estarem identificadas mas não resolvidas, os verbos CONSTRUIR e CONCRETIZAR foram os guias que nos conduziram ao longo desta dissertação de mestrado. Uma vez que entendemos que *“ler é construir ideias mas escrever é concretizar edifícios de pensamentos com os cimentos das palavras. E dialogar é criar condições para concretizar entendimentos, consensos e soluções para os problemas e para as dificuldades sem fim que persistem em nos querer complicar a existência. Mas sempre sem desistir”* (Ibidem).

---

<sup>3</sup> Capítulo IV desta dissertação.

## Capítulo I. A INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA NA CIDADE DE COIMBRA

A questão da valorização do património arqueológico, principalmente em meio urbano, tem vindo a ganhar particular importância social. Contudo, o seu reconhecimento e individualidade, quer enquanto ciência quer enquanto agente activo do ordenamento urbano, tem passado por momentos de dificuldade. Antes de passarmos à análise dos factores que contribuíram para essa situação, é necessário enquadrar epistemologicamente o desenvolvimento da própria arqueologia, isto é, torna-se necessário enquadrar o exercício da actividade arqueológica em Portugal, com principal enfoque nos trabalhos científicos e de gestão desse mesmo património, na cidade de Coimbra.

O início da prática arqueológica, cientificamente independente de outras áreas do saber histórico, dá os seus primeiros passos na segunda metade do Século XIX<sup>4</sup>. A partir desta data assiste-se à fundação de instituições/sociedades culturais e de ensino, algumas delas patrocinadas pelo Estado<sup>5</sup>. No caso da cidade de Coimbra a fundação de “O Instituto de Coimbra”, com a criação da Secção de Arqueologia (1873), desempenhou um papel fundamental na divulgação de achados pontuais da região. Os periódicos produzidos, muitos deles escritos por pessoas ligadas a áreas de formação diversa, não podem contudo considerar-se como verdadeiros artigos reveladores da prática arqueológica são, antes de mais, artigos de divulgação. O que não nos deve parecer estranho, uma vez que publicação de periódicos da responsabilidade das instituições, pretendia divulgar notícias de carácter científico ou curiosidades sobre antiguidades, monumentos e estações arqueológicas. (VASCONCELOS, 1895: 1,2). Estas acções eram acompanhadas por aquilo que pode designar-se a “descoberta dos sítios arqueológicos”, campanhas de pesquisas e escavações, sobretudo nos locais arqueológicos há muito conhecidos: Tróia, Lisboa, Conímbriga e Évora, já encaradas de forma sistemática e institucional<sup>6</sup>.

Assim sendo, não deve parecer uma anomalia o facto de não existirem publicados para esta época grandes *corpora* arqueológicos para Coimbra. O resultado e a súpula dos

---

<sup>4</sup> As novas descobertas feitas em Pompeia, aliadas a um novo conceito de escavação, direccionado pela primeira vez para a preservação e valorização dos sítios, inspiram, pela primeira vez em Portugal, um tipo de discurso “científico” com grande influência das fontes clássicas. Os autores, desta primeira fase, nos quais Alexandre Herculano é a figura principal, escrevem citando e consultando os clássicos, revelando contudo grande imprecisão para horizontes cronológicos e culturais anteriores à Antiguidade Clássica.

<sup>5</sup> São disso expoentes máximos a *Sociedade Archeologica Lusitana* (1849-1857), cujo principal mentor foi o Padre Gama Xaro; a *Biblioteca Maior da Real Biblioteca de Lisboa* (1802-1870), por transferência de competências da Academia Real de História no âmbito da inspecção dos Monumentos e Antiguidades; a *Sociedade Conservadora dos Monumentos* (1840), criada sob a iniciativa de Alexandre Herculano; a *Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses* (1864), por acção de Possidónio da Silva; o *Conselho Superior dos Monumentos Nacionais* (1897); e a *Sociedade Archeologica da Figueira* (1897) da responsabilidade de António Santos Rocha. (MATOS, 2007: 81).

<sup>6</sup> Em muitos outros pontos do país vão-se registando notícias e divulgação de achados, acompanhados de trabalhos de prospecção e escavação, mas constituem casos isolados.

trabalhos científicos, para esta cidade, não obstante viver centrada numa Universidade, não são comparáveis com os trabalhos desenvolvidos por Martins Sarmento, no norte do país (que viu o seu trabalho ser reconhecido com a criação de uma fundação com o seu nome) e Leite de Vasconcelos, enquanto presidente da então já só chamada *Associação de Archeologos Portugueses*, em 1922.

O Estado português cria, também por sua própria iniciativa, comissões vocacionadas para a gestão e protecção dos bens culturais nacionais. A Comissão dos Monumentos Nacionais (1882), regulamentada em 1894, pela mão de Frederico Augusto Pimentel, então Director do Serviço de Obras Públicas e a criação do Conselho Superior dos Monumentos (1897), por Etelvino de Brito, são exemplo dessa preocupação de valorização e protecção do património. A este órgão legal competia a classificação, o estudo e aprovação dos projectos de conservação e restauro dos edifícios. Estamos perante os primeiros actos legais sobre os monumentos nacionais (CUSTÓDIO, 1993: 51). Esta corrente política de progressiva classificação fez-se sentir, desde a primeira hora em Coimbra, com a progressiva abertura de vários processos de classificação de monumentos. São disso exemplo, para a área em estudo, a Sé Velha<sup>7</sup>, a Igreja de S. Salvador<sup>8</sup>, o Arco Pequeno de Almedina<sup>9</sup>, Arco de Almedina<sup>10</sup>, o Museu Nacional Machado de Castro<sup>11</sup>, entre outros. Esta sucessão de classificações, feitas praticamente em simultâneo, com excepção do Arco Pequeno de Almedina, cuja explicação se adiantará mais à frente, faz supor ter sido intenso o trabalho desenvolvido por estas comissões de apreciação.

Efectivamente, o poder central contava com a preciosa ajuda de comissões locais, onde despontavam nomes, como o de Mestre António Augusto Gonçalves<sup>12</sup>, Vergílio Correia, José Pinto Loureiro e dos vários associados do Instituto de Coimbra, assim como de grupos gerados espontaneamente, como era o caso do chamado Grupo de Arqueologia. Em termos oficiais, a própria autarquia, para além do apoio incondicional dado à Sociedade de Defesa e Propaganda, cria oficialmente várias comissões culturais, das quais se destacam a “Comissão Cultural do Município” e a “Comissão Municipal de Arte, Arqueologia e Turismo”, esta última particularmente activa após a década de 20 do século passado.<sup>13</sup> A este propósito, e como reflexo também dos vários

---

<sup>7</sup> Dec. de 16-06-1910, DG 136 de 23- 06-1910; Portaria n.º 2789 de 16-06-1921 e respectiva ZEP: DG,2.º série, n.º 153 de 02-07-1960

<sup>8</sup> Dec. de 10-01-1907 publicado a 17- 01-1907, Dec. de 16-06-1910, DG 136 de 23-06-1910.

<sup>9</sup> Dec. de 16-06-1910, DG 136 de 23- 06-1910; Portaria n.º 2789 de 16-06-1921 e respectiva ZEP: DG,2.º série, n.º 153 de 02-07-1960

<sup>10</sup> Dec. de 16-06-1910, DG 136 de 23- 06-1910; Portaria n.º 2789 de 16-06-1921 e respectiva ZEP: DG,2.º série, n.º 153 de 02-07-1960

<sup>11</sup> Dec. de 16-06-1910, DG 136 de 23- 06-1910.

<sup>12</sup> Personagem de extrema importância, como se explicará no texto. Foi responsável pela criação do Museu Machado de Castro e dinamizador da Escola de Artes de Desenho, onde foram restauradas e estudadas várias peças patrimoniais.

<sup>13</sup> Anais do Município de Coimbra 1920-1939. Nota preambular e síntese por Armando Carneiro da Silva Coimbra, edição da Biblioteca Municipal – 1971

conflitos de interesse entre estes variados agentes culturais, citamos o episódio paradigmático do Arco Pequeno de Almedina, que culminou com a sua classificação como Monumento Nacional, na década de 20.

Assim, corria o ano de 1920, quando foi requerido à Câmara Municipal de Coimbra, por uma casa bancária, a demolição de um prédio, sito ao Arco de “Barbacã”<sup>14</sup> de Almedina. Conjuntamente com esta demolição, far-se-ia o desmonte do arco integrado na edificação<sup>15</sup>. O município aceitou, num primeiro momento, esta proposta. A polémica estava instalada, num ápice se começam a ouvir vozes discordantes, como as de Manuel Silva Gaio, Trindade Coelho, José Leite de Vasconcelos, Adães Bermudes, entre muitas outras figuras importantes da cultura em Portugal<sup>16</sup>. O arco só não foi demolido por intervenção do Conselho de Arte Nacional, da Junta Arqueológica e da 2ª Circunscrição de Arte e Arqueologia, que fez levar o caso ao Parlamento. Com celeridade inédita classificou o Arco pequeno de Almedina como Monumento Nacional, em Junho de 1921<sup>17</sup>.

Como pode constatar-se, apesar de a Arqueologia dar sinais de se começar a autonomizar e não obstante o empenhado movimento institucional, político, intelectual e literário que se fez sentir, durante o século XIX<sup>18</sup> e primeiras décadas do seguinte, este fervor não terá continuidade nos tempos que se lhe seguiram. De facto, a implantação da República (1910) e o advento do Estado Novo (década de trinta) marcam um período de reduzida actividade arqueológica (FABIÃO, 1999). A prática arqueológica estagna precisamente no período em que, principalmente, a época medieval conheceu uma maior atenção por parte dos historiadores e do Poder, e como se referiu anteriormente, são efectivadas uma série de classificações de monumentos. A política de exaltação dos valores nacionais elegeu os castelos e as igrejas românicas e góticas como ícones da nação, na perspectiva desta ser então construída com sangue e protegida por Deus (FONTES, 2002). A corroborar esta opinião temos a produção de artigos dados à estampa, neste período, pela Direcção – Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Na década de 60, a arqueologia portuguesa revela um conhecimento desactualizado, notoriamente atrasado em relação à arqueologia europeia, que havia conhecido um forte impulso após a II Grande Guerra (LEMOS, 1989:93), não sendo estranhos a esta

---

<sup>14</sup> Designação corrente para Arco Pequeno de Almedina.

<sup>15</sup> O argumento apresentado pelo arquitecto projectista foi o de que o arco se encontrava arruinado, e que a sua supressão melhoraria substancialmente a perspectiva daquela calçada, além de que o valor patrimonial do arco era “nulo”.

<sup>16</sup> Muito estranhamente, a Sociedade de Defesa e Propaganda, juntamente com Mestre António Augusto Gonçalves, mantêm-se neutros, o que no caso do segundo tem implicações políticas de cariz local, já que se havia envolvido em várias quezílias com o município.

<sup>17</sup> Portaria nº 2789 de 16-06-1921. ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA 1920-1939, Edição da Biblioteca da Câmara Municipal de Coimbra, 1971, pág.VII.

<sup>18</sup> A segunda metade do século XIX á apelidada como a “Idade de Ouro” da investigação arqueológica em Portugal.

situação os conflitos que então opuseram os diversos protagonistas da arqueologia em Portugal, a propósito da maior ou menor dominância de umas instituições sobre outras. (FABIÃO, 1999: 122-126).

Assim, a contribuição arqueológica ficava limitada, com raras excepções, à divulgação de achados, resultantes não de pesquisas sistemáticas mas de descobertas ocasionais, não se integrando a informação que veiculavam em projectos de investigação orientados para o estudo de problemáticas não - definidas (FONTES, 2002). Estava-se na época da produção dos chamados “corpos informativos”, necessários, mas por si só incapazes de anular as faltas de rigor que frequentemente acompanharam a divulgação dos achados, manifestas nomeadamente na ausência de georreferenciação clara e, mais importante que tudo, na ausência de contexto arqueológico.

O atraso da evolução da arqueologia enquanto ciência epistemológica é notório, quando se assiste, nos anos setenta, ao eclodir da “Nova Arqueologia”, com todas as controvérsias associadas e cuja discussão teórica passou ao lado dos arqueólogos portugueses<sup>19</sup> (HODDER, 1994). Significa isto que à arqueologia portuguesa faltou, talvez, uma certa renovação teórica, que se repercutiu tanto ao nível das metodologias de recolha e análise de informação, como nos próprios objectivos da investigação (JORGE e JORGE, 1998), com prejuízos científicos que ainda hoje estão por contabilizar e analisar.

Consideramos, hoje, que toda a paisagem urbana é um palimpsesto e a Cidade de Coimbra é, neste aspecto, uma fonte (inesgotável) de experiências e vivências humanas do passado. Produziram-se inúmeros trabalhos, que relataram os factos históricos que estiveram na origem da cidade, mas quantos os analisam integrando-os na sua própria paisagem e suas condicionantes e dinâmicas?

Efectivamente, tirando um ou outro caso, que num ou noutro propósito afloram o tema sob este ponto de vista, a grande maioria dos trabalhos são sempre vistos na óptica dos factos históricos mais relevantes. Conta-se sempre a história de elites e não dos grupos maioritários anónimos. Poucas vezes se faz a ligação às condicionantes e mutações do próprio território, em que veio a desenvolver-se a cidade. Reportamo-nos a trabalhos e sínteses realizados desde os anos 60/70, que mais não foram do que sínteses baseadas em trabalhos de tradição anterior, dos anos 30/40 do século XX.

Tal facto é, no caso de Coimbra, no mínimo paradigmático, pois assistiu-se ao “desmonte” de uma cidade antiga com um acompanhamento e estudo de cariz arqueológico quase nulo. Efectivamente, a partir do terceiro decénio do séc. XX são lançados e executados uma série de planos de urbanização para a cidade, com

---

<sup>19</sup> Este facto traduziu-se com manifesto prejuízo no estudo e conhecimento da arqueologia medieval.

particular incidência na nossa zona de estudo<sup>20</sup>. Estes programas de intervenção urbana tiveram dois tipos de patrocínio: os do Estado, para a zona central da Alta de Coimbra, com início na década de 30; e os da responsabilidade da própria autarquia, que a partir dos anos 40, patrocina projectos urbanístico, com maior incidência na zona limítrofe da chamada “cidade universitária”.

Os primeiros planos referidos têm o seu início em 1934 e prolongam-se até 1940, tendo as obras de execução terminado mais tarde do que o inicialmente previsto, já em finais dos anos 70. O primeiro da responsabilidade de Ângela da Fonseca, continuado depois por Abel Urbano. Consideram como pilar base a ideia de que “*nos melhoramentos e na expansão da antiga urbs universitária, o tradicional e o moderno devem esbater-se de um para outro, suavemente, sem violentas soluções de continuidade, de maneira a constituir-se na cidade universitária um conjunto harmónico e esteticamente equilibrado.*”<sup>21</sup> Os planos seguintes são os que nos dão a imagem que hoje captamos da zona da Universidade, com a construção dos edifícios monumentais das faculdades de Letras, Medicina, Ciências e Matemáticas, assim como da Biblioteca Geral e do Arquivo. Para a construção destas edificações destruíram-se vários edifícios, alguns monumentais<sup>22</sup>, converteram-se acanhados arruamentos em espaços abertos.

Os planos patrocinados pela autarquia são os de De Gröer<sup>23</sup>; o chamado “Plano Regulador”, da responsabilidade de Almeida Garret (1955) e, por fim, o “Plano de Gestão” da responsabilidade de Costa Lobo iniciado já nos anos 70 do século passado. O primeiro plano indicado não incidiu directamente sobre a Alta da Cidade<sup>24</sup>, já que nesta altura já se haviam iniciado os primeiros planos estatais de intervenção nesta zona; contudo, considerou que a zona “tampão” encravada entre a Alta Universitária devia ser considerada como zona arqueológica, por ser o mais característico da cidade, e para que conservasse inteiramente o seu estado actual. Quanto ao segundo plano, pela mão de Almeida Garret, apresenta-se como revisão do anterior. De facto, é de admitir que as suas propostas relativas ao património arqueológico e artístico são as mesmas do plano anterior, mantendo afastada das suas concepções qualquer intervenção na chamada zona Universitária na Alta de Coimbra. Por fim, o “Plano de Gestão”, elaborado quase vinte anos depois, procura reorganizar toda a cidade. Expressões relativas ao património arqueológico, usadas anteriormente, são

---

<sup>20</sup> Procuraremos fazer uma síntese, breve, de todos eles, uma vez que não cabe no âmbito desta dissertação a análise exaustiva dos mesmos.

<sup>21</sup> Abel Urbano, “Urbanização de Coimbra – A Cidade Universitária II, O Despertar, Coimbra, ano XVIII, nº 1 797, 14-XI-1934, p. 1.

<sup>22</sup> Colégio de S. Paulo, dos Loios, a Escola, entre muitos outros.

<sup>23</sup> Este arquitecto trouxe para a cidade um novo conceito urbanístico, a chamada “Cidade-Jardim”. Para mais informações consulte-se Lusitano dos Santos, “Planos de Urbanização Para a Cidade de Coimbra”, Programa “Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos”, MNMC, 1983.

<sup>24</sup> É um plano de “contradição”: delimitou a “antiga cidade alta” sem incluir nela a zona universitária por ordem expressa do Governo, e propôs a sua conservação para os tempos futuros.

absorvidas pela divisão de toda a cidade em malhas e zonamento urbano (SANTOS: 1983, 9-93).

Em todos estes projectos existe um ponto comum: não contaram com a colaboração directa de nenhum arqueólogo de formação. Muito pontualmente, e à medida que achados monumentais ganhavam “vida” na paisagem<sup>25</sup>, terão beneficiado do trabalho de alguns dos investigadores da história e da arqueologia, como foram Vergílio Correia, cuja morte prematura, em 1944, impediu de registar mais ocorrências, e Padre Nogueira Gonçalves, responsáveis pela principal obra de referência para esta época e seguintes, o primeiro (e para muitos considerado o único) Inventário Artístico de Portugal – Cidade de Coimbra (1947)<sup>26</sup>. Esta obra é um verdadeiro compêndio e súpula de todo o património da Cidade e Região de Coimbra. Ainda hoje é difícil encontrar paralelismo com outros textos científicos, entretanto publicados, sendo este considerado a grande obra de referência para o estudo da cidade.

Neste panorama, a grande excepção são os trabalhos e a investigação realizados por Alfredo Fernandes Martins<sup>27</sup> que, desde cedo, revela um cuidado especial, em relacionar e descrever as condições físicas com a própria dinâmica da cidade.<sup>28</sup> Mas este investigador não era arqueólogo, ou historiador de base, era geógrafo.

Até à década de 70 é este o panorama na investigação arqueológica, pautado, em Coimbra, por intervenções urbanas sem acompanhamento arqueológico e/ou a produção de artigos arqueológicos de relevo sobre a cidade para esta área. Devem ter concorrido para esta situação, fundamentalmente dois acontecimentos: desenvolvimento das escavações em Conímbriga (e a consequente criação do Museu) e as dificuldades institucionais pela qual passava, nesta época, o ensino da arqueologia na Universidade de Coimbra. Efectivamente, este último enfrentou, desde sempre, muitas dificuldades em se afirmar enquanto disciplina e prática autónoma. Este processo, com vista à progressiva autonomia, teve o seu início em Coimbra (ao nível da licenciatura) na sequência da reforma dos planos de estudo do Departamento de História da Faculdade de Letras, ensaiada em 1975. Mas esta acção foi escassa, ficando-se pela criação das disciplinas de opção de Arqueologia, Numismática e Epigrafia<sup>29</sup>.

---

<sup>25</sup> Veja-se a título de exemplo a tentativa frustrada de alguns investigadores, entre os quais se encontrava Vergílio Correia, em classificar o que restava do Castelo Medieval de Coimbra, aquando das obras na Alta Universitária.

<sup>26</sup> Publicado pela Academia Nacional de Belas Artes, em 1947.

<sup>27</sup> Nasceu em 1916 e faleceu em 1982. Foi professor universitário de diversas cátedras de geografia, revelando uma especial aptidão para relacionar o espaço urbano com os factos históricos e ocorrências arqueológicas.

<sup>28</sup> O artigo intitulado “A Porta do Sol”, na revista *Biblos* Vol. XXVII é um texto exemplificativo desta situação.

<sup>29</sup> Mais tarde, em 1981, com a portaria 268/81 (13 de Março) é criada a Variante em Arqueologia, da licenciatura em História<sup>29</sup> e já mais recentemente operou-se uma outra mudança curricular, dentro do

A “Revolução dos Cravos” traz também à arqueologia mudanças e evoluções. Desde logo com o aparecimento de um novo enquadramento institucional da actividade arqueológica na Administração do Estado, por via da criação, em 1980, do Instituto Português do Património Cultural – IPPC, onde pontificava o Departamento de Arqueologia. O quadro legal é também modificado, com a publicação da Lei de Bases do Património, em 1985. É também por estes anos que, em Portugal, se assiste à génese anunciadora de uma crescente profissionalização dos arqueólogos, através dos trabalhos desenvolvidos pelo Gabinete da Área de Sines (1972) e pelo Campo Arqueológico de Braga, já em 1976.

Aparentemente, e numa leitura simplista, poder-se-ia pensar que a partir da década de oitenta o panorama da arqueologia portuguesa teria melhorado substancialmente. Contudo, a arqueologia nacional tem conhecido, no pós-25 de Abril, sérias dificuldades organizacionais, às quais haverá que atribuir a manutenção, senão mesmo o alargamento, do fosso em relação aos mais avançados países europeus. Isto, apesar do Estado Português ser subscritor da maior parte das Cartas Internacionais de Protecção e Valorização do Património Arqueológico e Arquitectónico. Nestes textos, desde a Carta de Londres (1969), passando pela Carta de Malta (1992), até ao recente *Appear Project* (2005), ressalta sempre a ideia do valor imprescindível que todo este património tem.

Esta noção de responsabilidade sócio-cultural de salvaguarda e protecção dos bens, foi sempre uma preocupação, pelo menos em teoria, mas com poucos resultados práticos. É o que se depreende de algumas acções culturais, como é o exemplo máximo da organização do Programa “Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos, promovido pela direcção<sup>30</sup> do Museu Machado de Castro, em 1981-1983. Este ciclo de conferências, feito também com o propósito de comemorar os 70 anos da abertura ao público deste espaço museológico, contou com variadas iniciativas: exposições, conferências, debates, seminários, visitas guiadas, etc. e culminou com a formalização do pedido de inscrição do Centro Histórico de Coimbra na lista de património mundial da Unesco.

Nesta época, o então responsável pelo pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Coimbra publica uma separata<sup>31</sup>, com ampla divulgação pelo município, do que considera ser as bases de um programa cultural da autarquia. Revela, neste documento, entre outros aspectos de enfoque educativo, preocupações com a protecção e valorização dos valores culturais locais, nos quais inclui o património da cidade. Contudo, ao longo de todo o texto, não cita a palavra arqueologia,

---

chamado “espírito de Bolonha”, que resultou na criação do curso de licenciatura em Arqueologia e História.

<sup>30</sup> Nesta época encabeçada por Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa Franco.

<sup>31</sup> Câmara Municipal de Coimbra, Tipografia da CMC, 1980.

considerando apenas como o fundamental para a autarquia a contratação imediata de um arquitecto paisagista. A este técnico superior caberia a responsabilidade de organizar um inventário do património e dar pareceres nas intervenções a efectuar sobre o legado patrimonial da cidade.

Assim, podemos considerar que o poder local, após principalmente a década de 60, continuou afastado do desenvolvimento da prática arqueológica, não promovendo políticas de gestão directamente relacionadas com o património arqueológico. Efectivamente, seria preciso esperar pela segunda metade da década de 90, para se assistir ao (novo) envolvimento do Estado e das Autarquias na prática arqueológica. São lançados novamente grandes projectos públicos<sup>32</sup>. Como consequência da gradual transposição para a legislação nacional das directivas comunitárias<sup>33</sup> sobre património, ambiente e ordenamento do território, a chamada “arqueologia preventiva” passa a fazer parte do vocabulário legislativo nacional.

De facto, a década de 90 é crucial para a arqueologia em Portugal. Esse período marca, de forma expressiva, o início de uma nova etapa na história da arqueologia, a partir de então, a actividade arqueológica conheceu um desenvolvimento exponencial (CARVALHO, 2011, *no prelo*).

Uma convergência de factores e consequências explicam esse acentuado crescimento (sobretudo quantitativo) de trabalhos arqueológicos. Desde logo, o chamado “Caso Côa”, que, por um lado, mostrou a ineficácia dos serviços públicos que, à data, tutelavam o património; e por outro, a sua projecção pública, fez com que se comesçassem a debater questões relacionadas com a salvaguarda do património arqueológico. Este “acaso” originou, em 1995, a criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa e de um Ministério dedicado exclusivamente à Cultura. É igualmente neste novo contexto que é criado o Instituto Português de Arqueologia (1997), antecedendo a publicação, em 1999, do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos<sup>34</sup>.

A crescente importância dada à prática arqueológica, agora como parte legalmente obrigatória para a intervenção no ordenamento do território, traduz-se na multiplicação de empresas prestadoras de serviços em arqueologia e “obriga” a que muitas Câmaras Municipais recrutem arqueólogos para os seus quadros, dando origem, em muitos casos, aos chamados Gabinetes Técnicos de Arqueologia<sup>35</sup>, ligados, nas estruturas internas, maioritariamente aos Departamentos de Cultura.

---

<sup>32</sup> Plano de Minimização de Impactes sobre o Património Arqueológico na área do refolgo do Alqueva.

<sup>33</sup> 85/337/CEE e 97/11/CE

<sup>34</sup> Dec. Lei nº 270/99 de 15 de Julho.

<sup>35</sup> Não poderíamos deixar de referenciar o trabalho do GAU da Câmara Municipal do Porto como exemplo de boas práticas de uma gabinete técnico da responsabilidade de uma autarquia.

Quer isto dizer, que, num ápice, a arqueologia ganha uma importância vital em meio urbano, alterando-se e consolidando-se o perfil do tipo de intervenções<sup>36</sup> desenvolvidas (CARVALHO, 2011, *no prelo*). Como consequência, multiplicam-se os regulamentos municipais de Edificação Urbana, com directrizes cada vez mais restritivas, para actuação em zonas de potencial arqueológico.

Na autarquia de Coimbra, só a partir de 2002, com a criação de um gabinete técnico autónomo, sob a alçada do Departamento de Cultura, foi possível contar com a participação de técnicos licenciados em arqueologia<sup>37</sup>. Dos principais trabalhos realizados, destacam-se os acompanhamentos arqueológicos ligados a programas de Recuperação e Revitalização Urbana<sup>38</sup> e à publicação da Carta Arqueológica, feita com base nos sítios arqueológicos identificados por Vergílio Correia em 1940.

Este gabinete foi, há cerca de um ano, integrado no Gabinete para o Centro Histórico. A equipa responsável pelos acompanhamentos e estudos arqueológicos é constituída por sete técnicos licenciados em arqueologia, um antropólogo, um conservador-restaurador, um historiador da arte, apoiados por três trabalhadores indiferenciados para o serviço em obra.

Para a investigação histórico-arqueológica, e já mais recentemente, destacam-se, para o estudo da Cidade de Coimbra, os trabalhos de Walter Rossa<sup>39</sup>, de Jorge Alarcão<sup>40</sup> e de Luísa Trindade<sup>41</sup>, que aliás nos serviram de base para a pesquisa e desenvolvimento desta dissertação.

Nos trabalhos de acompanhamento e escavação arqueológica, na zona que estamos a analisar, destacam-se as intervenções no Criptopórtico (Museu Nacional Machado de Castro), da responsabilidade de Jorge Alarcão e Pedro Carvalho e a escavação no Pátio das Escolas, sob direcção de Helena Catarino e Sónia Filipe.

As várias intervenções e acompanhamentos arqueológicos feitos no criptopórtico, com início da década de 30 do século passado, permitiram, no início da década de 70, o

---

<sup>36</sup> Veja-se a título de exemplo o caso de Lisboa, remetendo para os trabalhos de Jacinta Bugalhão (2007).

<sup>37</sup> Embora a primeira contratação de técnicos licenciados em arqueologia para efectivamente realizarem trabalhos de acompanhamento arqueológico em obra tenha sido feita em 2000, integrados em equipas de obras, como foram as do Mercado Municipal e da Praça do Comércio.

<sup>38</sup> Nomeadamente o Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas, a incidir na Alta de Coimbra.

<sup>39</sup> Cujas formação de base é arquitectura e urbanismo. A obra de referência utilizada foi “Diversidade urbanográfica do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade”, Tese de Doutoramento apresentada ao departamento de Arquitectura da FCTUC, edição do autor, Coimbra 2001

<sup>40</sup> Reconhecido pelos seus trabalhos de Arqueologia. A obra de referência utilizada foi “Coimbra, A Montagem do Cenário Urbano”, Coimbra, 2008.

<sup>41</sup> Docente ligada ao Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra desde 1996, defendeu recentemente (2012) a dissertação de Doutoramento, com o tema “O Urbanismo, o Povoamento e o Ordenamento do Território Português”. A publicação de referência utilizada para a nossa dissertação de mestrado foi “A Casa Urbana em Coimbra. Dos Finais da Idade Média aos Inícios da Época Moderna”, Coimbra, 2002.

primeiro estudo do monumento (OLEIRO e ALARCÃO, 1973). E, novas escavações na década de 1990, conduziram a uma análise mais pormenorizada, identificando-se a basílica do fórum e atribuindo-se este à época de Cláudio (meados do séc. I). (CARVALHO, 1998). Esta datação confere-lhe ainda mais importância, pois até ao momento o mais habitual parecia ser inscrever esses espaços públicos centrais das cidades romanas hispânicas nas épocas augustana ou flaviana. As escavações de Pedro Carvalho, continuadas nas décadas seguintes, e enquadradas recentemente na obra de ampliação e requalificação do museu, permitiram, para além do já referenciado anteriormente, reconstituir, sobre o criptopórtico, todo o plano do fórum claudiano, anunciando ainda a identificação dos restos de um anterior fórum augustano. (Alarcão *et alli*, 2008)

A actividade arqueológica na Reitoria da Universidade de Coimbra iniciou-se no Verão de 2000, com a primeira campanha de escavações arqueológicas no Pátio das Escolas.<sup>42</sup> (FILIFE, 2006: 45). Este projecto de investigação acabou por resultar na constituição de uma equipa pluridisciplinar ligada à Reitoria, e onde Sónia Filipe tem vindo a coordenar os diversos trabalhos científicos de arqueologia. Esta acção permitiu, também, e pela primeira vez, a estreita colaboração com a Câmara Municipal de Coimbra<sup>43</sup>. Em conjunto estas duas entidades prepararam o processo de classificação da Universidade (com o pólo da Rua da Sofia) a Património da Humanidade, estando, actualmente, em espera na Lista Indicativa da Unesco.

As principais intervenções da equipa da Reitoria foram, para além da já citada campanha, acompanhamento arqueológico da implantação de valas para o parque de estacionamento no Largo da Porta Férrea<sup>44</sup>; escavação arqueológica na Casa das Caldeiras; trabalhos arqueológicos prévios, acompanhamento e duas campanhas de escavações no Colégio da Trindade<sup>45</sup>; acompanhamento arqueológico da remodelação de uma pequena parte do Colégio de Jesus; trabalhos arqueológicos para a instalação/remodelação da rede de rega do Jardim Botânico; escavações arqueológicas prévias e estudos de arqueologia a cota positiva no Laboratório *Chimico* e sua envolvente. (FILIFE, 2006: 340).

Deste punhado de intervenções, destacam-se, para a evolução do espaço que estamos abordar, a do Pátio das Escolas, o Colégio da Trindade e o Laboratório *Chimico*.

Sucintamente, as escavações no Pátio das Escolas permitiram *“reconhecer vestígios da ocupação humana em épocas romana, tardo-antiga, medieval, moderna e*

---

<sup>42</sup> Através de um projecto pluridisciplinar coordenado pelos Prof. Doutores Helena Catarino (Arqueologia) e António Filipe Pimentel (História da Arte).

<sup>43</sup> Nomeadamente com o Gabinete para o Centro Histórico, à data, da responsabilidade directa do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Carlos Encarnação.

<sup>44</sup> Direcção dos trabalhos Helena Catarino, com participação de Sónia Filipe e Ana Revez.

<sup>45</sup> Co-direcção técnico-científica de Helena Catarino, Sónia Filipe e Vera Santos.

*contemporânea, testemunhando diferentes funções atribuídas a este espaço: em época romana é uma área residencial; no período islâmico é nele implantado o Alcácer da cidade; depois da conquista cristã, é aqui instalado o Paço Real, que depois se transforma em sede da Universidade de Coimbra*". No antigo Colégio da Trindade foi, também, possível verificar uma diacronia de ocupação do espaço, balizada entre a época romana e ocupação actual. Por fim, o local<sup>46</sup> onde se implanta o Laboratório *Chimico* assume-se para a história do espaço em análise, como fundamental, uma vez que a intervenção aí efectuada permitiu comprovar que o primeiro laboratório experimental a ser montado em território português (Séc. XVIII), dentro do espírito da reforma universitária pombalina, foi incorporado dentro de estruturas anteriores, *"uma vez que incorpora o corpo principal do refeitório jesuítico"*. (FILIPE, 2006: 351,352,355).

Assim, nos últimos anos, tem-se vindo a impor uma nova perspectiva para os estudos espaciais. O princípio básico que norteia esta tendência de pesquisa é a diacronia, mas de forma não estática e sempre dando relevância à sincronia. Estamos numa linguagem que necessariamente nos afasta da total primazia que tinha a morfologia e o registo material. Com esta nova perspectiva, procura-se ir mais além, tentando adoptar-se múltiplos ângulos de abordagem, tendo em conta, nessa análise, os diversos elementos que emprestam especificidade à paisagem. Todo o raciocínio é feito sem esquecer o homem como personagem interventiva. Deste modo, para ultrapassar as limitações e dificuldades destas (novas) abordagens, há que procurar eliminar a noção de imobilismo e determinismo, com que, por vezes, caímos na tentação de fazer.

A trama de referência indispensável para compreender os homens é o próprio tempo em que viveram. O mesmo exercício deve ser feito com a paisagem. Assim, o espaço, onde tudo se desenvolveu e a representação que reconstruímos dele, não pode ser abordado como uma entidade abstracta. Não deve ser visto como *"um cadáver numa mesa de autópsia, mas como uma realidade dinâmica, com ritmos derivados da acção humana que não são, durante muito tempo, previsíveis, mesmo num momento histórico aleatoriamente escolhido"* (GONÇALVES, 1997: 71-80).

---

<sup>46</sup> Este local foi dos poucos sítios que escapou à grande intervenção do Estado Novo, o que reforça a intervenção arqueológica aí efectuada.

## Capítulo II. PONTO DE PARTIDA: CONHECIMENTO DA CIDADE PRETÉRITA

A cidade pretérita (entendida como o casco urbano antigo) deve ser, no plano da gestão, o ponto de partida, já que é o laboratório das experiências presentes de gestão, reabilitação, recuperação e revitalização. O conhecimento que temos desta cidade é a base de todos os trabalhos científicos que queremos desenvolver nela, e o termo pretérito pode, na nossa perspectiva, ser entendido como um passado que não está fechado em si mesmo e que com frequência está ligado ao nosso presente.

O centro histórico da cidade de Coimbra divide-se, ainda hoje, na Alta da Cidade, no ponto mais alto da colina e, por oposição geográfica, na Baixa, encostada ao Rio Mondego. O objecto de estudo da nossa dissertação é precisamente o primeiro, delimitado pela zona intra-muros.

### 2.1. A evolução do SITIO

A elevação onde a cidade se veio a implantar é um dos pontos de encontro de demarcação entre a faixa de contacto da Meseta, com a orla mesozóica ocidental. É o ponto de encontro entre o Alto e Baixo Mondego. Na realidade, a divisão geográfica entre um norte (atlântico) e um sul (mediterrânico) peninsular, estabeleceu-se segundo uma faixa que se desenvolve entre Coimbra e Medinaceli, o limite sul do maciço montanhoso central, que do Vale do Ebro, pelas Serras da Guadarrama, Gredos e Gata se esbate na da Lousã (ROSSA, 2001: 16). Este enquadramento geográfico e cultural foi pela primeira vez formulado por *Idrisi*, no século XII, mas já *Estrabão*<sup>47</sup>, na sua obra “*Geografia*” Livro III Cap. I, o denominara como o sítio divisório entre a “Céltica” e a “Ibéria”<sup>48</sup>.

Uma das *vias meridianas*<sup>49</sup> mais importantes – a *Olisipo-Bracara* - atravessa este local, fazendo a ligação entre o sul e o norte da faixa atlântica da península<sup>50</sup>. O sítio de Coimbra surge-nos, assim, como um dos pontos de ligação umbilical entre o norte e o sul, isto é, constitui-se como um dos centros nevrálgicos da definição territorial portuguesa.

---

<sup>47</sup> Estrabão viveu durante todo o reinado de Augusto, isto é, no início da era cristã.

<sup>48</sup> Ideia seguida por *Ahmede Arrazi*. Este, tal como *Isidri*, foi geógrafo e historiador árabe, que nos deixou importantes relatos sobre o território da Península Ibérica.

<sup>49</sup> As outras três vias são Sevilha/Cáceres/Zamora e Córdova/Toledo/Medicelli e ainda o Vale do Ebro

<sup>50</sup> E, conforme já foi notado por vários historiadores, entre os quais se destaca Cláudio Torres, a importância destas vias para os fluxos e refluxos da Reconquista Cristã foi tal, que acabou por ditar “ a espinhal dorsal das quatro nações medievais, que decidirão o futuro político da Península. O vale do Ebro será a matriz do reino de Aragão, seguindo-se para Ocidente, os reinos de Castela, Leão e Portugal.”

A cidade antiga assentou num morro calcário, com a imagem aproximadamente oval. O seu eixo maior orienta-se de nascente para poente, sendo no lado oriental, que se encontra a cota mais elevada, no pátio claustal do Colégio das Artes<sup>51</sup>.

A morfo-geografia desta zona define-se, a norte, pela encosta que desce abruptamente, sobre um vale de falha, definida pela Avenida Sá da Bandeira e a Rua Olímpio Rui Nicolau Fernandes. Por esse vale “escorre” um ribeiro, que nos inícios do Século XII, se chamava “torrente dos Banhos Régios”<sup>52</sup>. Dizem-nos os vários relatos e a própria geografia, que essa ribela era, por definição, uma autêntica torrente de água, principalmente durante o Inverno<sup>53</sup>. No seu trajecto, esta ribela, ao chegar à Praça 8 de Maio, perdia grande parte da sua força, e passava a ser menos limpa, misturando-se com águas de esgoto, por força da densidade populacional que se acotovelou junto do Mosteiro de Santa Cruz (DIAS, 1982: 40)<sup>54</sup>. Do lado sul, a escarpa que cai para o lado do rio é ainda mais íngreme e de difícil acesso. Ainda hoje, quando situados na Couraça de Lisboa, descemos sensivelmente a meio, pelas Escadas de Quinchorro, notamos a altura e o declive abrupto desta encosta.

A parte baixa da cidade, é delineada pelas Ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz (artérias de feição medieval). Estão implantadas numa plataforma parcialmente aluvianar, em cota superior à Praça do Comércio. Para imaginarmos as cotas aproximadas da época medieval (que com grande probabilidade seriam similares para a época romana), basta pensar que, no século XII, o mosteiro de Santa Justa (Primitiva)<sup>55</sup>, e o (primeiro) de S. Domingos<sup>56</sup>, tiveram de ser abandonados nos séculos seguintes, por força das constantes inundações, devido ao assoreamento do rio. (COELHO e MATOS: 1986)<sup>57</sup>. Já a área de charneira entre a zona Alta e Baixa, onde se veio a implantar o Mosteiro e Igreja de Santa Cruz (séc. XII), deveria rondar os 16 ou

---

<sup>51</sup> Actualmente a cota é de 108m, enquanto as zonas mais deprimidas da Baixa, por oposição, se situam a cerca de 19m. Dado as inúmeras obras que esta zona, mais baixa, tem sofrido, embora sem números exactos, pensamos que na época romana e medieval, esta última ainda estaria a uma cota mais baixa que a actual.

<sup>52</sup> Nesse local existiriam, no tempo de D. Afonso Henriques, uns banhos régios, como provável antecessor de umas termas da época romana. Contudo esta hipótese nunca foi confirmada com vestígios arqueológicos significativos.

<sup>53</sup> Nesta estação as águas desciam pelas encostas de Montarroio e da Alta da cidade. Este ribeiro seguia, depois entre as ruas da Moeda e Direita, para se espraiar nas águas do Mondego, onde se encontraria o porto fluvial. Este equipamento urbano assumiu extrema importância durante a época medieval (e quiçá em épocas mais recuadas), pois foi o centro de trocas que ficava mais perto do importante pólo religioso dos Cruzios e porque nele se embarcavam mercadorias como as louças, provindas do “bairro” das Olarias, localizado nas proximidades.

<sup>54</sup> Esta situação faz com que a sua designação, a partir deste troço, apareça como runa. Frei Brás de Braga (1527-1544), cobriu parcialmente esta runa.

<sup>55</sup> Localizado no Terreiro da Erva, onde ainda hoje é possível ver o que pensamos ser a capela-mor.

<sup>56</sup> Instalado na década de 1220 entre as ruas do Carmo e da Nogueira (ou entre esta e a de João Cabreira). Estes fenómenos particularmente violentos no Inverno, provocavam no convento Dominicano grandes estragos e, mais grave ainda, um isolamento parcial.

<sup>57</sup> Aguarda-se a publicação dos resultados da escavação, próxima desta zona, que supostamente podem trazer novos dados relativamente à implantação do Convento Primitivo de S. Domingos.

17m<sup>58</sup>. Na praça do Comércio, onde se implantou o primeiro templo de S. Bartolomeu, nos fins do Século XII, está a cerca de 19m, pelo que o seu acesso deveria ser feito, também, por uma escadaria<sup>59</sup>. Quanto à zona da Portagem, a leitura é complexa, pois a cota actual é fruto dos sucessivos aterros.

O próprio percurso do rio Mondego era muito diferente do actual, pelo que se torna extremamente difícil marcar/representar a linha da margem direita do rio, na época romana ou medieval. O leito antigo do Mondego espraia-se, no tempo presente, pelos Campos do Bolão, em direcção à linha da costa. Mais se acresce que a inclinação do leito do rio, no sentido da foz, é quase nula, o que provocou a jusante a natural acumulação de areias e detritos desprendidos das margens pela corrente. Na época medieval, principalmente a partir do século XII, alteou-se o leito, o que desde logo obrigou ao refazer da primitiva ponte romana, em 1130. Desta estrutura aproveitaram-se os pegões, a que foram acrescentados novos arcos e um novo tabuleiro. A mesma operação foi realizada no tempo de D. Manuel, sendo esta a que aparece representada nas gravuras desta época<sup>60</sup>.

Contudo, outro rio se formava de forma espontânea, quando chovia forte. Esta torrente de água, descendo pelo Quebra-Costas, chegava com grande força à Baixa da Cidade. A memória destes episódios é de tal modo significativa, que numa referência de 1411, se regista que foi tamanha a enxurrada que arrancou as portas, chapeadas de ferro, da Porta de Almedina (GONÇALVES, 1944: 20).

No interior da parte Alta da Cidade, do lado poente, a encosta da Almedina é formada, em sentido descendente por patamares. Entre o Quebra-Costas e a antiga Rua das Covas (actual Borges Carneiro) forma-se uma espécie de angra que perfura todo o morro. Esta configuração em forma de ferradura, (que não é mais do que uma linha de fractura que divide o morro em dois), deu-se a designação de “cutilada”<sup>61</sup>. Nesta quebra natural eram acumuladas e canalizadas as águas pluviais, que desaguariam, via

---

<sup>58</sup> Inicialmente subiam-se alguns degraus para entrar na Igreja. A cota elevou-se aí até aos 21m, no mesmo nível da Praça 8 de Maio. Hoje, a situação já não é assim, fruto das obras de rebaixamento do piso, que anularam a pitoresca escadaria de acesso.

<sup>59</sup> Nas caves de alguns estabelecimentos ainda hoje são visíveis restos de arcadas semi-soterradas ou pátios interiores que hoje se encontram totalmente soterrados. Este alteamento actual do piso tem, na famosa “Casa Medieval” (junto à Travessa dos Gatos), a sua melhor expressão. Uma das portas de acesso é de tal maneira reduzida, que mesmo para indivíduos de pequena estatura se torna difícil transpô-la.

<sup>60</sup> Esta ponte durou até 1872-1873, data em que foi substituída por uma ponte de ferro que utilizou ainda os velhos pilares de origem romana.

<sup>61</sup> No seu centro instalou-se a Sé, verdadeiro pólo, onde desaguam como um rio, as várias ruas que dão acesso a toda a Alta (atravessava, segundo o trajecto mais curto, toda a Alta, apresentando-se como um centro populacional, religioso, comercial e administrativo: aí estiveram a *domus municipalis* e o pelourinho, até serem transferidos respectivamente para a Torre de Almedina e para a Praça Velha. No lado sul do morro, ergueu-se a Alcáçova Muçulmana, que foi depois paço dos reis, e por fim a Universidade.

cloaca romana, até ao fundo do Quebra-Costas<sup>62</sup>. A documentação, pelo menos desde o século XIII, indica que essa cloaca é conhecida por sota<sup>63</sup>. Ainda hoje passa sob um prédio, na Almedina, com o nº de polícia 24, 26 e 28.

No lado sensivelmente oposto, a sudeste da colina da Alta, as águas seriam captadas na encosta entre a Rua Pedro Monteiro e a Avenida D. Afonso Henriques. Seguiam para o aqueduto (romano) de S. Sebastião, reconstruído durante o curto reinado do monarca com o mesmo nome. A cota a que o aqueduto chegava, permitia o abastecimento quase total das populações que moravam na Alta da cidade<sup>64</sup>.

Em termos morfológicos, a zona que estamos a estudar, revela especificidade de dois tipos internos, aliados a duas concepções urbanísticas diferentes. Assim, a norte foram utilizadas várias soluções para vencer o declive: ruas paralelas à curva de nível; construção de escadas em vários lances; linhas quebradas em zigue-zague, e o festo<sup>65</sup>. Pelo contrário, na zona sul e sudeste observam-se ruelas estreitas e desalinhas, que regra geral terminam em becos e a articulação das ruas é feita, frequentemente, utilizando as escadas em vários lances como solução técnica. Esta ordenação labiríntica do espaço não é mais do que a marca de um certo sentido social, o de viver na intimidade e para dentro, tão comum nas cidades muçulmanas, e que a civilização ocidental acabou por adoptar, na época medieval (MARGARIDO, 1987: 53, 54, 55).

Como ficou demonstrado, Coimbra era uma cidade naturalmente defendida. Como alerta Jorge Alarcão (2008:23), esta prerrogativa também trazia desvantagens ao normal funcionamento do dia-a-dia, principalmente no que toca à circulação de bens e pessoas. Um documento de 1269 fala das cargas cavaleares, muares e de asno, mas também de “*colonios d’omem ou de moler*”, que eram as cargas que homens, mulheres e crianças traziam aos ombros, às costas e à cabeça (COELHO, 1989: 39-42). Para se ter uma ideia mais precisa, a inclinação média da Couraça de Lisboa é de 5 graus; no lado oposto a Rua do Loureiro chega aos 8 graus. Da porta de Almedina, ao cimo de Quebra – Costas, o declive médio é de 14 graus. Do patamar da Sé ao canto sudeste do Machado de Castro, a artéria sobe em três tramos, com uma inclinação

---

<sup>62</sup> Passavam num trajecto subterrâneo, que correspondia à desaparecida Rua do Rêgo de Água, Rua das Covas e Largo da Sé.

<sup>63</sup> Este rego de água seguia depois pela Praça Velha (a norte da Igreja de S. Bartolomeu), canalizada entre paredões subterrâneos, e já não a céu aberto, até chegar ao Largo da Sota.

<sup>64</sup> Apenas a zona onde está implantado o Colégio das Artes lhe fica mais elevada. Existem registos de múltiplas cisternas de captação de águas pluviais e outras formas mais rudimentares de captação de águas, dentro do próprio morro da cidade. Algumas delas, ainda hoje, se encontram activas, como é o caso da mina de captação de água no Jardim da Misericórdia (antigo jardim ligado ao Colégio da Sapiência ou de Santo Agostinho), na Couraça dos Apóstolos.

<sup>65</sup> Esta última mais estranha, que se verifica na Rua do Loureiro, – parece resultar da necessidade de ligar, no mais curto espaço duas áreas de importância capital: o Largo da Feira e a Rua do Colégio Novo. Esta zona é ainda caracterizada pela existência de um grande número de espaços verdes (quintais). Estes ocupam grandes áreas e estão talvez ligados ao facto de aí se localizar um núcleo de urbanização mais recente relativa à área mais a sul.

média de 8 graus. Todos estes dados confluem para a ideia de que seria muito difícil circular dentro do espaço intra-muros.

Quando observadas as curvas de nível, desde logo se identificam uma série de escarpas onde se implantou a zona intramuros. Assim, seguindo a partir da alcáçova, na linha ocidental do morro, individualizamos as seguintes linhas clivosas: patamar do Paço das Escolas e a Rua da Ilha; entre a Rua Joaquim António de Aguiar (com o antigo topónimo “Alpedide”) e a de Fernandes Tomás; entre a Rua de Sobre-Ribas e o Pátio de Castilho.

A própria toponímia das artérias localizadas nesta zona, inferem esta particularidade geográfica. O nome “Ilha” (do vocábulo latino *Ilia*) tem o sentido de “o que envolve” ou “ilharga”, e efectivamente, em toda a sua extensão funciona como um “berço afeiçoado” do flanco ocidental escarpado da alcáçova (ALARCÃO, 2008: 21). A Rua Joaquim António de Aguiar, tinha como topónimo baixo-medieval “Alpedide” (LOUREIRO, 1964: 41, 42). Este vocábulo teria o mesmo sentido de Alpendorada, já que a evolução *pendita – pendita – pendide – pêdide*, significando “*suspensa*”, “*sobranceira*” ou “*pendurada*” (ALARCÃO, 2008: 21). Quanto ao vocábulo Sobre-Ribas, ele próprio nos indica que é uma artéria “em cima” ou sobre uma riba ou escarpa.

A plataforma em que assenta o Paço das Escolas, do lado oriental, é também menos marcada. Deste lado, o *festo* do lombo meridional da Almedina, que ligava o paço ao castelo<sup>66</sup>, não apresenta tão grande desnível, por oposição ao lado meridional (*ibid*, 2008: 21).

Esta zona que acabámos de descrever, para além dos equipamentos/recursos hídricos e pequenas hortas urbanas de subsistência, possuía recursos naturais pétreos. Existiram durante largos séculos, dentro da zona intra-muros, pelo menos duas pedreiras: uma, localizada a poente e a sudoeste<sup>67</sup>, e outra (do lado oposto), na zona do Largo da Feira, onde posteriormente se veio a construir o Colégio das Artes, no séc. XVIII<sup>68</sup>.

Feita a abordagem ao sítio onde se implantou a cidade, é o momento de, dentro deste espaço, descrever os principais momentos diacrónicos da evolução histórica.

---

<sup>66</sup> Onde actualmente se ergue a Praça de D. Dinis.

<sup>67</sup> Esta encosta estava no séc. XVI e XVII desocupada.

<sup>68</sup> A toponímia indica-nos ainda a existência de mais afloramentos rochosos: a Rua dos Penedos (que desapareceu nas obras da Cidade Universitária), tomava o seu nome dos afloramentos calcários que ainda eram explorados no séc. XVI.

## 2.2. A evolução da História

A Cidade nasceu com os romanos. Definir uma cidade é todavia tão difícil como definir o Tempo. Deste disse Santo Agostinho: “O que é por conseguinte o Tempo? Se ninguém mo perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer esta pergunta, já não sei”. *Mutatis mutandi, podemos dizer o mesmo de “cidade” (...)* (ALARCÃO, 2008: 11). O núcleo central de uma cidade, como é o caso de Coimbra, foi sendo sucessivamente ocupado até aos dias de hoje.

A cidade, no conceito urbano puro, chegou até nós, com os romanos. Mas seguramente que estes não ficaram totalmente indiferentes aos que já cá estavam. Porém, relativamente ao povoado anterior à ocupação romana, não existem informações seguras, contudo, não espanta a sua ocupação anterior: as vantagens da posição geográfica (já enunciadas no ponto anterior) e o facto de as cidades romanas assentarem frequentemente em povoados que foram transformados através de verdadeiras revoluções urbanísticas, vêm de encontro a esta possibilidade<sup>69</sup>.

Historicamente, e estabelecendo um paralelo com a história de Conímbriga verificamos que esta já era um povoado importante quando as tropas romanas aí chegaram no séc. II a.C. Assim, o mais provável é que já nesta data existisse um povoado – e, possivelmente também importante em Coimbra (*Ibid*, 2008: 29).

A cidade romana chamou-se *Aeminium*.<sup>70</sup> O nome seria já o do povoado pré-romano (ENCARNAÇÃO, 1979: 173-176) e durou pelo menos até ao séc. VII<sup>71</sup>. O topónimo não teve ainda explicação convincente, embora se tenha sugerido que significava “elevação”, “altura” (FIGUEIREDO, 1886: 256). A primeira referência literária a *Aeminium* surge na História Natural de Plínio<sup>72</sup>, num passo em que o autor cita, de norte para sul, povos e cidades (ou *oppida*) entre Douro e Tejo; e noutra passo<sup>73</sup>, menciona os *Aeminienses*.<sup>74</sup> Temos razões para supor – mas também se não pode provar – que *Aeminium* foi escolhida como capital de *civitas* no seguimento de uma

---

<sup>69</sup> Ainda assim, apontamos como possíveis vestígios anteriores à ocupação romana, algumas estruturas e alguns materiais aparentemente da Idade do Ferro que foram recentemente recolhidos em intervenções arqueológicas realizadas no Pátio das Escolas (2000/2001) e no topo mais a sul da Rua Fernandes Tomás (2006). No caso do primeiro local registou-se a existência de um conjunto de espólio (lítico, metálico, vítreo e cerâmico) aquando da abertura da vala para a implantação da estátua de D. João III (OLEIRO, 1952)

<sup>70</sup> A localização e topónimo desta cidade ficaram resolvidos, quando em Abril de 1888 foi encontrada, na Couraça dos Apóstolos, uma inscrição honorífica comemorando Constâncio Cloro dedicada pela *Civitas Aeminiensis*. Sobre a inscrição da Couraça dos Apóstolos ver José d’Encarnação, “Notas sobre a epigrafia romana de Coimbra de Coimbra”, Actas das I Jornadas de Arqueologia e Arte do Centro”, Coimbra, 1979, p.173-176.

<sup>71</sup> Regista-se a existência de moedas de reis visigodos cunhadas em *Aeminium*, *Eminio*, *Iminio* ou *Iminius*.

<sup>72</sup> Livro 4, 113.

<sup>73</sup> Livro 4, 118.

<sup>74</sup> É consensual que Plínio baseou este último trecho (como outros aliás) no famoso mapa de Agripa, do qual só se conhecem cópias.

reorganização político-administrativa da Hispânia entre 16 e 13 a.C. (ALARCÃO, 2008: 29).

O território de *Aeminium* iria do mar até, possivelmente, na crista quartzítica que se estende da serra do Buçaco à Serra de Sacões (RIBEIRO, 1949: 121-140). A sul, *Aeminium* confrontava com *Conímbriga*; a norte com *Talabriga*; a oriente com uma outra *civitas*, cujo nome desconhecemos, mas cujas ruínas se conservam na Bobadela (Oliveira do Hospital). A norte e a sul, as fronteiras com *Talabriga* e *Conímbriga* não podem precisar-se, quer porque nunca se encontraram *termini augustales* (marcos de delimitação que se conhecem para outras *civitates*), quer porque nenhuma barreira física existe que possa ter servido de conveniente linha de demarcação. (ALARCÃO, 2008: 30)

A ascensão a *civitas* pode ter ocorrido no tempo da administração de *Augustus* (de 27 ac. a 14), transformando o antigo *oppidum* como capital regional. Contudo, também é viável que só tenha verdadeiramente ocorrido em termos efectivos na governação de Tibénius ou de Calígula (de 14 a 41), dado ter havido um desfasamento entre o ordenamento territorial global augustano e a intervenção directa nos núcleos urbanos<sup>75</sup>. A aceitar-se a segunda hipótese a ascensão a *municipium* teria ocorrido em simultâneo<sup>76</sup>.

Assim, tendo sido um antigo *oppidum*, a romanização trouxe a *Aeminium* intervenções focalizadas e estruturadoras. Começamos pela análise das estradas que passavam por *Aeminium*.

A via *Olisipo/Bracara*, grande em importância e extensão, contaria desde cedo com uma ponte, que lhe permitisse atravessar o rio Munda/Mondego. Vasco Mantas considera que Coimbra antiga e medieval era, “como cidade-ponte, elemento determinante da evolução histórica até à transferência definitiva da Universidade em 1537” (MANTAS, 1992: 493). Os seus vestígios (os pegões) estarão, muito provavelmente, abaixo do actual leito do rio, o que os torna inacessíveis. O assoreamento constante tê-la-á (à ponte) feito desaparecer<sup>77</sup>. A corroborar esta hipótese, temos o facto de todas as pontes que se construíram neste local ficaram, sem excepção, soterradas<sup>78</sup>.

Quem viesse de sul, apanhava desde logo um traçado acidentado, até chegar à ponte. Por oposição, quem se deslocasse pela via norte, assistia a uma quase planície,

---

<sup>75</sup> A primeira opinião é defendida por Vasco Mantas, 1992, pp. 491/3. A segunda relata a opinião de Pedro Carvalho, “O fórum de *Aeminium*”, 1998, pp. 177 e ss., no contexto de explicitação da construção do fórum.

<sup>76</sup> Opinião contrária à de Vasco Mantas. Segundo este autor essa ascensão ocorre entre Vespasiano e Trajano, de 69 a 117).

<sup>77</sup> No mesmo processo que engoliu os Conventos Medievais de Santa Ana da Ponte e de S. Francisco primitivo.

<sup>78</sup> A última das pontes foi já construída no séc. XIX.

bordejando aquilo que seria a margem da invernada do Mondego<sup>79</sup>. Saída da ponte, a via *Olisipo/Bracara* seguia pela actual Travessa dos Gatos, Praça Velha, Largo do Poço e Rua Direita (*Ibid*, 1992: 494, 500). Ou, se viajarmos até à época medieval, fazia a ligação natural entre as três igrejas paroquiais extra-muros (S. Bartolomeu, S. Tiago e Santa Justa Primitiva), ao que se juntava, quase a meio caminho uma capela da Ordem de Malta (S. João da Freiria)<sup>80</sup>. Chegando ao Largo do Poço (quarteirão bifurcado pelas Ruas da Moeda e João Cabreira) a estrada teria de vencer o sulco, no fundo do qual corria a linha de água proveniente do Vale da Ribela<sup>81</sup>. No cruzamento com a actual Rua João Cabreira, para norte, a via *Olisipo/Bracara* seguia, em parte ocupando o trajecto da Rua Direita, até ao seu termo, o Largo do Arnado<sup>82</sup>. De seguida, inflectiria para nordeste, contornando o sopé da colina da Conchada, até à primitiva ponte de Água das Maias à actual Casa do Sal, onde terminaria em Fornos/Souselas.

Esta importante via, que fazia a ligação entre *Olisipo* e *Bracara*, foi de tal modo significativa para o ordenamento urbano, que configurou e preservou a Praça do Comércio. Para este efeito, muito terá contribuído a construção do porto fluvial, que logo em frente, mas a cota bastante mais baixa, ali teve de existir desde a afirmação de *Aeminium* como *urbe* (ROSSA: 2001).

O percurso proposto por Vasco Mantas (1992) afigura-se-nos muito credível. Por um lado, esta grande via que atravessa a Praça do Comércio, quase não teria declive – tendo em conta a cota a que se acharia o actual Largo da Portagem – enquanto que, pela rua Ferreira Borges<sup>83</sup>, teria de subir consideravelmente até ao “Coruche”, no início da actual Rua Corpo de Deus e, depois, descer bastante até à praça 8 de Maio. Esta última hipótese foi defendida por Jorge Alarcão, que contudo na sua última obra alterou esta sua opinião (ALARCÃO, 2008: 33-34). Por outro lado, aceitando o trajecto acima descrito, da ponte até à rua Direita, a estrada seria quase rectilínea – e as ruas e praça que Vasco Mantas (1992) aponta teriam mantido o eixo antigo, apenas com aquelas irregularidades ou desvios que são normais quando um eixo viário romano, urbano ou suburbano, se manteve, através da Idade Média, até ao nosso tempo.

Como Walter Rossa observou, “à proposta de Vasco Mantas apenas se pode objectar que, entre o largo do Poço e a rua Direita, se não observa, no tecido urbano, qualquer cicatriz/fractura que dê testemunho desse hipotético percurso” (ROSSA, 2001:58) Todavia, podemos afirmar que pode ter concorrido para essa ausência o facto de o eixo romano ter perdido importância quando, na Idade Média foi urbanizada a área

---

<sup>79</sup> Este percurso ainda hoje é legível na malha urbana e na estrutura cadastral da baixa coimbrã.

<sup>80</sup> Ao surgirem nesta época, poderão eventualmente ter substituído locais de culto hegemónicos ocupados em tempos anteriores.

<sup>81</sup> Em termos geográficos separa a colina *aeminiense* da Conchada/Montarroio/Montes Claros. Esta “ribela” aparece referenciada no ponto relativo ao SÍTIO desta dissertação no Capítulo II, ponto a).

<sup>82</sup> Uma nota: o trajecto da Rua Direita, com uma direcção diferente das outras que lhe estão próximas, sugere desde logo uma pré-existência.

<sup>83</sup> Na toponímia antiga, designada por rua da Calçada.

entre o mosteiro de Santa Cruz e o rio e, de norte a sul, entre a rua Direita e a do Corvo.

Outra das vias importantes, que atravessava a *urbe*, era a que dava acesso à Bobadela. Chegava-se a ela percorrendo a Couraça de Lisboa. São inúmeros os documentos e vestígios que atestam esta via e acesso virada a sul.<sup>84</sup> Um dos acessos a essa artéria poderia ser feito através da rua da Alegria, na embocadura da Couraça da Estrela, que em tempos se chamou Via Longa (LOUREIRO, 1964:61).

Por fim, existia ainda uma outra via a partir do ponto onde, na Idade Média, se ergueu o castelo da cidade<sup>85</sup>. Acompanhando o aqueduto, seguiria um traçado talvez não muito desviado da Alameda Júlio Henriques e, pela ladeira das Alpendoradas, viria a encontrar a anterior estrada que se destinava à Bobadela (ALARCÃO,2008:36). A atestar a sua existência temos as inscrições funerárias, que se encontravam incorporadas nos muros do castelo ou da muralha perto dele.<sup>86</sup>

A cidade de *Aeminium* foi dotada de um aqueduto. Este, ainda hoje impõe parte do seu troço desactivado, na embocadura da actual Praça João Paulo II. A sua construção foi executada para que o abastecimento à cidade alta tivesse mais qualidade e regularidade. Documentos antigos atestam que esta estrutura hidráulica ainda estava plenamente activa em toda a sua extensão, em finais do século XI<sup>87</sup>. O aqueduto romano teria um curso subterrâneo, sensivelmente até ao actual recinto da Cadeia Penitenciária. Depois, assentava sobre arcos até chegar ao ponto onde, na Idade Média, se veio a erguer o castelo. Aí, voltaria a ser canalizado subterraneamente. No troço final, à entrada da cidade, as águas eram tratadas e distribuídas a partir do chamado “*castellum aquae*”<sup>88</sup>. Deste ponto a água, possivelmente, era canalizada para a alcáçova, abastecendo também as encostas meridional, ocidental e oriental do lombo (ALARCÃO: 2008, 55)<sup>89</sup>.

---

<sup>84</sup> Reportamo-nos às sepulturas ao longo da muralha, nomeadamente as que foram localizadas no troço compreendido entre as portas medievais do Sol e da Traição. (CORREIA e GONÇALVES: 1947, adendas)

<sup>85</sup> Onde hoje existe a Praça D. Dinis.

<sup>86</sup> Estas foram provavelmente retiradas de uma necrópole que existiria no local, onde nos finais do séc. XVI, se edificou o colégio de S. Bento.

<sup>87</sup> Um documento de 1087 relativo ao aforamento de uma propriedade exterior às muralhas, junto à porta do Sol, diz que o foro ficava “*juxta cursum aqua*”. [Documento 349 do “Livro preto da Sé de Coimbra”].

<sup>88</sup> Estas estruturas são comuns por todo o mundo romano. Há registos na documentação posterior da manutenção destas estruturas, com o nome de “arcas”. No caso de Coimbra, o cardeal D. Henrique mandou que se fizesse um “anel” para repartição das águas e sugeriu como localização possível, a “arca que está fora da porta do castelo” (TEIXEIRA, 1899: 270-272, doc. XXVIII).

<sup>89</sup> Quanto aos percursos da água encanada é, no presente, impossível definir, em toda a sua extensão, as ruas por onde passavam. Faltam os vestígios arqueológicos, ou o registo conveniente destes, para desenhar de novo toda a distribuição dessas águas. Contudo, não poderíamos deixar de referenciar a recente descoberta de uma fonte encostada ao criptopórtico, que seria abastecida por veio de água nascente no mesmo local.

Quanto aos esgotos e canalizações derivadas, é possível seguir o seu traçado, percorrendo a ala sul do actual Museu Machado de Castro, até mudar de direcção para norte, na Rua Borges Caneiro, para depois sair para poente, rumo à porta de Almedina.

A cidade romana *aeminiense* deve ter tido, apesar de naturalmente bem defendida, estruturas defensivas. Contudo, quanto às muralhas de origem romana, a questão ainda está em aberto, e são mais as dúvidas e questões do que certezas. Dos vários autores que se dedicaram a “montar” esta trama, destacamos em primeiro lugar a de Vasco Mantas (1992). Este autor defende que a muralha deve ser atribuída ao período da Tetrarquia (inícios do século IV)<sup>90</sup>. Quanto ao traçado, sugere o alinhamento dos traçados actuais da Rua Joaquim António de Aguiar, início da Rua do Cabido, e Travessa do Loureiro e Rua das Flores.

Embora aceitando esta hipótese, não podemos ignorar o desenho urbano desta zona, onde se percepção a sugestão de uma cicatriz contínua no tecido urbano, entre o sítio da Porta de Belcouce e a Rua das Flores. Esta ocorrência sugere a possível existência de uma passagem/obstáculo. Esta fractura pode ter sido o ponto muralhado dessa zona, o que implicaria, aceitando-a como tal, deixar fora do perímetro reservado à cidade a zona da Couraça dos Apóstolos. Pela mesma ordem de razões, o mesmo poderá ter acontecido na Rua do Colégio Novo e na Rua dos Coutinhos (ROSSA, 2001:80).

No entanto, na Rua Fernandes Tomás, têm vindo a efectuar-se (no presente) várias intervenções, que contradizem a opinião de Vasco Mantas. Efectivamente, mesmo aguardando a publicação de resultados mais definitivos, Adrian de Mann (2005) não repudiou totalmente a ideia de que seria possível haver um troço de muralha romana, nessa zona, o que alargaria o perímetro urbano da zona alta da cidade.

Uma última palavra, merecem-nos os chamados “muros de suporte”<sup>91</sup>. No interior da cidade “Alta”, a zona norte e nascente<sup>92</sup>, pode ter sido dotado de muralhas e outras estruturas defensivas romanas, concluindo-se assim o encarceramento progressivo e natural da cidade alta.<sup>93</sup> Mas, também não há vestígios arqueológicos, suficientemente fortes, que confirmem esta hipótese. Ainda assim, foram encontradas várias

---

<sup>90</sup> Baseia-se na inscrição dedicada a *Flavius Valerius Constantinus* datada de 305, que atestam a construção de um equipamento não discriminado, encontrada ao fundo da Couraça dos Apóstolos.

<sup>91</sup> Inicialmente estes muros serviram para vencer o declive, funcionando como autênticos patamares superficiais. Não é de desprezar que também tenham assumido, quando necessário, funções defensivas, através da introdução de portas e arcos, e de torres quadradas.

<sup>92</sup> Compreendida entre a chamada “Mata dos Jesuítas” e a Porta do Sol.

<sup>93</sup> Estas artérias não parecem ter sido locais suficientemente atractivos para as populações. Ainda hoje, é uma zona sombria e húmida.

epígrafes<sup>94</sup> e restos de materiais romanos reaproveitados em construções mais próximas da época medieval e moderna.

A cidade romana tinha, necessariamente, de ser dotada de um fórum. O local escolhido para a sua implantação foi a zona alta da colina, uma vez que esta área ficava abrigada dos fortes ventos de noroeste e nordeste. Para ultrapassarem o obstáculo da vertente abrupta (cota de 90m, do lado oriental, para uma de 77m, do lado oposto) construíram uma plataforma artificial, estável e sobranceira, de forma tornar segura toda a estrutura arquitectónica.

O criptopórtico, foi construído em dois andares: um piso superior constituído por duas galerias, abobadadas, com passagens intercomunicantes, formando todo o conjunto em projecção horizontal um *ii*.<sup>95</sup>; e um piso inferior, muito idêntico ao anterior, mas com as construções a serem lançadas a maior altura. A comunicação entre os dois pisos é feita por amplas escadarias. Não está ainda esclarecido se o piso inferior tinha acesso directo a partir da rua (ALARCÃO: 2008, 43).

A assinatura deste projecto monumental poderá ser atribuída a *Caius Sevius Lupus*<sup>96</sup> (*Ibid*, 2008:45). Quanto à sua cronologia, é hoje consensual que deve ser atribuído à época de Cláudio, meados do séc. I (CARVALHO, 1998)<sup>97</sup>. A existência neste local de uma basílica e da confirmação do estatuto administrativo são atestadas pela *áru*la consagrada ao *Genio Baselecae*. Neste conjunto só ficam a faltar provas, que comprovem, para já, a existência de uma cúria. Foram também localizados, junto à igreja de S. João de Almedina, fragmentos de uma grande estátua e os bustos de *Agripina, Vespasianus, Trajanus* e de *Livia*, reforçando o carácter público e a função de centro cívico de todo este conjunto arquitectónico.

Quanto à existência e à localização de um templo flaviano, a opinião mais comum é a de que se situaria no lado oriental, no local onde mais tarde se veio a construir a Igreja de S. João de Almedina, no séc. XI, e posteriormente reconstruída na segunda metade

---

<sup>94</sup> Foi encontrada na Couraça dos Apóstolos, em finais do século XIX, a famosa inscrição de Cloro, que resolveu em definitivo o problema do nome da cidade romana.

<sup>95</sup> Do lado ocidental, localizam-se sete celas no mesmo enfiamento que permitem uma outra passagem.

<sup>96</sup> O mesmo arquitecto que aparece referenciado na inscrição rupestre gravada junto do farol romano da Corunha. Patrick Roux (1990) pensa tratar-se de um arquitecto militar que serviu no tempo de Nero, o que lhe confere uma certa coincidência cronológica. Jorge Alarcão (2008: 45), embora aceitando que o nome possa ser de origem itálica, reconhece ser possível tratar-se de algum seu ascendente, assim *Caius Sevius Lupus* poderia ter nascido, em *Aeminium*, no seio de uma família com mais sangue indígena que itálico.

<sup>97</sup> As escavações de Pedro Carvalho, continuadas nas décadas seguintes, permitiram reconstituir, sobre o criptopórtico, a basílica do fórum, situada do lado norte. E do lado sul, uma série de grossos alicerces que deixam antever a existência de divisões regulares contrapostas à ala da basílica.

do século seguinte (CORREIA, 1946:12, 40; OLEIRO e ALARCÃO, 1973; CARVALHO, 2008: 197)<sup>98</sup>.

No entanto, Jorge Alarcão, põe em causa esta localização. Ao interpretar a Planta da Cidade, de 1873-1874<sup>99</sup>, este autor sugere que o templo imperial poder-se-ia encaixar na ínsua que corresponde ao Largo do Aljube, junto à igreja de S. João, ou no local onde hoje está a igreja românica de S. Salvador<sup>100</sup>, mais concretamente na sua capela-mor (ALARCÃO: 2008, 47-51).

Quanto à área total do *forum*, a hipótese levantada por Pedro Carvalho, leva-o a estendê-lo até muito próximo da Couraça dos Apóstolos, ou ultrapassando-a. O que parece difícil, mas não impossível, por força das já descritas condições topográficas específicas.

Outras das questões, ainda em aberto, é a de comprovar a existência de um teatro e ou de um anfiteatro e de aferir a sua localização, uma vez que, até à data, as suas existências ainda não foram comprovadas através de evidências arqueológicas. Assim, surgem várias hipóteses: Vasco Mantas (1992: 508) sugere a sua implantação junto da quebra fracturante, localizada em parte na Rua das Flores e Dr. João Jacinto<sup>101</sup>, uma vez que é possível, nesta área, visualizar uma *cavea*, orientada perpendicularmente ao limite oriental do criptopórtico<sup>102</sup>; Jorge Alarcão aponta a *cavea* que se desenha na curvatura inferior da rua do Cabido, virado para a zona ocidental do fórum<sup>103</sup> (ALARCÃO, 2008: 54). Este último autor, alvitra para um eventual anfiteatro, localizado entre os eixos das casas situadas na rua da Matemática e na Couraça dos Apóstolos, uma vez que esta intersecção desenha uma configuração elíptica de anfiteatro. Contudo, acrescenta que, embora esta solução pareça ser similar à utilizada noutras cidades romanas, como em Arles ou Autun (RAMALLO ASENSIO, 2000), o anfiteatro ficaria perigosamente sob a encosta, o que obrigaria a um grande entulhamento da

---

<sup>98</sup> A favor desta localização temos o registo dos achados referidos por Vergílio Correia (1946) que deu nota da existência de “*tijolos triangulares de coluna, troços assentes de duas colunas desse material, pedaços de base e mais pormenores arquitectónicos de calcário, e alguns pedaços de uma estátua de mármore que deve ter sido intencionalmente britada*”. (CORREIA: 1946: 56)

<sup>99</sup> Aceitando que o *cardo maximus* passa a oriente do fórum, e havendo, mais a oriente, muito possivelmente, outra rua paralela,

<sup>100</sup> Este investigador assenta a sua hipótese no facto de os cunhais exteriores da cabeceira terem pedras almofadadas, não correspondentes estilisticamente à época original de construção da igreja. Efectivamente, o eixo da capela-mor é oblíquo relativamente ao da nave e a configuração da abside não é similar à da Sé Velha ou S. Cristovão.

<sup>101</sup> O argumento conta com a existência de perceptíveis indícios de uma regularidade ortogonal sobre esta zona superior da colina, e com o facto de ter sido identificada uma pedreira no sector nordeste da colina *aeminiense*.

<sup>102</sup> Outra das condições que parece comprovar esta hipótese, é o facto de este local corresponder aos requisitos essenciais listados por Vitruvius (Livro V, III): estamos perante um local arejado e, segundo a topografia e orientação, oposto a sul.

<sup>103</sup> Neste caso o facto de os espectadores ficarem voltados a sul, contra o sol, não parece ser uma boa opção, nem a Vitruvius. Contudo, como nota Jorge Alarcão não faltam casos de semelhante orientação.

zona da arena, uma vez que a cota teria de ser bastante inferior à actual (ALARCÃO,2008).

Outra das construções feitas em *Aeminium* foi o famoso arco honorífico romano, que aparece desenhado nas famosas gravuras de Hoefnagel<sup>104</sup>. Foi, até à sua destruição, no âmbito da reforma pombalina, um dos *ex-libris* da memória da cidade romana. A gravura citada exhibe três colunas que, assentes num estilóbato, sustentam arcos de volta inteira, mas que uma observação mais atenta, sobretudo do lado direito, deixa pensar que corresponde a uma abóbada de arestas (ALARCÃO: 2008, 37).<sup>105</sup>

Podemos considerar que este arco era “*pura e simplesmente, a porta principal do oppidum Emínio*” (VASCOCELOS, 1987:272; SIMÕES, 1888:22; CORREIA, 1946:11 e 27), que foi posteriormente integrada na Porta de Belcouce, indo de encontro aos exemplos conhecidos de outras cidades romanas, que incorporaram arcos honoríficos anteriores nas muralhas que foram erguidas em finais do séc. III ou inícios do IV d.C. Como evidências arqueológicas temos um capitel jónico, cujo paradeiro se desconhece, e o testemunho *in situ* da existência de pedras almofadadas, aquando de uma intervenção arqueológica, feita em 2001 (ALARCÃO, 2008:40).

As fontes literárias, contudo, não ignoraram este monumento. A mais antiga referência ao arco, foi a de Sá de Miranda, revelada por Mário Brandão (1972:228)<sup>106</sup>.

A “cidade dos mortos” era tão importante para os romanos, como a *civitas* dos vivos. As necrópoles localizavam-se fora das muralhas, optando-se vulgarmente por os fazer ao longo das principais vias de acesso. Deste modo, parece aceitável, que pelo menos uma das necrópoles da cidade romana aqui estivesse localizada<sup>107</sup>, uma vez que foram recolhidas, em 1773-1774 e em 1878, inscrições funerárias no percurso entre a Porta do Sol e da Traição (FIGUEIREDO, 1884:14-16; SIMÕES, 1888:19).

---

<sup>104</sup> Contudo ignorado na de Baldi. Ambos os desenhos nos mostram uma perspectiva da cidade de Coimbra no séc. XVI e XVII, respectivamente. Contudo a questão permanece em aberto, uma vez que as descrições literárias e o desenho de Baldi, são completamente incompatíveis. O que teria levado Baldi a ignorar o desenho deste arco? Possivelmente porque o arco estaria por detrás da porta de entrada na cidade, invisível portanto, daquele ponto da encosta de Santa Clara, onde Baldi terá tomado a vista da cidade em 1669. ANEXO GRAVURA 1/3.

<sup>105</sup> Na legenda apensa à gravura lê-se: *columnae antiquae Romanorum*, [“colunas antigas dos romanos”].

<sup>106</sup> A *Fábula do Mondego* (alusão aos monumentos romanos de Coimbra subsistentes nos inícios do séc. XVI), explicita claramente a existência, à época, deste arco. Os testemunhos literários do séc. XVII (D. Jerónimo de Mascarenhas, em 1636 e António Coelho Gasco, em 1666), são demasiado pormenorizados para poderem ser ignorados. Estes dois testemunhos localizam, com pormenor, quer as características “à romana” dos arcos, quer a sua localização junto à Estrela.

<sup>107</sup> Poderá ter havido outros depósitos tumulares, eventualmente na saída para norte da via Olisipo/Bracara. Mas esta hipótese não foi até hoje confirmada, é uma suposição pois parece ser em termos de paisagem a única via “livre”, para que pudesse ser aproveitada para esse fim.

Concluída a análise aos equipamentos urbanos existentes em *Aeminium*, passemos à apreciação dos arruamentos internos que organizavam o interior da cidade<sup>108</sup>.

Partindo das hipóteses definidas por Jorge Alarcão na sua obra “*Coimbra, A Montagem de um Cenário Urbano*” (2008: 58-66), sintetizamos as seguintes artérias: o *decumanus maximus*, com início no ponto onde se ergueu o castelo medieval, segue a linha definida pelo aqueduto até ao ponto de intersecção com o *cardo maximus*, no canto sudeste do fórum. De seguida, contornando o fórum iria encontrar-se com a rua das Covas (actual Borges Carneiro)<sup>109</sup>, até ao patamar da Sé<sup>110</sup>, daqui iria dar à Rua de Quebra-Costas.

O *cardo maximus* (orientação norte-sul) é percorrido via Couraça dos Apóstolos<sup>111</sup> (ALARCÃO, 1979: 39-40; MANTAS, 1992: 509; ROSSA, 2001: 118). Jorge Alarcão, contudo, defende hipoteticamente a existência de um outro *cardo maximus*, traçado sobre as fachadas das igrejas de S. Salvador e de S. Pedro<sup>112</sup>, até à porta da Genicoca (ou Traição), localizada ao cimo da Couraça de Lisboa (ALARCÃO, 2008:60).

Outro arruamento romano, oblíquo relativamente ao *decumanus maximus*, pode ter partido da rua da Ilha à rua dos Coutinhos. Próximo desta última, foi descoberto em 1933, restos de uma casa romana (CORREIA, 1946: 112-113), cujo alinhamento se mostra compatível com o traçado desta via. Esta artéria seguiria supostamente até ao ponto onde, no séc. XII, os cónegos de Santa Cruz abriram a chamada Porta Nova.

Por fim, outro dos arruamentos romanos corresponde “grosso modo” à antiga Rua Larga, que seguia da Porta Férrea ao Largo do Castelo. Este eixo rectilíneo, poderá ter sido ocupado por importantes *domus* e suas famílias, uma vez que conhecemos vestígios de uma delas, escavada no Pátio da Universidade (CATARINO e FILIPE, 2003;

---

<sup>108</sup> Devemos, desde já advertir, que definir o traçado das vias internas de *Aeminium* é, de facto, um dos maiores desafios que se coloca à arqueologia actual. Jorge Alarcão (2008:57)

<sup>109</sup> Assim, esta rua das Covas (actual Borges Carneiro) daria também acesso directo ao fórum. A rua das Condeixas, poderá representar a deslocação para ocidente, da rua romana que acompanhando a fachada ocidental do fórum, iria ligar-se à rua do Cabido (esta pelo menos no seu curso superior pode corresponder a uma artéria de origem romana). No gaveto, formado pela rua das Covas e a rua das Condeixas, foram colocados a descoberto muros de diversas épocas, contudo o espaço escavado, não permite tirar grandes conclusões. Ainda assim, se considerarmos estar na principal via, esta poderia ser porticada, pelo menos no troço mais próximo do fórum.

<sup>110</sup> Poderemos, também, considerar, que os traçados da Rua do Norte até à Rua da Ilha fariam a ligação ao fórum pelo lado meridional, entre o Museu e o edifício actual da Faculdade de Letras. (MANTAS, 1992:509). Por motivos de topografia parece mais difícil aceitar que este traçado seguiria, em linha recta, até à Porta de Belcouce.

<sup>111</sup> No troço em que acompanha a fachada ocidental do antigo Colégio de Jesus, passando pelas ruas de S. João e de S. Pedro. Contudo, Jorge Alarcão (2008) coloca reservas nestas afirmações. Este autor, defende que “talvez aquelas ruas, porém, tenham resultado de traçados medievais e do séc. XVI”. (ALARCÃO: 2008, 60)

<sup>112</sup> As plantas de Coimbra de 1873-1874 e de 1934 representam a igreja barroca de S. Pedro. É possível que a que a antecedeu, de feição românica fosse, em termos de dimensões, similar às de S. Salvador, S. Cristovão e Santiago.

CATARINO 2005: 204-205; FILIPE, 2006: 345-350)<sup>113</sup>. A esta opção não será estranho o facto de se estar junto à zona de excelência e de referência para o próprio poder da cidade.

As convulsões<sup>114</sup> que abalaram o Império Romano, a partir de finais do séc. III, não tiveram o mesmo impacto nas províncias do ocidente peninsular, uma vez que estas já haviam iniciado um processo de crescente regionalização e autonomia desde os tempos dos Flávios. As cidades, embora dotadas de cinturas muralhadas, continuaram a desenvolver-se economicamente, paralelamente ao investimento feito em algumas *villae* campestre, sinal também de crescente importância dos poderosos nos seus domínios locais (FABIÃO, 1992:283).

Contrariamente a uma certa convicção instalada, nos alvares do Séc. IV, os centros urbanos continuaram a desempenhar papel importante na administração dos territórios e na vida económica<sup>115</sup>. E esse papel fundamental de desenvolvimento deve ter-se mantido nos séculos V e VI, uma vez que toda a lógica económica, quer a local, quer a marítima, se manteve estruturada de acordo com o poder urbano, por este centralizar a produção agrícola e por dominar os portos (De Man, 2008:36). A *civitas* de *Aeminum*, pode ser vista como um desses casos de crescimento, “*porque se situava numa posição estratégica mais vantajosa, podendo servir de entreposto territorial mais óbvia (...)*” (De Man, 2006:47; MANTAS, 1996:611). Estas lógicas territoriais tornar-se-iam, mais tarde, evidentes, durante o período visigótico, que desenvolveriam a sua estratégia em locais de intersecção entre o mar e o interior.

O séc. V é, no cenário político, caracterizado por novas e grandes convulsões, com consequências profundas no xadrez político da Hispânia. Este século marca, no seu início, a entrada de Suevos, Alanos e Vândalos, resultado de um pacto entre Honório e os bárbaros em 411. A instalação destes grupos, e posterior constituição dos seus reinos, não parece ter implicado uma ruptura brusca e profunda na teia de relações estabelecidas desde o séc. III (MATTOSO, 1992:293).

Entre investidas e pressões, avanços e recuos, os suevos conseguem estabilizar-se na Península Ibérica, consolidando-se o seu reino entre 430 e 469. A partir desta data os suevos estabelecem-se da *Galécia*, com a capital em *Bracara Augusta* e na *Lusitânia Setentrional*, com fronteiras em *Astorga*, *Idanha* e *Conímbriga*; os Visigodos na *Bética*

---

<sup>113</sup> Ainda no decorrer das intervenções no Pátio das Escolas (CATARINO e FILIPE, 2003; CATARINO 2005: 205), podem ter sido descobertos restos de uma outra via, localizada a sul da alcçova muçulmana, que à posteriori cortou essa casa romana

<sup>114</sup> Sucintamente as disputas de poder, que levaram Diocleciano (284-304 d.C.) a instituir a “tetrarquia”, numa lógica de nova concepção de poder imperial e a crise económica paralela, provocada por uma sucessão de maus anos agrícolas e pela incapacidade de deter nas fronteiras do Império as movimentações de povos na sua periferia.

<sup>115</sup> A Conímbriga, por exemplo, chegavam no séc. IV vidros fabricados em Colónia, louças da Tunísia, moedas cunhadas em Roma, Londinium (Londres), Trier, Antioquia, Alexandria entre muitas outras. (ALARCÃO, 2008:67).

e *Lusitânia Meridional* (*Palência, Cória, Salamanca, Santarém, Lisboa e Mérida*). É possível que esta aparente unidade se tivesse mantido até pelo menos 550, ano de conversão ao Catolicismo<sup>116</sup> do rei Carrarico (MATTOSO, 1992:312). Em 585, assiste-se à sua capitulação e anexação por parte dos visigodos, comandados por Leovigildo.

Apesar deste clima de instabilidade que temos vindo a descrever, crê-mos que a antiga organização politico-administrativa romana se terá mantido em muitas das *civitates*. Os antigos duúnviros deram lugar a *defensores*, que eram figuras locais de considerável riqueza ou prestígio. Nas cidades onde havia bispos, estes assumiam também esse papel activo no regular das relações civis e militares. A política seguida por Leovigildo, inspirada nas instituições bizantinas e no direito romano, e a posterior conversão de Recaredo ao Cristianismo, parecem concorrer para essa ideia de continuidade.

Efectivamente, em paralelo com estas transformações política e económicas, assiste-se, desde o séc. IV, à difusão gradual na Hispânia do Cristianismo. No caso do reino Suevo, um documento denominado "*Parochiale Suevum*" dá-nos informações sobre a organização eclesiástica, em que Conímbriga pontuava como sede de bispado, sendo *Aeminium*, uma das suas cinco paróquias.

Sucintamente, no início, esta religião encontrou terreno mais fértil para a sua propagação nas comunidades mais romanizadas e sob influência mediterrânica, a sul do Tejo, por oposição ao norte. Ainda durante todo o séc. VI são inúmeros, e disseminados geograficamente, exemplos de práticas pagãs, em clara contradição com as disposições que a hierarquia eclesiástica defendia. Outro dado importante, e que parece induzir que estas comunidades tiveram um crescimento lento, foi o facto de só se terem dedicado à construção de edifícios próprios a partir dos séculos V e VI, e que estas construções, muitas das vezes, aproveitaram ou anexaram edifícios mais antigos, civis ou religiosos, o que denota uma transição progressiva e sem grandes conflitos para o novo culto.

Para Coimbra, os dados que temos actualmente não nos permitem tirar grandes conclusões. Falta, ainda, à investigação histórica e arqueológica, um estudo que esclareça esta questão. Aventam-se hipóteses, nem sempre seguras sob o ponto de vista arqueológico, como são os casos da primitiva igreja de S. Bartolomeu (junto à estrada *Olisipo-Bracara*, na actual embocadura da Praça do Comércio), onde é possível que a sua fundação tenha tido origem nesta época.

Com a unificação visigótica e a elevação de *Aeminium* a Sede Episcopal, a sua Sé ter-se-á implantado no local da catedral românica, pois as igrejas episcopais, desde que o

---

<sup>116</sup> Aliás a influência e crescente importância do catolicismo no reino suevo, é atestada pela acção de Martinho de Dume.

Cristianismo foi tolerado ou adoptado pelo poder político, ficavam normalmente localizadas no interior das áreas muralhadas (BONNET, 2002: 146).

Os visigodos mantiveram o nome antigo de *Aeminium*, como se depreende das moedas aqui cunhadas por Recaredo (586-601), Liúva II (601-603), Sisebuto (612-621) e Chintila (639-640). A cidade, agora sede de bispado, deve ser considerada como um centro urbano importante. Contudo, os vestígios da sua ocupação são difusos ou estarão subvalorizados, uma vez que ao invés de rupturas, talvez estejamos no plano das continuidades. O que estamos a afirmar tem a sua melhor expressão quando consideramos que praticamente todas as fortificações urbanas lusitanas de época visigótica representam evoluções de muralhas romanas (De MANN, 2008), o mesmo acontecendo posteriormente, já que aparecem alguns elementos arquitectónicos de época visigótica incorporados, como é o caso da Porta da Traição (2008: 256).

Numa escavação recente, na chamada Casa das Talhas, na Rua Fernandes Tomás foi recolhida “(...)cerâmica [que] não se adscreeve a uma fase anterior ao séc. IX, embora alguns elementos devam ainda ser encarados como produções muito evolucionadas de matriz romano-visigótica”(ibid 2008: 262). Por fim, este mesmo autor, alerta para o seguinte: “muitas das torres do restante percurso medieval foram demolidas, inviabilizando comentários factuais sobre o seu eventual valor romano-visigótico” (ibidem 2008: 262).

Depois de ter sido romana, residência prelatícia visigótica, Coimbra foi conquistada pelos Muçulmanos, sob o comando de *Abd al-Aziz*, filho de *Muça*, em 714 ou 715. O topónimo também se alterou, da cidade de *Aeminium* passamos para a *Qulumbriya* das fontes árabes.

Em termos históricos e políticos, no primeiro ordenamento do território, de meados do Séc. VIII, cidades como Viseu, Coimbra, Santarém e Lisboa, não aparecem documentadas entre as primitivas *kuwar* (plural de *Kura*, com significado de distrito militar). Essas cidades são mais frequentemente indicadas como sedes de amplos distritos civis, com o sentido de comarca territorial (*'amal*), situadas numa fronteira permeável, habitada por populações autóctones e pequenos grupos árabo-berberes. Esta ampla região será integrada na Marca Inferior ou Fronteira Ocidental, que teve Mérida como principal capital, substituída depois por Badajoz (CATARINO, 2005:195).

A *madinat Qulumbriya*, como capital de uma comarca de fronteira, assentou a sua rede de influências territoriais na construção de novas fortificações (*hustum* ou castelos-território), sendo a de Montemor-o-Velho a mais mencionada nas fontes escritas (CATARINO, 2005:203). O seu governo, mormente a cidade ter mantido o estatuto de *comes civitates*, pode ter sido dado a um governador muçulmano de nome *Alboacem iben Tarif*, e quem *Adb al-Aziz* encarregou, em 716, do governo de Coimbra e toda a sua comarca.

Quanto ao ambiente social em que se deu esta mudança, como já foi referido anteriormente, é caracterizado pela permanência pacífica da população autóctone, que num clima de certa autonomia, se islamizou culturalmente, mas que se manteve cristã, sendo a população da cidade maioritariamente moçárabe. Contudo, também era composta por grupos de origem berbere, como foram o grupo tribal *Masmuda* e os *Sadfura*<sup>117</sup>, assim como temos notícia de grupos berberes durante as revoltas de *Ibn Maruan* em 875/876 (FILIPE, 1997:90 e CATARINO, 2005:203).

No entanto, os tempos não eram de paz, subsistindo os conflitos internos. E, tanto assim é que, numa fronteira de lealdades imprecisas, as populações moçárabes e berberes tentavam, por um lado, não ficar totalmente subjugadas ao controle de Córdova e Asturleonês, e por outro continuavam a guerrear-se entre si<sup>118</sup>. Este clima instável, pautado por rebeliões internas, favoreceu as tropas de Afonso III na expansão territorial do reino asturo-leonês para sul do Douro. Nestas investidas, Coimbra é tomada em 878, pelo conde *Hermenegildo Peres*. E, mantém-se sob este domínio, até à conquista de *Almanson*, em 987 (CATARINO, 2005:203).

A cidade desta época mereceu por parte de cronistas descrições pormenorizadas, o que atesta a sua importância enquanto centro urbano. As fontes, respectivamente a crónica de *al-Rasis*, e mais tarde a de *Alhimiari* (séc. XI) e a de *Edrici* (séc. XII), retratam a cidade de Coimbra como tendo “*um castelo mui excelente (...). A cidade de Coimbra tem muitos vergéis de bom rendimento e numerosos olivais que dão um azeite mui bom. Coimbra é uma terra muito antiga*” (...) “*está situada numa montanha de forma circular e cerca-a uma sólida muralha, rasgada por três portas. É absolutamente inexpugnável (...). No sopé da cidade corre um rio cuja água move os seus moinhos. (...)*” (COELHO, 1972:42-43; 50-51). É também significativa uma descrição anónima de *Al-andalus*, “ (...) *nela existe uma mesquita aljama que foi transformada pelos cristãos quando conquistaram a cidade (...). possui grandes muralhas e portas fortificadas, uma imensa terra de lavoura e um vasto território (...)*” (MOLINA, 1983:61).

Partindo destes dados, o que restará na malha urbana e que vestígios arqueológicos temos para caracterizar o período que medeia os séculos VIII e XI?

Como alerta Helena Catarino, o aparente clima de não agressão entre cristãos autóctones e grupos árabo-berberes, justifica que em termos arqueológicos seja difícil

---

<sup>117</sup> o grupo tribal *Masmuda* e os *Sadfura* estavam em Coimbra e um dos governadores da cidade, no séc. IX, era da família dos que foram fundadores *Alcácer Abu Danis* (Alcácer do Sal). Os *Banu Adanis*, da tribo *Masmuda*, estavam instalados em comarcas entre Lisboa e Porto, na época do emir *Muhammad b. ‘Abd al-Rahman*.

<sup>118</sup> São exemplo as acções bélicas praticados por *Tumulus*, na região entre Lisboa e Coimbra, o que obrigou os emires a enviarem expedições às comarcas do Ocidente; o papel desempenhado por *Abu L.Fath al-Sadfiuti*, na Guerra Santa, na região de Coimbra e, particularmente, do *qawm* dos *Bani Adanis*, cujo emir se chamava *Adanis b. ‘Awsaya*, mostrava fidelidade ao governo de Córdova e anos mais tarde se revoltou contra o emir *‘Abd Allah b. Muhammad* (CATARINO, 2005: 203).

diferenciar os vestígios do séc. VII com os da primeira metade do Séc. VIII, excepto nos casos, onde eventualmente, apareçam moedas e cerâmicas exógenas (2005:195), como foi o caso de moedas para este período, recolhidas em escavações no Museu Machado de Castro (MARINHO, 1971:249-255). Esta dificuldade ultrapassa-se nos períodos subsequentes.

Nos cem anos seguintes, até à chegada das tropas de *Fernando Magno*, em termos urbanísticos, regista-se a construção, no ponto mais alto da colina, do centro de poder político, um Alcácer, datado de finais do séc. X, obra de *Almançor*, com eventuais vestígios de um edifício com origem no séc. VIII ou IX (CATARINO, 2005; CATARINO e FILIPE, 2006). De facto, as escavações realizadas no Pátio das Escolas são, pelos dados recolhidos, um reflexo da longa ocupação urbana que caracteriza este espaço: em época romana é uma área residencial; no período islâmico é nele implantado o Alcácer; depois da conquista cristã, é aqui instalado o Paço Real, que depois se transforma em sede da Universidade Portuguesa (FILIPE, 2006:351).

Para além do Alcácer, já de si fundamental, o espaço escavado, revelou, por cima de níveis estratigráficos romanos e tardo antigos, estruturas de casas medievais, associadas a materiais de época islâmica e da reconquista, nomeadamente cerâmica vermelha pintada a branco e painéis de cozedura redutora com incisões profundas nas asas (FILIPE, 2006:347). Associado à construção do Alcácer foram também detectadas e interpretadas no âmbito desta intervenção, as suas muralhas, edificadas em período omíada. A técnica utilizada na sua construção é semelhante à de outros tramos da muralha da medina, o que pode corresponder a um programa mais vasto de reforço defensivo da cidade (CATARINO e FILIPE, 2005).

Efectivamente, fora deste perímetro central, têm vindo a ser identificados outros vestígios que poderão eventualmente caracterizar este período. As fontes acima descritas falam de uma cidade dotada de estruturas muralhadas fortes e eficazes, por sua vez, os textos, que retratam a conquista de Fernando Magno (*Crónica de Castela fol. 97aR; Crónica Geral de Espanha*), são unânimes em afirmar que o cerco prolongado feito à cidade afectou seriamente as suas fortificações, mas que simultaneamente comprovou a sua eficácia (MANN, 2008:256). Mesmo aceitando que estas estruturas defensivas, na sua origem não sejam deste período, mas sim fruto de reaproveitamentos anteriores, seguramente que também mostram o investimento feito. A tal constatação não pertence, seguramente, a porta junto ao Museu Machado de Castro, reveladora de características de influência islâmica.

Assim, as três portas referidas pelas fontes árabes referem-se à do Genicoca (Traição ou Ibn Bodrun), de Belcouce e de Almedina. Destas três, a última, tem sido interpretada como sendo islâmica, e abstraindo-nos da problemática de ter sido de construção anterior, a verdade é que a intervenção no edifício da Livraria Almedina

(junto a esta porta) identificou vários horizontes islâmicos, nomeadamente diversos silos sobrepostos por uma casa de pátio, e ainda materiais cerâmicos com nítidas semelhanças aos recolhidos em Conímbriga de época visigótico-emirais (De MANN, 2004b:459-471; 2008:257).

Quanto à localização da mesquita, não há indicações seguras. Para António Vasconcelos (1930: 27-29), a sua construção localizar-se-ia, no exacto ponto onde hoje se encontra a Sé Velha; para Walter Rossa (2001: 180 e 245-246), a mesquita terá sido construída uma a par da outra. Até à presente data não foram postos a descoberto elementos arqueológicos que permitam aceitar ou refutar qualquer uma destas hipóteses.

Da documentação antiga, principalmente através das doações feitas a mosteiros já existentes, temos a notícia de que os frades do Mosteiro da Vacariça terão, no séc. XI (1064), adquirido S. Salvador, o que indicia a construção deste templo sob o segundo domínio muçulmano, com forte probabilidade de ter aproveitado um templo de origem romana.<sup>119</sup>

O que restará desta época na malha urbana actual? Pouco mais de sugestões do que teria sido a *medina*, traduzida na morfologia da zona dos Palácios Confusos e S. Cristovão (na parte mais a sul) e seguramente a origem da palavra “almedina” que para sempre ficou a designar a zona intra-muros.

A conquista em 1064, pelas tropas de Fernando Magno, virou uma nova página na História de Coimbra. A reorganização e administração do território ficou a cargo de um moçárabe de Tentúgal, o alvazil D. Sesnando, a quem coube a responsabilidade de dar início a um programa de reestruturação, aprestada com novas fortificações, iniciando-se a partir deste momento um período de actividade reconstrutiva.

A cidade medieval, que grosso modo respeitou a estruturação urbana romana, ter-se-á desenvolvido a partir de três das suas cinco portas<sup>120</sup> que lhe davam acesso: a do Castelo (situada a nascente); a de Almedina (a poente, na confluência com o arrabalde, a mais importante pois situava-se no ponto baixo do caminho natural de acesso ao morro) e a de Belcouce (mais para sul, no local, onde a partir de 1715, se construiu o Colégio da Estrela).

Este espaço urbano, centralizado no Largo da Sé, actuou como um dos elementos estruturantes na genética do plano urbano de Almedina (MARGARIDO, 1987: 53), apresentando-se como o centro populacional, religioso, comercial e administrativo, já

---

<sup>119</sup> Tal como a hipótese levantada no ponto dedicado à cidade romana.

<sup>120</sup> As outras portas são as da Traição (ou Genicoca, que também aparece designada como Ibn Bodrun) e Porta Nova, aberta no Século XII para dar serventia ao Mosteiro Crúzio.

que aí estiveram a *domus municipalis* e o pelourinho, até serem transferidos, respectivamente, para a Torre de Almedina e para a Praça Velha.

Pelo menos desde o séc. XII<sup>121</sup>, é possível atestar a tendência para os artesãos, os comerciantes e o povo míudo se instalarem na Baixa, enquanto na Alta se mantinham além do povo, a nobreza e os altos dignitários eclesiásticos (ROSMANINHO, 1986: 12). Esta ideia ganha força quando analisada a documentação medieval relativa à Rua da Calçada (actual Rua Ferreira Borges), como constata Leontina Ventura: “*talvez se possa concluir mais que estamos perante um bairro comercial habitado por mercadores de ultra-monte, como o próprio nome da rua parece provar. Resultaria isto decerto do facto do recinto amuralhado ser já então estreito para a afluência de compradores e vendedores.*” (1975: 47). Não significa, contudo, que dentro espaço intra-muros não tivéssemos, a partir desta data, registo de actividades económicas. Até pelo menos ao séc. XVI, registamos a presença, em número significativo, de artífices e mesteiros (açogadores, cuteleiros, sapateiros ou ferreiros), precisamente entre o troço ocidental da muralha e o adro da sé, nas antigas artérias cujo topónimo antigo é o de “tendas” e “fiveteiros” (TRINDADE, 2002:129).

A partir de 10 de Fevereiro de 1269, Coimbra deixa de ser a residência oficial da Corte para receber a 01 de Março de 1290 os “Estudos Gerais” junto à alcáçova. D. Dinis fá-lo com o intuito de travar o abandono progressivo do espaço intra-muros. Contudo, estas diligências, aliadas à itinerância dos Estudos Gerais, não tiveram o resultado esperado, uma vez que os índices de despovoamento eram, em 1527, preocupantes. Efectivamente, pouco mais de um terço da população total morava intramuros (OLIVEIRA, 1982: 62).

Esta política de isenções e privilégios mantém-se nos reinados seguintes e só a instalação definitiva da Universidade na zona da Alta, em 1537<sup>122</sup>, permitiu travar o seu abandono, deixando de preocupar os poderes públicos, transformando esta zona em lugar de referência para a elite nacional, que durante quase meio milénio teve em Coimbra a única Universidade portuguesa. A par da Universidade, foram fundados na cidade inúmeros colégios universitários.

A *facies* da zona intra-muros mudou radicalmente, já que em dois séculos se levantaram em zonas livres da Almedina grandes edifícios. São disso exemplo máximo, entre outros, os edifícios da Sé Catedral de Coimbra, com o colégio anexo, da

---

<sup>121</sup> Cf. Leontina Ventura no seu artigo, “A muralha coimbrã na documentação medieval”, parece concluir através da análise da documentação medieval que desde os fins do Século XII não faltavam alguns comerciantes permanentes ou tendas situadas extra-muros. Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, Coimbra, GAAC – Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 1979, nota 5, p.47.

<sup>122</sup> Parecia ser intenção de D. João III, ao ordenar a fundação destes estudos e colégios<sup>122</sup>, transformá-los mais tarde em Universidade. Para alcançar este objectivo pede aos bispos que o auxiliem, fundando junto dos estudos de Santa Cruz, outros colégios destinados a estudantes de diversas dioceses, tendo sido correspondido em alguns casos.

responsabilidade da Ordem dos Jesuítas; o Colégio Novo da Ordem dos Crúzios; o Colégio da Trindade; Santa Rita/Grilos, da Ordem dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho (hoje Palácio dos Grilos e ocupado por serviços universitários); de Santo António da Pedreira que pertencia aos Religiosos da Província de Santo António de Portugal, dos Franciscanos Reformados ou “Capuchos”; dos Loios e, em fase posterior o dos Militares.

Por conseguinte, a Universidade e a consequente instalação dos colégios universitários constituem, não um corte na malha urbana, mas um momento fundamental de transformação e crescimento. Este desenvolvimento foi, assim justificado, nas palavras de António Nogueira Gonçalves: *“Quem percorrer as ruas da cidade [Coimbra, particularmente as da Alta], com certa atenção notará que o fundo construtivo corresponde a um tipo de casas que apresenta, como característica própria, as janelas de avental rectangular. Correspondem à segunda metade do Século XVI, a todo o Século XVII e ainda aos começos de todo o Século XVIII, isto é, ao período principal de construção dos colégios universitários; a mesma febre da obra colegial deu-se sob uma forma renovadora, nas habitações particulares.”* (CORREIA; GONÇALVES, 1947: 56).

O século seguinte marca uma evolução lenta, com intervenções pontuais dos planos reformadores do Marquês de Pombal. A sua obra, mais direccionada para a reforma curricular dos estudos universitários, define-se, no plano urbano, num punhado de iniciativas: a criação do Jardim Botânico (na Quinta dos Bentos) e abertura da praça que hoje tem o seu nome, onde fez levantar institutos universitários ao gosto da moderna Europa além Pirinéus (DIAS, 1988: 13).

Assim se manterá Coimbra até ao Século XIX, onde a extinção das ordens religiosas, o desenvolvimento da pequena burguesia e o começo da industrialização vão possibilitar o crescimento da cidade para outras zonas (MENDES, 1983). No entanto, o espaço intra-muros mantém-se, razoavelmente, inalterado. Só em meados do século passado começou a destruição quase completa desta zona, para se edificarem os novos edifícios universitários<sup>123</sup>. Para tal foram destruídas grandes áreas da antiga ocupação, incluindo muitos edifícios notáveis, como a Igreja de S. Pedro e os colégios dos Militares e dos Loios<sup>124</sup>, e se arrasaram quarteirões inteiros, numa perda de património, cujo valor ainda está por calcular.

---

<sup>123</sup> Para mais informações sobre os planos para a Cidade Universitária ver Nuno Rosmaninho, “O princípio de uma revolução urbanística no Estado Novo”, Coimbra, Minerva, 1996. E mais concretamente sobre os planos de urbanização da cidade de Coimbra Lusitano dos Santos, “Planos de Urbanização para a Cidade de Coimbra, Programa Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos, Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro, 1983.

<sup>124</sup> Para mais informações consultar “A Velha Alta Desaparecida”, Album comemorativo das Bodas de Prata da Associação dos Antigos Estudantes, Coimbra, Livraria Almedina, 1984.

O conhecimento das lógicas de funcionamento e transformação das áreas urbanas declaradas como centros históricos, é, no tempo presente, fundamental. As complementaridades funcionais, que coexistiram nestes tecidos urbanos têm de ser reconquistadas e reenquadradas na “rede” de centros da cidade contemporânea. Para tal, é fundamental compreender como é que a própria cidade, sobretudo da segunda metade do século XX, desequilibrou estas complementaridades (GONÇALVES, 2011:220).

## Capítulo III. O Património Arqueológico na zona intra-muros

### 3.1. Definição

Impõe-se desde logo uma questão: o que constitui esse património arqueológico?

A resposta é dada no Artigo 1º da Carta de Lausanne (1992): *“O património arqueológico é a parte do nosso património material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana e diz respeito aos locais onde foram exercidas quaisquer actividades humanas, às estruturas e aos vestígios abandonados de todos os tipos, à superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como aos materiais que lhes estejam associados.”*

A partir desta definição, reconhecida e ratificada por todos os Estados da União Europeia, é finalmente reconhecida a existência de bens arqueológicos que, no fundo, são grande parte do património que nos rodeia.

Assim, que documentos, recursos e ferramentas já existem para o espaço que estamos a analisar? E, em que medida podemos definir e aperfeiçoar outros complementares para a contribuição de uma melhor gestão do património arqueológico existente?

A rede urbana europeia actual é “herdeira” de um importante processo urbano que se levou a cabo entre os séculos XI e XV mas, que no caso de Coimbra, tem a sua génese urbana na *civitas* de época romana. Por consequência, na cidade do tempo presente, ainda se conseguem encontrar indícios dessa estrutura/modelo antigo.

As redes viárias e as praças/eixos centrais tiveram tendência a estabilizar, mas já no seu interior produziram-se alterações importantes ao nível dos cadastros e parcelas. A esta situação estão ligadas as “heranças”, novas redistribuições do espaço, supressão de hortas e pátios interiores (ou o fenómeno oposto), bem como a apropriação de espaços junto às muralhas e adarves, numa clara “guerra” de sucessivas usurpações ao espaço dito público.<sup>125</sup> As modificações no que está construído, em regra, só acontecem quando essas mesmas estruturas se tornam incompatíveis com os “novos usos”, o que origina a sua substituição.

Na maior parte dos casos, destas cidades históricas, as transformações políticas não têm incidência directa e global sobre os modos construtivos e usos socioeconómicos quotidianos, nem se projectam de forma homogénea em todas as escalas sociais. A comprovar esta ideia temos as grandes construções, ligadas directamente aos grupos

---

<sup>125</sup> Em Coimbra é particularmente importante a análise deste último fenómeno. A documentação medievla é muito clara na constante proibição de ocupação do espaço público. Também em época romana sendo uma das características do urbanismo tardio a apropriação do espaço público como por exemplo as ruas.

de poder, que são as chamadas “permanências arquitectónicas”, e que geralmente se convertem em articuladores da rede urbana<sup>126</sup>.

A metodologia de base conducente à caracterização arqueológica de um espaço histórico, terá de ser de tipo regressivo, que nos permita estudar a evolução destas cidades, a partir de uma perspectiva sincrónica e diacrónica. A análise dos elementos que compõe o espaço/paisagem urbana deve ser feito de forma global, contemplando tanto os elementos emergentes e visíveis da cidade (o edificado urbano), como os vestígios enterrados (substrato arqueológico). Quer isto dizer que se deve começar a investigação a partir da cidade contemporânea para, a partir da mesma retroceder no tempo de forma gradual para nos aproximarmos o mais possível das formas mais antigas.

Estas premissas permitiram-nos definir um plano de actuação, com o objectivo de caracterizar arqueologicamente esta zona. Assim, a metodologia adoptada tem por base os seguintes vectores:

1. – caracterização da zona em estudo, que tem como ponto de partida a recolha da informação para se poder realizar uma reconstrução histórica da cidade;<sup>127</sup>
2. – definir o estado de conservação dos níveis arqueológicos e determinar que elementos incidem sobre o património arqueológico<sup>128</sup>.

### 3.2. O Que se vê: A Carta de Caracterização do Edificado

A Carta de Caracterização do Edificado é o resultado de um levantamento dos edifícios da zona que estamos a estudar, feito entre 2003-2006, da responsabilidade tutelar do Gabinete para o Centro Histórico, da Câmara Municipal de Coimbra<sup>129</sup>. Para o efeito a área intra-muros foi, geograficamente, dividida em 3 partes: Almedina; Sé Velha e Couraças de Lisboa e Apóstolos<sup>130</sup>.

---

<sup>126</sup> São exemplos destas construções os Edifícios Religiosos (Mesquitas, Sés, Igrejas), Palácios, Castelos, etc.

<sup>127</sup> Esta caracterização foi elaborada no ponto anterior.

<sup>128</sup> Esta informação foi recolhida tendo por base as Fichas de Sítio e artigos científicos de cada intervenção que fomos registando, numa tabela de Excel. ANEXO TABELAS 1/2/3.

<sup>129</sup> Este inventário está colocado à consulta pública, em [www.cm-coimbra.pt](http://www.cm-coimbra.pt) A metodologia e a parte 1ª e 3ª O levantamento, com excepção da Parte 2 (Sé Velha), e posterior estudo do edificado, foi realizado pela signatária da presente dissertação, enquanto técnica superior do Gabinete para o Centro Histórico/Câmara Municipal de Coimbra.

<sup>130</sup> A 1ª parte, onde se incluía o estudo das fachadas dos imóveis sítos nos **Becos da Carqueja**, da **Imprensa**, das **Cruzes**, de **Cima**, no **Pátio do Castilho**, **Ruas do Arco de Almedina**, de **Quebra Costas**, de **Sobre Ribas**, **Fernandes Tomás e Joaquim António de Aguiar**; A 2ª parte, visou a zona composta por: **Largos da Sé Velha**, da **Matemática**, **S. Salvador**, **Ruas Borges Carneiro**, da **Boavista**, da **Ilha**, da **Matemática**, das **Esteirinhas**, das **Flores**, de **S. Cristóvão**, de **S. Salvador**, do **Cabido**, do **Colégio Novo**, do **Loureiro**, do **Norte**, dos **Coutinhos**, **Dr. João Jacinto**, **Becos da Anarda**, das

A metodologia utilizada, neste estudo, baseou-se na utilização de Fichas de Inventário individuais<sup>131</sup>, acompanhadas de fotografias, relativas a cada um dos imóveis em estudo. Quanto aos Monumentos e Edifícios Classificados ou com potencial para lhes ser conferido esse estatuto, por terem sido exaustivamente estudados e estarem já inventariados<sup>132</sup>, foram descritos num outro tipo de ficha de inventário<sup>133</sup>. Mais tarde, toda esta informação foi traduzida numa carta, com uma base de SIG.

No entanto, não podemos deixar de apontar dificuldades e limitações sentidas para o estudo deste tema. Para a época tardo-medieval<sup>134</sup>, as fontes escritas são quase o único caminho para a reconstituição e estudo das cidades medievais, o que não deixa de se traduzir em óbvias desvantagens<sup>135</sup>, uma vez que a documentação medieval é, normalmente, escassa e em muitos casos sem continuidade cronológica.<sup>136</sup> Através destas fontes só muito lateralmente se pode depreender o traçado de diferentes artérias, o contorno da muralha, a exacta morfologia de uma construção, etc.

Outra das grandes dificuldades sentidas, prendeu-se com o facto de, na grande maioria dos casos pesquisados, a toponímia das artérias ser muito pouco explícita. Aparecem quase sistematicamente, no caso de Coimbra, expressões como “*A Casa que vai no caminho para a sé*”, e só muito pontualmente se apontam outras singularidades. Ora, no caso da Sé Velha existiam na Baixa Idade Média pelo menos quatro das artérias actuais que “desaguavam” no largo da Sé: a Rua dos Coutinhos; a Rua do Cabido; a Rua

---

**Condeixeiros, de S. Cristóvão, de S. Marcos, do Loureiro e Travessas do Cabido, da Esperança, do Loureiro, da Matemática, da Rua do Norte e de S. Salvador e a 3ª parte que contemplou os imóveis sítos no Beco da Amoreira, Couraça de Lisboa e dos Apóstolos, Largo do Hilário, Palácios Confusos, Ruas Corpo de Deus, Guilherme Moreira, José Falcão, Travessas da Couraça de Lisboa e da Trindade.**

<sup>131</sup> Nestas fichas, consultáveis em [www.cm-coimbra.pt](http://www.cm-coimbra.pt), constam os dados que nos pareceram mais importantes numa ficha deste tipo. Relativamente ao Estado de Conservação dos imóveis, a sua avaliação foi feita com base no que nos era dado a observar. Da mesma forma que os dados apontados nas Transformações/Destruições Previstas se cingiram a elementos dissonantes observados nas fachadas. Quanto aos imóveis, na sua Síntese Arquitectónica, foram só descritas as fachadas e nunca a sua organização interna. Este facto levou a que se optasse, por vezes, em juntar na mesma ficha dois imóveis com diferentes números de polícia, para que deste modo não se quebrassem a unidade da fachada.

<sup>132</sup> Ver [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

<sup>133</sup> Também esta ficha está consultável em [www.cm-coimbra.pt](http://www.cm-coimbra.pt)

<sup>134</sup> Considerando que a matriz do “construído” actual é efectivamente esta época.

<sup>135</sup> Uma vez que as habitações que vemos hoje, são seguramente muito diferentes, daquelas em que viveu o Homem medieval, ficou a faltar um estudo mais aprofundado “do construído” dessa época! Neste item a chamada “Arqueologia da Arquitectura” poderá vir a dar um contributo importante para a constatação ou refutação de algumas afirmações feitas.

<sup>136</sup> Ficou a faltar a consulta e revisão das fontes da época tardo-medieval (Tombo, Arquivos da Sé de Coimbra e da Universidade, etc.). O contacto com estas fontes foi sempre feito por via indirecta. A bibliografia existente, para o caso de Coimbra, e em concreto para o tema escolhido, resume-se quase em exclusivo aos estudos efectuados por Luísa Trindade, no seu livro “A Casa Corrente em Coimbra – Dos Finais da Idade Média Aos inícios da Época Moderna”, publicado em 2002.

Borges Carneiro (antiga Rua das Covas) e a Rua da Ilha, que antes da construção do Claustro da Sé, no Século XIII, se ligava directamente à Rua do Norte.<sup>137</sup>

Apesar das dificuldades e lacunas apontadas, foi possível individualizar, a partir dos dados deste levantamento, algumas das principais características da Casa Corrente da zona intra-muros. Partiu-se da chamada habitação corrente da época tardo-medieval, acrescentando-lhe, sempre que necessário, os elementos de época posterior. Esta opção justifica-se, pois consideramos que esta é a matriz arquitectónica de base da casa corrente do Centro Histórico de Coimbra<sup>138</sup>, uma vez que a instalação definitiva da Universidade e a consequente instalação dos colégios universitários constitui, não um corte na malha urbana, mas um momento fundamental de crescimento<sup>139</sup> e de enobrecimento estilístico das próprias moradias.

A partir da análise da carta de caracterização do edificado<sup>140</sup>, temos a clara percepção visual de que este é maioritariamente anterior ao séc. XX, o que significa que a malha urbana se manteve estável durante largo período temporal. Existem “bolsas” onde o edificado ainda mantém características de antiguidade assinalável (Séc. XVI/Séc. XVII/Séc. XVIII), são exemplo as habitações localizadas na Rua Fernandes Tomás, Rua de Sobre Ribas, Rua Joaquim António de Aguiar, e o núcleo central junto ao Largo da Sé Velha. Todas estas artérias têm em comum o facto de terem edifícios monumentais e/ou religiosos *in situ* ou na proximidade<sup>141</sup>. Pelo contrário, as zonas localizadas junto às “coursas” mostram construções mais recentes, o que deverá atribuir-se ao facto de, na de Lisboa ter existido, até bastante tarde, uma pedreira na encosta<sup>142</sup>; e no lado aposto (Apóstolos) se terem aí edificado (nas suas extremidades) o Colégio de Santo Agostinho e, no topo, o Colégio dos Jesuítas, o que poderá ter desmotivado a ocupação da população, por natural constrangimento de espaço.

---

<sup>137</sup> Este fenómeno só tenderá a ser corrigido a partir da segunda metade do Século XIX, quando o topónimo das artérias antigas é substituído por nomes de personalidades ligadas à vida cultural e política de Coimbra. Um exemplo claro é o da Rua Fernandes Tomás – ilustre representante e figura de vulto do liberalismo português – antiga *Rua das Fangas*. O topónimo primitivo está ligado ao comércio das farinhas. Esta é, aliás, outras das características desta época: associar actividades comerciais existentes a determinadas artérias.

<sup>138</sup> A grande maioria dos núcleos urbanos portugueses não é de origem recente, antes resulta de longas permanências humanas num determinado espaço. A Alta de Coimbra não fugiu a esta regra.

<sup>139</sup> Não foi só a Alta que beneficiou da instalação dos estudos superiores, toda a cidade adquire um súbito dinamismo. Entre 1537 e 1560, a população duplica, passando de cinco a seis mil habitantes, para cerca de dez a doze mil, número que só na segunda metade do Século XIX foi definitivamente ultrapassado: 12.278 habitantes em 1664; 13.369 em 1878 e 20.581 em 1911 (ROQUE, 1988: 9).

<sup>140</sup> Ver ANEXO e Figura 1, que se apresenta de seguida.

<sup>141</sup> Respectivamente Arco, Torre de Almedina (bem como a muralha circundante); Palácio de Sub Ripas, Torre do Anto e Colégio de Santo Agostinho; Antiga Igreja de S. Cristóvão, “desmontada” para a construção do Cine-Teatro Sousa Bastos, com a primeira intervenção a ocorrer em finais do séc. XIX e a Sé Velha, que como já se referenciou no ponto anterior funcionou como elemento estruturante da malha urbana.

<sup>142</sup> Deu o nome ao Colégio Universitário aí implantado: Santo António da Pedreira. Acresce que nesta zona estavam também localizados muitos campos agrícolas, visíveis nas gravuras antigas da cidade.

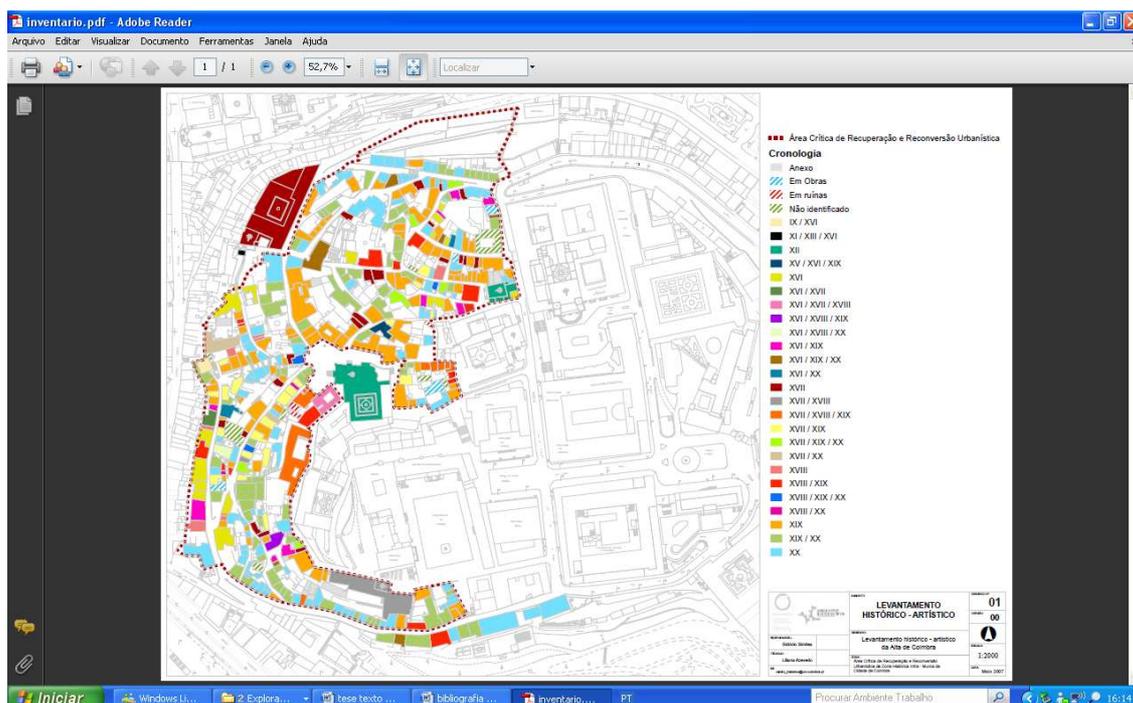


Figura 1

Cartografia do edificado com caracterização por séculos (extraído de [www.cmc.pt](http://www.cmc.pt))

A partir do momento em que cruzámos os dados do levantamento com a bibliografia e informações históricas para a época tardo-medieval, conseguimos aferir algumas das principais características deste edificado, tendo como base bibliográfica “A Casa Urbana em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna” da autoria de Luisa Trindade.

Assim, a casa corrente urbana do Centro Histórico de Coimbra é condicionada pela parcela em que se insere, tendendo maioritariamente para o formato rectangular<sup>143</sup>. (TRINDADE, 2002: 32).<sup>144</sup> Quanto às dimensões, só é possível ter uma ideia aproximada a partir de finais de quatrocentos, altura em que os registos das propriedades passam a integrar as medições, regra geral em *varas*, a chamada vara de medir pano, embora também surjam em *côvados*.<sup>145</sup> A área de implantação ocupada pela habitação não é muito grande, o que faz supor, que a casa corrente não é de facto, uma casa de grandes dimensões. Os números apresentados por Luísa Trindade apontam para uma área média de 50.43 metros quadrados (TRINDADE, 2002:35). As reduzidas dimensões são explicadas por diversos factores: a disponibilidade financeira;

<sup>143</sup> Assim se verifica através do tratamento da informação do Tombo Velho do Hospital Real, de 1504 e do Tombo Antigo da Câmara Municipal de Coimbra, (TRINDADE, 2002:32).

<sup>144</sup> De fachada estreita, a sua largura tende a situar-se entre os dois metros e meio e os seis metros. O comprimento é, em regra, pelo menos, duas vezes superior à largura (com tendência para valores superiores), daí resultando um formato claramente rectangular. (TRINDADE, 2002: 32)

<sup>145</sup> Feita a conversão a *vara* equivaleria a 1.10cm e o *côvado* a 0.70cm (MARQUES, 1989:68).

a localização na malha urbana; a muralha e os condicionalismos culturais inerentes à construção da casa corrente medieval.

Quanto ao primeiro factor, deve tomar-se em conta o facto de a casa corrente ser, por oposição aos edifícios notáveis, aquela em que preferencialmente residem artesãos e pequenos comerciantes<sup>146</sup>. Dentro da zona intra-muros os principais mercados de venda e oficinas ficavam localizados, por um lado junto do Largo da Sé Velha e da zona do Quebra-Costas, e por outro na charneira entre esta e a Rua de Sobre Ribas. Este tipo de actividade obriga, excepcionalmente, à multiplicação de portas<sup>147</sup>, que só se verifica quando a actividade económica ou o prestígio social assim o obriga. Assim, a fachada organiza-se com uma entrada directa para a loja, ou botica, no piso térreo, e outra de acesso ao piso superior, dedicado à zona residencial por excelência<sup>148</sup>. Acresce que, a partir do séc. XIX, os proprietários de imóveis com estas características, fecham estes vãos de acesso à divisão anexa, e transformam estes espaços na sua habitação, procedendo ao arrendamento de quartos para estudantes nos pisos superiores.

O acesso ao sobrado podia também fazer-se por uma escada exterior. Esta solução foi menos utilizada na área em causa, pois, tratando-se de uma acção que roubava espaço à rua, numa área onde prevalecia a actividade comercial, provocaria constrangimentos à circulação, situação que as autoridades (como no caso de Coimbra) tendiam frequentemente a restringir. Também os vãos superiores são reduzidos (em dimensão e em número) ao mínimo indispensável, abrindo-se, sobretudo no sobrado, de forma a controlar a temperatura interior.

A localização destas habitações numa malha urbana “apertada” pelas cintas muralhadas, influencia também as suas dimensões. Constata-se que são mais pequenas nas zonas de maior centralidade<sup>149</sup>, como é o caso da zona intra-muros. No caso concreto de Coimbra, a muralha teve um papel preponderante, pois funcionou como um “colete de forças” que obrigava a uma densificação do espaço construído e a uma redução da superfície de solo que ocupavam do espaço público. Ainda assim, nos finais da Idade Média, perdida a sua função militar, são frequentes os casos em que as

---

<sup>146</sup> Estes grupos de parcos recursos construíram as suas casas consoante os meios económicos que dispunham, o que explica a correspondência entre as pequenas e médias habitações a determinados estratos económicos da sociedade.

<sup>147</sup> Outro elemento muito utilizado era o alpendre. À semelhança do andar térreo, era tantas vezes dedicado à actividade comercial como a espaço de venda das mais diversas mercadorias.<sup>147</sup> Infelizmente são hoje raros, embora haja casos em que (se depreende a sua existência no passado. é sugerida a sua existência.

<sup>148</sup> Esta situação ocorre com muita frequência nas casas correntes de Coimbra. Ver ANEXO: FOTOGRAFIAS DO EDIFICADO.

<sup>149</sup> Onde o solo é mais caro e a ocupação mais densa.

casas se adossam aos panos da muralha<sup>150</sup>. O melhor exemplo foi o que se verificou na Rua Fernandes Tomás.

Quanto ao último factor - as questões culturais<sup>151</sup> -, baseia-se na noção fundamental de conforto: a casa era tida como um local de refúgio contra as intempéries, contra os outros homens, um local onde se pernoitava. Um espaço, unicamente destinado a cumprir as funções básicas, que se adapta a todo o tipo de funções, reduzindo-se ao mínimo a especialização dos compartimentos<sup>152</sup>. Esta situação explica que fora das muralhas, e na ausência de condicionalismos económicos, a casa continue a ser por norma um espaço reduzido. O sinal exterior de riqueza era visível, não na habitação, mas no número de dependências anexas, como são os celeiros, os armazéns, as adegas, as cavalariças, muitas vezes adaptadas nos séculos posteriores a casas de habitação.

Esta noção de conforto, tende, contudo a ser alterada nos inícios da época moderna, levando o proprietário a aumentar as dimensões da casa. Que soluções foram utilizadas para contornar a escassez de espaço?

Umás vezes recorria-se ao chamado “assentamento de casas”<sup>153</sup> (TRINDADE, 2002: 38). Mais frequentemente, utilizava-se a sobreposição de pisos. Ao longo dos séculos XV e XVI, com o crescimento populacional, torna-se comum a construção de novos pisos sobre os já existentes, chegando os imóveis a atingir, nas zonas de maior centralidade, os três e quatro andares. Esta prática é denunciada nas fachadas avançadas das casas estudadas neste trabalho.<sup>154</sup> Esta situação verificou-se no centro histórico de Coimbra, já que em média as casas eram pelo menos de dois pisos.<sup>155</sup> Esta casa correspondia, grosso modo, ao piso térreo, seguido do 1º andar com sótão.<sup>156</sup>

Este crescimento em altura está ligado ao poder atractivo dos centros económicos, administrativos e religiosos, que normalmente encarecem o valor dos solos, só restando aos proprietários dos imóveis destas zonas optarem pelo alteamento das suas habitações. A Rua Joaquim António de Aguiar, a Rua dos Coutinhos, e as zonas do

---

<sup>150</sup> Na zona extra-muros, pelo contrário, a pressão urbanística é menor permitindo construções de maiores dimensões, com maior número de divisões e ocupação dos quintais. Isto é um factor que pode explicar o crescimento rápido do arrabalde de Coimbra a partir da Baixa Idade Média.

<sup>151</sup> Recomenda-se a leitura dos capítulos “Espaço Privado e Domínio Público” (TRINDADE, 2002:96-98)

<sup>152</sup> Caso sintomático é o da casa do Bispo de Coimbra, homem de posses, que parece apenas dispor de três divisões para as funções estritamente residenciais: uma sala grande, uma antecâmara onde tomava as refeições e uma câmara onde dormia, reduzindo o mobiliário a um leito, pequenas mesas e algumas arcas (PEIXINHOS, 1989: 54-56).

<sup>153</sup> Ou seja, à junção de várias unidades habitacionais que, “ainda que sem ligação directa entre si, se encontravam na posse de uma só família ou locatário.”

<sup>154</sup> É sabido como um pouco por toda a Europa, os prédios urbanos atingiam três e quatro pisos e, por vezes, mais. Exemplos como o de Paris e cidades e vilas de Castela. (ROUX, 1976:157; TORRES BALBAS, 1968:143)

<sup>155</sup> Almoarifado de Coimbra, fls. 12-22 v.; Tombo Antigo da Câmara de Coimbra, pp.6-68.

<sup>156</sup> O termo sobrado, como aparece na documentação medieval, correspondia aos andares ou pavimentos superiores ao rés-do-chão.

Largo da Sé Velha e do Quebra-Costas são disso uma prova.<sup>157</sup> No entanto, como bem lembra Luísa Trindade (2002: 49,50), nem sempre o alteamento é uma resposta directa à exiguidade do espaço disponível. Em Coimbra, registaram-se nos tombos antigos exemplos de prédios de três andares na zona do Castelo e da Alcáçova, que à época se encontravam muito despovoadas.<sup>158</sup>

Quanto às fachadas - com uma arquitectura de soluções pobres, sem particularidades dignas de registo - são normalmente estreitas, de um sobradado, encostadas ilharga com ilharga. Só muito esporadicamente são embelezadas com pormenores decorativos, envolvendo as janelas ou os portais<sup>159</sup>. Alguns exemplos desta situação surgem na Rua Fernandes Tomás, onde existem habitações seiscentistas com alguns pormenores notáveis. Só a partir de finais do Século XVII – como consequência da construção dos Colégios Universitários – e, particularmente, no Século XIX, a casa corrente começa a apresentar elementos decorativos nas cantarias e nas guardas metálicas, com o uso frequente do ferro forjado, ao gosto da chamada “arquitetura do ferro”. As janelas eram, também, frequentemente protegidas com simples portadas de madeira<sup>160</sup>. A vidraça<sup>161</sup> só passa a ser utilizada com mais frequência a partir do Século XVI e, ainda assim, em número muito reduzido, pois constituía um luxo a que poucos podiam aceder (FERREIRA, 1989).

Esta situação descrita anteriormente, não é alheia ao facto de se viver numa época de grande insegurança, sendo as portas frequentemente reforçadas com ferrolhos e fechaduras, visíveis ainda em algumas paredes. Contudo, devemos entender estas lógicas no espírito de que “o espaço privado era um espaço defendido” (DUBY, :193).

Outra característica desta época, e que ainda hoje é visível, é o alinhamento irregular das casas e a construção de andares superiores projectados sobre os planos de fachadas dos pisos existentes. Esta situação, que estreita o perfil desenhado pelas ruas, tenderá a ser corrigida pelas autoridades no início da Idade Moderna (TRINDADE, 2002: 58). Estes acrescentos conferem à fachada um aspecto recortado<sup>162</sup>. Aos

---

<sup>157</sup> Pelo contrário, em zonas marginais ou secundárias, bem como nas pequenas vilas e cidades (onde a pressão urbanística é menor), a casa retoma a sua feição característica de um ou, no máximo, dois pisos.

<sup>158</sup> O que levou a que os monarcas tomassem medidas de excepção para colmatar esta situação. No caso de Coimbra encontra-se bem documentada esta situação. Ainda assim, devemos considerar, com prudência, o alteamento dos imóveis, pois à parte das excepções, o casario das cidades medievais portuguesas era relativamente baixo, não ultrapassando por norma, um ou dois andares.

<sup>159</sup> Estes elementos, quando existentes, são indicadores preciosos de uma época, mas também de algum desafogo económico aliado ao estatuto social.

<sup>160</sup> Embora o tecido, o papel e pergaminhos oleados e enceradas também fossem utilizados com muita frequência.

<sup>161</sup> O elevado preço do vidro justificava que em alguns casos se reduzisse a um pequeno óculo num dos cantos de uma das portadas. Este aspecto é muito frequente nas casas do Centro Histórico em estudo e foi muitas vezes utilizada como solução até ao século XX (FERREIRA, 1989).

<sup>162</sup> Sacadas e balcões salientes e apoiados em traves e prumos, marcavam decisivamente a imagem das cidades medievais. Estes espaços abertos tenderão, mais tarde, a ser guarnecidos com guardas metálicas em ferro forjado.

andares em consola, progressivamente mais salientes, foi usada, com frequência, a solução dos passadiços, que a lei permitia lançar sobre a rua, quando as casas fronteiras pertenciam ao mesmo dono.<sup>163</sup>

Os beirados e os telhados destas habitações eram assentes sobre a estrutura de madeira. A sua projecção justifica-se enquanto elemento de protecção fundamental a uma fachada construída em materiais frágeis (TÁVORA,2006). A cobertura era frequentemente feita com telhas, muitas vezes amovíveis para permitir a ventilação do telhado e o escoamento de fumos e luz nos andares superiores. Esta situação coadunava-se com o facto de a chaminé ser rara na casa tardo-medieval portuguesa, só começando a ser utilizada com frequência, no início do Século XVI<sup>164</sup>, e ainda assim ligada a um grupo privilegiado e de posses, o que justifica que o seu volume e profusão seja também sinónimo de prestígio e prosperidade.

Resta-nos, por fim, analisar os materiais de construção mais utilizados neste tipo de habitações. A madeira estava no topo dos materiais preferencialmente utilizados<sup>165</sup>, mesmo em zonas onde a pedra abundava, como aliás sucedia um pouco por toda a Europa (GOFF,1984:251). Estas paredes, com fundações em pedra, eram depois revestidas, exteriormente, com argamassas<sup>166</sup>.

No interior das habitações, as paredes em enxaimel, atravessam vários séculos. Efectivamente, as construções, com esqueleto em madeira preenchido por alvenaria de pedra irregular já era usado pelos romanos como *opus craticium*, em paredes divisórias rebocadas. Consistia no enchimento de estruturas reticuladas em madeira por alvenaria de pedra irregular, aligeirada com argamassa de pedaços de cerâmica numa pasta de palha e argila (MARTA, 1991: 9-33). Este sistema foi largamente difundido durante a Idade Média, dando origem à construção “collombage” (França) e à chamada “gaiola” em Portugal.<sup>167</sup>

Por fim, na zona em estudo foram detectados espaços reservados aos quintais, onde pontualmente existem, ainda, cisternas<sup>168</sup>. A importância que desempenhavam na

---

<sup>163</sup> O exemplo mais significativo em Coimbra é o de João Vaz que em 1514 solicitou autorização à Câmara<sup>163</sup> (a quem competia a sua autorização e derrube caso fosse considerada como abusiva do espaço público) para lançar um passadiço juntando as duas casas que tinha na Rua de Sub-Ripas, onde hoje funciona o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.

<sup>164</sup> A introdução tardia da chaminé reflecte-se na fachada, tornando-se, por isso, em mais um dos elementos caracterizadores do alçado ou frontaria da casa corrente.

<sup>165</sup> Este material por ser mais barato e se encontrar com facilidade nas matas justifica a sua larga utilização, malgrado a sua pouca ou nenhuma resistência ao fogo e à humidade. Outros factores concorrem para a sua preferência: facilitava a construção em altura sem colocar problemas de estabilidade; não exigia mão-de-obra especializada, e permitia a construção num tempo recorde.

<sup>166</sup> Os silhares só eram em pedra quando se tratava de regra geral, de edifícios de prestígio, civis, religiosos e militares. Não é difícil de entender esta opção, a pedra de extração morosa e cara, exigia mão-de-obra de especializada tornando o seu uso proibitivo na construção corrente.

<sup>167</sup> A partir do Século XVIII passa a estar associada à construção anti-sísmica de edifícios, não sendo pois de estranhar a sua utilização na reconstrução da Baixa Pombalina após o terramoto de 1755.

<sup>168</sup> Um dos exemplos melhor preservados encontra-se na Rua Fernandes Tomás.

vivência do homem medieval era certamente maior que aquela que lhe atribuímos presentemente. Nas palavras de Luísa Trindade *“aí se levantavam casinhas cuja utilização desconhecemos, aí se construía múltiplos anexos, aí se edificavam retretes, se faziam despejos, se abasteciam os moradores de água quando existia um poço, aí se passava certamente parte do dia, em lazer ou trabalho”* (TRINDADE, 2002:33) Mas, mais do que estas vantagens, ofereciam em caso de cerco ou de dificuldades económicas, os alimentos necessários, evitando deste modo a fome.

Deste modo, fizemos uma imagem aproximada da tipologia da casa tardo-medieval do Centro Histórico de Coimbra. E, como considerações finais deixamos as palavras de Amélia Aguiar Andrade: *“nenhuma paisagem parece ser tão fácil de individualizar, mesmo pelo homem comum, como aquela que guias e roteiros denominam de medieval. Porque as ruas surgem estreitas e tortuosas, bordejadas por casas construídas em materiais pouco familiares a quem já se habituou a viver entre o domínio de cimentos e alumínios. – Mas só raramente pode dizer-se que se esteja perante um cenário genuinamente medieval. Há continuidade na ocupação dos espaços, mas na verdade as construções só mais raramente podem ser consideradas dessa época!”* (ANDRADE, 1995: 13). Esta afirmação justifica e faz a súmula de toda reflexão que foi desenvolvida.

### 3.3. A Carta de Potencial Arqueológico Municipal

O Gabinete de Arqueologia, Arte e História (no presente integrado no Gabinete para o Centro Histórico) efectuou o levantamento do património arqueológico e do património edificado com interesse cultural do concelho (Santos; Pereira, 2011), com vista à publicação da Carta Arqueológica Municipal, cumprindo, deste modo, as disposições legais do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas de Coimbra (RMUE), nomeadamente as posturas vertidas no artigo 5º, **“Património arqueológico”**.<sup>169</sup>

Sucintamente, a tipologia dos vestígios encontrados (antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade, frequência, extensão e nível de preservação), permitiu atribuir diferentes graus de protecção, bem como definir a sua mancha de dispersão no terreno, ou, no caso do património construído “o edifício” e a sua envolvimento (SANTOS;PEREIRA, 2011).

A metodologia utilizada baseou-se, numa primeira fase, em deslocações aos locais com interesse arqueológico registados em todas as freguesias do concelho<sup>170</sup>. O

---

<sup>169</sup> No ponto 3.4. “Enquadramento legal” faz-se a transcrição do artigo 5º “Património Arqueológico”.

<sup>170</sup> Realizadas pela Arqueóloga da Autarquia Raquel Santos, coadjuvada pelo Dr. Nunes Monteiro, arqueólogo ao serviço do IPA/IGESPAR.

equipamento utilizado em campo foi o GPS “Plus Garmin”, com sistema de projecção Europeu de 1952, bem como as Cartas Militares nºs 219, 229, 230, 240, 241 e 251, à escala 1:25.000, publicadas em 1947 e da Série M888 IGE de 2002, e cartas topográficas à escala que variam entre 1:1.000 a 1:5.000. Num segundo momento, procedeu-se ao processamento descritivo de cada um desses sítios, através de uma ficha individual (Ficha de Sítio). O processamento dos dados cartográficos foi efectuado com a colaboração da Divisão de Ordenamento e Estratégia (DOE).

Assim, para a totalidade do concelho, foram identificados 97 sítios arqueológicos na carta denominada “Sítios com Potencial Arqueológico”. Contudo, e por opção dos autores deste levantamento, *“a malha urbana da cidade, embora apresente uma grande densidade dos vestígios arqueológicos, a nível de protecção e salvaguarda encontram-se registados nesta carta como um todo, não contabilizando sítios individualizados para o número apurado”* (SANTOS; PEREIRA, 2011). Este pormenor para caracterização arqueológica do espaço que estamos a estudar, é importante, pois não nos permite aferir qual o potencial arqueológico efectivo da zona intra-muros, uma vez que esta zona foi assinalada na carta com uma estrela, correspondendo a *“(...) sítios a que não foi possível ter acesso, quer porque o espólio foi recolhido, ou mesmo, por uma questão de salvaguarda, não estava visível (...)”* (Ibidem, 2011).

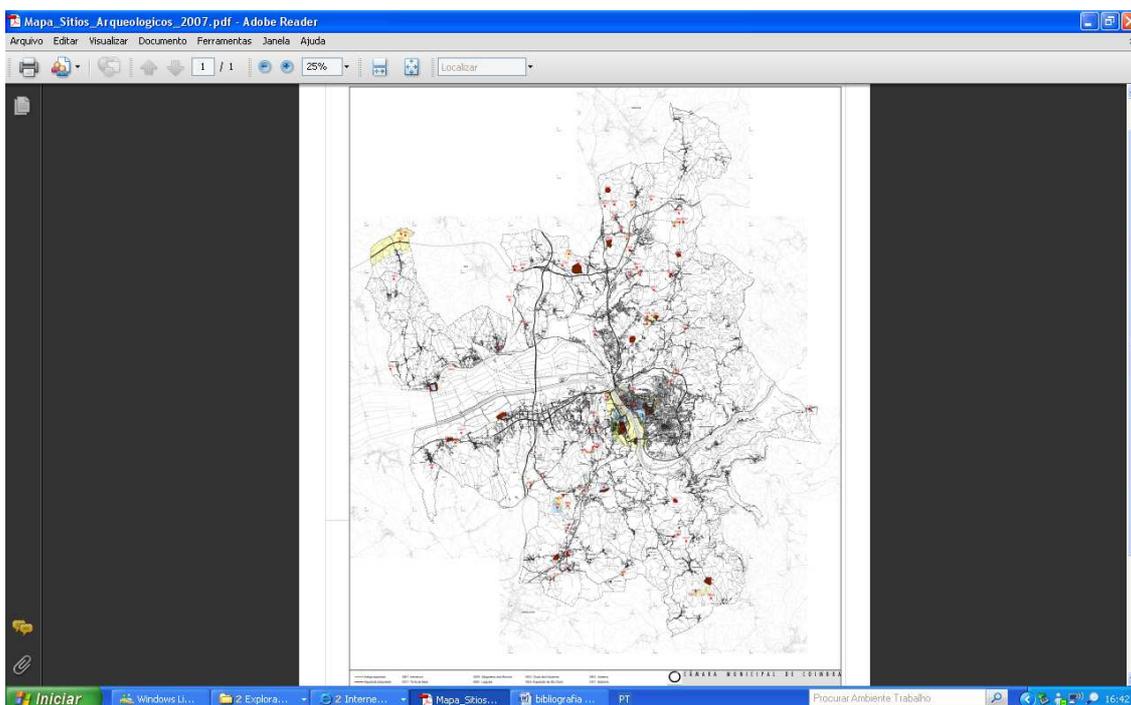


Figura 2

Cartografia com os sítios de potencial arqueológico para o Município de Coimbra (extraído de [www.cmc.pt](http://www.cmc.pt))

Em 2006, iniciou-se o processo de levantamento, descrição e georreferenciação do património edificado com interesse cultural do Concelho. Partindo da recolha de informação pré-existente do património edificado do DOE, do inventário do património do IPPAR e da DGEMN, elaborou-se uma base de dados única, perfazendo, até 2009, um total de 406 registos, vertidos numa carta topográfica denominada “Património Edificado com Interesse Cultural” do concelho de Coimbra. Para a área que estamos a analisar foram contabilizados 25 edifícios, onde a larga maioria está classificada como Monumento Nacional e Imóvel de Interesse Público.

O serviço responsável pela publicação (GAAH/Dep. de Cultura) propôs, ainda, a atribuição de novos graus de protecção para salvaguarda de futuras intervenções, a serem aplicados futuramente nos regulamentos e posturas municipais, que entretanto venham a entrar em vigor. Assim, *“todo e qualquer tipo de trabalho a desenvolver futuramente nos monumentos [aqui registados] deverá ter em atenção a sua classificação e grau atribuído neste estudo (...), conforme se depreende da análise da Lei 107/01 de 8 de Setembro, em consonância com o estabelecido no D.L. nº 270/99 de 15 de Julho, e no artigo 5º do RMUE” (Ibidem, 2011).*

### **3.4. Enquadramento e disposições legais de protecção**

Com a inclusão da Universidade de Coimbra na Lista Indicativa da Unesco dos bens susceptíveis de virem a ser integrados na Lista do Património Mundial, iniciou-se um processo em que a Universidade e a Câmara Municipal de Coimbra se obrigam a um esforço conjunto que obrigará à intervenção sobre as áreas candidatas e zona de protecção, grosso modo, abrangerá, entre outras, o espaço intra-muros, objecto de estudo da nossa dissertação.

Assim, esta zona está actualmente sujeita a um regulamento especial de protecção, *“Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área afectada à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da Unesco, incluindo a zona de protecção”*, em vigor desde 11 de Março de 2012<sup>171</sup>, que revogou o anterior *“Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área Crítica do Centro Histórico da Cidade de Coimbra”*<sup>172</sup>.

O território que estamos a analisar corresponde, à luz deste diploma<sup>173</sup>, às zonas 1A e 2 (Alta Universitária, área crítica do Centro Histórico da Cidade de Coimbra). A zona 1A,

---

<sup>171</sup> Publicado no Diário da República, 2ª série, - nº 30 – 10 de Fevereiro de 2012.

<sup>172</sup> Publicado no Diário da República, 2ª série, de 7 de Janeiro de 2003, com excepção do seu artigo 22º, alterado no Diário da República, 2ª série, de 25 de Janeiro de 2010.

<sup>173</sup> Artigo 2º, alínea a) e alínea b) do *“Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área afectada à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da Unesco, incluindo a zona de protecção”*.

que corresponde à Alta Universitária, é “constituída por um complexo de edifícios monumentais, ligados à produção e transmissão de conhecimento, engloba uma área urbana nobre e bem delimitada da Cidade de Coimbra (...). Cada um dos edifícios que a integra é representativo do período histórico artístico que determinou a sua construção, pelo que a requalificação desta área passa pela preservação das suas características individuais e pela reafirmação do valor deste conjunto”<sup>174</sup>. Quanto à zona 2A, “corresponde à cidade histórica, englobando as construções intramuros (...) caracterizando-se por um contínuo urbano de testemunho medieval, composto maioritariamente por construções correntes. Inclui as primeiras unidades urbanas identitárias na formação da urbe, pelo que a salvaguarda desta zona central da Cidade deverá preservar as tipologias tradicionais, mantendo o equilíbrio entre as funções residencial, comercial e institucional”.<sup>175</sup>

Estas áreas em estudo, e todas as que complementam este regulamento, ficam sujeitas ao cumprimento das regras legais, em que “os imóveis classificadas como monumentos nacionais, as zonas de protecção e zonas especiais de protecção de imóveis classificados, bem como os imóveis de interesse público e de interesse municipal”.<sup>176</sup> Assim como se dispõe que “os princípios e as disposições fundamentais do presente Regulamento são extensíveis, na medida em que for compatível com os respectivos regimes jurídicos, aos bem materiais, ambientais, paisagísticos, **arqueológicos** ou paleontológicos”.<sup>177</sup> Esta disposição significa que, ao património arqueológico, se deve aplicar as disposições gerais da Lei 107/2001<sup>178</sup>, de 8 de Setembro (Lei de Bases do Património Cultural) e o Decreto-Lei nº 287/2000, de 10 de Novembro, que altera o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 270/99, de 15 de Julho.

---

<sup>174</sup> Artigo 2º, alínea a) do “Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reversão Urbanística da Área afectada à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da Unesco, incluindo a zona de protecção”.

<sup>175</sup> Artigo 2º, alínea b) do “Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reversão Urbanística da Área afectada à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da Unesco, incluindo a zona de protecção”.

<sup>176</sup> Artigo 2º, ponto 3 do “Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reversão Urbanística da Área afectada à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da Unesco, incluindo a zona de protecção”.

<sup>177</sup> Artigo 2º, ponto 4 do “Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reversão Urbanística da Área afectada à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da Unesco, incluindo a zona de protecção”.

<sup>178</sup> Nomeadamente os artigos Artigo 74.º (Conceito e âmbito do património arqueológico e paleontológico), Artigo 75.º (Formas e regime de protecção), Artigo 76.º (Deveres especiais das entidades públicas), Artigo 77.º (Trabalhos arqueológicos), Artigo 78.º (Notificação de achado arqueológico), Artigo 79.º (Ordenamento do território e obras).

Em concreto, todo o património existente neste espaço, está, em última análise, subordinado às definições previstas no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) e no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas de Coimbra (RMUE), uma vez que estas estão sujeitas às disposições da lei geral anteriormente citada.

No RMUE o artigo 5º é, exclusivamente, dedicado ao **Património Arqueológico**. Nele são constantes as seguintes regras:

*“1 — Nas áreas delimitadas nos termos do Plano Director Municipal (PDM) ou outro Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT) e nas identificadas na Carta de Potencial Arqueológico, as operações urbanísticas sujeitam -se às seguintes condições:*

*1.1 — Grau de Protecção I e nos edifícios classificados e suas zonas de protecção: a) Com o pedido de licenciamento ou comunicação prévia de obras de edificação ou demolição: apresentação de relatório de caracterização arqueológica identificando as condições de realização da operação urbanística, incluindo sondagens arqueológicas quando necessárias; b) Os trabalhos de edificação, demolição, remodelação de terrenos e obras de urbanização ou outras operações urbanísticas que impliquem alteração da topografia ou revolvimento do subsolo, salvo o caso de aterros, ficam sujeitas a acompanhamento arqueológico, que deve assegurar o desenvolvimento das acções previstas na legislação em vigor; c) Concluída a intervenção arqueológica deve ser anexado ao processo da obra o relatório do arqueólogo, aprovado pela entidade competente.*

*1.2 — Grau de Protecção II: Aplica -se o disposto nas alíneas anteriores excepto no caso de obras de conservação, demolição e de escassa relevância urbanística.*

*1.3 — Grau de Protecção III e nas áreas identificadas na Carta de Potencial Arqueológico: Com o pedido de licenciamento ou comunicação prévia de obras, apresentação de relatório de caracterização arqueológica, podendo a Câmara Municipal condicionar a obra à realização de sondagens e, ou, acompanhamento arqueológico.*

*2 — A Carta de Potencial Arqueológico é actualizada periodicamente e aprovada pela Câmara Municipal, publicitada nos locais de estilo e no site da Câmara Municipal.”*

Entretanto, durante o ano de 2011, foi preparada uma nova proposta de Revisão do RMUE, que contudo ainda não se encontra em vigor. Neste documento, o artigo do Património Arqueológico (7º) diz o seguinte:

*“1. — A realização de operações urbanísticas dependentes de controlo prévio, sujeita-se às seguintes condições:*

1.1 – *Nas áreas de Grau de protecção I, II, nos termos do Plano Director Municipal, nas áreas identificadas na Carta de Potencial Arqueológico e nos imóveis identificados na Carta de Património Edificado com Interesse Cultural (Anexos VIII e IX): a) Com o pedido de licenciamento ou comunicação prévia deve ser apresentado relatório de caracterização arqueológica identificando as condições de realização da operação urbanística, incluindo sondagens arqueológicas quando necessárias; b) A realização das obras, excepto aterros, fica sujeita a acompanhamento arqueológico, que deve assegurar o desenvolvimento das acções previstas na legislação em vigor.*

1.2 – *Na área de Grau de Protecção III, nos termos do Plano Director Municipal, com o pedido de licenciamento ou comunicação prévia deve ser apresentado relatório de caracterização arqueológico, podendo a Câmara Municipal condicionar a obra à realização de sondagens e, ou, acompanhamento arqueológico.*

2 – *Concluída a intervenção arqueológica deve ser anexado ao processo da obra, quando exigível, o relatório do arqueólogo, aprovado pela entidade competente”.*<sup>179</sup>

Nestes dois regulamentos observamos a mesma referência a Graus de Protecção (I, II,III) definidos em sede de Plano Director Municipal (PDM). Impõe-se uma questão: a que se referem em concreto? O PDM em vigor, para Coimbra, data de 1994, e está, no presente, em fase de revisão. Assim, este documento de extrema importância para a gestão territorial, define, no artigo 56º, para o Grau I as áreas: Alta, Baixa, Rua da Sofia, Jardim Botânico, Santa Cruz, Penedo da Saudade, Santa Clara e Celas; para Grau II, novamente a Baixa, Santa Cruz/Penedo, Quinta das Lágrimas e Lapa dos Esteios. As áreas com Grau de protecção III são a restante área do Centro Histórico.

Actualmente, entrou em fase de discussão<sup>180</sup> mais um projecto de intervenção e ordenamento urbano para esta área específica do território, trata-se do “*Projecto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana – Coimbra Alta*”. Este processo formal de definição do instrumento próprio para a reabilitação urbana da Alta de Coimbra, “grosso modo” actuando sobre a Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística (ACRRU) do Centro Histórico. Para tal são definidos “seis eixos estratégicos de intervenção no Centro Histórico, centrados em domínios fundamentais para a sua afirmação e para a melhoria das condições urbanas, ambientais, económicas e sociais: Densificar a multifuncionalidade; Reforçar conexões e facilitar a mobilidade; Valorizar a paisagem e potenciar a continuidade ecológica; Valorizar o ambiente urbano; Valorizar o património cultural e Desenvolver o turismo”<sup>181</sup>.

---

<sup>179</sup> Cf. Texto original do artigo 7º da Proposta de Revisão do RMUE, Julho de 2011.

<sup>180</sup> Edital nº 48/2012, de 27 de Março de 2012.

<sup>181</sup> Sumário Executivo, Volume A – Estratégia de Reabilitação Urbana, “Projecto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana – Coimbra Alta”, pág. 2, Janeiro 2012, in [www.cm-coimbra.pt](http://www.cm-coimbra.pt).

No processo de caracterização e diagnóstico do território, os seus autores<sup>182</sup>, assentaram as suas conclusões na *“análise do conjunto de elementos documentais e cartográficos fornecidos pela CMC, pela consulta de diversa bibliografia e num processo de reconhecimento do território, com o objectivo de atingir um nível de conhecimento mais sólido e pormenorizado das dinâmicas específicas da cidade em vários domínios. O trabalho de caracterização e diagnóstico foi efectuado em articulação com o município.”*<sup>183</sup>

No mesmo texto, reconhecem que o *“património histórico e cultural do Centro Histórico é um elemento determinante de afirmação. O Centro Histórico necessita de uma leitura histórica e patrimonial completa e conjunta de toda a área (...)*<sup>184</sup>. Tendo como um dos eixos estratégicos *“valorizar o património cultural”*<sup>185</sup>. Este documento estratégico, contudo, não propõe medidas ou metodologias específicas de intervenção arqueológica. A mesma situação se constata quando abordam a valorização da paisagem e o potenciar da continuidade ecológica<sup>186</sup>. Da mesma forma que, no ponto 4.1, 4.2, 4.3 (respectivamente: Malha Urbana, Caracterização do Edificado da Alta, Património Edificado), do Volume B, não caracterizam, segundo critérios arqueológicos, a área em estudo.<sup>187</sup>

Em termos de enquadramento legal, o documento em discussão remete e integra as medidas específicas de gestão urbanística, vertidas da aplicação do Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área afecta à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da Unesco.

---

<sup>182</sup> A Câmara Municipal de Coimbra contratou a Parque EXPO (com assessoria técnica especializada da Empresa MW, Planeamento e Arquitectura Lda, representada pelo Prof. Arq. Walter Rossa). A esta equipa multidisciplinar coube a responsabilidade de desenvolver um estudo com base numa metodologia integrada de abordagem do território, estruturada em **4 fases**: Caracterização e Diagnóstico; Visão Estratégica para o Centro Histórico; Estratégia de Reabilitação Urbana e Operacionalização da Estratégia.

<sup>183</sup> Sumário Executivo, Volume A – Estratégia de Reabilitação Urbana, “Projecto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana – Coimbra Alta”, pág. 9, Janeiro 2012, in [www.cm-coimbra.pt](http://www.cm-coimbra.pt)

<sup>184</sup> Parte I: Visão para o Centro Histórico, Volume A – Estratégia de Reabilitação Urbana, “Projecto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana – Coimbra Alta”, pág. 11, Janeiro 2012, in [www.cm-coimbra.pt](http://www.cm-coimbra.pt)

<sup>185</sup> Parte I: Visão para o Centro Histórico, Volume A – Estratégia de Reabilitação Urbana, “Projecto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana – Coimbra Alta”, pág. 21, Janeiro 2012, in [www.cm-coimbra.pt](http://www.cm-coimbra.pt)

<sup>186</sup> Parte I: Visão para o Centro Histórico, Volume A – Estratégia de Reabilitação Urbana, “Projecto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana – Coimbra Alta”, pág. 32, Janeiro 2012, in [www.cm-coimbra.pt](http://www.cm-coimbra.pt)

<sup>187</sup> Volume B – Estudos de Caracterização, “Projecto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana – Coimbra Alta”, pág. 32, Janeiro 2012, in [www.cm-coimbra.pt](http://www.cm-coimbra.pt)

### 3.5. Análise das intervenções arqueológicas

Antes de partir para a análise das intervenções arqueológicas efectuadas na zona intramuros, relembremos, ainda que de forma sucinta<sup>188</sup>, que o espaço que estamos a analisar obedece a condicionantes geográficas e arqueológicas muito específicas.

Desde logo, esta área está situada numa encosta com cotas que variam entre os 25 e os 90 metros. No limite nascente sobressaem as cotas mais elevadas e à medida que nos deslocamos em direcção ao rio Mondego a cota diminui, a poente.<sup>189</sup> Em termos geológicos, é composta por formações mezozóicas do Jurássico/Sinemuriano/Dogger e uma pequena parte composta por formações cenozóicas do Quaternário/Pliocénico. Litologicamente, corresponde a unidades areno-argilosas e calco-margosas – calcários dolomíticos e margosos e depósitos aluvionares.<sup>190</sup> Esta conjugação de características tem vindo a ser apontada como um dos factores condicionantes dos resultados arqueológicos dados por cada intervenção, levando, por exemplo a que se atinja, com alguma frequência, os níveis ditos geológicos.

Em relação às principais condicionantes arqueológicas, destaca-se a complexidade estratigráfica, resultante de sequências estratigráficas intrincadas, multilíneas e com conjuntos de materiais de cronologia diversa. Esta complexidade é reforçada pela pressão provocada pelas infra-estruturas actuais em uso, uma vez que este tipo de equipamento alterou as sequências estratigráficas, dando origem a leituras muito complexas. Para a área em estudo, a documentação<sup>191</sup> informa-nos que estas infra-estruturas, muitas delas em uso actual, foram maioritariamente executadas no princípio do séc. XX, e muito provavelmente aproveitando outras mais antigas<sup>192</sup>.

Em relação à análise das intervenções arqueológicas, uma das primeiras considerações que podemos fazer, para já, é que no presente não estão disponíveis os dados sobre o estado de conservação dos níveis arqueológicos, ou os impactes provocados no património arqueológico, para a zona intra-muros da Alta de Coimbra. Quantas intervenções arqueológicas foram feitas? Na mesma linha de pensamento, quantas acções foram praticadas sem acompanhamento arqueológico? Quais os principais resultados dessas mesmas intervenções?

Deste modo, para definirmos o estado de conservação dos níveis arqueológicos e determinar os elementos que incidem sobre esse património, o primeiro passo a dar

---

<sup>188</sup> As principais características do espaço urbano da zona intramuros foram analisadas no Capítulo II, dedicado à evolução do sítio e da história desta área.

<sup>189</sup> ANEXO CARTOGRAFIA (Doc. Cartografia 1)

<sup>190</sup> ANEXO CARTOGRAFIA (Doc. Cartografia 2)

<sup>191</sup> Anais da Câmara Municipal de Coimbra.

<sup>192</sup> Parece certo admitir que pelo menos a cloaca, de origem romana, não foi destruída por esta grande reforma das infra-estruturas iniciada no séc. XX, tendo sucessivamente vindo a ser colocada a descoberto alguns dos seus vestígios.

foi o de recolher o máximo de informações arqueológicas, para a partir daí, georreferenciar as intervenções e registar, em tabela de Excel<sup>193</sup>, os principais vestígios, épocas históricas (do sítio e do espólio), assim como descrever os objectivos de cada intervenção e os principais resultados das acções arqueológicas praticadas.

O nosso objectivo é ambicioso e eventualmente não responderá com precisão matemática a todas as questões colocadas. Desde logo, porque não nos foi possível ter acesso a todas as fichas de sítio que acompanham os relatórios de arqueologia. Esta dificuldade fica a dever-se a vários factores:

- a) dificuldades burocráticas para a consulta dos relatórios e fichas de sítio.
- b) as informações contidas nesses documentos não seguem um critério harmonioso, o que faz com que cada arqueólogo seleccione a informação a conter nesse instrumento, segundo o seu critério pessoal.
- c) não nos foi possível consultar nem analisar alguns dos relatórios de intervenções feitas, simplesmente porque ainda não foram entregues à tutela, desconhecendo-se portanto os resultados de algumas dessas intervenções.

Ainda assim, acreditamos que com os dados que conseguimos compilar, foi possível traçar uma amostra das intervenções arqueológicas feitas no espaço intra-muros, que nos permitissem, no capítulo seguinte desta dissertação, definir de forma mais científica algumas metodologias e boas práticas para o futuro.

Os dados recolhidos permitiram, desde logo, quantificar o número de intervenções arqueológicas (70), das quais 46 foram da responsabilidade da autarquia de Coimbra, sendo as restantes (21) feitas no âmbito da arqueologia privada e/ou por equipas da responsabilidade da Universidade.

A grande concentração de trabalhos arqueológicos na chamada “zona tampão”<sup>194</sup>, na envolvente da zona Universitária, demonstra o investimento feito pelo poder local na regeneração desta zona, principalmente no âmbito do chamado Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD). A este propósito, convém salientar que os trabalhos de arqueologia têm vindo a ser desenvolvidos pelos arqueólogos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Coimbra<sup>195</sup>, libertando os proprietários dos encargos inerentes ao princípio do “poluidor-pagador”. No caso de estarmos perante intervenções fora do âmbito destes programas de reabilitação, esse encargo mantém-se sob a responsabilidade total dos proprietários (MADEIRA, 2012:76).

---

<sup>193</sup> Posteriormente os dados foram convertidos num Sistema de Informação Geográfica (SIG) que permitiu produzir cartografia diversa. ANEXO CARTOGRAFIA (Doc. Cartográficos 6,7,8,9,10)

<sup>194</sup> ANEXO CARTOGRAFIA (Doc. Cartográfico 5)

<sup>195</sup> Até 2010 agregados, de forma autónoma, no Gabinete de Arqueologia Arte e História, criado em 2002.

Na mesma linha de pensamento, verificamos que a restante zona corresponde a áreas reservadas à Universidade, e equipas a si associadas, que a partir 2002, começa a preparar a candidatura desta zona a Património Mundial da Humanidade. Nas últimas intervenções, contudo, a Reitoria tem preferencialmente optado por subcontratar equipas privadas de arqueologia, como aconteceu, por exemplo, nas intervenções efectuadas no Largo D. Dinis.

Quanto à participação de equipas ou arqueólogos independentes, na lógica da arqueologia privada, os registos que recolhemos são residuais. Tal situação pode ficar a dever-se a factores económicos, traduzidos no fraco investimento privado no Centro Histórico, e no facto de, como já foi referido, a Autarquia, no âmbito dos seus programas de recuperação e revitalização, colocar, preferencialmente, as suas equipas nessas intervenções.

Os investimentos do poder local (com fundos nacionais e europeus, nos quais se destacam os apoios dados no âmbito do QREN) e a preparação da Candidatura da Universidade a Património da Humanidade, correspondem à maior frequência de realização de trabalhos arqueológicos.



Figura 3

Efectivamente, constata-se que entre o ano de 2003 e 2008 são registadas a maior parte das intervenções. Este aumento coincide precisamente com a criação do Gabinete de Arqueologia, Arte e História (GAAH/Dep. de Cultura), em Fevereiro de 2002, o que originou a contratação de mais três arqueólogos, formando uma equipa de 5 técnicos superiores na área de arqueologia.

O trabalho executado pelo GAAH funciona, numa lógica orgânica, pelo envolvimento directo na execução de intervenções de acompanhamentos arqueológicos em contexto de obra. Todavia, como salienta Sérgio Madeira *“os trabalhos de sondagem*

de diagnóstico prévio e escavação em área fazem, também parte do conjunto de trabalhos efectuados, sobretudo quando se tratam de locais abrangidos pelas áreas de Grau 1 do PDM” (2012:76).

Estes dados são concordantes com os obtidos no gráfico correspondente à análise de frequência com que ocorre determinado tipo de acompanhamento das obras realizadas.

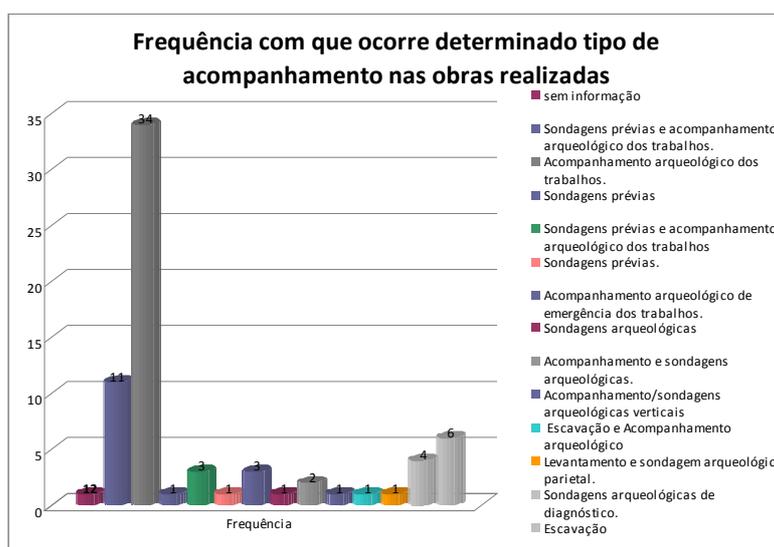


Figura 4<sup>196</sup>

A partir da análise destes dados constata-se que a maior parte das intervenções arqueológicas são previamente planeadas, no âmbito de programas pré-estabelecidos, sendo, portanto, muito residuais as intervenções ditas de “emergência”<sup>197</sup>. Esta política poder-se-ia traduzir numa recolha de informação organizada, definindo um verdadeiro programa de intervenções e estudos subsequentes, permitindo, ao núcleo de arqueologia, organizar e estudar os seus arquivos, com óbvios benefícios para o património arqueológico municipal.

Contudo, infelizmente esta ocorrência tem vindo a ser dificultada por vários factores, dos quais se destacam:

- o arqueólogo municipal é chamado a intervir em fases de obra em que a planificação da mesma já está definida pelos outros intervenientes.

<sup>196</sup> O tipo de acompanhamento foi determinado pelos dados indicados nas fichas de sítio. A repetição de tipologias (com variações semânticas) foi outro dos inconvenientes registados, ficando a faltar a definição precisa e uniformizada de cada trabalho executado.

<sup>197</sup> Normalmente estas intervenções arqueológicas de emergência estão associadas a rupturas de canalizações na via pública, ou a derrocadas de prédios devolutos que obrigam a uma intervenção rápida, tentando minimizar-se as destruições provocadas.

- muito raramente o arqueólogo municipal é chamado a intervir nas reuniões prévias, onde participam os empreiteiros, os arquitectos, os engenheiros e restante equipa técnica.

- o arqueólogo municipal tem, também, de lidar com a pressão que todas as intervenções urbanas obrigam, o que com frequência os sujeita a trabalhar sob pressão, com desvantagens óbvias para a produção de informação científica.

A circunstância mais gravosa é o facto de estas dificuldades serem ainda mais acentuadas quando estas situações envolvem arqueólogos enquadrados no âmbito da arqueologia privada/empresarial.

Muitos destes constrangimentos, analisados no capítulo seguinte desta dissertação, podem contudo ser minimizados, ou até, em alguns casos, superados, implementando novos procedimentos, que terão necessariamente que ver com novas metodologias de trabalho, por forma a complementar as que já existem. Para Coimbra, e principalmente para a arqueologia deste município, tal mudança afiança-se como essencial, uma vez que foram executados muitos acompanhamentos, mas com poucos resultados publicados sobre essas mesmas intervenções<sup>198</sup>.

A leitura das “Fichas de Sítio” permitiu, também, inferir que, no mesmo espaço, equipas diferentes e por vezes até os mesmos intervenientes, actuam segundo metodologias próprias, mesmo quando as ocorrências são semelhantes. Tal situação leva-nos a depreender que muito provavelmente a comunicação entre estas equipas é pouco ou mesmo nada frequente.

A situação paradoxal parece ser a definição de objectivos para cada intervenção. Alguns arqueólogos definem como objectivos principais “(...)a minimização dos impactes dos trabalhos de construção civil, dar a conhecer e salvaguardar o património arqueológico detectado e atribuir cronologias de acordo com os registos arqueológicos identificados. (...)”. Nota-se que, com excepção de alguns trabalhos que mostram uma base científica sólida e programada<sup>199</sup>, as intervenções arqueológicas pontuais raramente definem objectivos direccionados para a investigação científica, ou para a resolução de paradigmas e questões da própria história evolutiva da cidade. A este propósito Joaquin Ruíz de Arbulo problematiza bem esta questão, ao afirmar “(...) *La Arqueología de Intervención se ha transformado en una actividad reglada y permanente pero tememos que haya perdido por el camino una buena parte de la que debia ser su lógica esencial: la contribución efectiva al conocimiento histórico (...)*”(2004:32).

---

<sup>198</sup> As excepções são os trabalhos científicos, da responsabilidade de Sérgio Madeira e Maria Antónia Lucas da Silva, publicados no Arquivo Coimbrão Vol. XLI (2009), “Vestígios Arqueológicos na Alta de Coimbra: Redescobrir a Igreja de S. Cristovão”.

<sup>199</sup> As intervenções arqueológicas no Museu Machado de Castro e as da Reitoria da Universidade são um bom exemplo de intervenções programadas, com metodologias bem definidas.

Assim, defendemos que só intervenções arqueológicas assentes em investigação científica serão capazes de responder positivamente a este desafio. Pelo contrário, acções meramente descritivas e sem interpretação histórica, comprometerão as leituras estratigráficas e por conseguinte a própria história da cidade. Convém sempre lembrar que a escavação é, em si mesma, um acto destrutivo e uma vez destruídas as cotas arqueológicas, não é possível voltar a interpretar cientificamente o que já se intervencionou.

A cidade de Coimbra é reconhecida internacionalmente pela sua História e Património Cultural/Arquitectónico, e como tal deve ser considerado, principalmente nas zonas de ocupação mais antigas, como um espaço de grande potencial arqueológico. A zona intra-muros, é precisamente uma dessas áreas e, que encerra ainda hoje, apesar de alguma da sua extensão ter sido destruída em meados do século XX, uma série de problemáticas históricas, que continuam a carecer de confirmação ou refutação arqueológica<sup>200</sup>.

Deste modo, a análise da informação recolhida possibilitou constatar que o solo e subsolo da zona intramuros são caracterizados por um potencial estratigráfico que abrange várias épocas históricas, tendo-se registado 17 intervenções com o período cronológico “vários”. Para o período “contemporâneo” foram registadas 12 ocorrências, o que faz suspeitar que estas intervenções não atingiram níveis estratigráficos de maior antiguidade, provavelmente por contingências da própria obra.

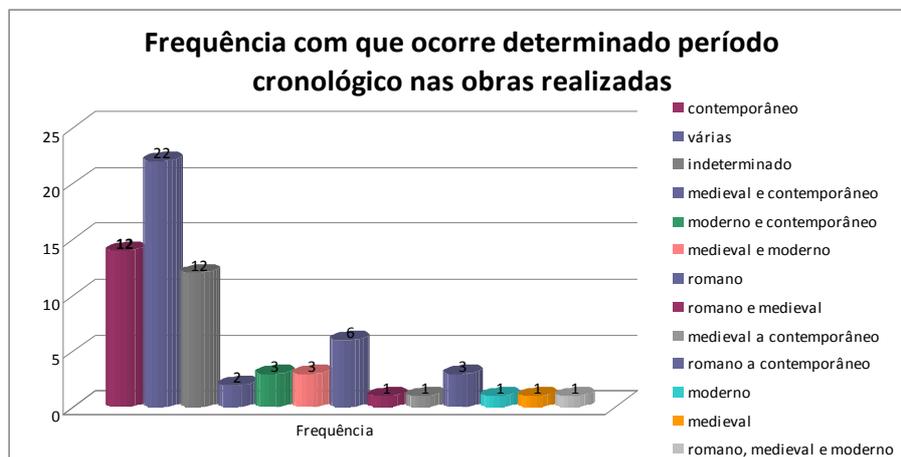


Figura 5

<sup>200</sup> Muitas destas problemáticas foram descritas no Cap. II desta dissertação. Ainda assim lembramos algumas das mais importantes: definir a cronologia e o perímetro da cidade, delimitado pelas primeiras cintas defensivas; provar ou refutar a existência de um teatro e de um anfiteatro romano; localizar e definir as artérias de feição medieval, ou pelo contrário, ruas de génese de época romana, numa lógica de continuidades temporais e espaciais; perceber as lógicas das dinâmicas urbanas da cidade de Coimbra, passando por todas as épocas e definir cronologias para o edificado urbano conservado, permitindo aferir com maior precisão os métodos construtivos de épocas mais recuadas.

Ainda assim, é de assinalar a frequência de ocorrências para os períodos romano, conjugados com o medieval. Parece-nos, contudo, mais difícil justificar a associação entre o período romano com o contemporâneo, ainda mais se pensarmos que toda esta zona foi homogeneamente ocupada desde, pelo menos, o período romano até aos dias de hoje.

Quanto aos resultados destas intervenções, com excepção dos que genericamente foram descritos como *“Não obstante a sensibilidade histórica e arqueológica do local onde se efectuaram os trabalhos, por motivos inerentes à obra em apreço (cerca de 0,50m relativamente ao nível da rua) o resultado foi estéril do ponto de vista arqueológico”*, salientam-se como principais resultados para a história da cidade:

a) A intervenção no Pátio da Universidade (com início em 2000), da responsabilidade científica Helena Catarino e Sónia Filipe marca o início da actividade arqueológica a cargo da Reitoria da Universidade de Coimbra. Esta intervenção revelou pelos dados recolhidos, o reflexo da longa ocupação urbana que caracteriza este espaço: em época romana é uma área residencial; no período islâmico é nele implantado o Alcácer (datado de finais do Séc. X) e depois da conquista cristã, é aqui instalado o Paço Real, que depois se transforma em sede da Universidade Portuguesa (FILIPE, 2006:351)<sup>201</sup>. Ainda da responsabilidade desta equipa destacam-se as intervenções no Colégio da Trindade (no interior do edifício construído no Séc. XVII foi, entre outros vestígios, posta a descoberto parte de uma estrutura habitacional datada da época romana do período Imperial, o que veio reforçar a importância de *Aeminium*), na Casa dos Melos/Faculdade de Farmácia (vestígios que confirmaram forte ocupação humana ao longo de vários períodos) e as intervenções na Praça D. Dinis, que revelaram os restos do castelo medieval de Coimbra, onde se destaca a existência de uma torre sobreposta à anomalia identificada pela prospecção geofísica. Quanto ao *Chimico*, aguarda-se a publicação de resultados mais definitivos, registando-se, para já, a existência de várias estruturas hidráulicas, datadas desde a época medieval até ao período pombalino

b) Os trabalhos arqueológicos que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito da requalificação do Museu Machado de Castro, da responsabilidade científica de Jorge Alarcão, Pedro Carvalho e Ricardo Silva, conduziram, numa primeira fase (década de 90) a uma análise mais pormenorizada, identificando-se a basílica do fórum e atribuindo-se este à época de Cláudio (meados do Séc. I)<sup>202</sup>; numa segunda fase, a intervenção permitiu, reconstituir sobre o criptopórtico, todo o plano do fórum claudiano, anunciando ainda a identificação de um anterior fórum augustano. Acrescenta-se, por fim, que adossado à fachada oeste do criptopórtico foi colocado a

---

<sup>201</sup> Ao longo do Capítulo II desta dissertação fomos especificámos mais pormenorizadamente todos os resultados desta intervenção, nomeadamente vestígios anteriores à época romana.

<sup>202</sup> Esta datação confere-lhe ainda mais importância, pois até ao presente o mais habitual parecia ser inscrever estes espaços, para a Hispânia, em épocas augustana ou flaviana.

descoberto (para além de outros elementos) o que se interpretou como sendo um fontanário público de época romana (CARVALHO *et al.*, 2009).

c) As intervenções arqueológicas da responsabilidade do município revelaram: parte de um anexo da antiga igreja de S. Cristovão (área actualmente ocupada pelo Teatro Sousa Bastos), o que permitiu um conhecimento mais preciso de uma das mais importantes igrejas do burgo medieval (MADEIRA, SILVA, 2009); uma epígrafe medieval (séc. XII), localizada na fachada da Rua Joaquim António de Aguiar 66-70, que permitiu aferir a importância do templo de S. Cristovão para a população local nesta época (MADEIRA, SILVA, 2009); vestígios de estruturas habitacionais integráveis no século XV e XVI, no Pátio de Castilho, junto à Escola de Almedina, no decurso de uma intervenção da responsabilidade científica de Raquel Santos e Ana Gervásio (GCH/CMC) em 2005 e a (re)descoberta de um arco em ogiva (em tudo idêntico ao “Arco da Barbacã”) na Rua do Loureiro, em resultado de picagens de rebocos no âmbito da recuperação da “Casa da Escrita” (MADEIRA, GARCIA, 2008-2010). Neste acompanhamento, no interior do edifício, foi também recolhida uma cantaria com características enquadráveis em horizontes visigóticos e troços da antiga linha de muralha identificadas na rua Fernandes Tomás, que muito provavelmente são atribuíveis a época tardo-romana (ADRIAN, 2008)<sup>203</sup>. Por fim, e mais recentemente, na intervenção na via pública (entre o Arco Pequeno de Almedina e a Torre de Almedina), da responsabilidade científica de Ana Gervásio, esteve a descoberto parte das canalizações antigas, com grande probabilidade de serem correspondentes à cloaca de origem romana.<sup>204</sup>

d) Os contributos dados para a história da zona intramuros por parte de intervenções da responsabilidade da arqueologia privada/comercial têm sido escassos, destaca-se pelos resultados obtidos, a intervenção feita na Rua Corpo de Deus 126-124<sup>a</sup>, da responsabilidade científica de José Nóbrega<sup>205</sup> e Gustavo Assunção (2004), que revelou uma porta inédita na muralha, levando a conjecturar poder tratar-se da (primitiva) Porta Nova. Embora não tivéssemos tido a possibilidade de consultar a ficha de sítio e/ou relatório da intervenção feita na Rua Fernandes Tomás (junto à antiga Igreja de Santo António da Estrela – Junta de Freguesia de Almedina), tivemos conhecimento de que os resultados obtidos vêm de encontro ao registo de ocupação humana, pelo menos desde a época romana.

Para concluir, consideramos que apesar dos importantes contributos que a Arqueologia Urbana tem dado para o conhecimento da história da zona intramuros de

---

<sup>203</sup> Não conseguimos consultar a ficha de sítio ou o relatório desta intervenção na Rua Fernandes Tomás (“Casa das Talhas”), socorremo-nos das conclusões de Adrian De Mann (2008:256).

<sup>204</sup> Esta última conclusão é da nossa responsabilidade e foi feita tendo por base as plantas antigas da cidade e a morfologia de construção apresentada.

<sup>205</sup> José Nóbrega tem sido responsável por outras intervenções na zona intramuros: Rua do Norte, Couraça de Lisboa, Rua Fernandes Tomás, entre outras.

Coimbra, muito mais poderá ser conseguido. E, é este propósito que queremos concretizar no capítulo seguinte desta dissertação, uma vez que concordamos que *“quando os bens patrimoniais a salvaguardar e a valorizar nos remetem para uma escala e complexidade urbana, os princípios que devem orientar qualquer actuação não podem ser estabelecidos à margem das dinâmicas de desenvolvimento e transformação urbana”* (GONÇALVES, 2011:203).

## Capítulo IV: GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO *versus* PLANOS DE INTERVENÇÃO E RECUPERAÇÃO URBANÍSTICA DE CENTROS HISTÓRICOS

### 4.1. Diagnóstico da situação da arqueologia urbana municipal em Portugal

A prática arqueológica em Portugal e particularmente a arqueologia em meio urbano, está no presente a atravessar, possivelmente, uma das fases de maior discussão no que concerne à sua operacionalidade e enquadramento. Um dos principais motivos para esta situação deve ser, desde logo, imputado à tutela e à lei, que em Portugal não têm considerado as especificidades da Arqueologia Urbana. Esta nunca foi encarada como algo distinto, com exigências particulares, uniformizando antes todo o património arqueológico, incluindo o dos núcleos urbanos, sob a mesma capa da “Arqueologia de Salvamento”.

A questão das especificidades e enquadramento da arqueologia urbana é antiga e a discussão em torno dela arrasta-se possivelmente há demasiado tempo. As raízes deste debate poderão ser encontradas, pela primeira vez, no *I Encontro de Arqueologia Urbana*<sup>206</sup> (Setúbal, 1985), na sequência da tentativa de construção de uma urbanização sobre as ruínas romanas na cidade de Braga.

O episódio ocorrido nesta cidade, durante a década de 80 do século passado, abriu uma nova página na discussão em torno da gestão e prática deste tipo de arqueologia. Para além de se alertar então para a inexistente regulamentação da lei nesse momento em vigor, aponta-se explicitamente para a quase “inexistência” da arqueologia urbana em Portugal. Este episódio, travado em última instância pelo Governo de então, voltou novamente a lembrar que não bastava criar projectos imediatos e espartilhados no tempo e no espaço (MARTINS, LEMOS, 1997: 9-21; LEMOS, 1998: 117-143).

Aliás, o que resulta da análise deste projecto arqueológico é o de que um trabalho de arqueologia urbana, quando planificado e executado em equipa (investigadores ligados à arqueologia, apoiados pela Universidade e em acção coordenada com o gabinete de arqueologia da autarquia de Braga), funcionará sempre como uma mais-valia no estudo, na preservação e gestão do património arqueológico urbano. De facto, no tempo presente, *“todas as intervenções arqueológicas de Braga são entendidas como partes de um todo, ou “amostragens” do sítio arqueológico que é a cidade, sejam elas empreendidas pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (1977) ou pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara de Braga (desde 1992).”* (MARTINS, RIBEIRO, MAGALHÃES, 2006: 10).

---

<sup>206</sup> Este encontro foi organizado por iniciativa do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS).

Que tipo de arqueologia urbana se pratica nos tempos actuais? O exemplo de Braga, tido por quase todos os investigadores e profissionais desta área do património como um ‘modelo’ enquadrado nas chamadas “boas práticas” da arqueologia nacional, terá reflexos na prática e gestão da arqueologia nacional?

Infelizmente, constatamos hoje que o caminho que temos vindo a seguir, tem sido, na maior parte dos casos, baseado numa arqueologia urbana eminentemente técnica e acrítica, e pior, desgarrada e avulsa, praticada, muitas das vezes, sem qualquer projecto ou planificação global que a enquadre. Uma arqueologia que, em demasiadas ocasiões, apenas se faz por que a lei assim o exige, não importando tanto se esta é ou não bem executada e se os objectivos primordiais que a justificam são ou não atingidos. Isto, apesar dos resultados positivos obtidos para o estudo arqueológico de Braga.

A prática da arqueologia urbana, por sua vez, continua a ser vista pela sociedade em geral como um encargo e um contratempo, que só se faz por que a lei os quadros normativos, nacionais ou locais, assim o obrigam: a arqueologia tarda em ser encarada como um bem social, em ser considerada socialmente útil, por não ser compreendida, enfraquecendo-se assim, progressivamente, com o trilhar continuado deste caminho (CARVALHO, 2011).

De facto, o busílis da questão começa desde logo na lei que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural<sup>207</sup>: o seu capítulo II (artigos 74º a 79º) dedicado ao património arqueológico, não faz a mínima alusão à noção de “acompanhamento arqueológico” (não são tipificados, nem se estipulam procedimentos) e ignora por completo as especificidades da arqueologia urbana ou de arqueologia em meio urbano. A expressão “arqueologia preventiva” é utilizada genericamente, sem considerações mais precisas, a propósito de ordenamento do território e obras (artigo 79º), enquanto na definição de trabalhos arqueológicos (artigo 77º) apenas se tipificam e descrevem as acções de escavação e prospecção (SILVA, 2005).

Por sua vez, o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos em vigor<sup>208</sup>, também não menciona especificamente esta acção concreta, quer na definição de trabalhos arqueológicos (Artigo 2º), quer mesmo as diferentes categorias de trabalhos arqueológicos (Artigo 3º). Eventualmente este tipo de acção insere-se ordinariamente na “Categoria C”, que “enquadra as acções preventivas a realizar no âmbito de trabalhos de minimização de impactes devidos a empreendimentos públicos ou privados, em meio rural, urbano ou subaquático (SILVA, 2005). Mesmo as alterações propostas recentemente ao RTA, pela Divisão de Arqueologia Preventiva e de

---

<sup>207</sup> Lei 107/2001, de 8 de Setembro

<sup>208</sup> Dec. Lei nº 270/99 de 15 de Julho

Acompanhamento do IGESPAR, parecem não contemplar nenhuma alteração substantiva a este nível, ao contrário do que acontece (e bem) com outros trabalhos específicos (como sejam os Estudos de Impacto Ambiental): apenas define com mais clareza um prazo de 24 meses para a entrega do relatório final dos trabalhos de arqueologia urbana, contados a partir da data de conclusões do trabalho (CARVALHO, 2011 *no prelo*)<sup>209</sup>.

Assim, estão criadas as condições para que, com frequência, cada arqueólogo e empresa de arqueologia (ou mesmo o responsável pela tutela) poderem ter de cada intervenção técnico-científica um entendimento substancialmente diferente: a obra que para uns exige acompanhamento diário e permanente, para outros poderá apenas ser merecedora de um acompanhamento intermitente que se traduz em simples visitas periódicas; o trabalho para o qual uns reclamam uma equipa de pelo menos duas pessoas (com requisitos curriculares particulares) e um conjunto de meios de registo específicos, pode ser feito por outros apenas um arqueólogo indiferenciado de máquina fotográfica ao ombro (SILVA, 2005). Este cenário de aparente ausência de critério (ou mesmo de não-critério), pouco abonatório para a atividade arqueológica nacional, complica-se ainda mais se considerarmos e admitirmos o rrear de equipas estáveis que investiguem as cidades de forma concertada, continuada e permanente.

No presente, as escavações de carácter preventivo e de urgência (arqueologia de salvamento) são as únicas que se fazem na maior parte das nossas cidades, pois os interesses do denominado “progresso” e “desenvolvimento” levam, quase sempre, a melhor, sobre os depósitos arqueológicos e sobre a necessidade do seu estudo prévio e atempado. Esta circunstância torna muito difícil as escavações planeadas e com objectivos de investigação muito bem definidos, sem constrangimentos de espaço, de tempo e da aferição e protecção das denominadas “cotas de afectação” (PAULO e BEJA, 2007: 31). Seja como for, sublinhe-se, as escavações preventivas ou de emergência que se desenrolam no quadro de uma obra, não são necessariamente incompatíveis com um processo de investigação, com a produção de conhecimentos e, portanto, com uma correcta abordagem (em campo e laboratório) dos depósitos arqueológicos, desde que haja planeamento atempado e se criem condições (em campo e em gabinete) para o efeito.

Este cenário aplica-se tanto para a actividade arqueológica dita de “carácter comercial/privado” como para a arqueologia municipal e estatal, com responsabilidades acrescidas, obviamente, para a que está ligada aos organismos estatais e municipais. E um cenário em que – mais de que resultar do uma exigência

---

<sup>209</sup> Dois importantes documentos do Conselho da Europa: European Code of Good Practice: Archeology and The Urban Project (2000), Report of The Situation of Urban Archeology in Europe (2001) – mas as recomendações aí vertidas não foram transpostas para a legislação portuguesa nem em grande parte interiorizadas pela tutela.

natural sociedade e reconhecida por esta como socialmente útil – a intervenção arqueológica só se faz (e não interessando tanto se bem ou menos bem) por que simplesmente a lei obriga, ganha uma dimensão ainda mais incompreensível quando o dono de obra é o próprio Estado e a área afectada é classificada e considerada crucial para o conhecimento da evolução histórica de uma cidade.

A este propósito, e como resposta à questão feita anteriormente (“que arqueologia urbana praticamos hoje?”), merecem-nos também algumas considerações o inquérito à arqueologia nacional, promovido em 2006 pela Associação Profissional de Arqueólogos<sup>210</sup>.

Assim, o início da prática arqueológica enquadrada em serviços municipais só regista o seu aparecimento efectivo no início da década de 80 do século XX. Antes desse período, no quadro da orgânica interna de funcionamento dos municípios, ou a prática arqueológica não é reconhecida como tal ou não existe simplesmente. Nos anos seguintes poucas são as autarquias que iniciam a actividade nesse âmbito, observando-se depois uma tendência de crescimento gradual de novos municípios a iniciar a actividade, registando-se um novo acréscimo entre 2000 e 2005 (ALMEIDA, 2007: 32).

Este fenómeno deve contudo ser visto com muita reserva, pois não se avalia se esta mesma política de contratações de pessoas e serviços de arqueologia tenha sido um acto duradouro, conseqüente e de integração nos quadros, ou se, pelo contrário, foi uma acção descontínua e de curta duração, circunstancial e pontual no tempo (ALMEIDA, 2007:33). Embora não tenhamos ao nosso dispor dados concretos, pelo que conhecemos parece-nos que a segunda hipótese terá sido a mais comum.

Relativamente ao quadro legal da gestão e valorização do património arqueológico, apenas 20% das autarquias que responderam ao inquérito, afirmam que não existe referência ao património arqueológico nos instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal. Nas restantes, os Planos Directores Municipais (PDM) fazem referência ao património arqueológico – ainda que estas referências, segundo cremos, nem sempre sejam apresentadas da forma mais correcta e operativa, no que diz respeito tanto à caracterização como à salvaguarda do património. Registe-se também a presença de informação arqueológica em Planos de Pormenor (PP) e Estudos de Salvaguarda, bem como noutro tipo de instrumentos mais ou menos formais cuja diversidade não permitiu classificar.

---

<sup>210</sup> Das 424 entidades inquiridas, responderam ao questionário 35% das autarquias, 6% das empresas e 12% de centros de investigação/associações a quem foi dirigido o inquérito.

O enquadramento da actividade arqueológica na organização municipal é bastante diverso<sup>211</sup>, mas continua a ter uma expressão residual a integração destas estruturas orgânicas (gabinetes técnicos de arqueologia) em serviços vocacionados para o Ordenamento e Gestão Urbana. Estes são os principais responsáveis pela elaboração e execução dos Planos Directores Municipais, cabendo aos Gabinetes Técnicos Locais<sup>212</sup> a elaboração de Planos de Pormenor Urbanos.

Quanto ao tipo de trabalhos arqueológicos desenvolvidos, a maior parte deste resulta da chamada “arqueologia de salvaguarda”. E esta é maioritariamente desenvolvida em meio urbano, enquanto a valorização de monumentos e sítios (18%), bem como a investigação programada, se faz sobretudo em meio rural. Uma maioria significativa, por sua vez, responde investir fortemente na elaboração das chamadas “Cartas Arqueológicas”.

Este cenário é naturalmente o reflexo das atribuições e competências genéricas dos municípios na área da cultura, assumindo-se estes organismos como entidades gestoras do património concelhio. Lembremo-nos que, desde finais dos anos 90, toda a legislação vocacionada para o desenvolvimento e promoção urbana vai no sentido de atribuir cada vez mais competências ao Poder Local, onde naturalmente se encontram as acções de gestão do património. As próprias leis que directamente se relacionam com a protecção e gestão do património, já citadas anteriormente, expressam essa tendência de descentralização<sup>213</sup>.

Destes resultados, registados em 2006, que conclusões se podem tirar sobre a prática arqueológica municipal (e, especificamente, sobre a prática arqueológica municipal em meio urbano)?

Desde logo, deve apontar-se uma lacuna a este inquérito, o que pode levar, em última instância, a considerações menos objectivas e fiáveis. Efectivamente, neste estudo, não se faz a distinção entre os municípios de grande ou pequenas dimensões, rurais ou eminentemente urbanos, ou ainda com mais ou menos potencial/legado arqueológico. As práticas arqueológicas preferenciais ou mais recorrentes nos municípios do interior (essencialmente rurais, e com um ou mais centros históricos no seu interior) podem, compreensivelmente, ser manifestamente distintas da actividade arqueológica quotidiana de um município que basicamente corresponde a uma grande cidade. As

---

<sup>211</sup> 32% dos serviços enquadrados em departamentos da cultura e 23% em museus, com uma percentagem significativa em gabinetes autónomos na dependência directa da presidência ou de outros dirigentes municipais.

<sup>212</sup> No caso de Coimbra, estranhamente o último GTL (2003/2007) não contemplou a contratação de arqueólogos. Este gabinete foi o responsável pelo Plano de Pormenor da Encosta Poente da Alta de Coimbra.

<sup>213</sup> Ainda assim, há que registar o número considerável de municípios que afirmam dedicar-se a estudos temáticos (19) no âmbito da investigação programada que desenvolvem, bem como a estudos exclusivamente baseados nos espólios depositados na autarquia. (10)

necessidades conducentes à protecção, valorização e gestão do património arqueológico, em quantidade e importância, resultam na aquisição e disponibilização, maior ou menor, de diferentes meios.

Ainda assim, e tendo em atenção esta ressalva, é perceptível através dos dados do inquérito, verificar que os municípios são entidades com uma intensa relação com o património arqueológico, quer tenham uma intervenção directa sobre os mesmos, quer se posicionem como financiadores e/ou clientes da actividade arqueológica. A consciência de que a arqueologia se situa na esfera do planeamento e ordenamento do território é emergente, sobretudo nos municípios sobremaneira urbanos, embora a actividade continue tradicionalmente ligada à área do património cultural.

As autarquias, enquanto promotoras de trabalhos de arqueologia, dedicam-se sobretudo à “arqueologia de salvaguarda” em meio urbano, dedicando também uma boa parte do seu esforço à valorização do património imóvel em meio rural e às acções de divulgação, assumindo a investigação programada um carácter residual.

Neste ponto, é particularmente importante a distinção citada anteriormente, uma vez que, como referimos, é diferente actuar numa grande cidade – Porto, por ex. – ou numa vila ou pequena cidade sede concelhia, com um território sobretudo rural, onde a actividade arqueológica pode fazer-se de forma predominante, e justificadamente, em meio não urbano.

No entanto, no que respeita aos recursos, os chamados “gabinetes de arqueologia” são frequentemente constituídos por equipas de técnicos superiores enquadrados em situações laborais precárias, mas que contam, segundo os resultados do inquérito, com razoáveis recursos para os “trabalhos de campo” (ALMEIDA, 2007:170, 171), muito embora, nem sempre esta situação é assim tão frequente. Mesmo nas autarquias com gabinetes de arqueologia, os meios que são dados a esses técnicos nem sempre são os mais adequados, e com frequência, é verificável que são desadequados ou inexistentes. Contudo, o contrário também se verifica: recursos adequados, que necessariamente não significam trabalhos com qualidade, ficando os resultados aquém daquilo que poderia ser expectável.

Outra das conclusões interessantes que, em última análise, deverá ser objecto de discussão prende-se com o facto de o desenvolvimento de acções de natureza arqueológica promovidas directamente pelos municípios parecer ser casuístico, e decorrer ao sabor das flutuações observáveis ao nível dos recursos disponíveis, sobretudo na área dos recursos humanos.

Esta situação é particularmente sensível se considerarmos que dessa acção resulta a acumulação, nas autarquias, de imensa documentação ou informação arqueológica (na qual incluímos os espólios), não havendo assim garantias na continuidade da sua

gestão, estudo e divulgação, o que poderá concorrer para a inconsequência do investimento e do trabalho produzido nesta área.

Em relação à contratualização, segundo esse inquérito, verifica-se que os municípios, enquanto entidades financiadoras da actividade arqueológica, privilegiam a relação com os investigadores a título individual e com as universidades. Já quando se colocam na condição de clientes de serviços recorrem tanto a estes como a empresas privadas. Crê-mos que esta situação está directamente relacionada com a ausência de planificação da investigação arqueológica em meio urbano, situação que, mais à frente, nesta dissertação, voltaremos a focar e a analisar.

Assim, feita uma análise, primeiro à legislação, e depois à prática arqueológica em meio urbano (com principal enfoque para a acção dos municípios), resta-nos observar como se organiza e posiciona a acção da tutela perante a arqueologia urbana.

A nota de abertura do sitio do IGESPAR I.P.<sup>214</sup> informa “ (...) *No quadro das crescentes preocupações da sociedade contemporânea no que respeita ao conhecimento, salvaguarda e valorização do património, a Arqueologia assume-se cada vez mais, para além de uma disciplina científica e de uma área de investigação produtora de conhecimento, como uma prática social. Neste sentido, a Arqueologia é uma actividade de actuação sobre o território, de gestão do mesmo, (...) O Ordenamento do Território ao promover uma utilização racional do espaço e uma gestão responsável dos recursos aí existentes, fundamenta-se num trabalho interdisciplinar de estudo e planeamento, no qual a Arqueologia tem um papel fundamental através da integração e valorização dos recursos patrimoniais. Com efeito, na actual política nacional de ordenamento do território e do urbanismo, materializada num sistema de gestão territorial organizado em torno de instrumentos de gestão territorial (IGT), o património arqueológico e arquitectónico é identificado como recurso territorial que assume relevância para a memória e identidade das comunidades. Os IGT's estabelecem, assim, medidas indispensáveis à protecção e valorização desse património acautelando a sua integridade e o uso dos espaços envolventes*”<sup>215</sup>.

---

<sup>214</sup> A fusão, em 2007, do Instituto Português de Arqueologia (Decreto-Lei nº 117/97, de 14 de Maio, que Estabelece as competências e âmbitos de actuação do Instituto Português de Arqueologia) e do Instituto Português do Património Arquitectónico Decreto-Lei nº 120/97, de 26 de Maio que Estabelece as competências e âmbitos de actuação do Instituto Português do Património Arquitectónico), dando origem ao IGESPAR, I.P.<sup>214</sup>, acarretaram alterações legais de competências e gestão.

<sup>215</sup> <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/arqueologiapreventivaedeacompanhamento/ordenamentodoterritorio/>

Os preceitos e as metodologias estão definidos desta forma<sup>216</sup>:

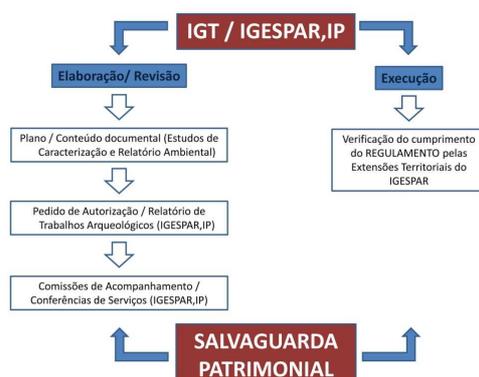


Figura 6

Contudo, sendo ainda cedo para tirar conclusões acerca desta mudança, uma vez que a fusão dos dois institutos (IPA e IPPAR) só ocorreu em 2007, não nos parece, por enquanto, que esta fusão tenha produzido alterações significativas na gestão do património arqueológico, apesar dos novos preceitos acima mencionados, relativos ao enquadramento da arqueologia urbana dentro do próprio ordenamento do território.

Pelo contrário, com a manutenção das mesmas Delegações Regionais de Cultura, a par do IGESPAR e das suas extensões territoriais, as sobreposições de competências parecem continuar, sendo mesmo, por vezes, os respectivos pareceres contraditórios. Nem sempre parece haver a mesma linguagem, a mesma metodologia e uniformidade de critérios na avaliação das situações por parte destes dois organismos (e mesmo por parte dos técnicos e/ou delegações de uma mesma entidade pública).

A gestão do património arqueológico deve, também, ser vista na óptica da economia global. Efectivamente, na mesma altura que se procedia a esta alteração orgânica, a Comissão Europeia apresentava, em 2006, um estudo (“A Economia da Cultura na Europa”), que mostra o impacto socioeconómico, directo e indirecto, do sector cultural da União Europeia.

Os números aí revelados mostram a importância económica, impossível de ignorar, que as designadas “indústrias culturais e criativas” (nas quais a arqueologia também se insere enquanto agente promotor da cultura) têm, cada vez mais, na União Europeia:

- um rendimento de 654 biliões de euros em 2003;
- uma contribuição de 2,6% para o PIB europeu em 2003;

216

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/arqueologiapreventivaedeacompanhamento/ordenamentodoterritorio/>

- um crescimento de 19,7% no período de 1999-2003, o que significa um crescimento de 12,3% superior ao da média da economia em geral;
- 5.8 milhões de pessoas a trabalhar no sector em 2004, o que representa 3,1% da população activa União Europeia;
- um sector que revelou um crescimento entre 1999 e 2003 de 19,7%, tendo sido considerado o sector com o maior crescimento a nível europeu.<sup>217</sup>

Para Portugal, os valores apresentados em 2006, demonstram igualmente a dimensão destes sectores na economia nacional. De acordo com o estudo apresentado (2000-2006: “O Sector Cultural e Criativo”) esta área foi responsável por 2,8% de toda a riqueza criada nesse ano em Portugal<sup>218</sup>. Estes factos, aqui apresentados, deveriam no mínimo influenciar mais as políticas culturais públicas e, em particular, as políticas de administração vocacionadas para a gestão do património arqueológico, enquanto produtor de conhecimento e de valor sócio-económico (CARVALHO, 2011: 266-268).

Assim, perante este cenário, torna-se necessário apresentar novos caminhos conducentes a um novo modelo de gestão. Esses novos trilhos passam, primeiramente, por apontar os pilares que consideramos fundamentais para que a arqueologia urbana cumpra os seus objectivos científicos e culturais, mas também socioeconómicos.

Sucintamente, propomos os seguintes pilares estruturais:

- Criar condições para a existência de uma base única documental, exaustiva, da responsabilidade estatal, em articulação estreita com bases de dados municipais de cariz arqueológico, que permita, por um lado, uma aproximação histórica e científica ao estudo de uma cidade e, por outro, formular hipóteses e definir problemáticas que orientem essa mesma investigação.<sup>219</sup>
- Criar um projecto nacional de arqueologia urbana interligado com uma política de património e ordenamento urbano municipal, orientadas para garantir o conhecimento, a protecção e conservação, assim como a divulgação do património arqueológico.
- Definir competências e obrigações precisas, ao nível dos organismos do estado e da administração local, para que o diálogo entre estas duas realidades

---

<sup>217</sup> Num documento apresentado pela Comissão Europeia em 2010 confirma esta tendência de crescimento económico. Veja-se <http://ec.europa.eu/culture/key-documents/doc873>

<sup>218</sup> No ano de 2006 originou um valor acrescentado bruto (VAB) de 3.690 milhões de euros. Veja-se [http://www.sg.mc.gov.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=58&Itemid=124#subsidiome\\_ritocultural](http://www.sg.mc.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=58&Itemid=124#subsidiome_ritocultural)

<sup>219</sup> Entretanto, já durante o ano de 2012, o IGESPAR I.P. propôs medidas neste sentido, nomeadamente com a criação do chamado “Portal do Arqueólogo”.

políticas promova a efectiva protecção, valorização e gestão do património arqueológico.

Por fim, acreditamos que estes três pilares devem estar ligados umbilicalmente aos mecanismos legais de planeamento urbanístico. Relativamente a esta última união, ela só será possível e eficaz se forem criados verdadeiros projectos, planificados e assumidos por todos os intervenientes, que permitam reforçar a importância da relação recíproca entre a arqueologia urbana e as políticas actuais de urbanismo.

#### **4.2. Propostas metodológicas: um novo caminho de intervenção para a Arqueologia Urbana**

Uma vez que, como afirmámos no início, este é o momento em que se discute a operacionalização e a importância da arqueologia urbana como ciência e prática social, também crê-mos que será este o momento oportuno para se lançarem propostas conducentes a um ou vários modelos de actuação arqueológica em meio urbano.

A intervenção arqueológica num centro urbano, especialmente no caso dos Centros Históricos, obedece a condicionantes muito específicas que enquadram os trabalhos arqueológicos que aí se irão desenvolver:

- a) A complexidade estratigráfica, resultante de sequências estratigráficas intrincadas, multilineares e com conjuntos de materiais de cronologia diversa. Esta complexidade é reforçada pela pressão provocada pelas infra-estruturas actuais em uso, o que torna essencial um bom conhecimento do terreno, antes da própria intervenção, uma vez que canalizações e similares perturbam não só as sequências estratigráficas<sup>220</sup>, como condicionam a normal progressão dos trabalhos.
- b) A importância ou valoração patrimonial dos achados arqueológicos. Levanta-se sempre a questão, nem sempre de fácil resposta: devem ou não manter-se as estruturas identificadas *in situ* ou, pelo contrário, poderão desmontar-se (depois de “conservadas pelo registo”) para que uma determinada obra prossiga como planeado? Neste tipo de equação a melhor resposta será sempre aquela que é aconselhada pelo bom senso, pesando os prós e os contras, devendo sempre fazer-se uma avaliação científica caso a caso, aferindo o valor patrimonial desse legado, de acordo com critérios o mais possível objectivos, entre os quais se contam a singularidade e a exemplaridade do bem (SILVA, 2005; REAL e BRANCO, 2009)

---

<sup>220</sup> Tal situação torna-se tanto mais gravosa se pensarmos que essas mesmas canalizações foram executadas sem qualquer registo ou acompanhamento arqueológico.

- c) A intervenção arqueológica, frequentemente, não passa só por executar sondagens, escavações em área e acompanhamentos. Muitas vezes também deve actuar na observação e no registo de paredes objecto de picagens e demolições. A chamada “arqueologia da arquitectura” deve ser considerada como um enfoque necessário e habitual na arqueologia urbana, o que levanta outras problemáticas, como a falta de preparação técnica específica para a execução desse tipo de tarefa, assim como a não obrigatoriedade (em alguns casos) desse mesmo estudo imposta pela tutela.
- d) Num processo de renovação urbana (para além das motivações e anseios dos particulares) actuam, no mesmo palco, diversos agentes (equipas de engenheiros, arquitectos, arqueólogos, etc.) chefiados por diversos organismos, cada um deles com objectivos muito específicos. Esta situação provoca com frequência relações tensas, dificuldades de comunicação, pelo facto de nem sempre a linguagem ser a mesma. A este propósito, o arquitecto e urbanista Nuno Portas define, com pragmatismo, esta situação: “ (...) *as políticas concretas têm de ter em conta que essas áreas do aglomerados são teatros de conflitos de interesses que, se forem deixados a si mesmos, acabarão por minar as células dos órgãos e dos nervos da vida urbana e, como um cancro, levar o corpo à agonia*” (PORTAS, 1986:11)

A arqueologia urbana, como se constata, reclama legitimamente um lugar de participação activa nas políticas de reabilitação de centros históricos. Tem razão em aspirar a essa pretensão, uma vez que esses são os seus terrenos de eleição. Mas, para que se candidate a esse lugar, os seus agentes devem conhecer muito bem, antes de mais, o seu objecto de estudo, baptizado de “Centro Histórico Urbano”.

A importância em adquirir esse “saber”, entrando em conceitos urbanos que só indirectamente estão relacionados com a prática arqueológica, revela-se fundamental para entender e participar de forma activa e informada nos planos e na gestão da reabilitação urbana. Terá mesmo sido esse aparente “alheamento” por estas áreas<sup>221</sup> que também tem vindo a contribuir para a lenta cristalização (e marginalização) da própria arqueologia urbana, a que temos vindo a assistir.

Por outro lado, o modo como os centros históricos se constituíram como esse mosaico de saberes implicados na gestão urbanística, nos quais se inclui por direito a arqueologia urbana, parece ter tornado desnecessária a discussão sobre o seu próprio significado cultural e sobre a forma desorganizada como a sua salvaguarda é interpretada e integrada na gestão urbanística (GONÇALVES, 2011: 63). Torna-se, pois, necessário voltar a esta discussão. É imperativo discutirem-se as metodologias

---

<sup>221</sup> Métodos e técnicas construtivas, história da arquitectura, urbanismo, engenharia civil, etc. são alguns dos exemplos de áreas em que muito raramente os arqueólogos adquirem algum conhecimento.

(arqueológicas e de outras áreas do saber científico, como são o urbanismo e a arquitectura) e, sobretudo, avaliarem-se os resultados dessas práticas, vistas como impactes sobre o desenvolvimento urbano.

Contudo, como salientou Adelino Gonçalves (2011), “*esta não é uma característica das práticas correntes e uma das expressões do alheamento das áreas urbanas antigas reside no facto de a sua gestão não ser mediada por instrumentos cuja elaboração assente, como princípio metodológico, no estabelecimento de estratégias de articulação com as demais áreas que compõem os tecidos urbanos de que fazem parte e, sobretudo, com aquelas com as quais se jogam manifestas tensões funcionais e/ou morfológicas*” (2011: 63 e 64).

Estas tensões, de que fala Adelino Gonçalves, referindo-se aos intervenientes directos que operaram nos centros históricos, só se ultrapassam conhecendo e dominando bem as ferramentas que são disponibilizadas à arqueologia urbana. Só pensando, reflectindo e avaliando os seus métodos e resultados, a arqueologia poderá ser uma ciência que actue no campo do tempo presente. Conhecer quem somos é saber quem fomos, quer isto dizer que só tendo a mestria de perceber o tempo presente de actualização, se poderá perceber e reconstruir o que pertence ao passado.

Assim, para que a Arqueologia Urbana possa integrar-se na discussão e integração nos Planos de Intervenção e Recuperação Urbanística de Centros Históricos, é essencial a implementação de modelos de gestão urbana baseados na participação pró-activa da arqueologia ainda na fase de discussão. Modelos de planificação urbana, que originem políticas de gestão, assentes na articulação e monitorização integrada, de acções de foro económico, cultural, arquitectónico, urbanístico e arqueológico, concorrem, como fim último, para o cumprimento de objectivos estratégicos, mas específicos, de cada lugar.

O paradigma destas questões poder-se-á, em parte, sintetizar nos *corpora* jurídicos que constituem as ferramentas legais do património e do ordenamento do território. Este ponto, que desenvolveremos com mais enfoque no *item* “ferramentas legais”, é o espelho reflexivo da situação paradigmática em que arqueologia urbana portuguesa se encontra, uma vez que estes textos mostram uma total ausência de vocábulos ligados à prática específica da arqueologia urbana (território, redes de interacção urbana, cotas arqueológicas, etc.).

Com efeito, a nossa legislação, vocacionada para a protecção (e simultaneamente) para a gestão e ordenamento urbano, privilegiou sempre uma política de salvaguarda assente na protecção do edifício no singular e não nos conjuntos edificados e subsolos urbanos. Tal situação, diríamos casuística, tem originado intervenções e modelos de actualização arqueológicos que têm vindo a focalizar os seus esforços só naquele edifício,

ignorando a rede urbana que com ele interage de forma umbilical: desde a sua origem, desenvolvimento/transformação e, muitas das vezes, abandono.

Este modelo, caracterizado por investigações muitas vezes avulsas e descontínuas e sem encerrarem o necessário espírito crítico, acaba por defender a preservação dos bens culturais enquanto fim em si mesmo e não como entidades dotadas de personalidade e dinâmicas urbanas, inscritas num conjunto espacial. Como se verá na análise das ferramentas legais, esta postura conduz a uma política puramente vocacionada só para a protecção do edificado e não tanto para o estudo, protecção e gestão das cotas arqueológicas do solo e subsolo, que dada a sua “imprevisibilidade” só se interpretam no espectro das dinâmicas das redes urbanas, enquanto repositório da acção humana na longa duração.

Como se pode constatar, intervir em meio urbano, e aspirar a ser parte integrante da reabilitação urbana, obriga a adoptar medidas prudentes, a delinear estratégias de intervenção (científicas, administrativas, sociais, etc.), a pensar nas ferramentas mais adequadas para cada caso. Obriga, em última análise, a conhecer e a escolher – segundo critérios claros e reflectidos – o melhor caminho para o conhecimento, protecção, valorização e gestão do património arqueológico.

Na escolha desse imenso conjunto que constituem as ferramentas disponíveis ao serviço da arqueologia urbana, escolhemos propositadamente as que se relacionam com a prática arqueológica conducente ao conhecimento, preservação e gestão dos vestígios da chamada “cota arqueológica” (negativas e positivas). É este imenso legado, que constitui o património arqueológico, que nos permitirá inferir as dinâmicas territoriais e que nos dará o conhecimento científico. No fundo, estudando essas alterações, voltamos a juntar o que nunca devia ter sido separado, o homem e a sua acção no espaço urbano.

Deste modo, e por uma questão puramente organizacional, optámos por dividir estas ferramentas em “virtuais”, entendidas como instrumentos que existem potencialmente e que são susceptíveis de se realizar ou de se exercer (= Possível; Potencial)<sup>222</sup>; e “legais”, conforme com a lei, ou por ela prescrito<sup>223</sup>.

#### **4.2.1. Ferramentas ‘virtuais’ para a gestão e salvaguarda do património arqueológico urbano municipal:**

##### **4.2.1.1. As cartas arqueológicas**

Este tipo de cartografia reúne, de uma forma codificada, todas as informações conhecidas sobre os testemunhos arqueológicos de um concelho.

---

<sup>222</sup> “**virtual**” (francês *virtuel*, do latim medieval *virtualis*, do latim *virtus*, *-utis*, qualidades do homem, coragem, energia, valor, mérito) in <http://www.priberam.pt/dlpo/>.

<sup>223</sup> “**legal**” (latim *legalis*, *-e*, relativo às leis) in <http://www.priberam.pt/dlpo/>.

A sua importância reside no facto de constituírem um instrumento indispensável de trabalho numa política de planificação/ordenamento territorial e gestão de património, uma vez que se procede atempadamente à localização, caracterização e avaliação (inventário) do património de um concelho com vista à sua efectiva protecção e eventual valorização (SILVA, 2004: 87-94).

As informações contidas nas “Cartas Arqueológicas” podem ser complementadas com indicações de potenciais vestígios ou áreas de interesse assinalados nas “Cartas de Potencial Arqueológico”.

Estes dois tipos de cartografia obedecem, na sua execução, a regras similares. O primeiro passo consiste em inventariar o que existe, começando por colher esses dados mediante pesquisa bibliográfica. Mais tarde, com visitas aos sítios, e munidos de um GPS, é feita a caracterização dos vestígios e a georreferenciação exacta de cada um dos sítios arqueológicos (ou georreferenciam-se áreas de potencial arqueológico). Por fim, para a representação cartográfica se efectivar, a solução mais adequada será recorrer a um Sistema de Informação Geográfica (SIG), com a finalidade de representar a realidade arqueológica sobre uma cartografia actual, podendo esta articular-se com outro tipo de informação georreferenciada.

Apesar destes benefícios, convém registar, por um lado, que estas Cartas Arqueológicas, uma vez apresentadas, não são documentos fechados, devem estar sempre em permanente construção. Assim como, para a sua execução, devemos ter sempre como premissa a definição das prioridades e das questões técnicas e científicas que pretendemos ver reflectidas neste tipo de cartografia, por forma a dotá-la de informações úteis e operativas.

No entanto, e como resultado da crescente pressão urbana e das problemáticas a ela intrínsecas, que se fazem sentir sobremaneira no meio arqueológico, as informações contidas neste tipo de cartografia têm vindo a revelar-se insuficientes, principalmente como ferramentas de gestão do próprio espaço urbano (MURILLO REDONDO, VENTURA VILLANUEVA, HIDALGO PRIETO, 1997: 75-99).

Esta busca por novas ferramentas que dessem resposta, por um lado, à crescente pressão urbanística sobre os centros urbanos e que, por outro, contrariassem a tendência para a escassa e dispersa informação científica, emanada da maioria das intervenções em meio urbano, originaram a implementação de um outro tipo de cartografia: as chamadas “Cartas Arqueológicas de Riscos”.

A grande novidade desta cartografia reside no facto de serem documentos orientados para a análise e diagnóstico dos depósitos estratigráficos localizados no solo e subsolo e suas alterações (RICHARDS, 1991).

O conceito “Carta de Risco” foi, pela primeira vez, aplicada em Itália na década de 70 do século passado, especialmente vocacionado para a protecção e gestão do património de valor arquitectónico. Dez anos depois, com os programas desenvolvidos pelo *Instituto Centrale per il Restauro (IRC)*, a carta arqueológica de risco assumirá identidade individual e um corpo metodológico próprio (BALDI, 1991). A ideia central destas cartas, segundo este autor, reside no facto de permitirem a criação de planos conducentes à intervenção, manutenção e restauro dos bens culturais (arquitectónicos, histórico-artísticos e arqueológicos) em função do seu estado conservação e do meio ambiente que os rodeia.

Contudo, a “carta arqueológica de risco”, dada a especificidade dos seus bens (que vão desde bens materiais aos imateriais), demorou algum tempo, mesmo em Itália, a encontrar metodologias próprias e objectivos concretos. Ainda assim, é uma ferramenta de gestão arqueológica utilizada desde os anos 70 em países como o Reino Unido, França e, particularmente, em Espanha (Andaluzia)<sup>224</sup>, principalmente a partir da década de 90, onde são consideradas elementos fundamentais para a planificação da gestão da actual malha urbana (HERNANDÉZ ALCAZAR, 1995: 31-38 e MURILLO REDONDO; VENTURA VILLANUEVA; HIDALGO PRIETO, 1997).

Quais as metodologias de base a utilizar para a execução de uma Carta de Risco Arqueológico? E quais os itens informativos que um documento deste género deve conter?

Para responder a esta questão socorremo-nos fundamentalmente das premissas e critérios presentes nas Cartas de Risco Arqueológicas produzidas e publicadas na Andaluzia. Esta opção justifica-se na medida em que nesta região espanhola as autoridades regionais e locais<sup>225</sup> parecem ter conseguido implementar, com algum sucesso, uma metodologia vocacionada para a gestão, conservação e protecção do património arqueológico, assente nos resultados obtidos através desses elementos cartográficos<sup>226</sup>.

Deste modo, em primeiro lugar, devemos começar por definir os pressupostos teóricos que estão na base da elaboração de um documento deste género. Assim, como as informações arqueológicas dizem respeito a um espaço geográfico definido (urbano e espaço limítrofe), a paisagem representada deve ser entendida e problematizada no

---

<sup>224</sup> Consultámos com maior atenção os instrumentos legais de gestão e planeamento das seguintes cidades e lugares: Ubeda (SALVATIERRA y GARCIA, 2001), Priego (CARMONA, LUNA y MORENO, 2002), Guadix (RAYA PRAENA et alli, 2003), Valencina de la Concepción (VARGAS, 2004), Écija (SÁEZ, ORDÓÑEZ, GARCIA y GARCIA-DILS, 2004), San Fernando (BERNAL, 2005) e particularmente a de Córdoba (MURILLO REDONDO, 2007; PGOU Ayuntamiento de Córdoba, 2007)

<sup>225</sup> As directrizes para estas cartas são sempre definidas pela Consejería de la Cultura, sendo depois aplicada nos planos de ordenamento para cada território dito “municipal”.

<sup>226</sup> Devemos ainda acrescentar que para Portugal não há ainda exemplos concretos de aplicação destas Cartas de Risco. Existem planos embrionários para a executar e definir, mas até à data não passam de meras proclamações de intenções.

seu conjunto, já que esta é o reflexo das suas estruturas económicas, políticas, sociais e culturais da sociedade que a habitou no passado, mas que também a habita no presente (RAYA PRAENA, 2006: 17-44).

Portanto, parece evidente que para compreender a sociedade que dela usufrui é necessário um estudo, por um lado, da sua estrutura urbana e, e por outro lado conhecer e saber problematizar os paradigmas históricos que cada cidade encerra.

A metodologia de base para qualquer trabalho deste género terá que ser sempre de tipo regressivo, de modo a permitir o estudo da evolução das cidades históricas desde o presente, adoptando sempre uma perspectiva sincrónica e diacrónica. A análise dos elementos que compõe o espaço/paisagem urbana deve ser feito de forma global, contemplando tantos os elementos emergentes e visíveis da cidade (o edificado urbano), como os vestígios soterrados (que podem condicionar de algum modo a estrutura urbana actualmente visível) – no fundo, o próprio substrato arqueológico (MONTILLA TORRES, 2004). Este foi, aliás, o exercício metodológico que fizemos no capítulo anterior desta dissertação, com o objectivo de aferir as características arqueológicas do espaço intra-muros de Coimbra.

Contudo, antes de se partir para a elaboração de uma Carta de Risco propriamente dita, é necessário elaborar uma base de dados referencial e uma outra cartografia (que designaremos de “anexa” à própria Carta de Risco), pois só assim é possível compilar estas realidades.

Como tal, deverá ser feito:

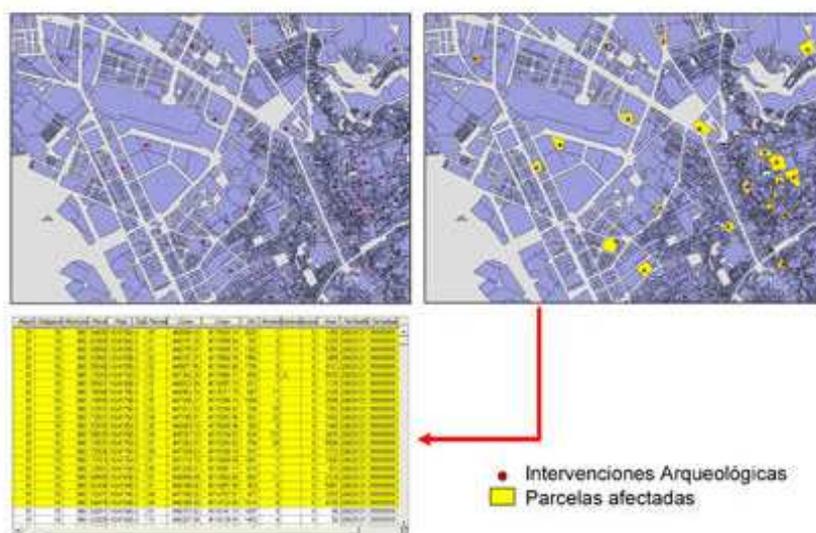
- O Inventário arqueológico<sup>227</sup>, informatizado, onde ficaram a constar todos os bens de carácter arqueológico, devidamente georeferenciados. Esta base de dados será gerida por um GIS, onde é vertida toda a informação disponível. Para que posteriormente se possa utilizar esta informação em cartografia, a localização destes bens deve ter sempre a mesma base: parcela cadastral ou o nome da via, onde se localizam, acompanhados das respectivas coordenadas UTM.

A partir do conjunto de dados colhidos é possível produzir cartografia, sincrónica e diacrónica, onde estejam reflectidos os níveis conhecidos de intervenções arqueológicas já executados e se assinalem as diferentes etapas históricas da cidade, assim como a potência global do depósito estratigráfico.

---

<sup>227</sup> No caso português corresponde “grosso modo” à Base de Dados do Endovélico, disponível em versão condensada *on line*. E no caso dos municípios poderá vir a constituir-se como a “base de dados” da autarquia, onde primeiro fica registado o que já se conhece e no futuro servirá para inserir os resultados que se vão obtendo com novas intervenções.

- A Carta de erosão da História. Com este documento, para o qual não encontrámos tradução nem paralelo no território português<sup>228</sup>, pretende-se mostrar a evolução/alteração, ao longo do tempo, dos depósitos arqueológicos na malha urbana. Para o efeito, os depósitos arqueológicos, já previamente georreferenciados tendo em conta o quadro das parcelas ou artérias, devem ser inscritos/analísados numa das seguintes situações:
  1. parcialmente destruídos mediante acompanhamento arqueológico.
  2. totalmente destruídos mediante acompanhamento arqueológico.
  3. parcialmente destruídos sem acompanhamento arqueológico.
  4. totalmente destruídos sem acompanhamento arqueológico.
  5. em que se desconhece o estado de conservação do registo arqueológico.
  6. em que se supõe que o registo arqueológico está conservado.
  7. em que se procede ao cálculo de uma estimativa dos impactos provocados pelos equipamentos urbanos existentes ou previstos na via pública, assim como a previsão do seu nível de afectação sobre o registo estratigráfico.



**Figura 7**

Intervenções Arqueológicas com a visualização das parcelas com a indicação das cotas de afectação de cada intervenção com o respectivo inventário (extraído de: Fernandez Cacho&GARCIA SANJUAN, s/d, pág. 24)

<sup>228</sup> O mais parecido que encontramos para esta “carta de erosão” são os chamados “impactes cumulativos” efectuados nos Estudos de Impacte Ambiental, onde são registados os impactes directos ou indirectos do projecto aos quais adicionam outros impactes directos ou indirectos de outros projectos.

A “*carta de erosão da história*” merece-nos uma atenção especial. Aparentemente, parece ser um documento sem importância significativa ou em última análise pouco atractivo. Mas não o é, pois reflecte em cartografia as acções praticadas no passado, permitindo avaliar com precisão o que foi feito com ou sem registo arqueológico (MURILLO REDONDO, VENTURA VILLANUEVA, HIDALGO PRIETO, 1997: 91).

Esta carta funciona deste modo como uma espécie de “repositório” de todas as acções, incluindo as intervenções mecânicas de alteração praticadas no solo e subsolo urbano<sup>229</sup>.

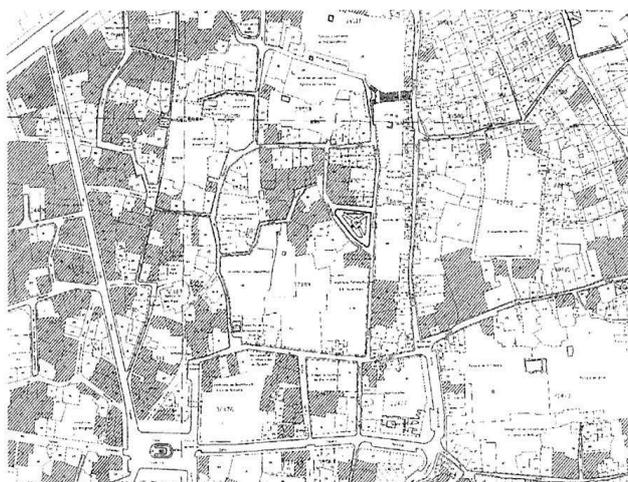


FIGURA I. A: *Carta de erosión de la Historia*. Fuente: AA.VV (1997, 96).  
Aparecen tramadas las parcelas catastrales en las que se ha perdido parte o la totalidad del registro.

### Figura 8

A escuro representam-se as parcelas cadastrais em que o registo arqueológico já foi afectado (Córdova – Espanha) [extraído de: Fernandez Cacho&GARCIA SANJUAN, s/d, pág. 24]

A importância das informações contidas nesta carta é significativa, uma vez que se procede ao diagnóstico e à avaliação das intervenções já feitas. Se pensarmos na “carta de erosão histórica” sob esta perspectiva, estamos perante um instrumento que permitirá ao arqueólogo (ou à “tutela”), antes da intervenção, ter acesso a este tipo de informação, permitindo-lhe adoptar e propor estratégias metodológicas diferenciadas de acordo com as características do espaço onde está a intervir. Crê-mos, ainda, que esta eventualidade poder-se-á traduzir numa maior objectividade e transparência das intervenções arqueológicas em meio urbano, podendo ajudar a fundamentar a opção pela chamada “escavação mecânica”, em detrimento da manual, ou vice-versa.

<sup>229</sup> Por opção puramente metodológica pode ainda efectuar-se, como anexo, uma “Carta de Intervenções Mecânicas de Alteração no Subsolo”. Nesta cartografia, agora proposta, aparecem representadas, de forma individualizada, as acções mecânicas praticadas no subsolo, desde as instalações de cabos eléctricos, de telefone, de águas e, mais recentemente, da chamada “fibra óptica”.

Temos a perfeita noção de que elaborar cartas deste tipo poderá ser quase um trabalho “hercúleo”, principalmente se tivermos em linha de conta que a grande maioria das intervenções em meio urbano nem sempre são devidamente registadas, desconhecendo-se o exacto grau de afectação de algumas dessas acções. Ainda assim, pelo menos nas chamadas zonas históricas, consideramos que é de todo essencial, ainda que os resultados sejam parcos, começar este trabalho de base cartográfica.

Posto isto, encontram-se reunidas todas as condições para a elaboração da Carta de Risco. Este instrumento é executado a partir dos resultados obtidos anteriormente, anexando-os às políticas e às previsões do planeamento urbano. É um documento síntese, que no caso das províncias da Andaluzia é compilado e integrado nos chamados PGOU<sup>230</sup>, onde se articulam todas as linhas mestras que regerão (a nova) política de actuação arqueológica da cidade, sobretudo nas zonas afectadas por esse planeamento urbano (MURILLO REDONDO, VENTURA VILLANUEVA, HIDALGO PRIETO, 1997: 91), traduzidas num texto único, com força de lei, onde estão dispostos:

- a) Cartografia sincrónica e diacrónica em que se reflecte o nível de conhecimento existente sobre a totalidade da cidade.
- b) Cartografia em que se reflectem as diferentes etapas históricas da cidade, assim como a potencia global do depósito estratigráfico.
- c) Definição de zonas específicas de actuação, com base nas directrizes emanadas da Carta de Risco, onde são estabelecidos os tipos de intervenção arqueológica, prazos de execução da mesma, percentagem de solo a intervir e os principais objectivos decorrentes da intervenção.
- d) Explicitação dos mecanismos legais subjacentes a cada uma das zonas previamente definidas.

Toda esta acção é feita com os seguintes propósitos:

1. Substituir gradualmente a arqueologia de “intervención” por uma arqueologia de “prevención”, onde as intervenções são planificadas tendo em atenção a preservação do solo e subsolo (*Ibidem*).
2. Orientar essas mesmas intervenções arqueológicas, tendo subjacente uma política de conservação do registo arqueológico. Para o conseguirem criam medidas preventivas e restritivas de ocupação do solo e sub-solo, assim como definem zonas ou reservas arqueológicas onde a ocupação é simplesmente proibida.

---

<sup>230</sup> PGOUS, equivale “grosso modo” aos PDM’S dos municípios portugueses.

3. Por fim, definem regras precisas para a conservação *in situ* de elementos imóveis de carácter arqueológico, pois entendem que o conhecimento da cidade histórica só se efectiva quando estes elementos estão preservados e integrados na dinâmica própria da cidade que lhes deu origem (*Idem*: 91-92).



Figura 9

Visualização final macro-espacial de um exemplo de uma cartografia de risco para a região da Andaluzia (extraído de: Fernandez Cacho&GARCIA SANJUAN, s/d, pág. 30)

Assim, a paisagem é vista, e posteriormente reflectida na Carta, como a síntese das características de um determinado meio físico e da acção antrópica exercida sobre ele ao longo do tempo. A paisagem urbana é entendida e trabalhada como um produto cultural, que reflecte as qualidades da rede de interacções que se estabelecem entre a sociedade e o meio físico (VILLAFRANCA JIMÉNEZ, 2007: 4 e 5). Na sua vertente de investigação está reflectido o estado de conhecimento das diferentes etapas históricas da cidade, definidas arqueologicamente, isto é, determinadas pelo grau de afectação das cotas arqueológicas do solo e sub-solo (CURADO ROCIO, 2004: 109).

#### 4.2.1.2. Os sig's aplicados à arqueologia

As novas tecnologias de informação aplicadas à arqueologia abarcam toda uma série de análises relacionadas com as aplicações informáticas. Neste grande grupo de aplicações/ferramentas de análise integramos os modernos Sistemas de Informação

Geográfica (SIG's), quer sejam desenvolvidos em softwares privados ou em opensource<sup>231</sup>.

Os sistemas de informação geográfica (SIG's) em arqueologia têm vindo a assumir um papel cada vez mais relevante. Estes constituem uma importante ferramenta que nos auxilia na interpretação dos vestígios. Aliás, o seu papel potenciador de análise, através, por exemplo, da produção de cartografia multivariada (de cariz interpretativo), constitui um dos principais factores do seu crescente uso em Arqueologia (SANTOS, P. 2006; FIGUEIREDO, A. 2007).

Antes de analisar a utilidade desta ferramenta de gestão do património arqueológico, convém definir, ainda que de forma breve, alguns dos conceitos básicos ligados ao próprio sistema.

Assim, um sistema de informação geográfica (SIG) é um conjunto de quatro componentes básicas: o HARDWARE<sup>232</sup>; o SOFTWARE<sup>233</sup>; os Dados Geográficos<sup>234</sup> e o Operador Humano<sup>235</sup>. A associação destes elementos permitirá ao utilizador a resolução ou esclarecimento de determinada questão ou problema.

Em termos práticos é possível representar um SIG através de dois padrões: o **formato vectorial**<sup>236</sup> e o **raster**<sup>237</sup>. Por conseguinte, cada estrutura é constituída por um conjunto de vértices que possuirá os seus atributos espaciais. Este conjunto agrega informação topológica, que o distingue dos demais elementos. A informação descritiva

---

<sup>231</sup> Exemplo de software SIG em opensource são os: P. MAPPER; MAPSERVER; OPENJUMP; QGIS; GRASSE, etc.

<sup>232</sup> Considerado como o conjunto de dispositivos físicos e mecânicos de um computador, com capacidade suficiente para o processamento de dados e armazenamento.

<sup>233</sup> Visto como um conjunto de operações e procedimentos que podem ser aplicados a determinado problema. São constituídos por programas onde uma sequência de instruções é seguida e redireccionada para um determinado fim ou informação. Os dispositivos são circuitos complexos compostos por um processador e destinam-se essencialmente ao processamento de dados.

<sup>234</sup> São entendidos como as informações, designadas por atributos alfanuméricos computadorizados que, ao serem introduzidos, se dispõem numa superfície referenciada geograficamente, podendo consistir elementos de várias categorias ou formatos.

<sup>235</sup> É o indivíduo que irá actuar com o programa através do hardware disponível para o efeito. No software, ele inserirá os dados espaciais e os relacionará com os dados descritivos (tabulares), que traduzem as informações descritivas dos primeiros.

<sup>236</sup> No **formato vectorial**, o mundo real é adaptado a três formas geométricas bases: os pontos que descrevem locais, as linhas que representam limites e os polígonos que sugerem áreas. Cada ponto de um vector é codificado pelas informações espaciais (X e Y) de acordo com o sistema de coordenadas preestabelecido (UTM, GAUSS, etc.). São os vários pontos unidos que formam as estruturas geométricas das linhas e das áreas. A referência destes elementos é feita por intermédio de um código, que fará a ligação da entidade do modelo geográfico (base cartográfica) com os seus atributos na base de dados. A visualização de um arquivo vectorial de um SIG é realizada através de uma planta ou mapa. Os atributos de cada feição são armazenados mediante o programa de dados relacional (SGBDR), normalmente dispostos por tabelas.

<sup>237</sup> Na segunda forma de representação, designada de **raster**, corresponde a uma matriz de células (conjunto de pixéis). As linhas e as colunas representam as posições das coordenadas X e Y respectivamente, podendo guardar também as informações da altitude, definida por Z.

de cada elemento deverá ser guardada num GEOdatabase. Mais se acresce que utilizando um módulo do próprio SIG, estes dois sistemas podem ser convertidos de um para o outro.

Um SIG, visto sob esta perspectiva, comporta a capacidade de relacionar objectos geográficos no espaço. Esta estrutura de relação denomina-se de “topologia”. É formada por um interface com o utilizador, por unidades de entrada, por uma integração de dados, por funções de processamento de gráficos e imagens, e ainda por um banco de dados que descrevem cada um dos objectos espaciais (PAREDES, 1994). Estes dados alfanuméricos são georreferenciados por meio de um Sistema de Gestão de Bases de Dados Relacional (SGBDR). Na maioria das vezes, quando se pretende desenvolver uma pesquisa mais complexa, é possível utilizar as múltiplas operações analíticas dos SIG’S, contribuindo significativamente para a manipulação dos dados.

Em conclusão, os SIG’s permitem desde a mais simples fusão de dados, sobreposições, reclassificações ou redefinições de informações, até aos mais complexos cálculos e análises de vizinhança, pendentes ou redes (FIGUEIREDO, s/d: 2).

Este sistema, aplicado à arqueologia, tem vindo a revelar-se como uma ferramenta eficaz para “isolar” e “descrever” visualmente relações espaciais e elaborar modelos estatísticos. Os SIGs são, vistos sob este prisma, sistemas de informação e, simultaneamente, de suporte da decisão, permitindo a construção e análise de cenários alternativos, através da modelação de um determinado fenómeno (OSÓRIO; SALGADO, 2007: 11).

O trabalho em SIG (com base em informações espacialmente georreferenciadas) permite, desde logo, gerir e a organizar toda a informação recolhida ou disponível segundo idênticos parâmetros (implicando, à partida, a construção de uma base de dados comum a todo o registo). Mas também permite, por sua vez, a produção de cartografia interpretativa multivariada, seguindo os mesmos princípios organizativos e de representação, mediante a individualização, associação ou interligação de diferentes tipos de informação.

Deste modo, podemos considerar que existem pelo menos seis âmbitos de actuação dos SIG relacionados com a arqueologia (KENNETH KWAMME, 1992: 23):

- A gestão de património
- Os estudos geoestatísticos
- A álgebra de mapas
- Os modelos digitais do terreno
- Os modelos espaciais preditivos

- Os modelos de simulação dinâmicos

No caso da Gestão do Património constata-se que esta ferramenta tem vindo a ser utilizada, de forma progressiva, para a construção das chamadas Cartas Arqueológicas Municipais. Dos vários exemplos em que esta ferramenta já foi utilizada, estudámos o da construção da Carta Arqueológica Municipal do Sabugal (relativa, portanto, a toda a área deste concelho), da responsabilidade do Gabinete de Arqueologia e do Gabinete de SIG do Município citado.

A este propósito, convém sempre lembrar que para uma Carta Arqueológica não se pretende um inventário meramente reduzido aos principais sítios conhecidos, já que estes dados, por si só, são insuficientes para a gestão municipal dos valores arqueológicos. Quer isto dizer, que só o registo exaustivo poderá zelar pela salvaguarda desse mesmo património municipal, feito através de uma descrição profunda do território que se estuda. Este procedimento obriga a que se criem condições informáticas essenciais para se criar, corrigir e actualizar o próprio registo arqueológico.

No caso apontado, e que pode servir de modelo à construção de futuras cartas, a recolha da informação geográfica (elementos pontuais, lineares ou poligonais) foi feita com recurso ao GPS. Esta opção permitiu, de uma forma simples, eficaz e sem grandes custos, uma georreferenciação relativamente rigorosa dos sítios ou achados arqueológicos. De seguida, toda a informação alfanumérica ou gráfica foi armazenada numa base de dados relacional da Microsoft Access, que é utilizado directamente pelo software SIGArcGis, empregue no município do Sabugal (OSÓRIO; SALGADO, 2007).

Concluída esta fase, procedeu-se à definição de três entidades espaciais<sup>238</sup>:

\*ACHADOS ISOLADOS (sítios que têm apenas representação pontual);

\*SITIOS (locais que correspondem a áreas como os habitats, os povoados e outros assentamentos humanos detectados);

\*SITIOS\_TODOS (onde se englobam os sítios e achados isolados).<sup>239</sup>

Estas três entidades têm uma chave externa que lhes vai permitir ligarem-se à tabela alfanumérica, onde estão armazenadas todas as características (descritivas e classificativas) do sítio. Por fim, e como passo final, procedeu-se à definição dos

---

<sup>238</sup> Entende-se por entidades espaciais o conjunto de objectos ou elementos gráficos com características similares, sendo por isso entidades comuns referenciadas espacialmente.

<sup>239</sup> Esta opção foi tomada pois os seus teorizadores consideram ser importante representar todos os sítios para permitir que as pesquisas e análises à listagem sejam o mais simplificadas possível e tenham uma boa representação gráfica.

campos correspondentes aos atributos<sup>240</sup>, que por uma questão de coerência, são os mesmos utilizados pelo IGESPAR.

Chegados a este ponto, e após a necessária convergência dos softwares autorizados<sup>241</sup>, toda a informação, é exportada para o *shapefile* e copiada para a base de dados. Após o preenchimento dos campos arqueológicos, previamente definidos e estruturados em diferentes tabelas, as informações são relacionadas entre si. Convém realçar que as “relações” só são possíveis se existirem campos<sup>242</sup> nas tabelas, cujas características e, especialmente, os conteúdos sejam semelhantes. Dada a natureza científica das Cartas Arqueológicas Municipais, que obrigam a uma constante actualização e construção, é necessário que o “documento Carta” esteja guardado no formato \*.pmf.

Desta combinação (registo arqueológico e sistemas de base informática com informação geográfica) resultou a localização mais rigorosa dos sítios, permitindo a sua localização em qualquer escala ou base cartográfica (ortofotos, cartas militares e geográficas ou modelos digitais de terreno) e possibilitou o seu posterior cruzamento com informações hidrográficas, altimétricas, geológicas, entre outras, que potencializaram com rapidez e rigor as análises territoriais (OSÓRIO; SALGADO, 2007: 11).

Recordamos que este exemplo foi aplicado a todo o território concelhio – neste caso, as necessidades de conhecimento e gestão do património arqueológico verificam-se sobretudo em contexto rural. Mas estes mesmos princípios ou orgânica de funcionamento poderá aplicar-se, exclusivamente, à gestão do património arqueológico em meio urbano, funcionando este sistema de forma interligada e concertada com outras bases informativas georeferenciadas de outros serviços municipais que também trabalham no quadro da malha urbana de uma cidade.

Actualmente, praticamente todos os estudos que envolvam a realização de inputs e/outputs de natureza cartográfica utilizam o SIG. Qualquer caso de estudo deverá, por isso, possuir elementos ou layers geográficos e descritivos que se conjugam entre si, formando mapas de informação.

---

<sup>240</sup> Os “atributos” são as características dessas entidades, sendo também denominados por dados alfanuméricos. A associação entre várias tabelas numa base de dados, sejam elas entidades ou atributos, designa-se em linguagem técnica por “relacionamentos”.

<sup>241</sup> Esta acção traduziu-se na utilização de *shapefiles*, em paralelo à utilização da *Personal Geodatabase*.

<sup>242</sup> Esses campos denominam-se “chaves” e estas podem ser “primárias” ou “externas”. Nesta fase, com recurso ao ArcReader é já possível fazer uma primeira visualização da informação.



Figura 10

Cartografia apoiada numa base de SIG das intervenções arqueológicas realizadas pela Unidade de Arqueologia do Município de Braga (extraído de: FONTES; CATALÃO & ALVES, 2010, pág. 106)

Esta ferramenta, se bem aplicada, pode ser um precioso auxílio nos gabinetes autárquicos de gestão do património arqueológico. Na gestão de serviços das autarquias, o SIG permitirá que os dados e informações arqueológicas, armazenadas num servidor central, sejam utilizados numa efectiva partilha de informação entre distintos serviços, correlacionando-os e funcionando em rede, suprimindo as dificuldades inerentes à burocracia dos serviços públicos (OSÓRIO; SALGADO, 2007). Acresce a tudo o que foi afirmado, que a informação, neste caso arqueológica, é sempre inserida e mantida num Gabinete de Arqueologia de uma autarquia. Este pormenor permitirá que a informação esteja sempre actualizada e seja devidamente validada.

#### **4.2.1.3. A Arqueologia da Arquitectura**

Esta ferramenta 'virtual' deve, nesta dissertação, ser entendida, numa óptica de preservação e gestão do património arqueológico municipal, como mais uma abordagem metodológica desejável no quadro das intervenções sobre o edificado histórico. Quer isto dizer que, por um lado, defendemos a inclusão dos seus resultados na definição das políticas de protecção e gestão do património. E, por outro, defendemos a sua obrigatoriedade nos trabalhos arqueológicos a desenvolver futuramente no património arquitectónico das zonas denominadas de "centros históricos".

Esta abordagem arqueológica procura submeter a arquitectura histórica a um processo de análise estratigráfica. Para conseguir atingir os objectivos a que se propõe começa por utilizar uma metodologia especificamente arqueológica (RAMALHO, 2002). Assim, o seu método está ligado aos princípios da estratigrafia arqueológica, utilizando também o conceito de Unidade Estratigráfica (UE), entendida como unidade de acção (acção efectuada num dado momento), e as suas formas de registo (incluindo a elaboração de diagramas/matriz como forma de representação estratigráfica, i.e., do modo como uma dada sequência estratigráfica se formou no decurso do tempo)<sup>243</sup>.

A partir da adopção da mencionada matriz de Harris, como prática fundamental de análise e representação estratigráfica no trabalho arqueológico, estão reunidas as condições para se integrar os elementos do edificado histórico (unidades estratigráficas positivas, individualizadas e numeradas sequencialmente de acordo com as características construtivas que as distinguem), na mesma lógica da análise estratigráfica dos depósitos de terra e outros (incluindo os elementos interfaciais) registados no subsolo dos sítios escavados. Ou seja, como bem salienta Maria Ramalho, “procura-se entender o edifício como um qualquer documento material que é necessário registar e analisar para o poder entender” (RAMALHO, 2002).

A aplicabilidade da “Arqueologia da Arquitectura” ultrapassa, desde os primeiros tempos da sua criação, o seu ambiente conceptual e metodológico inicial: a arqueologia do período medieval. Rapidamente esta prática tem vindo afirmar-se como método aplicável a qualquer tipo de construção, de qualquer época e cronologia.

Este método tem conhecido um assinalável acolhimento em países como a Itália e França, onde, desde os anos 70, se têm vindo a desenvolver estudos dentro da área da “Arqueologia da Arquitectura”. Contudo, foi sobretudo na Península Itálica<sup>244</sup> que se assistiu ao desenvolvimento dos contributos mais consistentes nesta área de conhecimento. Os principais nomes ligados a este “novo modo de interpretar” a arqueologia da arquitectura são: Tiziano Mannoni (Universidade de Génova), Ricardo Francovich e Roberto Parenti (Universidade de Siena), Gian Pietro Broglio (Universidade de Pádua) e Francesco Doglioni (Instituto Universitário de Veneza).

---

<sup>243</sup> Daí que o desenvolvimento deste método está intrinsecamente ligado à difusão da metodologia arqueológica criada por E. C. Harris.

<sup>244</sup> O modelo italiano desenvolve-se, sobretudo, nas Universidades. Tal facto não é estranho, já que tem sido neste meio académico, que têm vindo a ser desenvolvidos os trabalhos de investigação, ligados ao restauro de edifícios históricos

Em Espanha este método é aplicado desde a década de 80. Pontuam nomes como o de Alberto Lopez Mullor, da Deputação de Barcelona e, sobretudo, o de Luís Caballero Zoreda<sup>245</sup>, arqueólogo do Consejo Superior de Investigaciones Científicas de Madrid.

Em Portugal, a introdução deste método começa no presente a ser gradualmente adoptado, destacando-se como modelos pioneiros os de São Gião da Nazaré, o Convento de S. Francisco de Santarém, a Casa Rural de Milreu (coordenadas por Maria Ramalho) e o Mosteiro de Santo André de Rendufe (responsabilidade e coordenação de Luís Oliveira Fontes – Universidade do Minho)<sup>246</sup>.

Em termos metodológicos como se desenvolve um trabalho de “arqueologia da arquitectura”?

Em primeiro lugar, depois de se proceder ao acompanhamento arqueológico de picagens de paredes, é necessário proceder à correcta identificação de todos os aspectos relacionados com o edifício em estudo, distinguindo, individualizando e caracterizando as diferentes componentes construtivas. Para o efeito, estes devem ser descritos e reunidos numa ficha de registo e leitura estratigráfica de alçados. Nesta fase inicial o recurso à fotogrametria é também essencial, pois vai permitir, com rapidez, obter levantamentos exactos e pormenorizados (a fotogrametria acaba por ser uma técnica que permite efectuar medições rigorosas a partir de fotografias). Esta técnica oferece também a possibilidade de uma utilização, *a posteriori*, do desenho técnico (C.A.D.), permitindo ainda a restituição tridimensional do edifício. Este exercício levará a leituras e representações visuais do edifício ou do conjunto que se está a estudar. A informação gráfica daí obtida deve ser associada a uma base de dados, onde serão reunidos todos os elementos técnicos informativos do objecto de estudo<sup>247</sup>.

---

<sup>245</sup> Foi da responsabilidade de Luís Caballero Zoreda a introdução e orientação científica da aplicação em Portugal deste método, no quadro da intervenção de restauro (da responsabilidade do ex-IPPAR) na Igreja de S. Gião da Nazaré.

<sup>246</sup> Para mais informações sobre estes estudos remete-se para a “Revista Património. Estudos”, IPPAR, n.º 9, 2006.

<sup>247</sup> Em Itália, por exemplo, foi criado o SISTEMA DE INFORMAÇÃO MONUMENTAL, tipo de aplicação informática, à semelhança dos chamados SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA [GIS].

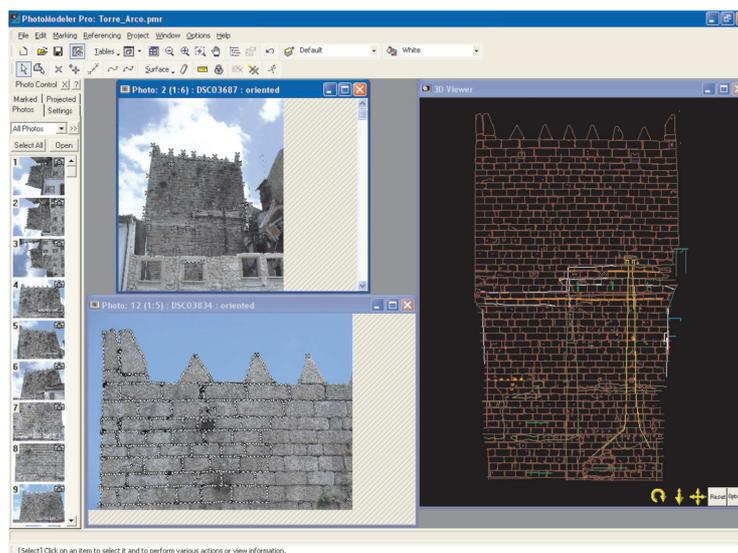


Figura 11

Processamento da restituição fotogramétrica do alçado (extraído de: FONTES; CATALÃO & ALVES, 2010, pág. 116)

A fase posterior à recolha dos dados é a mais importante, uma vez que, conseguido o levantamento (documentação gráfica) total do edifício, se inicia o verdadeiro processo de leitura dos alçados/paramentos (interiores e exteriores). Contudo, se o levantamento de informação prévia não for feito com rigor, a partir daí todo o processo interpretativo e a aplicabilidade do método podem estar irremediavelmente comprometidos, não permitindo a leitura analítica das estruturas a cota positiva.

Para se proceder a essa leitura é essencial determinar:

- Registo e numeração das diferentes Unidades Estratigráficas Murárias (USM), correspondendo cada uma delas a uma acção construtiva (individual) que ocorreu num dado momento.
- Análise e representação das relações estratigráficas possíveis entre as diferentes actividades que tiveram lugar ao longo da história do edifício (como, por exemplo, relações de anterioridade, posterioridade, contemporaneidade e correlação), construindo-se, deste modo, um diagrama ou matriz. Através destas relações físicas ou topográficas entre os diversos elementos constituintes da construção infere-se a sua cronologia relativa de formação (o antes e o depois, imediato, em termos do seu processo de construção).
- Estabelecimento das diferentes fases da história do edifício. Este faseamento também é apresentado num diagrama de síntese (agrupando-se numa fase diferentes EU construtivas cronologicamente afins), permitindo, nalguns casos, a aplicação de cronologias absolutas a cada uma das fases, tendo em conta a presença de elementos construtivos ou arquitectónicos datáveis.

A partir da análise deste conjunto de dados estamos em condições de reunir e sintetizar analiticamente informações acerca das componentes construtivas<sup>248</sup> e das técnicas de construção<sup>249</sup>, mas também, por exemplo, do tipo de andaimes, do tipo de ferramentas e do efeito de degradação dos materiais, nomeadamente nos aspectos da destruição e uso a que o edifício foi sujeito.

Este método arqueológico, para além de poder permitir a reconstituição da história do edifício mediante as observações analíticas efectuadas, poderá também constituir um auxiliar precioso à recuperação e restauro do edifício. Este propósito é conseguido através da análise de deterioração dos materiais constituintes.

Estas informações podem ser consideradas como as “imediatas” e mais visíveis. Mas um estudo de conjunto e uma interpretação correcta dos dados colhidos permite também leituras e informações a que muito dificilmente teria acesso quem estuda e recupera edifícios antigos.

Quais são, por fim, as principais vantagens e desvantagens de aplicabilidade deste método?

Os especialistas defensores da aplicação do método “Arqueologia da Arquitectura” apontam como principais benefícios:

- A possibilidade que este método confere ao nível da interpretação e argumentação, permitindo criar, quando bem executado, verdadeiros modelos interpretativos do edificado.
- Permite o registo mais preciso e objectivo do edificado histórico, anulando a visão subjectiva que sempre marcou grande parte dos estudos da história da arquitectura.
- Como estamos perante um método não-destrutivo, tem vantagens óbvias na recuperação e restauro de edifícios antigos.
- Permite preservar para “memória futura” um conjunto de dados relativos a edifícios antigos cuja recuperação é totalmente inviável, cumprindo assim, plenamente, o princípio de “conservação pelo registo”.

---

<sup>248</sup> A determinação dos componentes construtivos só é possível se forem feitas análises físico-químicas aos seus componentes constituintes. Esta acção deve ser feita com um duplo objectivo: caracterizar os próprios materiais e, se possível, obter a datação dos paramentos.

<sup>249</sup> Para determinar os métodos usados na construção é necessário recorrer-se ao estabelecimento de tipologias. Como um dos objectivos é sempre inferir a datação, para além da necessidade em possuir conhecimentos ao nível da história da arquitectura, dá-se como sugestão a aplicação de tipologias com o objectivo de estabelecer cronologias – a cronotipologia.

- A informação recolhida pode ser usada por outras áreas científicas, como sejam a engenharia e a arquitectura, com a vantagem de utilizar alguma linguagem comum a essas áreas disciplinares.
- Obriga os técnicos de arqueologia a conseguirem níveis de formação contínua noutras áreas (como o desenho em CAD, mas também noções básicas de construção e de física/química).
- Promove a interdisciplinaridade entre os vários técnicos que intervêm no património arquitectónico, obrigando-os a trabalhar em equipa.

As principais desvantagens e/ou limitações apontadas ao método em análise são:

- A dificuldade em estabelecer cronologias absolutas para os edifícios e para suas distintas componentes construtivas.
- A grande quantidade e complexidade de informação que se pode recolher, isto é, a chamada “micro-história” do edifício (objecto de intervenções estruturais mas também pontuais, múltiplas e continuadas ao longo do tempo), que se avolumará quanto maior forem as suas dimensões.
- O facto de o edifício apresentar um determinado revestimento que impossibilite, em grande medida, a sua análise mais profunda, obrigando a que se tenha de proceder à picagem de alguns sectores para se poderem alcançar níveis mais antigos.
- Ao aplicarem exclusivamente este método e ao descurarem a investigação e interpretação histórica, alguns arqueólogos poderão cair na tentação de reduzirem a diagramas e gráficos o seu objecto de estudo.
- A perda de identidade da arqueologia, enquanto ciência histórica (CABALLERO ZOREDA, 1995).

Em jeito de conclusão, vale a pena reflectir nas palavras de Giulio Carlo Argan (1995) que adverte sobre os riscos de certos exageros na aplicação exclusiva da “Arqueologia da Arquitectura”: *“O perigo não é o da especialização enquanto pesquisa sectorial consciente do próprio limite; o perigo é o do cientismo, como negação implícita da cientificidade da história e instauração da verificação no lugar da prova, da notícia no lugar do problema, do enunciado no lugar do discurso. O perigo, enfim, é que, em vez de renovar e estender o método histórico, se “desistorize” o método de estudo da arte e que, por fim, mesmo neste campo, uma linguagem tecnológica substitua a linguagem histórica.”* (1995: 22)

#### 4.2.1.4. Os gabinetes de arqueologia existentes nos municípios

Estas equipas de trabalho são a face visível das intervenções em arqueologia urbana da responsabilidade municipal. A responsabilidade que detêm é acrescida pelo facto de constituírem o suporte ou a “validade legal” das opções políticas para a protecção, preservação, valorização e gestão levadas a cabo por cada município. São, também, o interface de comunicação entre arqueólogos, os “outros” arqueólogos (entendidos como agentes da arqueologia privada) e a sociedade em geral.

Uma das premissas metodológicas que, antes de mais, devem estar subjacentes à acção destes gabinetes é a seguinte: “ (...) não há “cidade nova” a construir, mas apenas “cidade existente” a gerir, com a criação de gabinetes específicos para a implementação e execução de planos [de intervenção urbanística], com capacidade para se movimentarem entre a Administração Local e as chamadas parcerias público/privado, mas também público/público ou mesmo privado/privado. (...)” (GONÇALVES, 2011: 207). Se tal facto não for interiorizado pelos técnicos contratados por esses gabinetes, continuar-se-á flutuando ao sabor de vontades imediatas, sem tempo nem consciência para a tão proclamada “planificação” de actuações.

Um dos Gabinetes de Arqueologia que tem servido de modelo, pelos resultados positivos da sua acção, tem sido o Gabinete de Arqueologia Urbana da Cidade do Porto (GAU). No presente, e após uma remodelação orgânica efectuada na autarquia do Porto, este gabinete parece ter sido absorvido por outro serviço – não conseguimos até à presente data confirmar a amplitude das alterações e se ainda mantém a necessária autonomia.

Independentemente destas questões, de índole política e organizacional, consideramos que o GAU foi, durante o tempo da sua vigência, uma das estruturas cujo modelo de funcionamento influenciou outros gabinetes arqueológicos de responsabilidade municipal, pelo que achamos pertinente fazer uma análise da sua acção interventiva na arqueologia urbana do município do Porto<sup>250</sup>.

Este serviço autárquico esteve inserido, enquanto unidade orgânica independente, na Direcção Municipal de Cultura e Turismo, mais especificamente, no Departamento de Museus e Património Cultural. Esta opção, comum a outras autarquias, se por um lado parece lógica e clara, já que a Arqueologia e o Património estão umbilicalmente ligadas, por outro levanta alguns problemas técnicos e funcionais, uma vez que a

---

<sup>250</sup> Texto e informações gentilmente cedidas durante uma aula/conferência de António Silva na unidade curricular Políticas e Privadas em Arqueologia (mestrado Arqueologia e Território) no ano lectivo 2009/2010.

arqueologia urbana actua no mesmo “palco” de serviços mais vocacionados para a gestão e planificação urbanística e de habitação<sup>251</sup>.

O GAU passou por vários períodos de desenvolvimento. As três fases (meados dos anos 80/90; anos 90; e meados de 2000, até à sua extinção enquanto unidade orgânica independente) são coincidentes com o próprio desenvolvimento da Arqueologia Urbana a nível nacional.

Assim, e de uma forma sucinta, poderemos resumir a sua actividade desta forma: nos primeiros tempos planeavam e executavam escavações pontuais, produziam alguma divulgação, e o Gabinete não possuía qualquer intervenção e participação na gestão urbanística da própria cidade; posteriormente, a partir de 2000, o GAU, por força das circunstâncias locais<sup>252</sup> e nacionais, passa a ter uma importância vital na gestão urbanística da cidade, procedendo a avaliações arqueológicas no quadro do licenciamento de obras particulares, passando a monitorizar as intervenções na via pública e a criar sistemas de informação arqueológica (SIA).

Durante a sua vigência, o GAU procurou implementar medidas com vista à salvaguarda do património arqueológico (participação, orientação e fiscalização nos licenciamentos, planos e operações urbanísticas públicas, instalação de infraestruturas, execução de um inventário sistemático dos achados, instrução de processos de classificação, etc.). Tentaram criar, adaptar e utilizar instrumentos para essa mesma salvaguarda (Cartas arqueológicas, Planos Directores Municipais, Cadernos de Encargos, etc.). Esta actuação foi feita com o objectivo de se implementar um sistema de pré-avaliação à intervenção arqueológica em meio urbano, procurando evitar e minimizar os próprios constrangimentos sociais e económicos das intervenções urbanas (SILVA, 1994: 43-55; SILVA, 2007: 19-26).

Assim, tendo em atenção os resultados do GAU, concordamos com algumas das ideias defendidas por Pedro Carvalho (2011), acrescentando outras, sobre qual deverá ser a actuação e enquadramento destes serviços autárquicos:

- Estes gabinetes deveriam chamar-se genericamente de “Gabinetes de Arqueologia Urbana”, se inseridos em autarquias eminentemente urbanas ou com centros históricos relevantes, e deveriam estar ligados directamente a serviços de Ordenamento e Gestão do Território Municipal. Devem, quanto a nós, manter um certo grau de autonomia administrativa, eventualmente coordenados por uma chefia intermédia (Director de Departamento).

---

<sup>251</sup> No caso do Porto esta equação é de extrema importância, já que este concelho é essencialmente urbano. Assim o planeamento urbanístico e o licenciamento de obras são áreas onde o Gabinete de Arqueologia Urbana tem uma palavra a dizer.

<sup>252</sup> Desenvolvimento e expansão da arqueologia dita comercial e as grandes obras, como são as do Metro de Superfície e as intervenções ligadas ao “Porto 2001”.

- Participação efectiva na elaboração dos Planos Directores Municipais (PDM's), mediante a introdução nestes planos, entre outros elementos, de zonamentos arqueológicos, uma vez que "A gestão territorial de um município deve também ter em conta o património arquitectónico e arqueológico e os recursos naturais" (Decreto-Lei 380/99, artigo 4º).
- Ter a responsabilidade de construir e rever as Cartas de Património Urbano, já enunciadas no ponto anterior, numa constante actualização e verificação de facto das intervenções arqueológicas.
- Devem definir previamente e de forma planificada, com rigor, as metodologias arqueológicas, os itens a conter em cada ficha de sítio (aqui entendida não apenas como parte integrante do relatório a ser entregue à tutela, mas como a informação fundamental a ser usada nos instrumentos de gestão urbana de cada município) e promover a junção de (novas) disposições legais que, devidamente fundamentadas à luz dos critérios arqueológicos e de direito urbano, concorram para a uniformização de procedimentos e para a promoção das boas práticas. No fundo, elaborar (com força de lei) um Regulamento de Trabalhos Arqueológicos específico para cada município, partindo da lei geral mas adaptando-se à realidade concreta objecto de intervenção.
- Patrocinar ou promover a divulgação social do conhecimento. Isto é, incentivar e premiar não só a publicação (científica) dos resultados de cada intervenção (por exemplo, através da divulgação *on line* nos sítios oficiais de cada município, de forma não onerosa, salvaguardando-se a autoria científica de cada um dos textos aí apresentados), mas também levar a cabo ações de divulgação desses resultados junto do público em geral, começando pelos jovens em idade escolar.
- Elaborar e participar de forma pró-activa na elaboração dos Cadernos de Encargos, definindo critérios rigorosos e explícitos, por forma a garantir a comparabilidade das propostas técnicas (e financeiras), independentemente de se tratar de obras particulares ou públicas. O exemplo/modelo que o GAU defendeu deve ser apontado como prática eficaz, uma vez que através dos cadernos de Encargo, regulamentam quase todos os trabalhos arqueológicos, conseguindo implementar um sistema de gestão baseado na definição de critérios claros e explícitos para a abordagem aos sítios (SILVA, 2007: 19).

Por fim, para que os técnicos destes gabinetes cumpram de forma efectiva as suas funções (salv guarda, conhecimento e gestão do património arqueológico) consideramos ser importante dar-lhes o estatuto de "supervisores" das próprias intervenções feitas em meio urbano. Esta figura, existente no Ayuntamiento de Córdoba desde 2002 e em comunicação directa com a Universidade, têm como principal função

acompanhar as intervenções (públicas e privadas) dentro do núcleo urbano desta cidade espanhola.

A acção destas equipas, aprovada legalmente pela própria lei do Património da Andaluzia, passa pelo registo, documentação, estudo, conservação e protecção dos vestígios arqueológicos, ditos “municipais”, feitos através da supervisão de acompanhamentos e pela execução de muitas das intervenções arqueológicas de urgência.

Este tipo de supervisão é definido como *“la cautela que tiene por objecto la documentacion del registro estratigráfico afectado en aquellos casos en los que la information urbanística de carácter arqueológico estime una afeccion sobre depósitos sin valor arqueológico.”* (CANOVAS UBERA, GARCIA MATAMALA, SANCHEZ MADRID, SANCHEZ RAMOS, 2004: 210). Acrescentam estes autores que este trabalho deve ser feito por técnicos licenciados em arqueologia antes, durante e no fim de cada intervenção. Este trabalho é sempre feito tendo em atenção a planificação prévia dos projectos urbanos e o registo de afectação das cotas arqueológicas, pois *“se debe considerar como una actividade de planificacion previa y necesaria a la intervencion arqueológica de urgência y, en algunos casos, destinados a evitarla.”* (*Ibidem*).

Dentro deste espírito organizacional e de intercomunicação com a própria Universidade, propomos ainda que estes gabinetes municipais sejam a sede do já citado Centro Científico, que teria, então, como objectivo coordenar todas as acções arqueológicas a serem realizadas, enquadrando-as cientificamente adentro das problemáticas históricas conhecidas para uma cidade.

#### **4.2.2. Ferramentas legais para a gestão e salvaguarda do património arqueológico municipal**

##### **4.2.2.1. Os instrumentos legais de protecção, intervenção e gestão do património arqueológico do ordenamento do território**

Quase todos os países têm legislação própria para proteger o património arqueológico, incluindo o que existe em meio urbano, baseada em normas internacionais enunciadas e recomendadas por organizações como a UNESCO, o ICOMOS e o Conselho da Europa<sup>253</sup>.

A análise dos textos jurídicos relativos à protecção do património arqueológico permite aferir diferenças entre os vários países europeus. Em alguns o enquadramento jurídico faz-se com base num artigo da Constituição do Estado, como por exemplo em Itália, Espanha ou Portugal. Outros, dispõem de legislação específica elaborada num

---

<sup>253</sup> As Cartas de Malta (La Valleta, 1992) e de Lausanne (Lausanne 2002), são disso exemplo.

período em que as preocupações com o ordenamento do território, o ambiente e o desenvolvimento económico eram bem diferentes das actuais, sem que tenham sido adoptadas novas formas, novos dispositivos legais, face aos novos desafios. Um exemplo clássico desta situação é o da Bélgica, um país caracterizado pela ausência das disposições jurídicas para a protecção do património, mas que desde 1984 pôs em marcha uma campanha para a valorização e protecção do subsolo arqueológico, através da compilação dos “Atlas do subsolo arqueológico dos centros históricos” (GENE – DUBOIS, 1988).

Apesar da diversidade podemos afirmar que existe um factor comum em todos os países: “os instrumentos jurídicos existentes traduzem não só a preocupação e a necessidade do ordenamento do território, protegendo em especial os Centros Históricos, mas também defendendo o carácter científico indispensável à investigação arqueológica” (REAL, 1994: 14).

A prática arqueológica encontra-se regimentada no Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos (Dec. Lei nº 270/99 de 15 de Julho). Enquanto a protecção dos bens culturais se encontra genericamente vertida no quadro legal da Lei 107/2001, de 8 de Setembro<sup>254</sup>.

A lei de Bases do Património Cultural (lei n.º 107/01, de 8 de Setembro) estabelece como PRINCÍPIOS REGULAMENTARES (art.º 1):

- O dever de preservar, não atentando contra a integridade física dos bens culturais ou a sua disponibilidade pela comunidade.
- Introduzir providências jurídicas de carácter sancionatório<sup>255</sup>.
- Possibilitar aos detentores de bens culturais o respeito das suas obrigações sem que os encargos decorrentes da posse de tais bens, os coloquem em situação objectiva de desigualdade perante os outros cidadãos.

Entende-se que, a partir dela, a protecção legal dos bens<sup>256</sup> que integram o Património Cultural, assenta na CLASSIFICAÇÃO e INVENTARIAÇÃO (Artigos 18º e 19º da lei n.º 107/01, de 8 de Setembro). Para que esta protecção se efective o legislador teve de criar disposições legais com efeitos restritivos (artigos 31º a 54º e n.º 2 e 4 do artigo 60º), assim definidos:

---

<sup>254</sup> Ambos os documentos estão no presente a ser revistos, pelo que procuraremos ter alguma prudência nas considerações a fazer sobre estes dois diplomas.

<sup>255</sup> Apesar de esta lei de bases não ser, à data da sua entrada em vigor, “operativa” uma vez que não estava regulamentada.

<sup>256</sup> Esta lei também contempla a protecção e valorização dos bens móveis; contudo, para a nossa dissertação, só nos interessam a análise relativa aos bens imóveis.

- a) Os bens culturais imóveis classificados ou em vias de classificação não poderão ser objecto de quaisquer obras ou modificações sem parecer prévio vinculativo do organismo oficial ao qual cabe exercer a protecção legal do imóvel;
- b) Os bens culturais imóveis classificados ou em vias de classificação não poderão ser objecto de alienação ou constituição de outro direito real de gozo e dação em pagamento sem prévia autorização do organismo oficial ao qual cabe exercer a protecção legal do imóvel;
- c) Em caso de alienação de bens culturais imóveis classificados ou em vias de classificação, haverá direito de preferência por parte dos coproprietários e das pessoas colectivas públicas que a lei designa;
- d) A classificação ou instrução de processo de classificação de um bem cultural imóvel obrigarão à instituição de uma Zona de Protecção automática de 50 metros, podendo ainda determinar, \* a instituição de uma Zona Especial de Protecção, nela podendo incluir-se ou não zonas *non aedificandi*;
- e) Os estudos e projectos para as obras e quaisquer movimentos de terras a efectuar nas zonas de protecção e nas zonas especiais de protecção de um imóvel classificado ou em vias de classificação ficarão sujeitas a parecer prévio vinculativo do organismo do Estado ou do Município ao qual cabe exercer a protecção legal do imóvel;
- f) Os bens culturais classificados ou em vias de classificação como tal, são insusceptíveis de aquisição por usucapião;
- g) É proibida a execução de inscrições e pinturas em imóveis classificados ou em vias de classificação como tal, bem como a colocação de publicidade, fora dos locais a tal reservados, sem autorização da entidade responsável pela classificação.

Esta lei, embora equilibrada e complementada com o Decreto-Lei 309/2009, de 23 de Outubro<sup>257</sup>, peca justamente por ignorar a efectiva protecção das cotas arqueológicas do solo e subsolo<sup>258</sup>. A protecção do património é sempre feita na óptica da protecção

---

<sup>257</sup> Estabelece o procedimento de classificação dos bens culturais imóveis, o regime de protecção e o estabelecimento das regras para a elaboração dos planos de pormenor de salvaguarda. Clarifica, também, as competências e intervenção dos Organismos da tutela do Ministério da Cultura (IGESPAR, IP e Direcções Regionais de Cultura-DRC), face à alteração resultante da aplicação do PRACE (Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado). Este novo quadro legal procura promover a compatibilização da protecção do património cultural com os regimes jurídicos do ordenamento do território e do urbanismo.

<sup>258</sup> As alterações introduzidas por esta lei de 2009 são sucintamente: (Art.º 16º) O regime de suspensão dos actos urbanísticos aplica-se aos bens imóveis situados na Zona geral de protecção ou na Zona Especial de Protecção (ZEP) provisória, se tal for expressamente indicado na decisão de abertura do procedimento de classificação; (Art.º 17º) Estabelece a possibilidade de ser levantada a suspensão de licença, autorização ou comunicação prévia; (Art.º 36º, 38º, 39º) Possibilidade de estabelecimento de uma Zona Especial de Protecção provisória até à conclusão do procedimento de classificação (Bens imóveis em Vias de Classificação). As principais novidades ao quadro jurídico relativas a este tema são: (Art.º

do edifício enquanto entidade individual. A lei 107/2001 mantém os pressupostos da expressão urbana do regime de protecção que já constavam na lei anterior (1985), ou seja, estabelece somente as zonas de protecção sob a óptica do edifício classificado (ou em vias de classificação), esquecendo ou ignorando o que lhe está subjacente, ao estabelecer que “...os planos de ordenamento territorial, nomeadamente os de urbanização, deverão considerar e tratar de maneira especial o património cultural existente na sua área, quer se trate de imóveis classificados quer de imóveis em vias de classificação, propondo medidas de valorização em todos os casos.” (Artigo 8º).

Esta abordagem, acima transcrita, tem sido utilizada como “desculpa” para que não se efective um verdadeiro estudo do urbanismo do território, onde se encontra a cidade actual.

Quanto ao Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, como se disse anteriormente, está neste momento em discussão, ou em processo de revisão. Ainda assim, consideramos pertinente propor algumas alterações ao actual texto legislativo:

- Uma definição efectiva das categorias dos trabalhos arqueológicos, designadamente com a inclusão e tipificação dos acompanhamentos estipulando procedimentos (CARVALHO, 2011, *no prelo*).
- Introdução de diferentes níveis de responsabilização individual e colectiva na execução dos trabalhos, numa lógica de penalização efectiva de quem não cumpre os preceitos legais. Dentro da mesma linha, poder-se-ia propor medidas mais claras e efectivas, conducentes à acreditação de empresas privadas de arqueologia, uma vez que se assiste, com demasiada frequência, à confusão entre a responsabilidade individual do arqueólogo e à desresponsabilização colectiva dessas empresas.
- Definição de critérios de acreditação/credenciação de empresas e/ou entidades singulares.
- Criação de mecanismos legais com vista à instituição de critérios gerais que permitam a criação de Regulamentos de Trabalhos Arqueológicos Municipais.

À margem, e como complemento destas leis, foram produzidas outras, que se relacionam directamente com a política de gestão e ordenamento do território<sup>259</sup>.

---

43º) A ZEP passa a especificar um conjunto de parâmetros e acções tendentes à gestão da área definida – Zonas *non aedificandi*, áreas de sensibilidade arqueológica (...), acções urbanísticas a que podem ou não ser sujeitos determinados bens imóveis, estabelecimento de zonamentos, restrições específicas, definição dos bens imóveis que podem suscitar direito de preferência em caso de venda ou dação.

<sup>259</sup> Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei nº 48/98, de 11 de Agosto, bem como o Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro que regulamentou e desenvolveu aquela lei de bases. Estes dois diplomas instituíram um sistema de gestão territorial em que assenta a política de

Destas leis saíram documentos e planos de intervenção no espaço urbano municipal. Referimo-nos genericamente aos Planos Directores Municipais (PDM) e aos Planos de Pormenor (PP), que muitas das vezes se desdobram em Regulamentos Municipais de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística.

Estes *corpora* legais merecem-nos uma atenção especial, não enquanto documentos puramente jurídicos e de precedência legal, mas sim vistos sob a óptica da intervenção que as disposições aí vertidas têm sobre a gestão do património, especificamente sobre o legado patrimonial arqueológico.

O interesse em intervir nos centros urbanos, partindo da gestão da cidade existente, é uma preocupação do legislador português desde 1940. É nesta época que se inicia um movimento metodológico de crescente patrimonialização do fenómeno urbano. Não significa, porém, que a partir desta data se tenha observado a criação de planos urbanos ditos “municipais”, bem pelo contrário. Por um lado, as gerações de planos urbanísticos anteriores elaborados no âmbito do Decreto-Lei nº 24802 (21 de Dezembro de 1934) e do Decreto-Lei nº 560/71 (17 de Dezembro) não abrigavam a totalidade dos territórios sob alçada da administração local. E, por outro lado, os chamados “Planos Gerais de Urbanização”, instituídos pelo primeiro diploma, não se elegiam como uma obrigação para todos os núcleos urbanos, sendo que, quando existiam, as suas áreas de intervenção eram confinadas aos núcleos urbanos propriamente ditos e à expansão expectável para períodos pré-determinados (GONÇALVES, 2011: 62). É neste espírito legal que devemos enquadrar os planos urbanos De Gröer, Almeida Garret e Costa Lobo, executados neste período para a cidade de Coimbra.<sup>260</sup>

A partir desta data, a gestão das áreas urbanas patrimonializadas têm vindo a ser reguladas por um dos dois seguintes tipos de instrumentos legais:

- a) instrumentos genéricos e dedicados ao desenvolvimento e ordenamento da globalidade dos territórios municipais – obrigatoriedade estabelecida a partir de 1990<sup>261</sup>;
- b) instrumentos específicos, isto é, instrumentos cujos propósitos radicam na salvaguarda patrimonial e na reabilitação urbana. Estas ferramentas correspondem

---

ordenamento do território e do urbanismo, o qual se organiza, num quadro de interacção coordenada, nos âmbitos nacional, regional e municipal.

<sup>260</sup> Ver capítulo desta dissertação “Investigação Arqueológica da Cidade de Coimbra”.

<sup>261</sup> Embora os três níveis de planeamento urbanístico municipal sejam referidos em diplomas legais anteriores — designadamente, o Plano Geral de Urbanização e o Plano de Pormenor, nos Decretos-Lei n. 560/71 e 561/71 de 17 de Dezembro, e o Plano Director Municipal no Decreto-Lei n. 208/82 de 26 de Maio, no Decreto Regulamentar n.º 91/82 de 29 de Novembro e na Portaria n. 989/82 de 21 de Outubro —, só surgem contemplados de forma articulada no Decreto-Lei n. 69/90 de 2 de Março. (GONÇALVES, 2011: 64)

grosso modo aos Planos de Pormenor (PP)<sup>262</sup> e, sobretudo, às suas modalidades específicas de reabilitação urbana e de salvaguarda<sup>263</sup>.

No caso dos PP<sup>264</sup>, como bem salientou Adelino Gonçalves *“importa notar que estão fatalmente limitados a orientar a gestão urbanística das suas áreas de intervenção e que os seus termos de referência não radicam no estabelecimento de formas de as integrar nas lógicas de desenvolvimento urbano dos contextos de que fazem parte, ainda que tal implique a alteração ou a revisão de planos de ordem superior”*(2011: 64).

Os primeiros PDM's, “enquanto instrumentos de planeamento que estabelecem as principais regras a que devem obedecer a ocupação, uso e transformação do território municipal”<sup>265</sup>, ditos de “primeira geração”, não contemplaram medidas especiais para os núcleos antigos/históricos, uma vez que o legislador entendeu que estas áreas, em particular, deveriam ser remetidas para PP a serem elaborados posteriormente. Assim, a sua gestão tem sido submetida essencialmente ao controlo das intervenções a observar somente no edificado. A própria legislação que enquadrava esses PDM's era praticamente omissa no que se refere à identificação, salvaguarda ou valorização do património arqueológico (SILVA, 2010: 197).

Para a abordagem dos PDM's<sup>266</sup>, e do impacte que estes têm para a protecção e gestão do património arqueológico, socorremo-nos do estudo sobre o “Património arqueológico nos novos Planos Directores Municipais da Região Norte”, da autoria de António Silva (2010). Nesse documento, foram analisados os regulamentos dos Planos

---

<sup>262</sup> Um Plano de Pormenor é definido pelo art.º 91, n.1, alíneas a) e c): Sem prejuízo da necessária adaptação à especificidade da modalidade adoptada, o plano de pormenor (PP) estabelece, nomeadamente: a) A definição e caracterização da área de intervenção identificando, quando se justifique, os valores culturais e naturais a proteger; c) Plano de conservação, reconstrução e reabilitação urbana, designadamente de zonas históricas ou de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística.

<sup>263</sup> Tal como são estabelecidos nos artigos 8 e 9 da Lei n. 48/98 de 11 de Agosto que estabelece as Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo e são desenvolvidos nos artigos 84 e 86 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial estabelecido pelo Decreto-Lei n. 380/99 de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n. 53/2000 de 7 de Abril, pelo Decreto-Lei n. 310/2003 de 10 de Dezembro, pela Lei n. 58/2005 de 29 de Dezembro, pela Lei n.56/2007 de 31 de Agosto, pelo Decreto-Lei n. 316/2007 de 19 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n. 46/2009 de 20 de Fevereiro e pelo Decreto-Lei n. 181/2009 de 7 de Agosto.)

<sup>264</sup> No caso dos planos de pormenor de salvaguarda o Decreto-Lei n.º 316/2007 “actualiza” a articulação dos PPs com os novos regimes legais, como seja a lei de bases da política e do regime de valorização do património cultural português Lei n.º 107/2001.

<sup>265</sup> Decreto-lei 380/99 e Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro.

<sup>266</sup> O Plano Director Municipal (PDM) é constituído por Regulamento; Planta de ordenamento, que representa o modelo de estrutura espacial do território municipal; Planta de condicionantes, acompanhado e justificado por estudos de caracterização do território municipal, incluindo relatórios de análise sectorial das diferentes temáticas e respectivas peças desenhadas (sempre que possível, à escala de apresentação da proposta de ordenamento). Os estudos deverão incluir a caracterização, entre outros itens, a do património arquitectónico e arqueológico.

Directores Municipais de 20 concelhos da região norte do país, todos publicados entre 2001 e 2010, correspondentes à fase que é usual chamar-se de “2ª geração”.

As conclusões deste estudo permitem, desde logo, verificar que se apostou claramente nos levantamentos arqueológicos locais, mas ainda com (como salienta o autor deste trabalho) *“assinaláveis lacunas nas formas de gestão deste tipo de património cultural, parecendo reflectir alguma impreparação técnica mas também pouca vontade política, por parte dos Autarcas, em assumir o património arqueológico como um verdadeiro recurso crítico e estratégico de cada concelho”* (SILVA, 2010: 195).

Estas considerações vêm confirmar a suspeita de que os PDM’s que (ainda) actualmente vigoram revelam, quase sem excepção, também a falta de comunicação entre os responsáveis pelo ordenamento do território e a os arqueólogos, sejam eles contratados pelas autarquias ou contratados por empresas privadas. Esta situação traduz-se com agravantes para a arqueologia urbana que ou não integra esses documentos, ou aparece nesses textos legais totalmente separada dos planos e da gestão urbanísticos actuais.

Ainda assim, e tendo por base o estudo de análise para os PDM’s da região norte, decidimos isolar algumas das propostas contidas nesses PDM’s, que consideramos serem essenciais para constar em ferramentas legais desta tipologia:

- a) Definir o tipo, o âmbito cronológico e a classificação geral dos sítios/áreas inventariadas nas cartas arqueológicas que informaram os planos. Devem ser registados e inventariados todos os tipos de vestígios, independentemente da sua cronologia, ou seja, devem ser tidos na mesma linha de conta os vestígios desde a ocupação pré-histórica até aos da Época Moderna e Contemporânea. Quanto à classificação e aos zonamentos arqueológicos citamos a opção do PDM do Porto (2006), que com a inclusão de zonas de potencial arqueológico (ZOPA)<sup>267</sup> definem (novas) áreas “com base em referências documentais,

---

<sup>267</sup> O caso do Porto, a propósito das áreas protegidas/zonamento, atente-se ao PDM (2006), nomeadamente o artigo 46º que define as áreas de Potencial Valor Arqueológico: “1—As áreas de potencial valor arqueológico estão delimitadas na planta de ordenamento – carta do património e integram as seguintes unidades de protecção:

a) Zonas especiais de protecção (ZEP), correspondendo aos perímetros legalmente definidos para imóveis classificados e que, para efeitos do presente Regulamento, compreendem ainda o perímetro de protecção da área classificada do centro histórico do Porto;

b) Zonas automáticas de protecção (ZAP), correspondendo aos perímetros das zonas de protecção de 50 m de imóveis classificados ou em vias de classificação para os quais não esteja estabelecida a ZEP;

c) Perímetros especiais de protecção arqueológica (PEPA), compreendendo áreas não incluídas nas alíneas anteriores e definidas com base em intervenções arqueológicas ou achados devidamente localizados;

d) Zonas de potencial arqueológico (ZOPA), compreendendo áreas não incluídas nas alíneas anteriores e definidas com base em referências documentais, toponímicas ou eventuais achados, cuja localização precisa se desconhece, e ainda todas as igrejas não classificadas e de construção anterior ao século XIX, com um perímetro envolvente de 50.

toponímicas ou eventuais achados, cuja localização precisa se desconhece, e ainda todas as igrejas não classificadas e de construção anterior ao séc. XIX, com um perímetro envolvente de 50m” [artigo 46º, 1, alínea d)]. Com estas medidas (também seguidas pelo PDM da Cidade da Maia), consegue-se aparentemente suprir a dificuldade em delimitar espacialmente ou mesmo caracterizar convenientemente certos “sítios” nos quais a escassez ou total ausência de achados superficiais ou outros elementos visíveis sem o recurso à escavação limitam por vezes a identificação segura de um local com fortes tradições locais (SILVA, 2010: 203).

- b) Condicionar a salvaguarda dos valores culturais locais mediante a apresentação de um relatório elaborado por um arqueólogo (PDM de Ponte de Lima – 2005). Neste ponto, defendemos que ao invés de um relatório exaustivo, é mais eficaz a apresentação de uma ficha de localização de sítio padronizada, onde fiquem definidas as cotas arqueológicas efectivamente afectadas, o principal espólio recolhido e a definição de objectivos precisos que guiaram a intervenção feita.
- c) Condicionar a parecer prévio dos serviços de arqueologia do município todas as operações urbanísticas, sejam de edificação, demolição, loteamento, urbanização ou remodelação de terreno que se situem dentro dos perímetros condicionados (PDM – Porto). Esta intervenção obriga a que se estabeleçam caso a caso, a natureza das medidas preventivas a adoptar se necessárias. A mesma intervenção é aplicada a empreendimentos de grande magnitude ou com substancial afectação do subsolo, como parques de estacionamento subterrâneos, abertura de túneis ou novas vias, arranjos urbanísticos e outros (Artigo 46º). Esta acção obrigará, desde logo, há definição de perímetros condicionados (que no caso da Cidade do Porto são 74 as zonas pré-definidas) e a um conhecimento muito preciso de todo o território.
- d) Outra das propostas que consideramos fundamental é vertida no artigo 51º do PDM de Penafiel: “a instrução de processos de operações urbanísticas a sujeitar a licença ou autorização que respeitem a imóveis de interesse patrimonial devem, ser prejuízo do disposto na lei no que respeita aos imóveis classificados ao em vias de classificação, conter a descrição histórica e arqueológica do imóvel em causa e propor as respectivas medidas cautelares e de minimização da intervenção”. Nesta disposição vemos reflectido o espírito da lei geral do património.
- e) Determinação de que os projectos de arquitectura relativos a obras situadas em zonas de património arqueológico classificado e em vias de classificação (ou que se localizem nas respectivas zonas de protecção), têm obrigatoriamente de ser elaboradas por equipas multidisciplinares integrando os elementos técnicos

que assegurem uma correcta cobertura das diversas áreas disciplinares (Artigo 81º - PDM de Vale de Cambra).

- f) Obrigação de execução de um relatório anual a divulgar publicamente, que deverá focar “as formas de valorização do valor patrimonial, incluindo os conjuntos e sítios arqueológicos (artigo 121º - PDM de Monção).

Uma das conclusões interessantes a retirar deste estudo reside na verificação de que mesmo em alguns dos PDM's de 2ª geração a expressão “Centro Histórico” ou disposições relativas a esse território, não aparecem. Apetece questionar: não existem centros históricos nesses territórios?

A resposta a essa questão é a invariável afirmação feita anteriormente: para esses locais especiais, são elaborados novos PP, com novas condicionantes. Esta situação não deixa de ser um paradoxo, uma vez que acreditamos que esses centros não se podem dissociar do “outro” território abrangido pelos PDM's. E que esses PP são instrumentos com uma natureza essencialmente operativa e que não dispõem de uma validade regulamentar ou normativa<sup>268</sup>.

Assim, para aferir a importância arqueológica na planificação e execução nesses documentos, assim como o impacto da participação efectiva de equipas de arqueologia, consultámos os dados recolhidos por Adelino Gonçalves referentes à análise de 26 planos urbanísticos (2001: 315-595)<sup>269</sup>. Os dados recolhidos nestes planos servem-nos de amostragem para esta avaliação<sup>270</sup>.

Assim, dos 26 planos estudados por Adelino Gonçalves, só 3 contaram, nas suas equipas de trabalho, com a participação de licenciados em arqueologia (Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização de Avis; Plano de Pormenor da Zona Histórica de Bragança; Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Monção). E quanto aos instrumentos Cartográficos representativos do património arqueológico só 2 dos planos o indicam, designando-os como “Planta de Condicionantes Arqueológicas” e como “Carta do Património Arquitectónico e Arqueológico”, respectivamente incluídos no Plano de Pormenor da Zona Histórica de Bragança e no Plano de Pormenor de Salvaguarda de Chaves. Acresce a esta informação que, dos 26 planos, 16 desses instrumentos foram da exclusiva responsabilidade das autarquias.

---

<sup>268</sup> Convém relembrar que a sua importância enquanto ferramenta efectiva, só passa a englobar todos os vectores que compõem o quadro funcional e morfológico das áreas de intervenção a partir da publicação da Lei n. 307/2009, de 23 de Outubro.

<sup>269</sup> ANEXOS TABELAS 5.

<sup>270</sup> Refira-se que os planos de ordenamento do território em vigor em Portugal continental estão disponíveis na internet, para todos os concelhos, incluindo os planos directores municipais (PDM) e planos regionais de ordenamento do território (PROT), assim como os Planos de Urbanização (PU), Planos de Pormenor (PP), planos de ordenamento da orla costeira (PODC) em [www.dgotdu.pt](http://www.dgotdu.pt)

Como esta amostragem foi feita, tendo em conta os planos e regulamentos, realizados até final de 2010, não contempla informações sobre o *“Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reversão Urbanística da Área afectada à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da Unesco, incluindo a zona de protecção”*, em vigor desde 11 de Março de 2012<sup>271</sup>. Acresce que, actualmente, entrou em fase de discussão pública<sup>272</sup> mais um projecto de intervenção e ordenamento urbano para esta área específica do território: trata-se do *“Projecto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana – Coimbra Alta”*<sup>273</sup>.

Após a análise destes documentos de gestão para a cidade de Coimbra, particularmente do último, ficámos perplexos por verificar que não foram disponibilizados dados sobre a caracterização arqueológica desta zona. Do mesmo modo, não foi possível aferir a participação de arqueólogos na fase das propostas, com vista à planificação dessa intervenção urbana.

Perante estes factos somos levados a crer que o papel reservado à arqueologia será o de participar (e por imposição legal) na fase propriamente dita de execução dessa mesma reabilitação, não intervindo activamente, como temos defendido, na fase de planeamento. Esta nossa suposição leva-nos a questionar se, para o espaço histórico privilegiado da Cidade de Coimbra, a intervenção arqueológica a adoptar será a dita de *“salvamento ou emergência”* e não a de *“planeamento, protecção e salvaguarda”*, que temos vindo a defender como essencial ao longo desta dissertação.

#### **4.2.2.2. Os cadernos de encargo versus prática arqueológica**

A crescente importância que a arqueologia foi ganhando levou ao aumento de intervenções arqueológicas em meio urbano, com o consequente aumento da contratualização de profissionais de arqueologia.

Assim, antes de se fazer uma análise relativa aos Cadernos de Encargos aplicados à arqueologia urbana, é importante definir o que é, em termos legais, esta ferramenta contratual.

Um caderno de encargos é, por definição, um documento contratualizante que descreve da maneira mais precisa possível, as necessidades inerentes a uma tarefa. Existem, portanto, dois intervenientes: o que contrata e o que é contratado para executar o pedido do primeiro interveniente<sup>274</sup>.

Deste modo, e como o agente contratado é a figura competente para propor a solução adequada, o caderno de encargos deve preferencialmente mostrar a necessidade de

---

<sup>271</sup> Publicado no Diário da República, 2ª série, nº 30 – 10 de Fevereiro de 2012.

<sup>272</sup> Edital nº 48/2012, de 27 de Março de 2012.

<sup>273</sup> As disposições legais destes diplomas foram analisadas na alínea d), capítulo 2 desta dissertação.

<sup>274</sup> <http://pt.kioskea.net>

maneira funcional. Quer isto dizer, que as cláusulas vertidas neste tipo de documentos, devem, por um lado, garantir ao contratante que a solicitação será conforme ao que está escrito, e por outro, evitar que o mesmo altere o seu desejo progressivamente ao longo do projecto e peça ao contratado novas funcionalidades não previstas inicialmente<sup>275</sup>. Trata-se, portanto, de um documento de referência que permite eliminar toda a ambiguidade sobre o que é esperado, bem como deve ser entendido como um instrumento de diálogo que permite ao contratante interrogar o contratado a fim de detalhar a sua compreensão do pedido.

Um outro pormenor importante é o facto de estes documentos não serem necessariamente “estáticos”, podendo o seu conteúdo ser alterado ao longo do projecto, desde que haja entendimento entre as partes, ainda que idealmente deveria ser definido desde o começo, com base numa alteração aceite pelas duas partes<sup>276</sup>.

No caso das contratações públicas, o objecto e a matéria são reguladas pelas normas e posturas vertidas no Código de Contratos Públicos (CCP)<sup>277</sup>. Nesta caso, no documento devem estar descritas a planificação e orientação – com todos os acessórios inerentes a essa tarefa – do trabalho a desenvolver, uma vez que é no caderno de encargos que são vertidas as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, as quais se encontram as que dizem respeito aos aspectos técnicos da execução do contracto<sup>278</sup>.

Actualmente não existem dúvidas sobre a utilidade e obrigatoriedade da elaboração de Cadernos de Encargos aplicados à contratação de serviços de arqueologia, particularmente em meio urbano. O problema é que embora a sua utilidade não seja posta em causa, são ainda muitas vezes usados de uma forma totalmente errada e elaborados sem cuidado, o que se tem vindo a traduzir em equívocos científicos, prejuízos científicos, derrapagens financeiras, concursos pouco claros, conflitos em obra, etc.

Este documento (e o seu projecto de contrato) não difere, em termos de génese, dos Cadernos de Encargos obras diversas utilizados e elaborados por outros intervenientes noutros contextos, sejam elas públicas ou particulares. Agora, naturalmente, que estes cadernos – específicos para o trabalho arqueológico – têm de tratar/especificar a prática arqueológica e tudo o que com ela está relacionado, nomeadamente preparar propostas com base em dados históricos e arqueológicos sobre as realidades a abordar (SILVA, 2007:19-20). Este pormenor é fundamental, pois a sua ausência significará que quem contrata vai procurar remeter para o fornecedor todos os riscos das operações (LAGO, 2008:11), com consequências gravosas, que vão desde os impactes negativos

---

<sup>275</sup> <http://pt.kioskea.net>

<sup>276</sup> <http://pt.kioskea.net>

<sup>277</sup> Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, com alterações dos artigos 299º e 326º derivados da Lei nº 3/2010, de 27 de Abril.

<sup>278</sup> Artigo 42º do Código de Contratos Públicos.

provocados no património arqueológico, até ao atentar contra as garantias contratuais e sociais do próprio profissional de arqueologia.

Perante este cenário, crê-mos que este é o ponto fulcral que provoca os principais problemas com que os agentes contratantes e contratados se debatem. Desde logo, porque só pode pedir-se “algo”, se percebermos o que estamos a pedir e se conhecermos a realidade do objecto de intervenção! Pela mesma ordem de razões só se pode executar bem uma tarefa se o contratado estiver capacitado para o fazer. As palavras “planificar intervenções”, e verter as propostas daí derivadas para um documento contratualizante, é o garante de uma intervenção arqueológica enquadrada nas chamadas “boas práticas”, uma vez que *“um elevado nível de informação prévia [elementos que defendemos advirem das cartas de risco arqueológicas] garante elevados patamares de segurança na abordagem a qualquer projecto”* (LAGO, 2008: 11).

Por conseguinte, consideramos que é fundamental que estes itens explicitem, de forma clara e concisa, os objectivos científicos e práticos de cada intervenção arqueológica. Que se saiba planificar e salvaguardar através de cláusulas “reais” (por oposição a propostas inadequadas) e que o contratante as entenda e cumpra, no espírito de boa-fé das relações laborais, do mundo real e presente.

Deste modo, as nossas propostas vão no sentido de nos cadernos de encargos conterem os seguintes elementos e disposições<sup>279</sup>:

- a) Vir sempre referido o volume (cubicagem aproximada) a intervir, pois este é o meio de se calcular o valor custo do trabalho realizado em obra. Evidentemente que a quantificação deste volume deve ser definida com base em premissas científicas, numa avaliação fundamentada do terreno, e não calculado ao acaso, ou como “*copy past*” de uma outra intervenção.
- b) Definir as características expectáveis dos contextos estratigráficos presentes (para além de questões relacionadas com segurança em obra, intervenções planeadas, etc.)
- c) Calcular o tempo previsto para todo o trabalho de pós-escavação, assim como definir com exactidão o tipo de trabalho a realizar. Neste item evidentemente que se deve assumir que estamos perante intervenientes sérios e que pautam a sua actividade com seriedade e boa-fé.
- d) Definir a quantidade e o tipo de registos a serem realizados durante as intervenções. Neste ponto parece-nos essencial instituir a obrigação da entrega em sede de autarquia, dois meses após a intervenção arqueológica

---

<sup>279</sup> Quanto aos itens e organização do Caderno de Encargos veja-se o documento da APA.

propriamente dita, de uma ficha de localização de sítio, onde fiquem explícitas as cotas arqueológicas afectadas, o principal espólio recolhido e a definição de objectivos precisos que guiaram o trabalho arqueológico desenvolvido.

Esta informação irá permitir, posteriormente, a inserção desses elementos na base de dados municipal, cumprindo-se deste modo os objectivos para a construção da Carta Arqueológica de Risco. Esta acção, diríamos circular, deve funcionar de forma interactiva. No caso de uma obra pública, o município dá, num primeiro momento, ao arqueólogo responsável, os dados históricos e arqueológicos, e no fim do processo é o município que recebe os dados advindos dessa acção.

E, no caso de estarmos intervenções privadas? Este tem sido outros dos pontos que tem gerado maior polémica no seio da comunidade arqueológica. De um lado temos a arqueologia empresarial, defensora de que os Cadernos de Encargos não devem, nestes casos específicos de relação entre privados, ter a intervenção de agentes municipais no momento de elaboração destes documentos (LAGO, 2008). Do outro lado, temos os que defendem a participação activa dos municípios na definição dos critérios normativos subjacentes a esta ferramenta, no quadro da intervenção do Estado como agente regulador.

Os primeiros defendem que, ao tratar-se de obras privadas, como qualquer outro assunto privado, está fora do âmbito normativo nacional e municipal. Deve competir às partes interessadas a definição das cláusulas contratuais. Porém, esta aparente liberalização pode conduzir a equívocos, a margens de manobra amplas ou difusas e, no limite, a intervenções arqueológicas feitas sem metodologia adequada, pondo em risco o património arqueológico, e, muitas das vezes, os direitos e garantias dos próprios arqueólogos ligados a essas empresas.

Não defendemos, porém, com estas afirmações que a arqueologia urbana deva estar reservada a técnicos de arqueologia municipais. A participação da arqueologia empresarial é inevitável e bem-vinda, ainda que os contratos que esta possa estabelecer mesmo com privados, devam ser objecto de algum modo de regulação estatal/municipal, configurando uma espécie de “contrato a três”. Como bem lembrou António Silva, enquanto dirigente do GAU, foi a própria autarquia do Porto que deixou de ter meios para “fazer” todas as intervenções, abrindo deste modo às empresas privadas de arqueologia o acesso do espaço urbano das cidades (SILVA, 2007: 21). Portanto, o que se pretende com o condicionamento normativo do Caderno de Encargos é na prática *“garantir a comparabilidade das propostas técnicas (e financeiras) dos diversos agentes, o cumprimento de standards técnicos mínimos na execução dos trabalhos e o depósito de relatórios, registos e espólio, numa instituição pública, preferencialmente municipal, num prazo adequado”* (Idem: 24).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objectivo que nos guiou nesta dissertação foi o de fazer o diagnóstico dos parâmetros e *modus operandi* da prática e gestão arqueológica na zona intra-muros do Centro Histórico de Coimbra, no tempo actual. E, a partir da análise desses dados, apontar metodologias e técnicas de gestão para o património arqueológico em meio urbano.

Assim, a abordagem à paisagem desta área foi feita para que se demonstrasse e valorizasse a dinâmica e configuração de um território, e que naturalmente nos conduzisse a uma análise das sociedades que o ocuparam sucessivamente no tempo.

Um dos propósitos que tivemos sempre presente foi o de não transformar esta dissertação numa simples crónica dos acontecimentos cronológicos da cidade de Coimbra para este período. Tentámos, sempre que possível, analisar esses elementos urbanos estruturantes, sob o ponto de vista da sua inserção na paisagem. É deste modo que se explica que tivéssemos sempre recorrido à paisagem urbana actual.

Temos este entendimento, uma vez que defendemos que não há uma paisagem, mas sim (múltiplas) paisagens, que se vão representando e reconstruindo à medida que o trabalho histórico e arqueológico se vai desenvolvendo. A evolução do Sítio e da História<sup>280</sup>, no ponto mais alto da colina de Coimbra, tem vindo, deste modo, a revelar-se como fundamental para o estudo da evolução urbana, traduzindo-se hoje como um reflexo da longa ocupação urbana, desde a pré-história até aos dias de hoje.

Esta riqueza patrimonial tem produzido, ao longo de décadas, inúmeros trabalhos científicos publicados, dos quais se destacam, com especial importância para a Arqueologia Urbana, os de Jorge Alarcão, Vasco Mantas, Walter Rossa, Pedro Carvalho, Helena Catarino e Luísa Trindade, que aliás nos serviram de base para a pesquisa e desenvolvimento do capítulo reservado ao desenvolvimento da História da zona intramuros<sup>281</sup>.

Em simultâneo, assistiu-se nas últimas duas décadas a um aumento considerável de intervenções arqueológicas neste espaço. Contudo, desde logo, se impõe uma questão: quantas destas intervenções analisam as dinâmicas da evolução histórica, e as integram, na paisagem urbana e nas suas condicionantes e dinâmicas? Efectivamente, tirando um ou outro caso (os programas de intervenção arqueológica do Museu nacional Machado de Castro e da Reitoria da Universidade de Coimbra), que com propósito afloram o tema sob este ponto de vista, a grande maioria dos trabalhos desenvolvidos têm sido, na maior parte das vezes, encarados sob a óptica individual de cada intervenção, vista como um acto isolado. Poucas vezes se fez a ligação às

---

<sup>280</sup> Capítulo II. Ponto de partida: Conhecimento da Cidade Pretérita

<sup>281</sup> Capítulo II. Ponto de Partida: Conhecimento da Cidade Pretérita.

condicionantes e mutações do próprio território, em que veio a desenvolver-se a cidade.

Assim, tem vindo a impor-se, gradualmente,<sup>282</sup> uma nova perspectiva para os estudos espaciais. O princípio básico que norteia esta tendência de pesquisa é a diacronia, mas de forma não estática e sempre dando importância e relevância à sincronia. Estamos numa linguagem que necessariamente nos afasta da total primazia que tinha a morfologia histórica e o registo material, que estudados de forma individual, dificilmente produzem novo conhecimento científico. Foi esta situação que constatamos, com alguma frequência, aquando da análise das intervenções arqueológicas<sup>283</sup>, uma vez que estas têm sido definidas, quase de forma sistemática, com objectivos de intervenção gerais, não os integrando nas problemáticas históricas, que intrinsecamente lhe estão associadas.

Com esta nova perspectiva metodológica de abordagem ao objecto, que agora propomos, procura-se ir mais além, tentando-se adoptar múltiplos ângulos de abordagem, tendo em conta, nessa análise, os diversos elementos (o conjunto edificado, o substracto arqueológico, as dinâmicas urbanas, etc.), que emprestam especificidade à paisagem, agora entendida como um todo.

Assim, uma das considerações finais que gostaríamos de deixar é a de que o espaço, onde tudo se desenvolveu e a representação que reconstruímos dele, não pode ser abordado como uma entidade abstracta e, como tal não deve ser visto como *“um cadáver numa mesa de autópsia, mas como uma realidade dinâmica, com ritmos derivados da acção humana que não são, durante muito tempo, previsíveis, mesmo num momento histórico aleatoriamente escolhido”* (GONÇALVES, 1997: 71-80).

Estas realidades, a que se refere Victor Gonçalves (*ibidem*), são enquadráveis no tempo presente, e a Arqueologia Urbana participa activamente nas transformações dessas mesmas dinâmicas. Convém sempre ter presente que o acto *“escavar”* é sempre destrutivo, daí ser imprescindível o registo, e posterior estudo desse mesmo impacto. Quer isto dizer, que defendemos ser urgente iniciar ou continuar uma política arqueológica vocacionada para a protecção efectiva das cotas arqueológicas. Esta acção, associada a metodologias científicas e apropriadas a cada caso<sup>284</sup>, permitirá, no futuro, obter leituras históricas dos espaços intervencionados, e com o mesmo grau de importância, permitirá propor soluções para os novos reordenamentos urbanos, enquadrados em políticas de revitalização dos núcleos históricos.

---

<sup>282</sup> Ainda que maioritariamente ligado ao circuito restrito universitário.

<sup>283</sup> Capítulo II. Ponto de partida: Conhecimento da Cidade Pretérita, “Análise das Intervenções Arqueológicas”.

<sup>284</sup> Estas metodologias foram apresentadas e desenvolvidas ao longo do capítulo IV desta dissertação.

As raízes deste (possível) alheamento por estas questões, devem também ser vistas sob a óptica do quadro legislativo do direito português. Apesar da dedicação continuada do Estado em promover políticas de salvaguarda dos bens culturais (nos quais por direito se inserem os arqueológicos e, portanto o que constitui em matéria de facto o solo e subsolo), essa acção foi sempre feita tendo por base princípios regulamentares centradas “no edifício”, e na zona especial de protecção, e nunca na protecção das redes urbanas, definidas pelo substrato arqueológico, com os quais esses bens estão interligados.

Esta abordagem sectorial, associada a problemas de enquadramento prático e laboral específicos da prática arqueológica em meio urbano, tem-se traduzido, salvo raras excepções, em intervenções arqueológicas sem ligação entre si e sem metodologias científicas, o que em último caso tem originado a perda de conhecimento histórico das cidades actuais.

A nossa dissertação defende que é urgente continuarem-se a discutir e a promover políticas e boas práticas conducentes, por um lado, à conservação do registo arqueológico, e por outro, à regulação específica da Arqueologia Urbana, entendida deste modo como uma especialização, dentro do seio da própria Arqueologia.

Para o primeiro ponto - conservação e estudo do registo arqueológico – apontámos, entre outras, como ferramentas ditas virtuais, a elaboração de cartografia associada a bens arqueológicos. Desta cartografia destacam-se as que integram as “Cartas de Risco Arqueológicas”<sup>285</sup>, uma vez que a grande novidade desta ferramenta reside no facto de permitirem a criação de planos conducentes à intervenção, manutenção e restauro dos bens culturais (arquitectónicos, histórico-artísticos e arqueológicos) em função do seu estado de conservação e do meio ambiente que os rodeia (BALDI, 1991).

Dada a importância e o alcance que este instrumento tem (conhecimento científico&disposições legais de protecção) propomos que estas cartas devam ser produzidas e chanceladas pelos Gabinetes Municipais de Arqueologia Urbana, uma vez que estes têm a responsabilidade de procurar a salvaguarda do património arqueológico. Estes grupos de trabalho devem assumir a responsabilidade da gestão do património arqueológico, uma vez que são a interface entre as relações do Estado-Município e entre o Município e os privados.

A actuação destes gabinetes deve ser focalizada no sentido de se implementar um sistema de pré-avaliação e intervenção arqueológica, em meio urbano, procurando evitar e minimizar os próprios constrangimentos sociais e económicos das intervenções. Assim, parece-nos fundamental que a sua acção passe por acompanhar e

---

<sup>285</sup> Entendidas como um documento com disposições legais associado a cartografia onde são reflectidos os graus de afectação do substracto arqueológico)

supervisionar, em todos os momentos, as intervenções arqueológicas em solo urbano, sejam elas privadas ou municipais.

No fundo, devem procurar exercer um “controlo”, no sentido positivo, sobre toda a prática e intervenção arqueológica urbana desde o primeiro momento, e não só no *terminus* da intervenção, uma vez que concordamos que “ (...) *ainda prevalece a noção errada de que em arqueologia não é possível prever, programar, estimar, e mais do que tudo, assumir compromissos e responsabilidades perante outros parceiros e a sociedade em geral (...)*” (LAGO, 2007: 8).

Ao longo desta dissertação, e voltando ao princípio de que “*o problema [do planeamento e da gestão de intervenção nos centros históricos] está dominado, ainda que não esteja resolvido no terreno*” (PORTAS, 2002:448), concluímos que a principal tensão dos paradigmas com que se debate a Arqueologia Urbana, não se situa só no quadro legislativo nacional ou nas práticas públicas e privadas da arqueologia urbana, mas sim, na manifesta falta de ligação entre as acções de investigação e as práticas de gestão urbanísticas (GONÇALVES, 2011:73). Muito terá ficado por dizer e propor. Efectivamente foi sempre nosso propósito abrir o caminho conducente a novas propostas e análises metodológicas, pois entendemos que sem essa necessária reflexão, a Arqueologia Urbana não se concretizará, no futuro, nem como ciência nem como prática laboral.

## BIBLIOGRAFIA:

**AA VV (1982)** - *Archéologie Urbaine. Actes du Colloque International (Tours, 1980)*, Ministère de Culture, Paris.

**AA VV (1984)** - “A Velha Alta Desaparecida”, *Album comemorativo das Bodas de Prata da Associação dos Antigos Estudantes*, Livraria Almedina. Coimbra.

**AA VV (1986)** – *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985)*, Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Estado da Cultura/Instituto Português do Património Cultural. Lisboa.

**AA VV (1987)** – *A Cidade e a História: Ciclo de Conferências*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

**AA VV (1994)** – *Bracara Augusta, Vol. XLV, nº 97. Encontro de Arqueologia Urbana* (Braga, 1994), Câmara Municipal de Braga. Braga.

**AA VV (1996)** - *Archeologia dell'Architettura*, Suplemento a *Archeologia Medievale*, Vol.1. Firenze: Edizioni all'Insegna del Giglio, Firenze.

**AA VV (1996)** - *Arqueologia de la arquitectura, Actas de Burgos*. Salamanca: Europa Artes Gráficas. Salamanca.

**AA VV (1999)** - *Archeologia dell'Architettura*, Suplemento a *Archeologia Medievale*, Vol.4. Firenze: Edizioni all'Insegna del Giglio, IV, Firenze.

**AA VV (2002)** – *3º Encontro de Arqueologia Urbana (Almada, 1997)*. Câmara Municipal de Almada/Departamento de Acção Socio-Cultural/Divisão de Museus. Colecção Monografias-Arqueologia. Almada.

**AGUIAR, A. A. (1995)** - “A Paisagem Urbana Medieval Portuguesa: Uma Aproximação”, *Departamento História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*,(texto policopiado).

**ALARCÃO, J. (1979)** – “As origens de Coimbra”, *Actas das 1ªs Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, Coimbra.

**ALARCÃO, J. (2008)** – *Coimbra, A montagem do cenário urbano*, Imprensa da Universidade, Coimbra.

**ALARCÃO, J. (2008)** - Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Págs. 103–121.

**ALÇADA, M. (2007)** - “Documentar para Preservar”, *Praxis Archaeologica 2*. Págs. 23-30.

**ALCÁZAR HERNÁNDEZ, E. (1995)** - “La carta de Riesgo Arqueológica de la Ciudad”, *Códice 9*, Jaén.

**ALCÁZAR HERNÁNDEZ, E. (2003)** - "Aplicaciones de los sistemas de información geográfica a la gestión y conservación del patrimonio arqueológico: el proyecto ARQUEGIS." *Informática y Arqueología Medieval*, Granada. Universidad de Granada. 113-148

**ALMEIDA, M. J. de (2006)** – “Coleções de Arqueologia em Autarquias: reflexões a partir de um inquérito promovido pela APA”, *Praxis Archaeologica 1*. Págs. 37-57.

**ALMEIDA, M. J. de (2007)** – “Inquérito Nacional à Actividade Arqueológica – Uma segunda Leitura sobre a actividade arqueológica nas autarquias portuguesas, *Praxis Archaeologica 2*. Págs. 129-171.

**ALMEIDA, M. L. de (1967)** – *Artes e Ofícios em documentos da Universidade*, Vol. I e II; Coimbra.

**ALMEIDA, M. L. de (1973)** – *Acordos da Sé de Coimbra, 1580 – 1640*. Coimbra.

**AMADO REINO, X.; BARREIRO MARTINEZ, D.; CRIADO BOADO F. ; MARTINEZ LOPEZ, M. del C. (s/d)** - “Especificaciones para una gestión integral del impacto desde la arqueología del paisaje”.

**ANACLETO, R. (1982)** - “A arquitectura revivalista de Coimbra”, *revista Mundo da Arte Nº8-9*, Coimbra.

**ANAIS DO MUNICIPIO DE COIMBRA (1920-1939)**, ed. Câmara Municipal de Coimbra, 1971.

**ANGLADA CURADO, R. (2004)** – “Formas de Gestión del Patrimonio Histórico. El caso de Carmona”. *Anales de Arqueología Cordobesa, Nº15*. Córdoba. Págs. 101-114.

**ARGAN, G. C. (1995)** – *História da Arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes. São Paulo.

**AZCARATE, A., FERNANDEZ DE JAUREGUI, A., NUÑEZ, M. (1995)** – Documentación y Análisis Arquitectónico en el País Vasco. Algunas experiencias llevadas a cabo en Alava – España.

*Informes de la construcción – Ler el documento construído*. Madrid: Servicio de Publicaciones del Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Págs. 66-77.

**BONNET, C. (2002)** – “Topographie chrétienne et development urbain”. *Zeitschrift für Schweizerische Archäologie und Kunstgeschichte*, **59**(3). Págs. 143-151.

**BORGES, N. C. (1987)** – *Coimbra e Região*. Ed. Presença, Lisboa.

**BOTICA, N.; SANTOS, M. Y.; LEMOS, F. S. (2003)** – “Data Mining e Património Arqueológico”, *Conferência IADIS Ibero-Americana, WWW/Internet*. Págs. 73-84.

**BRANDÃO, M. (1972)** – *Estudos Vários, I*, Coimbra.

**BUGALHÃO, J. (2007)** – “Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança”. *ERA – Arqueologia*, nº 8, Lisboa. Págs. 218-230.

**CABALLERO SÁNCHEZ, J.V.; ZOIDO NARANJO, F. (2008)** – “Formación y desarrollo de una línea de investigación: la dimensión paisajística de los conjuntos arqueológicos”. *Cuadernos Geográficos*, **43** (2008-2). Págs.181-198.

**CABALLERO ZOREDA, L. (1995)** – Arqueoloxia e arquitectura análise arqueológica e intervención en edificios históricos. *Las actuaciones en el patrimonio construído un diálogo interdisciplinar*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia. Págs. 131-158.

**CAMPOS CARRASCO, J. M.; RODRIGO CÁMARA, J. M.; GÓMEZ TOSCANO, F. (1997)**: Arqueología Urbana en el Conjunto Histórico de Niebla (Huelva). Carta del Riesgo. *Arqueología, Serie Monografías, Arqueología y Ciudad 1*. Sevilla. Junta de Andalucía.

**CARANDINI, A. (1997)** – *Historias en la tierra*. Barcelona: Crítica, Barcelona.

**CARMONA, R.; LUNA, D. y MORENO (2002)** - *A Carta Arqueológica Municipal*. Priego de Córdoba, Junta de Andalucía, Sevilla.

**CARVALHO, A. F. de (1943)** – *Toponímia de Coimbra e arredores: contribuição para o seu estudo*. Coimbra: Colectânea de Estudos organizada pelo Instituto de Coimbra, Coimbra.

**CARVALHO, M. F. A. De (1942)** – *Portas e Arcos de Coimbra*; Edição da Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra.

**CARVALHO, P. (1998)** – *O Fórum de Aeminium*, Instituto Português de Museus, Coimbra.

**CARVALHO, P. (2009)** – “Caminhando em redor do fórum de Aeminium (Coimbra)”, *Studia Lusitana 4. Ciudad y foro en Lusitania Romana*, T. Nogales Basarrate (Ed.), MNAR, Mérida.

**CARVALHO, P. (2011)** – “Encerramento”, *Actas do Encontro Internacional sobre ciências e novas tecnologias aplicadas à Arqueologia na villa romana do Rabaçal, Penela, Terras de Sicó, Portugal*. Câmara Municipal de Penela. Págs. 266-268.

**CARVALHO, P. (2011/no prelo)** – “Da Lei à Prática na Arqueologia Urbana Portuguesa”, *Anais do III Forum Luso-Brasileiro de Arqueologia Urbana*.

**CATARINO, H. (2005)** – “Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sec. XVIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela, Palmela, págs. 195-213.

**CATARINO, H. ; FILIPE S. (2003)**- “ Arqueologia, Segredos e Lições do Pátio da Universidade”, Rua Larga, Separata o Paço das Escolas Revisitado, nº1. Reitoria da Universidade de Coimbra, Coimbra. Págs 2-4.

**CATARINO, H.; FILIPE S. (2003)** – “A História tal qual se faz no Pátio da Universidade de Coimbra: apresentação sumária dos vestígios de época romana”. *A História tal qual se faz*, Edições Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Lisboa. Págs. 49-63.

**CHOISY, A., (1899)** - “Les lois dês proportitions, les ilusions optiques”, *Histoire de L’Architecture*, Freal, Paris.

**COELHO, A.B. (1972)** – *Portugal na Espanha Árabe*, Vol. I, Serra Nova, Coleção Paralelos. Lisboa.

**COELHO, M. H. (1989)** – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, Lisboa.

**COELHO, M.H.; MATOS J.J (s/d)** – “O convento velho de S. Domingos de Coimbra (contributos para a sua história)”, *Arquivo Histórico Dominicano Português*, 3. Págs. 41-53.

**CORREIA, A. (1946)** – *Toponímia Coimbrã, Vol. I e II*; Edição da Biblioteca Municipal, Coimbra, Coimbra.

**CORREIA, V. e GONÇALVES, A. N. (1947)** – *Inventário Artístico de Portugal – Cidade de Coimbra*; Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa.

- CUSTÓDIO, J. (1993)** – “De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1937-1964). In *Dar Futuro ao Passado: Secretaria de Estado da Cultura*, Lisboa. Págs. 33-71.
- DE MANN, A. (2005)** – “Braun Hoefnagel e as muralhas da cidade de Coimbra”, *Arquivo Coimbrão*, nº 38, Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra.
- DE MANN, A. (2006)** – *Conímbriga. Do Baixo Imperio à Idade Média*. Edições Sílabo, Lisboa.
- DE MANN, A. (2008)** – “Defesas Urbanas Tardias da Lusitânia”, *Dissertação de Doutoramento em Arqueologia*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- DIAS P. (1982)** - "Domingos Domingues, arquitecto régio do século XIV", *Mundo da Arte*, nº5, Coimbra.
- DIAS, P. (1988)** – *Coimbra Arte e História*; 2ª edição, Instituto de História da Arte – FLUC, Coimbra.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1979)** – “Notas sobre a epigrafia romana de Coimbra”, *Actas das I Jornadas de Arqueologia e Arte do Centro*. Coimbra. Págs. 173-176.
- FABIÃO, C. (1992)** – “ O Discurso da decadência”, *História de Portugal (dir. José Mattoso)*, I Vol., Lisboa, Círculo dos Leitores. Págs. 280-283.
- FABIÃO, C. (1999)** – “Um século de Arqueologia em Portugal”. *Al-Madan, II Série, nº8*, Centro de Arqueologia de Almada. Almada. Págs.104-126.
- FARIA, S. (2006)** – *Evolução do Espaço Físico de Coimbra*, (João Rebelo, coord.), Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra.
- FERNÁNDEZ CACHO, S. (2002)** - “La introducción de los SIG en la gestión de la información arqueológica: GeoAQUEOS” En Fernández Cacho, Silvia (Ed.): *ARQUEOS. Sistema de Información del Patrimonio Arqueológico de Andalucía*. 97-116. Granada. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. Consejería de Cultura. Junta de Andalucía.
- FERNÁNDEZ CACHO, S. e GARCÍA SANJUAN, L. (s/d)** – “Los SIG en la tutela del patrimonio Arqueológico de Andalucía” ([http://grupo.us.es/atlas/documentos/articulos/desarrollo\\_local/desarrollo\\_local.pdf](http://grupo.us.es/atlas/documentos/articulos/desarrollo_local/desarrollo_local.pdf))
- FERREIRA, M.C. (1989)** – *Uma rua de elite na Guimarães Medieval (1376-1520)*, Câmara Municipal de Guimarães, Guimarães.

**FIGUEIREDO, A. (2007)** – “Os sistemas de informação geográfica na análise de sítios arqueológicos: o caso do Complexo Megalítico de Rego da Murta (Alvaiázere)”, *Actas do V Congresso do CAAPortugal2007: A Arqueologia e Património: Algoritmos com História*, Figueiredo, A. & Alexandrino, A. eds., Leiria.

**FIGUEIREDO, A. C. Borges de (1886)** – *Coimbra Antiga e Moderna*. Lisboa: Livraria Ferreira, Lisboa.

**FILIPE, H. de (1997)** – *Identidad y onomástica de los berréberes de al-andaluz*, CSI, Madrid.

**FILIPE, S. (2006)** – “Arqueologia Urbana em Coimbra: Um testemunho na Reitoria da Universidade”. *Conímbriga*, XLV. Págs. 337-357.

**FONTES, L. (2002)** – “Arqueologia Medieval Portuguesa”. *Arqueologia&História – Arqueologia 2000. Balanço de um século de investigação arqueológica em Portugal, vol. 54*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa. Págs. 221-238.

**FONTES, L., CATALÃO S. e ALVES M., (2010)** - “Arqueologia da Arquitectura em Contexto Urbano: reflexões a partir de três exemplos da Cidade de Braga, Portugal”, *Arqueologia de La Arquitectura*, 7, Madrid.

**GALINIÉ, H., (1992)** - “La gestion des archives du sol en ville”. *Jornadas Internacionales de Arqueología de Intervención (San Sebastián, 1991)*, Gobierno Vasco, Bilbao.

**GENE-DUBOIS, M. J. (1988)** - *Atlas du sous-sol archéologiques du centres urbains anciens*. Chimay, Bruselas.

**GOFF, J. (1984)** - *A civilização do Ocidente medieval*, vol. I e vol. II. Estampa, Lisboa.

**GOMEZ TOSCANO, F. e CAMPOS CARRASCO, J. M.** – “Arqueología Urbana en Huelva. Las ultimas evidencias”, *AAC 11*, 2000. Págs. 155-176.

**GONÇALVES, A. (2011)** – Património Urban(ístic)o e Planeamento da Salvaguarda. Seus contributos para a desagregação urbana e a necessidade de (re)habilitar a patrimonialização da cidade na sua (re)feitura. *Tese de Doutoramento apresentada ao departamento de Arquitectura da FCTUC*, Coimbra.

**GONÇALVES, A.N. (1944)** – *Evocação da Obra dos Canteiros Medievais de Coimbra*. Coimbra.

**GONÇALVES, V. (1997)** - “Suzanne Daveau e a Arqueologia: Tempo e Espaço”, *Finisterra*, XXXII, 63, 1997. Págs. 71-80.

**HARRIS, Edward C. (1990)** – *Principi di stratigrafia archeologica*. Roma: La nuova Italia Scientifica. Roma.

**HERNANDÉZ ALCÁZAR, E.M.** – “La carta de riesgo arqueológica de la Ciudad”, *códice 9*, 1995.

**HODDER, I. (1994)** – “The Interpretation of Documents and Material Culture”. In: *N.K.Denzin and Y.S.Lincoln (eds) Handbook of Qualitative Research*, London. Págs.393-402.

**KVAMME, L. K. (1992)** – “A predictive site location model on the high plains: an example with an independent test”. *Plains Anthropologist*. 37:138. Págs. 19-40.

**LAGO, M. (2007)** – “Gestão de projectos de Arqueologia: Equívoco em torno dos Cadernos de Encargos”, *ERA Arqueologia*, nº8. Lisboa. Págs. 6-13.

**LE MOS, F. S. (2006)** – “A Lei e a Arqueologia Urbana”, *Praxis Archaeologica* 1.APA. Págs. 15-21.

**LE MOS, F. S.; MARTINS M. (1992)** – “A Arqueologia Urbana em Portugal”. *Penélope/Fazer e Desfazer a História*, nº 7. Lisboa. Págs. 93-103.

**LE MOS, F.S. (1989)** – “A Arqueologia Portuguesa: Aspectos Históricos e Institucionais”, *Forum*, 5, Braga, 91-110.

**LIZ GUIRAL, J. (2004)** – “Sobre el futuro del pasado, o de las formas de interrogarlo”. *Anales de Arqueologia Cordobesa*, Nº 15. Córdoba. Págs. 9-29.

**LOPES M.; CARVALHO P.; GOMES S. M. (1997)** - *Arqueologia do Concelho de Serpa*. Câmara Municipal de Serpa, Serpa.

**LOUREIRO, J. P. (1964)** – *Toponímia de Coimbra, Vol. I e II*; Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra.

**MADEIRA, S. (2011)** – O Museum of London e a Arqueologia Urbana, Um exemplo de gestão arqueológica do espaço urbano e sua possível aplicação ao território português. *Dissertação de Mestrado Arqueologia e Território apresenta à Faculdade de Letras de Coimbra*, Coimbra.

**MADEIRA, S.; GARCIA, J. (2008-2010)** – “1º, 2º e 3º Relatórios preliminares de Trabalhos Arqueológicos: Reabilitação da Casa do Arco para instalação da Casa da Escrita”, Coimbra.

**MADEIRA, S.; SILVA M.A. (2009)** – “Vestígios arqueológicos na Alta de Coimbra: Redescobrir a Igreja de S. Cristovão”. *Arquivo Coimbrão – Boletim da Biblioteca Municipal, Vol. XLI*. Coimbra. Págs. 247-254.

**MANTAS, V. (1992)** – “Notas sobre a estrutura urbana de Aeminium”, *Biblos*, Vol. LXVIII; Coimbra.

**MANTAS, V. (1996)** – *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, I Vol., Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

**MARGARIDO, A. P. (1987)** – “A morfologia urbana da Alta de Coimbra: ensaio sobre o traçado da malha e sua evolução”; *Cadernos de Geografia nº 6*, Coimbra, 1987.

**MARINHO, J.R. (1971)** – “As moedas hispano-muçulmanas do Museu Nacional Machado de Castro – Coimbra”. *Archeólogo Português, Série III, Vol. V*. Lisboa. Págs. 249-255.

**MARQUES, A.H. (1989)** - “Pesos e Medidas”, *Dicionário da História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Vol. V, Porto. Pág. 68.

**MÁRQUEZ ROSALES, H. (2000)** - "Métodos matemáticos de evaluación de factores de riesgo para el Patrimonio Arqueológico: una aplicación GIS del método de jerarquías analíticas de T. L. Saaty." *Spal. Revista de Prehistoria y Arqueología 8*, Sevilla, Universidad de Sevilla. Págs. 21-38

**MARTA, R., (1991)** - *Técnica Construtiva Romana*, Roma Kappa, Roma.

**MARTINS, F. A. (1951)** – “A Porta do Sol, Contribuição para o estudo da cerca medieval coimbrã”, *Biblos*, Vol. XXVII. Págs. 321 a 559.

**MARTINS, M.; LEMOS, F.S. (1998)** – “Duas décadas de vida de um projecto: o salvamento de Bracara Augusta”. *Cadernos de Arqueologia, série II*, 14-14. Págs. 9-21.

**MATEUS, M. J., (2002)** – *Técnicas Tradicionais de Construção de Alvenarias. A literatura técnica de 1750 a 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos*, Coleção Cidade de Lisboa, Livros Horizonte, Lisboa.

**MATOS, O. (2007)** – “Notas Soltas sobre a Descoberta da Arqueologia no Século XIX”, *Praxis Archaeologica, Nº 2*, APA. Págs. 75-96.

**MATTOSO, J. (1992)** – “A época Sueva e Visigótica”, *História de Portugal (dir. José Mattoso)*, I Vol., Lisboa, Círculo dos Leitores. Págs. 301-321.

**MATTOSO, J. (1992)** – “O discurso da decadência e o epílogo da romanidade peninsular”, *História de Portugal (dir. José Mattoso)*, I Vol., Lisboa, Círculo dos Leitores. Págs. 280-293.

**MENDES, J. A. (1983)** - “Subsídios para a arqueologia industrial de Coimbra”, *Programa Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos*, Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro.

**MOLINA, L. (1983)** – “Una descripción anónima de al-Andaluz”. (ed. E trad. de ), CSH, Madrid.

**MONTEIRO, J. (1998)** – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*; Editorial Notícias, Lisboa.

**MONTILLA TORRES, I. (s/d)** - “Criterios para un modelo de intervención arqueológica en Ciudades Históricas”, *Universidad de Jaén*.

**MURILLO REDONDO, J. F. (1999)** - “El planeamiento urbanístico y la gestión del Patrimonio Arqueológico de Córdoba.” *Kobie* 25. *Serie Paleoantropología*, 45-73. Bilbao. Diputación Foral de Vizcaya.

**MURILLO REDONDO, J.F.; VENTURA VILLANUEVA, A. e HIDALGO PRIETO, R. (1997)** - “Intervención Arqueológica y Planeamiento Urbanístico en Córdoba”, *Recuperar La Memória Urbana. Arqueología en la Rehabilitació de les Ciutats Históriques*, Tarragona.

**MURILLO REDONDO, J.F.; VENTURA VILLANUEVA, A. e HIDALGO PRIETO, R. (1998)** – “El Planeamiento Urbanístico y la Gestión Del Patrimonio Arqueológico en Córdoba”. *Kobie*, nº XXV, Bilbao. Págs. 45-73.

**OJEDA CALVO, R., PÉREZ PAZ, A. (1996)** – Metodología aplicada en la intervención arqueológica en bienes inmuebles: Hacia un modelo de registro y gestión de datos. In *PH. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. Ano IV. Sevilla*.

**OLEIRO M. (1952)** – “Novos elementos para a História de *Aeminium*. Os materiais romanos do pátio da Universidade”, *Biblos*, Vol. XXVIII, Coimbra.

**OLEIRO M.; ALARCÃO, J. (1973)** – “Le cryptoportique d'Aeminium (Portugal)”, *École française*.

**OSÓRIO, M.; SALGADO, T. (2007)** – “Um Sistema de Informação Geográfica aplicado na Arqueologia no Município do Sabugal”, *Praxis Archeologica* 2. Págs. 9-22.

**PEIXINHOS, A. J. (1989)** - “Pergaminhos avulsos do Arquivo da Universidade de Coimbra 1079-1612”, *trabalho curricular realizado no âmbito da disciplina de Paleografia e Diplomática*, Fac. de Letras da Universidade de Coimbra. Págs.54-56.

**PEREIRA, P.; RAMALHO, M. (1997)** – “Pedra de Traçaria do Convento de Santa Maria de Santarém”. *Revista de Arqueologia Medieval*, nº5. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento. Págs. 295-301.

**PEREIRA, P.; RAMALHO, M. (2001)** – “Segunda Pedra de Traçaria do Convento de Santa Maria de Santarém”. *Revista/Património* nº1. Lisboa: IPPAR. Págs. 122-128.

**PINHO LEAL, A. S. d’A. B. de (1874)** – *Portugal Antigo e Moderno: Diccionario Geographico, Estatístico, Chronographico, Heráldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso&Irmão, Lisboa.

**PORTAS, N. (1986)** – “Notas sobre a intervenção na cidade existente”, *Sociedade e Território*, Edições Afrontamento, 4, Porto. Págs. 8-13.

**PORTAS, N. (2000)** – “O desafio urbano”, in MENDES, Manuel (org.) (2005) – Nuno Portas Arquitectura(s). *Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*. Porto: FAUP. Págs. 487-493. (Entrevista conduzida por Maria Leonor Nunes originalmente publicada no Jornal de Letras, Ano XIX, nº 773 de 17-30 de Maio de 2000. Págs. 9-12)

**POSLUSCHNY, A., K. LAMBERS ; I. HERZOG (2008)** - *Layers of Perception. Proceedings of the 35th International Conference on Computer Applications and Quantitative Methods in Archaeology (CAA)*, Berlin, Germany, April 2–6, 2007. Kolloquien zur Vor- und Frühgeschichte, Vol. 10. Dr. Rudolf Habelt GmbH, Bonn.

**RAMALHO, M. (2002)** – “A Arqueologia da Arquitectura: O método arqueológico aplicado ao estudo e intervenção em património arquitectónico”. *Revistas/Património* nº3. Lisboa: IPPAR. Págs. 19-29.

**RAMALHO, M.; MAGALHÃES, M. B. de (1996)** – A Arqueologia na intervenção dos edifícios históricos ou a Arqueologia da Arquitectura. *Al-madam, II Série*, nº5. Almada: Centros de Arqueologia de Almada. Págs. 50-56.

**RAMALLO ASENSIO, S.F. (2000)** – “Arquitectura domestica en ámbitos urbanos entre los siglos V y VIII”, *Visigodos y Omeias. Un debate entre La Antigüedad Tardia y la Alta Edad Media*, Madrid. Págs. 367-384.

**RAYA PRAENA, I. (2006)** – “Planeamiento y arqueología. Elaboración de las cartas arqueológicas municipales. El caso de Guadix”, *Ciudad y Arqueología Medieval* (Antonio Malpica Cuello Ed.), ALHULIA, Granada. Págs. 17-44.

**RAYA PRAENA, I.; MORENO ONORATO, A. e MONTUFO MARTÍN, A. (1999)** - “La carta de riesgo: un documento para la gestión del patrimonio arqueológico urbano. El caso de Granada”, *XXV Congreso Nacional de Arqueología (Valência, 1999)*, Valência. Págs.134-138.

**REAL, F. , (1994)** – “Aspectos de Legislação em Portugal e na Europa”, *Encontro de Arqueologia Urbana (Braga, 1994)*, BRACARA AUGUSTA, Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga, Nº 97, Vol. XLV. Págs. 9-14.

**REAL, F.; ALFARO, L. (2006)** – “Legislação e Regulamentos em preparação em 2005”, *Praxis Archaeologica 1*. Págs. 9-13.

**REAL, F.; BRANCO, G. (2009)** – “Critérios para quantificar o valor do Património Arqueológico”. *Praxis Archaeologica, nº 4*. APA. Págs. 15-19.

**RODRIGUES, A. S. (2000)** – *História de Portugal em Datas*. Temas e Debates, Lisboa, 2000.

**ROQUE, j. I. (1988)** – “A população da freguesia da Sé de Coimbra (1820-1849)”, *Breve Estudo Sócio-Demográfico*, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

**ROSMANINHO, N. (1996)** – *O princípio de uma revolução urbanística do Estado Novo*. Minerva, Coimbra.

**ROSSA, W. (1995)** – “A cidade portuguesa”, *Círculo Leitores, Vol. III*, Lisboa.

**ROSSA, W. (2001)** – *Diversidade urbanográfica do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Tese de Doutoramento apresentada ao departamento de Arquitectura da FCTUC, edição do autor, Coimbra.

**ROUSSEAU, J. A., (2012)** – “Construir para Concretizar”, *Revista de Vendas & Negociação*, Ano 1, Nº1, pág. 10, Lisboa.

**ROUX, S. (1976)** – *La Maison dans l’histoire*, Albin Michel, Paris.

**RUIZ DE ARBULO, J. (2004)** – “El patrimonio arqueológico en la ciudad contemporánea”. *Anales de Arqueología Cordobesa, Nº15*. Córdoba. Págs. 31-43.

**SÁENZ FERNÁNDEZ, P.; ORDÓÑEZ AGULLA, S.; SÁNCHEZ GIL DE MONTES, J.; MUÑOZ TINOCO, J.; MÁRQUEZ PÉREZ, J. (1999):** "Estudio diacrónico de procesos de territorialización: el modelo de Écija, Sevilla. La investigación arqueológica". *Anuario Arqueológico de Andalucía/1994. Tomo II. Actividades Sistemáticas*. Sevilla. Junta de Andalucía. Págs. 167-185.

**SÁEZ FERNÁNDEZ, P. et alii, (2001)** – "Aplicaciones de los SIG al territorio y casco urbano de Écija (Sevilla)". *3º Congreso de Arqueología Peninsular*. Actas, vol. 10, Vila Real. Págs. 15-42.

**SÁEZ FERNÁNDEZ, P.; ORDÓÑEZ AGULLA, S.; GARCÍA -DILS, S.; GARCÍA VARGAS, E. (2001):** "Aplicaciones de los SIG al territorio y casco urbano de Écija (Sevilla) (Proyecto AstiGIS)." *Revista del Museo Histórico Municipal de Écija*. Vol. 1. Écija. Págs. 105-118.

**SALVATIERRA CUENCA, V., s/d** – *Arqueología urbana: investigación y gestión. La situación en Andalucía*. Págs. 75-82.

**SANTOS, L. (1983)** – "Planos de urbanização para a Cidade de Coimbra". Programa "Coimbra Antiga e Vivificação dos Centros Históricos", Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra.

**SANTOS, P. (2006)** – *Aplicações de Sistemas de Informação Geográfica em Arqueologia*. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências e Sistemas de Informação Geográfica. Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa.

**SANTOS, S.; PEREIRA C. (2011)** – "Arqueologia no âmbito do Planeamento e Ordenamento do Território na Autarquia de Coimbra". *Actas do Encontro Arqueologia e Autarquias*. Câmara Municipal de Cascais. Cascais. s/p.

**SILVA, A.M.S.P. (2000)** – "O Gabinete de Arqueologia Urbana do Porto: notas à margem de uma experiência de intervenção patrimonial". *Al-Madan, nº 9*. Almada. Págs. 130-140.

**SILVA, A.M.S.P. (2005)** – "A Carta Arqueológica. Instrumento Indispensável para uma política de promoção do Património Cultural". *Actas das Jornadas realizadas em Arouca, 2004*. Câmara Municipal de Arouca. Págs. 87-94.

**SILVA, A.M.S.P. (2005)** – "O acompanhamento arqueológico de obras: uma intervenção muito própria". *Revista Portuguesa de Arqueologia, nº8-1*. Lisboa. Págs. 59-69.

**SILVA, A.M.S.P. (2008)** – "Os Cadernos de Encargos e a arqueologia de Salvaguarda na Cidade do Porto". *Era-Arqueologia, nº8*. Lisboa. Págs. 19-26.

**SILVA, A.M.S.P. (2010)** – “O Património Arqueológico nos novos Planos Directores Municipais da Região Norte”. *Oppidum – Revista de Arqueologia, História e Património, Ano 5, nº 4*. Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Lousada – Câmara Municipal de Lousada, Lousada. Págs. 195-216.

**SILVA, A.M.S.P. (Coord.) (2004)** - *Memórias da Terra. Património Arqueológico do Concelho de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal.

**SILVA, C. da (1988)** – “A Almedina de Coimbra. A Alta de Coimbra”, *História-Arte e Tradição; Actas*, Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (GAAC), Coimbra.

**SIMÕES, A. F. (1888)** – *Esriptos Diversos*, Coimbra.

**SIMÕES, G. (1960)** – *Vistorias da Câmara Municipal de Coimbra (1664 – 1906)*, ed. Biblioteca Municipal, Coimbra.

**TEIXEIRA, A. J. (1899)** – *Documentos para a História dos Jesuítas em Portugal*. Coimbra.

**TIRELLO, R. A. (2006)** – “Análise das cronologias construtivas: uma proposição de método de natureza arqueométrica”. *Simpósio de Técnicas Avançadas em Conservação e Restauro de bens culturais, nº3*, Olinda.

**TIRELLO, R. A. (2006)** – “Registro do Património Arquitectónico com tecnologia multimédia: uma possibilidade de estudo crítico e restauro electrónico de bens culturais”. *EREG 2006 – ENCONTRO REGIONAL DE EXPRESSÃO GRÁFICA, 5*. Salvador.

**TORRES BALBAS, L. (1968)** – *La Edad Media*, Instituto de estudios de administración local, Madrid.

**TRINDADE, L. (2002)** – *A casa corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*; Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra.

**UBERA CANOVAS, A.; GARCIA MATAMALA, B.; SANCHEZ MADRID S.; SANCHEZ RAMOS, I. (2004)** – “Supervisión y vigilancia de obras: los seguimientos arqueológicos en la ciudad de Córdoba”. *Anales de Arqueología Cordobesa, Nº15*. Córdoba. Págs. 207-227.

**URBANO, A. (1934)** – “Urbanização de Coimbra – A Cidade Universitária II”, *Jornal O Despertar, Ano XVIII, nº 1*, de 14-XI-1934.

**VALERA, A.C. (2007)** – “Arqueologia em espaço urbano: o papel das empresas”. *II Encontro de Arqueologia*. Beja.

**VASCONCELOS, A. (1962)** – “A Catedral de Santa Maria Colimbriense ao principiar o Século XI – Mozarabismo desta região em tempos posteriores”, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra.

**VASCONCELOS, A. (1987)** — *Escritos Vários*. Reed. Manuel Augusto Rodrigues. Coimbra: A. U. C.

**VASCONCELOS, J. Leite de (1895)** – Acquisições do Museu Ethnographico Português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1, p. 325-326.

**VASCONCELOS, J. Leite de (1898)** – “Objectos de Arte”, *O Archeologo Português*, nº 4, Lisboa. Págs.98-100.

**VENTURA, L. (1988)** – “A muralha coimbrã na documentação medieval”. *Actas; Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (GAAC)*, Coimbra.

**VILLAFRANCA JIMÉNEZ, M. M. (2007)** - “El Plan Director de la Alhambra (2007-2015)”, *e – rph nº 1*, Alhambra.

**SITES E LINKS CONSULTADOS:**

[www.geocities.com](http://www.geocities.com)

[www.cervantesvirtual.com/simulacraromae/cordoba/biblio](http://www.cervantesvirtual.com/simulacraromae/cordoba/biblio)

[www.uco.es/estudios/sep...19\\_cordoba.html](http://www.uco.es/estudios/sep...19_cordoba.html)

<http://213.4.19/ficha de obra.html>

<http://gmcordoba.es/portal>

[http://www.praxisarchaeologica.com/issues/2006\\_3757.html](http://www.praxisarchaeologica.com/issues/2006_3757.html)

[www.cm-coimbra.pt](http://www.cm-coimbra.pt)

<http://ec.europa.eu/culture/key-documents/doc873>

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/arqueologiapreventivaedeacompanhamento/ordenamentodoterritorio/>

[http://www.sg.mc.gov.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=58&Itemid=124#subsidiomeritocultural](http://www.sg.mc.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=58&Itemid=124#subsidiomeritocultural)

<http://www.priberam.pt/dlpo/>

[www.dgotdu.pt](http://www.dgotdu.pt)

<http://pt.kioskea.net>

[www.skyscrapercity.com](http://www.skyscrapercity.com)

# PLANEAMENTO URBANÍSTICO E GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

## *A Zona - Intra Muros do Centro histórico de Coimbra*

### ANEXOS

#### ÍNDICE GERAL:

FOTOGRAFIAS DO EDIFICADO .....	130
GRAVURAS DA CIDADE DE COIMBRA.....	138
GRÁFICOS RELATIVOS ÀS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO ESPAÇO INTRA MUROS DO CENTRO HISTÓRICO DE COIMBRA .....	142
LISTAGEM DE LEGISLAÇÃO IBÉRICA SOBRE PATRIMÓNIO E GESTÃO DO TERRITÓRIO .....	145
CARTOGRAFIA .....	151
TABELAS .....	162

## FOTOGRAFIAS DO EDIFICADO

### Índice:

FOTO 1 : Fachada Rua de S. Salvador .....	131
FOTO 2: Couraça dos Apóstolos .....	131
FOTO 3: Rua do Cabido .....	132
FOTO 4: Rua Borges Carneiro (Antiga Rua das Covas) .....	132
FOTO 5: Palácio de Sub – Ripas (Instituto de Arqueologia) .....	133
FOTO 6: Beco da Carqueja .....	133
FOTO 7: Palácios Confusos .....	134
FOTO 8: Largo da Sé Velha.....	134
FOTO 9: Rua de Sub-Ripas .....	135
FOTO 10: Torre do Anto (Torre do Prior do Ameal).....	135
FOTO 11: Palácio de Sub-Ripas .....	136
FOTO 12: Rua do Cabido.....	136
FOTO 13: Rua de Sub-Ripas .....	137
FOTO 14: Couraça dos Apóstolos .....	137



**FOTO 1**

**Fachada Rua de S. Salvador**

Comentário: Janelas com avental pétreo, beirado salientem na fachada, estrutura funcional de abertura de um ou mais vãos.



**FOTO 2**

**Couraça dos Apóstolos**

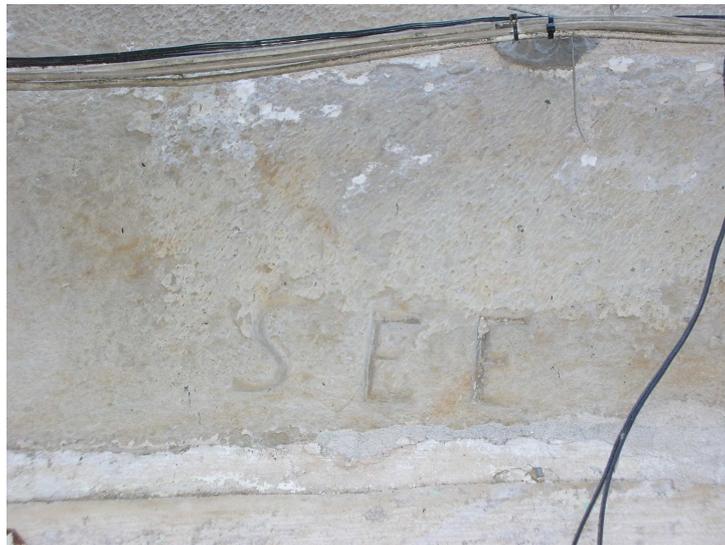
Comentário: Pormenor de um óculo: função arejamento e iluminação



**FOTO 3**

**Rua do Cabido**

Comentário: Estrutura funcional, abertura de pelo menos dois vãos



**FOTO 4**

**Rua Borges Carneiro (Antiga Rua das Covas)**

Comentário: inscrição identificativa da propriedade do imóvel – SEE (propriedade da Sé de Coimbra)



**FOTO 5**

**Palácio de Sub – Ripas (Instituto de Arqueologia)**

Comentário: pormenor decorativo da fachada indicador do grupo económico e social a que pertencia o proprietário (é um exemplo de excepção)



**FOTO 6**

**Beco da Carqueja**

Comentário: típico exemplo de como as fachadas se encostavam “ilharga contra ilharga”, conferindo um aspecto recortado à via pública e às fachadas



**FOTO 7**

**Palácios Confusos**

Comentário: pormenor da chaminé encostada no alçado lateral da fachada principal. A sua introdução é um elemento tardio, daí a sua localização.



**FOTO 8**

**Largo da Sé Velha**

Comentário: típico exemplo preservado da casa corrente da Baixa Idade Média



**FOTO 9**

**Rua de Sub-Ripas**

Comentário: típico exemplo preservado da casa corrente da Baixa Idade Média



**FOTO 10**

**Torre do Anto (Torre do Prior do Ameal)**

Comentário: a transformação de uma torre defensiva em espaço residencial (o mesmo sucedeu com a Torre da Contenda que foi transformada no Século XIV em Palácio por João Vaz)



**FOTO 1 1**

**Palácio de Sub-Ripas**

Comentário: o uso frequente dos passadiços para juntar duas parcelas independentes



**FOTO 12**

**Rua do Cabido**

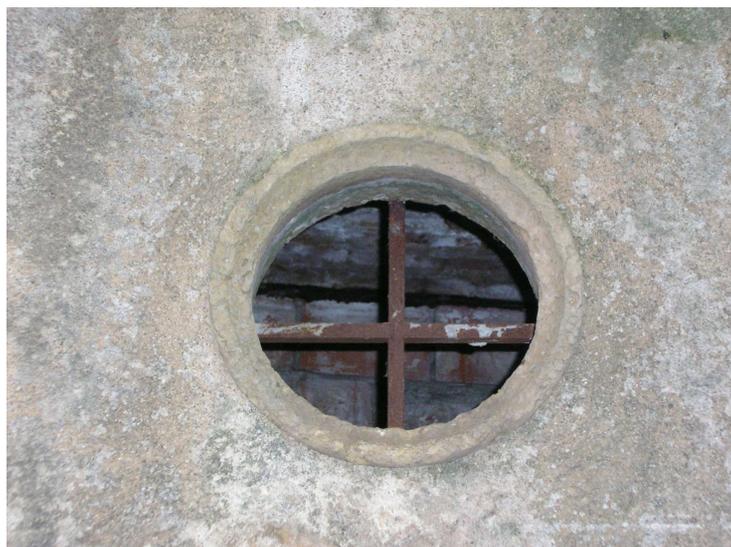
Comentário: Aspecto geral de uma típica rua medieval



**FOTO 13**

**Rua de Sub-Ripas**

Comentário: Pormenor dos beirados salientes na fachada



**FOTO 14**

**Couraça dos Apóstolos**

Comentário: pormenor de um óculo

## GRAVURAS DA CIDADE DE COIMBRA

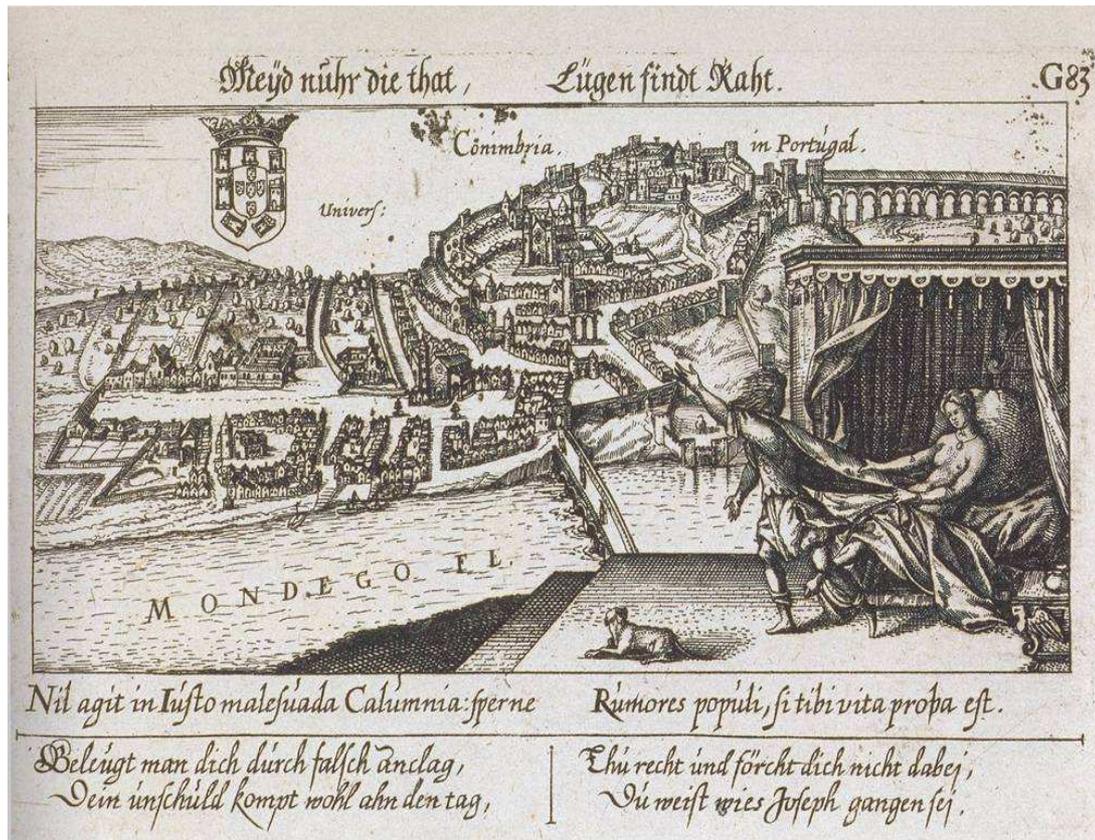
### Índice:

GRAVURA 1: Illustris Ciutatis Conimbria in Lusitania ad Flumen Iludam Effigies – Georg Hoegnagel/Hogenberg, colorida por Braun /1598 .....	139
GRAVURA 2: Meyd Nuhr Die That, Lugen Findt Raht (Conimbria in Portugal), D. Meisner/1627.....	140
GRAVURA 3: Pormenor da Gravura de Pier Maria Baldi onde se vê a imagem com pormenor a zona intra-muros/1668 .....	141



Gravura 1

***Illustris Ciuitatis Conimbriae in Lusitania ad Flumen Iludam Effigies* – Georg Hoegnagel/Hogenberg, colorida por Braun /1598 (Extraída de FARIA S., 2006, PÁG.26)**



A mesma imagem (D. Meissner-1627)

## Gravura 2

Meyd Nuhr Die That, Lügen Findt Raht (Coimbra in Portugal), D. Meisner/1627 (Extraída de FARIA S., 2006, PÁG.28)



Gravura 3

Pormenor da Gravura de Pier Maria Baldi onde se vê a imagem com pormenor a zona intramuros/1668-69 (Extraído de O Prof Godin "Coimbra - Iconografia, plantas, cartas e mapas", in, [www.skyscrapercity.com/](http://www.skyscrapercity.com/), Fórum Português)

## GRÁFICOS RELATIVOS ÀS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO ESPAÇO INTRA MUROS DO CENTRO HISTÓRICO DE COIMBRA

### Índice:

GRÁFICO 1: Nº DE INTERVENÇÕES REALIZADAS ENTRE 2001 A 2012 .....	143
GRÁFICO 2: FREQUÊNCIA COM QUE OCORRE DETERMINADO PERÍODO CRONOLÓGICO NAS OBRAS REALIZADAS.....	143
GRÁFICO 3: FREQUÊNCIA COM QUE OCORRE DETERMINADO TIPO DE ACOMPANHAMENTO NAS OBRAS REALIZADAS.....	144

### N.º de intervenções realizadas no período compreendido entre 2001 a 2012

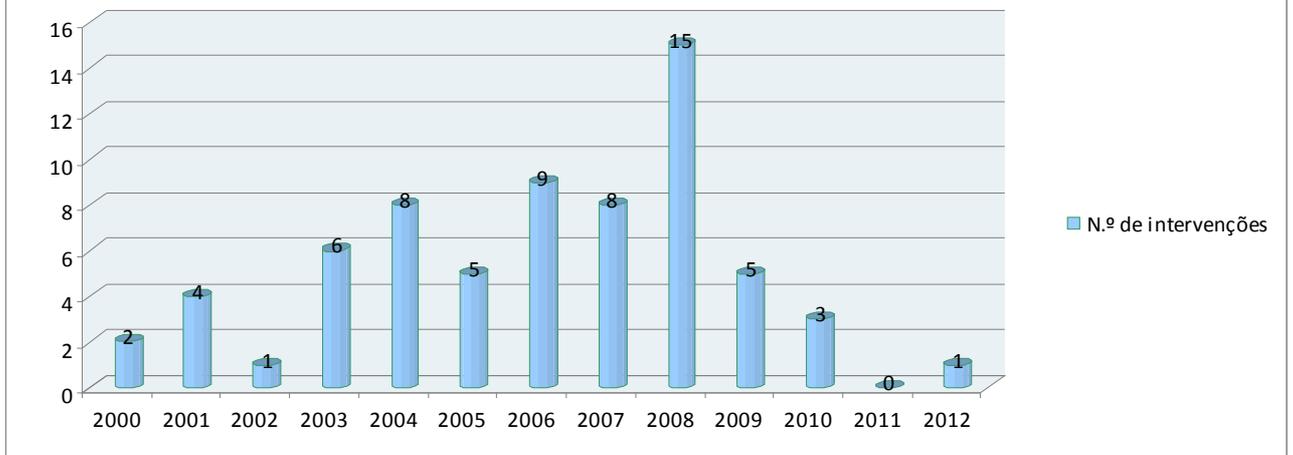


GRÁFICO 1

### Frequência com que ocorre determinado período cronológico nas obras realizadas

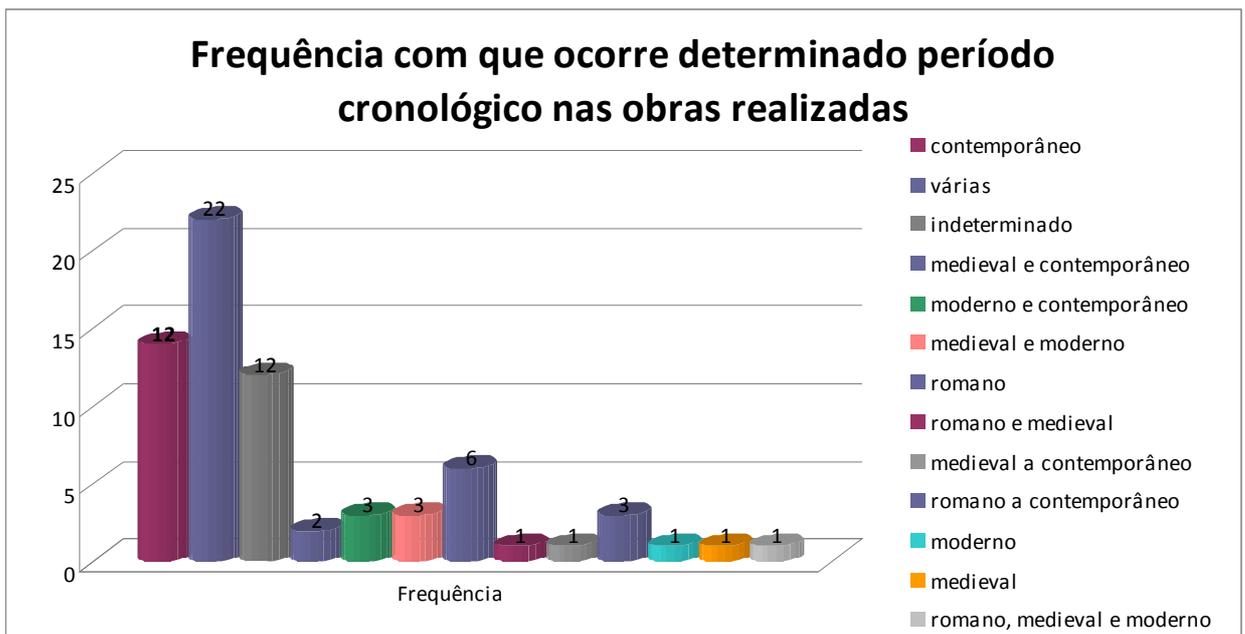


GRÁFICO 2

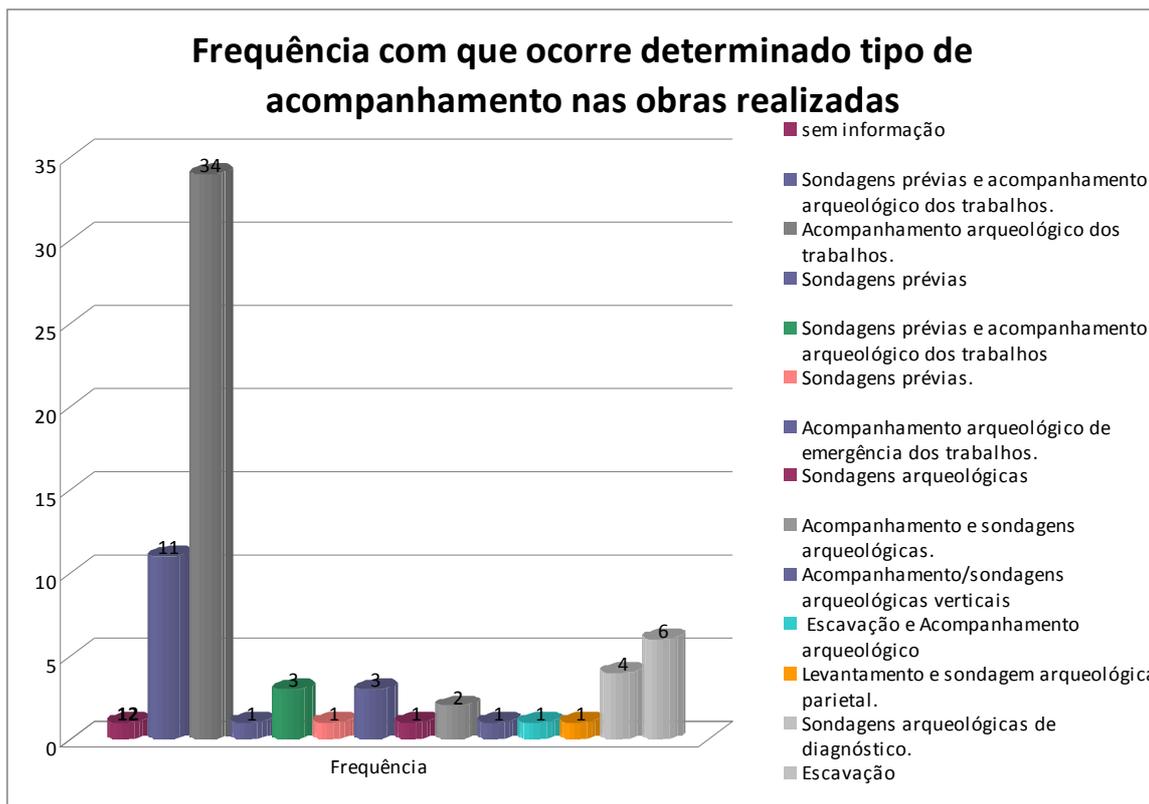


GRÁFICO 3<sup>286</sup>

<sup>286</sup> Ressalva: o tipo de acompanhamento foi determinado pelos dados indicados nas fichas de sítio. A repetição de tipologias (com variações semânticas) foi outro dos inconvenientes registados, ficando a faltar a definição precisa e uniformizada de cada trabalho executado.

## LISTAGEM DE LEGISLAÇÃO IBÉRICA SOBRE PATRIMÓNIO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

### Índice:

LEGISLAÇÃO: PORTUGAL.....	146
LEGISLAÇÃO: ESPANHA.....	147

## LEGISLAÇÃO: PORTUGAL

- Decreto de 16-06-1910, DG 136 de 23- 06-1910; Portaria nº 2789 de 16-06-1921 e respectiva ZEP: DG,2ª série, n.º 153 de 02-07-1960.
- Decreto de 10-01-1907 publicado a 17- 01-1907, Dec. de 16-06-1910, DG 136 de 23-06-1910.
- Decreto de 16-06-1910, DG 136 de 23- 06-1910; Portaria nº 2789 de 16-06-1921 e respectiva ZEP: DG,2ª série, n.º 153 de 02-07-1960
- Decreto de 16-06-1910, DG 136 de 23- 06-1910; Portaria nº 2789 de 16-06-1921 e respectiva ZEP: DG,2ª série, n.º 153 de 02-07-1960
- Decreto de 16-06-1910, DG 136 de 23- 06-1910.
- Decreto-Lei nº 24802 (21 de Dezembro de 1934).
- Decreto-Lei nº 560/71 (17 de Dezembro).
- Decreto Regulamentar nº 27/87, de 21 de Junho, que estabelece o estatuto das carreiras de pessoal na área funcional de Arqueologia.
- Decreto-Lei nº 117/97, de 14 de Maio, que Estabelece as competências e âmbitos de actuação do Instituto Português de Arqueologia.
- Decreto-Lei nº 120/97, de 26 de Maio que Estabelece as competências e âmbitos de actuação do Instituto Português do Património Arquitectónico
- Decreto – Lei nº 270/99 de 15 de Julho, que aprova o Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos.
- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial estabelecido pelo Decreto-Lei 380/99 de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n. 53/2000 de 7 de Abril, pelo Decreto-Lei n. 310/2003 de 10 de Dezembro, pela Lei n. 58/2005 de 29 de Dezembro, pela Lei n.56/2007 de 31 de Agosto, pelo Decreto-Lei n. 316/2007 de 19 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n. 46/2009 de 20 de Fevereiro e pelo Decreto-Lei n. 181/2009 de 7 de Agosto.)
- Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei nº 48/98, de 11 de Agosto).
- Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro.

- Decreto – Lei 287/2000 de 10 de Novembro, que procede à alteração do Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos.
- Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.
- *“Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reversão Urbanística da Área Crítica do Centro Histórico da Cidade de Coimbra”*, publicado no Diário da República, 2ª série, de 7 de Janeiro de 2003, com excepção do seu artigo 22º, alterado no Diário da República, 2ª série, de 25 de Janeiro de 2010.
- Lei Nº 40/2004 de 18 de Agosto, Regulamento de Bolsas de Investigação Científica.
- Lei nº 4/2004, de 15 de Janeiro, que estabelece os princípios e as normas a que deve obedecer a organização da administração directa do estado.
- Decreto-Lei nº 96/2007, de 29 de Março que Estabelece as competências e âmbitos de actuação do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR, IP).
- Decreto Regulamentar nº 34/2007, de 29 de Março que Reestrutura os serviços descentralizados do Ministério da Cultura, criando as Direcções Regionais de Cultura. Estabelece as competências e âmbitos de actuação das DRC.
- Decreto-Lei 309/2009, de 23 de Outubro.
- *“Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reversão Urbanística da Área afecta à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da Unesco, incluindo a zona de protecção”* publicado em Diário da República, 2ª série, - nº 30 – 10 de Fevereiro de 2012.

#### **LEGISLAÇÃO: ESPANHA**

- España. Real Decreto de 22 de noviembre de 1901 del Ministerio de Instrucción Pública y Bellas Artes por el que se aprueba el Reglamento para el Régimen y Gobierno de los Archivos del Estado. *Gaceta de Madrid*, de 26 de noviembre de 1901, núm. 330, tomo IV, p. 823
- España. Decreto de 27 de julio de 1943 por el que se declaran Jardín Artístico el formado por el conjunto de los de la Alhambra. *Boletín Oficial del Estado*, 3 de agosto de 1943, núm. 213, p. 7554 - 7555

- España. Decreto de 27 de julio de 1943 por el que se declara Jardín Artístico el Conjunto Granadino del Generalife. *Boletín Oficial del Estado*, 3 de agosto de 1943, núm. 213, p. 7555
- España. Decreto de 27 de septiembre de 1943 por el que se declara Jardín Histórico el Carmen de los Mártires. *Boletín Oficial del Estado*, 10 de octubre de 1943, núm. 283, p. 9807
- España. Orden de 29 de noviembre de 1984, del Ministerio del Interior por la que se aprueba el Manual de Autoprotección. Guía para el desarrollo del Plan de Emergencia contra Incendios y de Evacuación de Locales y Edificios. *Boletín Oficial del Estado*, 26 de febrero de 1985, núm. 49, p. 4864 - 4871
- España. Real Decreto 565/1985, de 24 de abril, por el que se establece la estructura orgánica básica del Ministerio de Cultura y de sus organismos autónomos. *Boletín Oficial del Estado*, 30 de abril de 1985, núm. 103, p. 11986 - 11994
- España. Ley 16/1985, de 25 de junio, de Patrimonio Histórico Español. *Boletín Oficial del Estado*, de 29 de junio de 1985, núm. 155, p. 20342 - 20352
- España. Real Decreto 111/1986, de 10 de enero, por el que se desarrolla parcialmente la Ley 16/1985, de 25 de junio de 1986, del Patrimonio Histórico Español. *Boletín Oficial del Estado*, de 28 de enero de 1986, núm. 24, p. 3815 - 3831
- España. Ley 7/1986, de 24 de enero de Ordenación de la Cartografía. *Boletín Oficial del Estado*, 29 de enero de 1986, núm. 25, p. 4005 - 4006
- España. Ley 30/1992, de 26 de noviembre, de Régimen Jurídico de las Administraciones públicas y del Procedimiento Administrativo Común. *Boletín Oficial del Estado*, 27 de noviembre de 1992, núm. 285, p. 40300 - 40319
- España. Real Decreto 64/1994, de 21 de enero, por el que se modifica el Real Decreto 111/1986, de 10 de enero, de desarrollo parcial de la Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español. *Boletín Oficial del Estado*, 2 de marzo de 1994, núm. 52, p. 6780 - 6785
- España. Decreto 107/2004, de 23 de Marzo, por el que se declara y delimita el Bien de Interés Cultural, con la categoría de Monumento, de la Alhambra y el Generalife de Granada. *Boletín Oficial del Estado*, 26 de mayo de 2004, núm. 127, p. 19635 - 19654

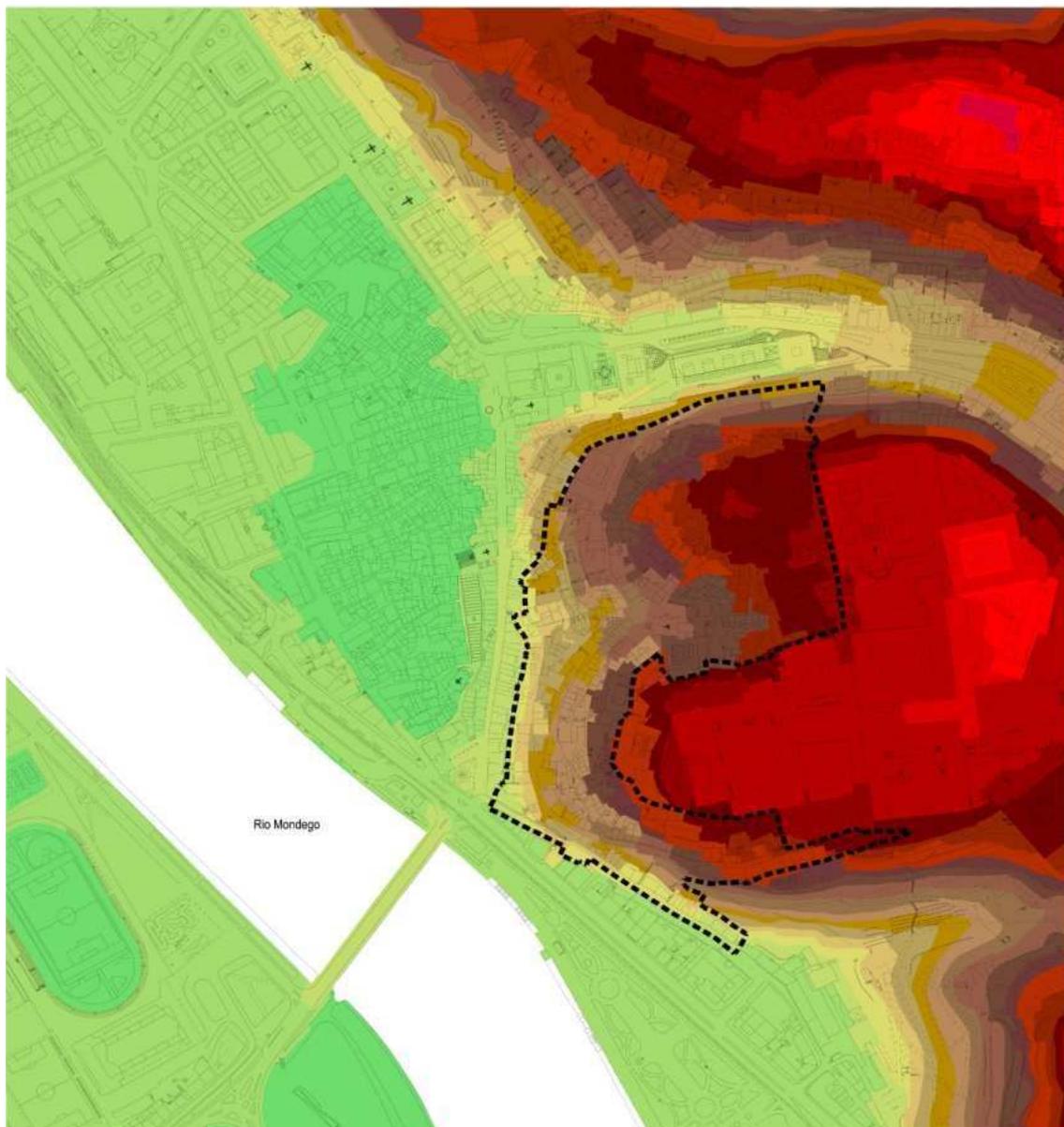
- España. Resolución de 6 de febrero de 2006, de la Secretaría General para la Administración Pública, por la que se aprueban directrices para el desarrollo de los programas del marco general para la mejora de la calidad establecido en el Real Decreto 951/2005, de 29 de julio. *Boletín Oficial del Estado*, 28 de febrero de 2006, núm. 50, p. 8242
- España. Real Decreto 314/2006, de 17 de marzo, por el que se aprueba el Código Técnico de la Edificación. *Boletín Oficial del Estado*, 28 de marzo de 2006, núm. 74, p. 11816 - 11831
- Andalucía. Resolución de 24 de enero de 1989 de la Dirección General de Bienes Culturales por la que se incoa el expediente de declaración de Bien de Interés Cultural, con la categoría de Conjunto Histórico de la Alhambra y el Generalife de Granada. *Boletín Oficial de la Junta de Andalucía*, 24 de febrero de 1989, núm. 15, p. 661
- Andalucía. Resolución de 28 de julio de 1993 de la Dirección General de Bienes Culturales, por la que se aprueba la sectorialización del Conjunto Histórico de Granada. Andalucía. Orden de la Consejería de Medio Ambiente de 8 de marzo de 1995, por la que se declara el Parque Periurbano Dehesa del Generalife, en la provincia de Granada. *Boletín Oficial de la Junta de Andalucía*, de 22 de marzo de 1995, núm. 46, p. 2584
- Andalucía. Decreto 244/1999, de 27 de diciembre, por el que se aprueba el Plan de Ordenación del Territorio de la Aglomeración Urbana de Granada. *Boletín Oficial de la Junta de Andalucía*, 28 de marzo de 2000, núm. 37, p. 4482 - 5119
- Andalucía. Resolución 25 de octubre de 2002 de la Dirección General de Bienes Culturales por la que se incoa el procedimiento para la declaración y delimitación como Bien de Interés Cultural, con la categoría de Monumento, a favor de la Alhambra y Generalife de Granada. *Boletín Oficial de la Junta de Andalucía*, 14 de noviembre de 2002, núm. 133, p. 22500 -22503
- Andalucía. Resolución de 24 de Enero de 2003, del Patronato de la Alhambra y Generalife por la que se acuerda publicar la normativa revisada de visita del monumento de la Alhambra y Generalife aprobada por acuerdo del Pleno del Patronato de 27 de mayo de 2002. *Boletín Oficial de la Junta de Andalucía*, 13 de febrero de 2003 núm. 30, p. 3343 - 3357
- Andalucía. Decreto 168/2003, de 17 de junio, por el que se aprueba el Reglamento de Actividades Arqueológicas. *Boletín Oficial de la Junta de Andalucía*, 15 de julio de 2003, núm. 134, p. 16136 - 16145

- Andalucía. Decreto 186/2003, de 24 de junio, por el que se amplía la delimitación, del Conjunto Histórico de Granada, declarado conjunto histórico-artístico mediante Real Orden de 5 de diciembre de 1929. *Boletín Oficial de la Junta de Andalucía*, 24 de julio de 2003, núm. 141, p. 16834 - 16871
- Andalucía. Ley 6/2003 de la Comunidad Autónoma de Andalucía, de 9 de octubre, de símbolos, tratamientos y registro de las Entidades Locales de Andalucía. *Boletín Oficial de la Junta de Andalucía*, 31 de octubre de 2003, núm. 210, p. 22730 - 22734
- Andalucía. Resolución de 16 de diciembre de 2004, sobre la modificación del Plan de Ordenación del Territorio de la Aglomeración Urbana de Granada, aprobado mediante Decreto 244/1999, de 27 de diciembre. *Boletín Oficial de la Junta de Andalucía*, 11 de enero de 2005, núm. 6, p. 56 - 58
- Andalucía. Decreto 86/2007, de 27 de marzo, por el que se aprueba el Plan Andaluz de Investigación, Desarrollo e Innovación (2007-2013). *Boletín Oficial de la Junta de Andalucía*, 12 de abril de 2007, núm. 72, p. 8 - 29
- Granada. *Plan Especial de Protección y Reforma Interior de la Alhambra y los Alijares*. *Boletín Oficial de la Provincia de Granada*, 12 de junio de 1992, núm. 133, p. 11 - 33
- Granada. *Plan Especial de Protección y Catálogo del Área Centro del Conjunto Histórico de Granada*. *Boletín Oficial de la Provincia de Granada*, 14 de agosto de 2002, núm. 186, p. 2 – 94

## CARTOGRAFIA

### Índice:

Doc. Cartografia 1: Topografia da Zona Intra-Muros .....	152
Doc. Cartografia 2: Caracterização Geológica da Zona Intra-Muros .....	153
Doc. Cartografia 3: Cartografia do edificado com caracterização por séculos .....	154
Doc. Cartografia 4: Cartografia com os Sítios de potencial arqueológico para o Município de Coimbra .....	155
Doc. Cartografia 5: Cartografia com a definição da “área crítica” de recuperação e reconversão urbanística.....	156
Doc. Cartografia 6: Cartografia com localização e data da intervenção .....	157
Doc. Cartografia 7: Cartografia com a distribuição geográfica das intervenções.....	158
Doc. Cartografia 8: Cartografia com frequência com que ocorre determinado período cronológico nas obras realizadas .....	159
Doc. Cartografia 9: Cartografia com a natureza das intervenções .....	160
Doc. Cartografia 10: Cartografia com frequência com que ocorre determinado tipo de acompanhamento nas obras realizadas.....	161



--- Limite da área de intervenção (Coimbra Alta)

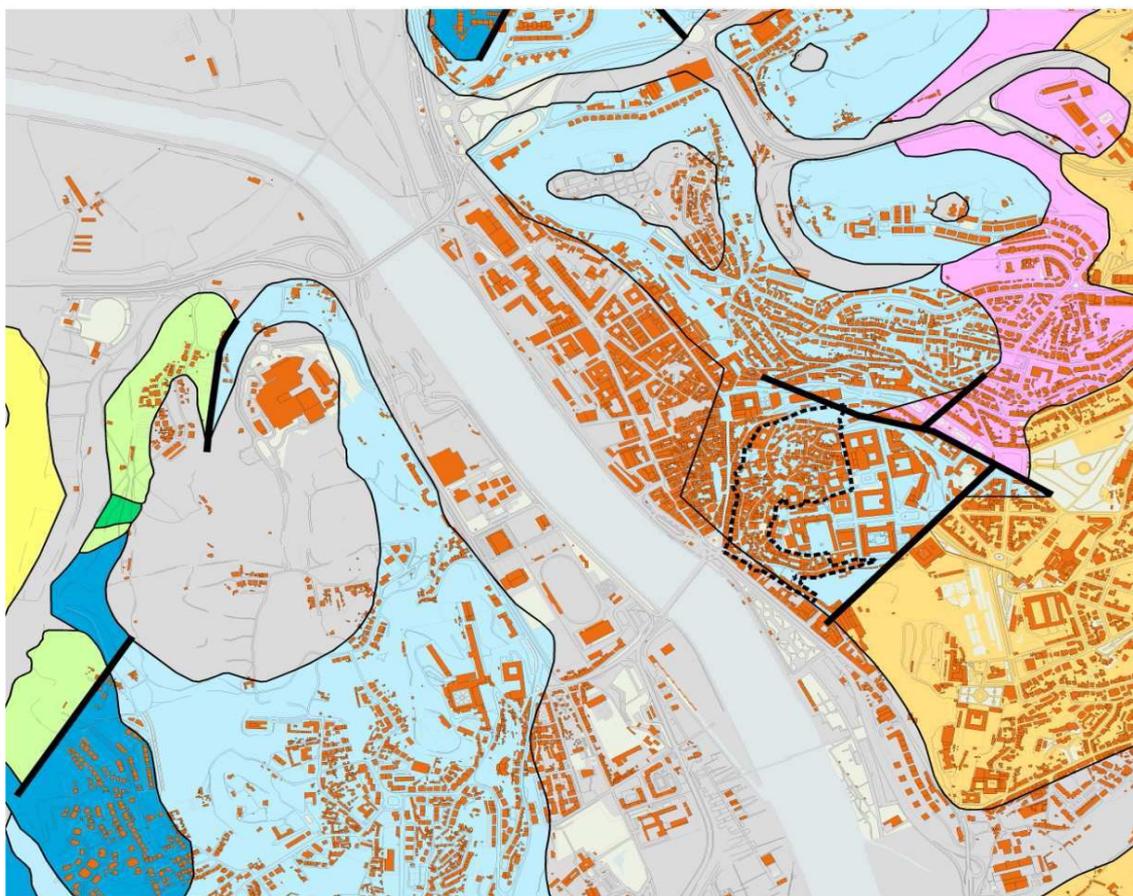
15 / 20 m	40 / 45 m	65 / 70 m	90 / 95 m
20 / 25 m	45 / 50 m	70 / 75 m	95 / 100 m
25 / 30 m	50 / 55 m	75 / 80 m	100 / 105 m
30 / 35 m	55 / 60 m	80 / 85 m	105 / 110 m
35 / 40 m	60 / 65 m	85 / 90 m	110 / 115 m

### Doc. Cartografia 1

#### Topografia da Zona Intra-Muros

(extraído de Projecto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana – Coimbra Alta/Anexos, 2012, in

[www.cm-coimbra.pt](http://www.cm-coimbra.pt) )



--- Limite da área de intervenção (Coimbra Alta)

B - Conjunto de unidades mesozoicas e cenozoicas

B1 - Subconjunto de unidades do Triásico/Hetangiano

B1.2 - Pelitos cinzentos e dolomias impuras

B1.1 - Conglomerados, arenitos e pelitos vermelhos e esbranquiçados

B2 - Subconjunto de unidades do Sinemuriano/Dogger

B2.1 - Dolomias e calcários

B2.2 - Calcários margosos e margas

B3 - Subconjunto de unidades do Cretácico/Paleogénico

B3.1 - Conglomerados e arcossarenitos

B3.2 - Calcários gresosos e grés margosos cozentes fossilíferos

B3.5 - Areias conglomeráticas imaturas com horizontes silicificados

B4 - Subconjunto de unidades do Pliocénico Superior/Quaternário

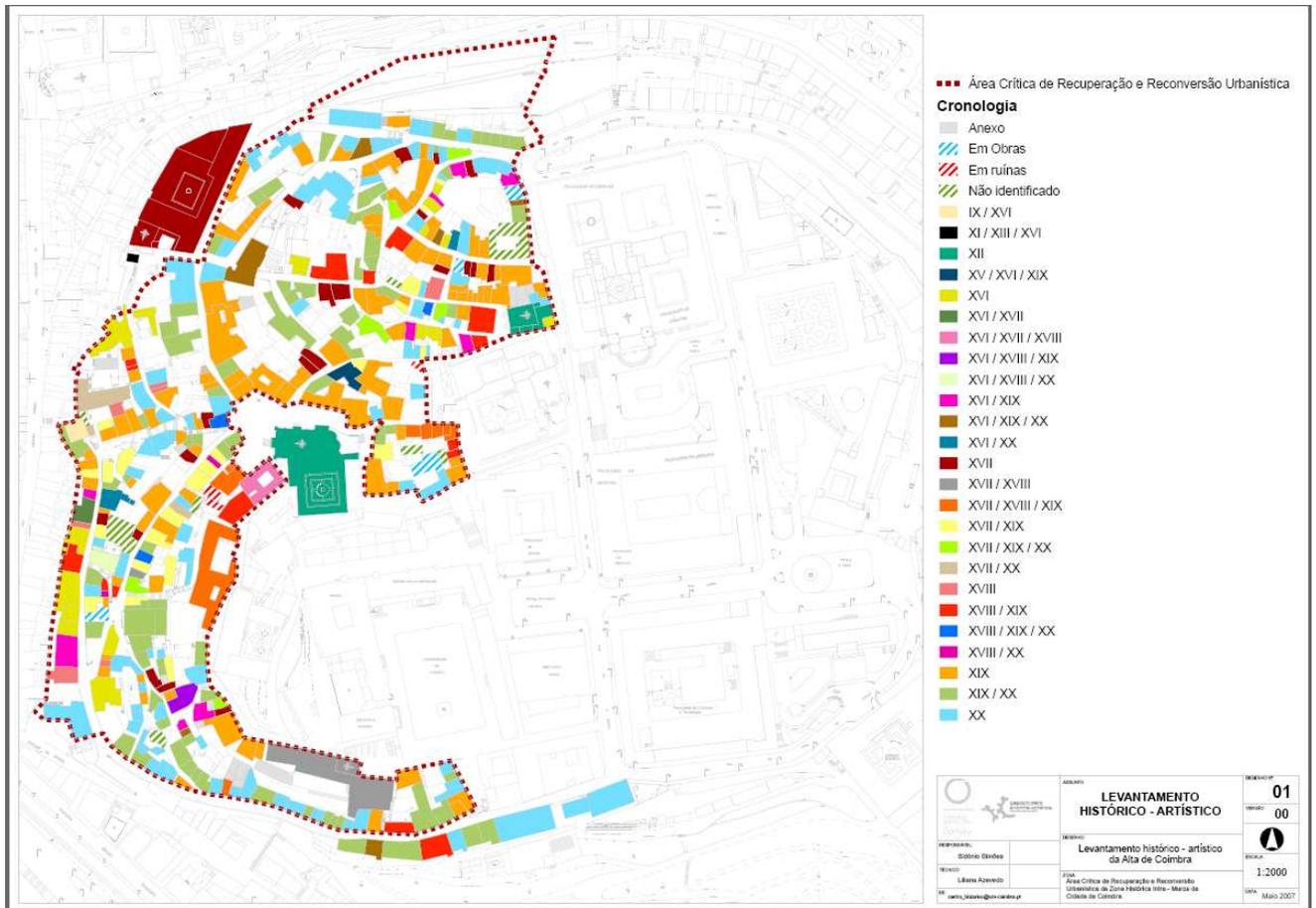
— Falhas geológicas

## Doc. Cartografia 2

### Caracterização Geológica da Zona Intra-Muros

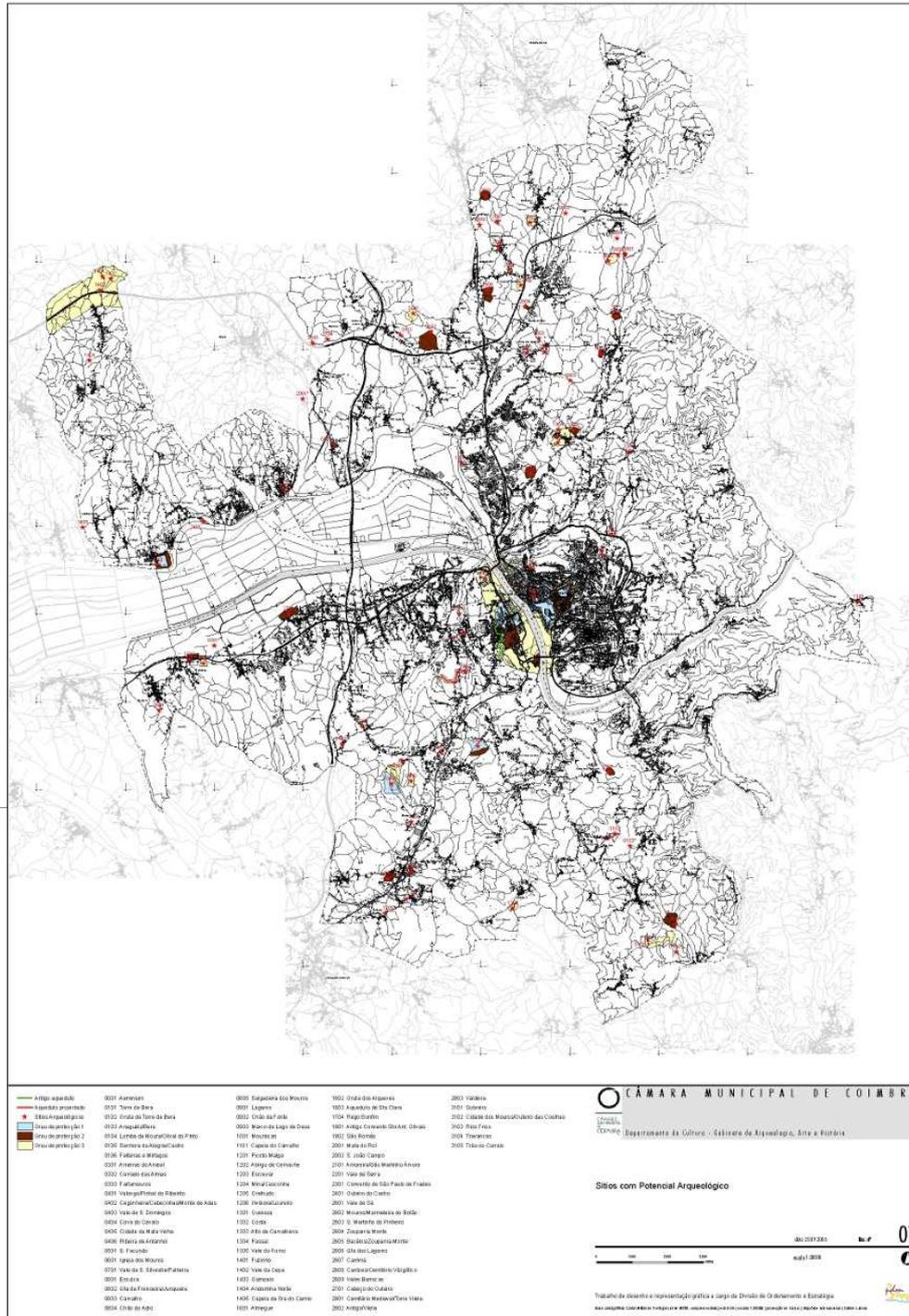
(extraído de Projecto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana – Coimbra Alta/Anexos, 2012, in

[www.cm-coimbra.pt](http://www.cm-coimbra.pt) )



Doc. Cartografia 3

Cartografia do edificado com caracterização por séculos (extraído de [www.cmc-coimbra.pt](http://www.cmc-coimbra.pt))



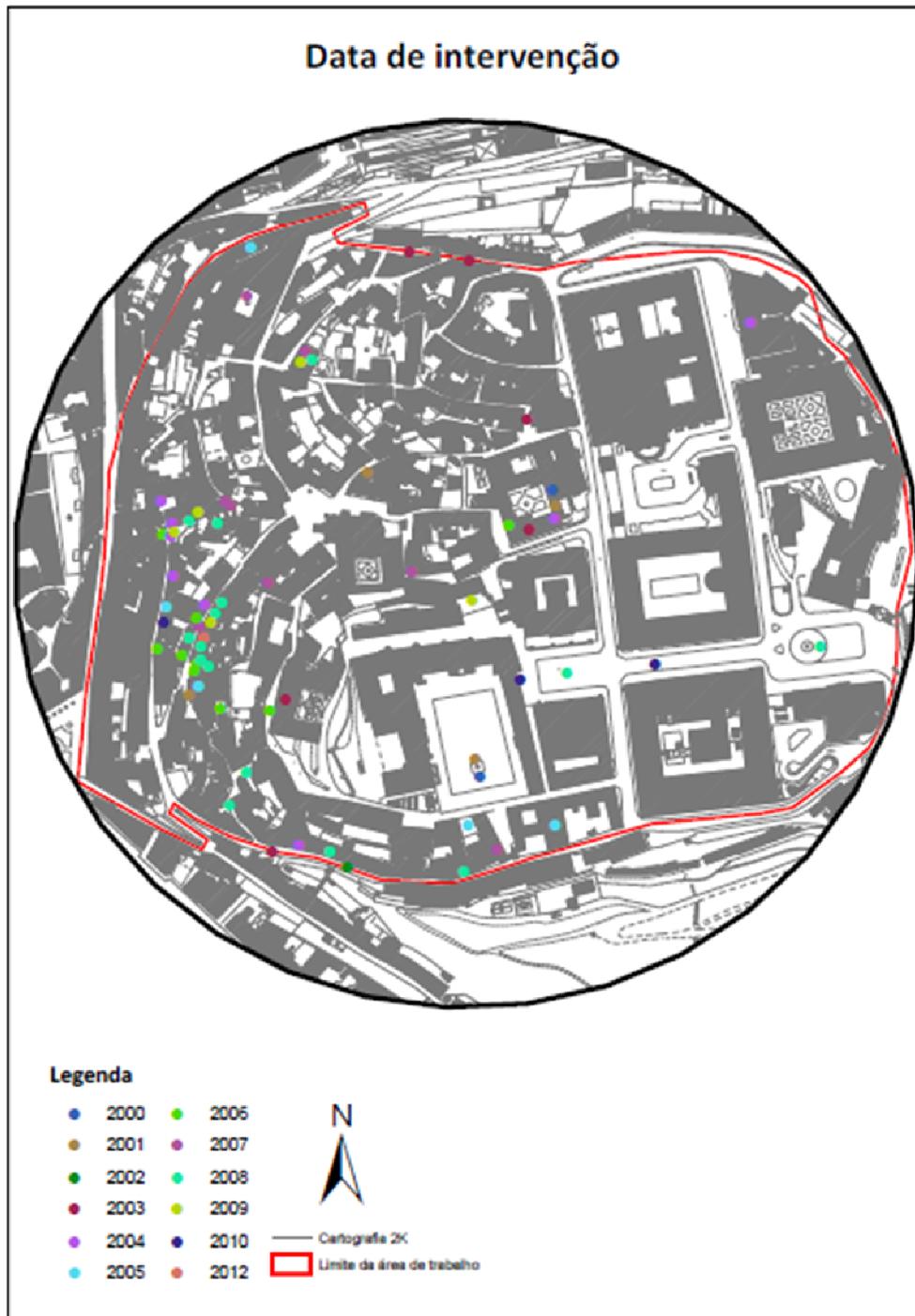
Doc. Cartografia 4

Cartografia com os Sítios de potencial arqueológico para o Município de Coimbra (extraído de [www.cmc.pt](http://www.cmc.pt))



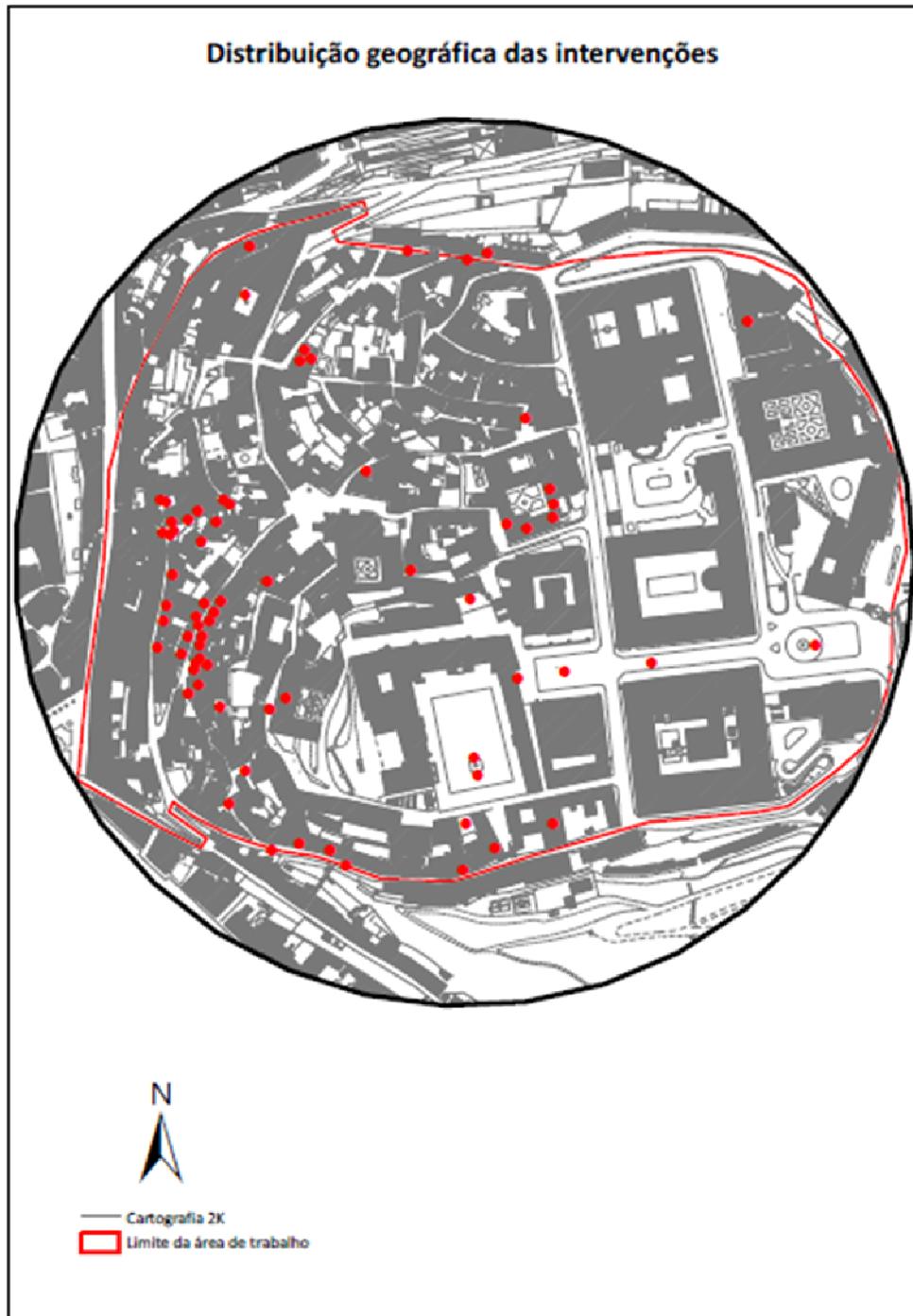
Doc. Cartografia 5

Cartografia com a definição da “área crítica” de recuperação e reconversão urbanística (extraído de [www.cmc.pt](http://www.cmc.pt) )



Doc. Cartografia 6

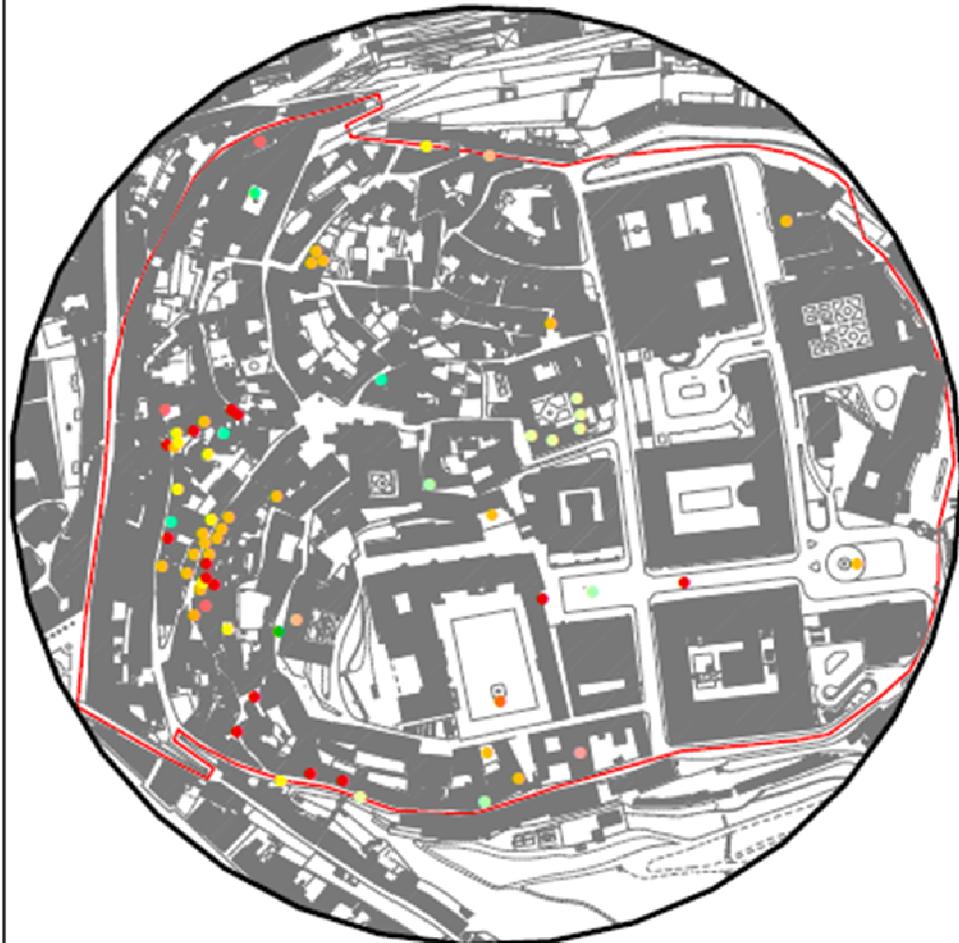
Cartografia com localização e data da intervenção



Doc. Cartografia 7

Cartografia com a distribuição geográfica das intervenções

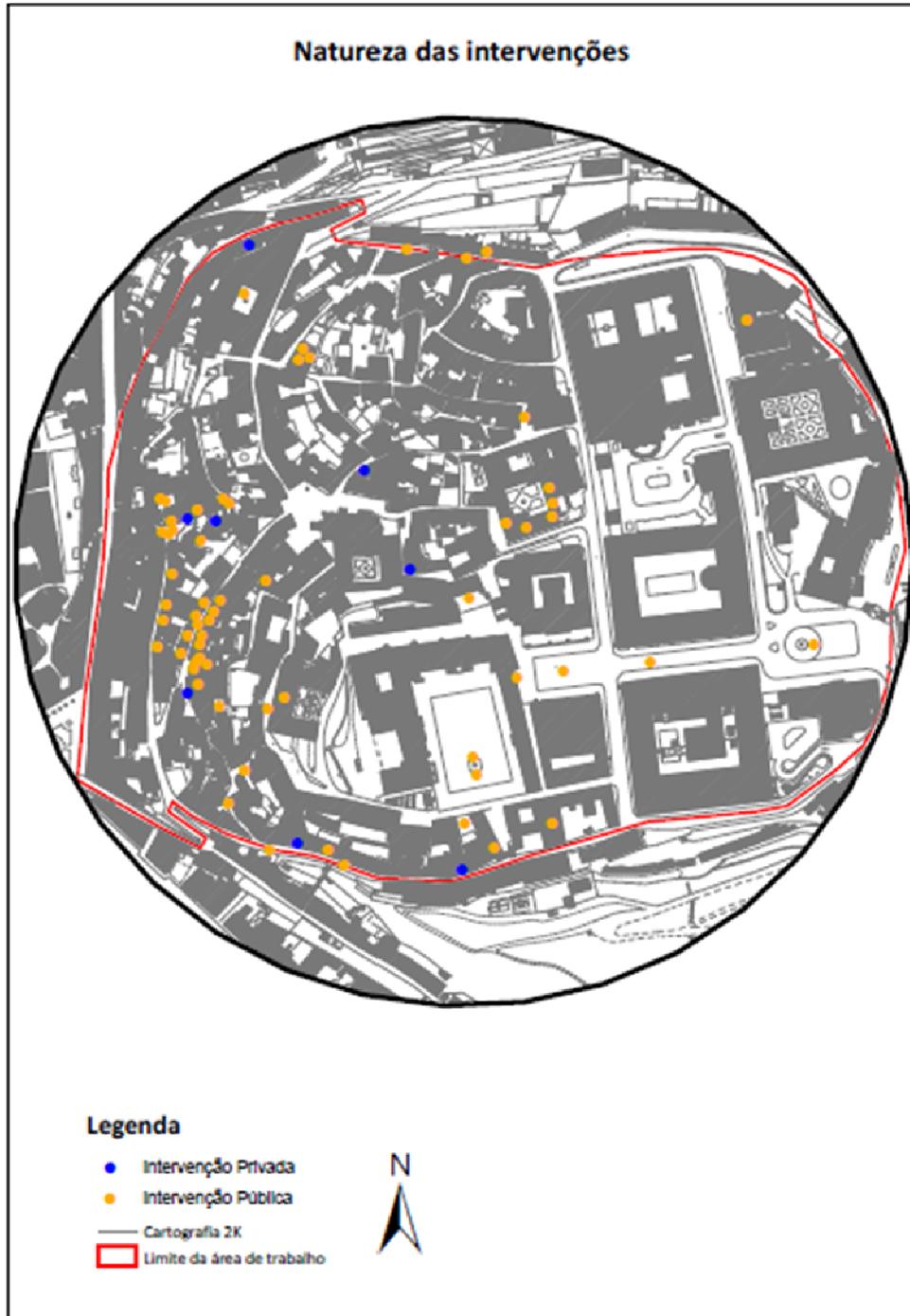
Frequência com que ocorre determinado período cronológico nas obras realizadas



Legenda

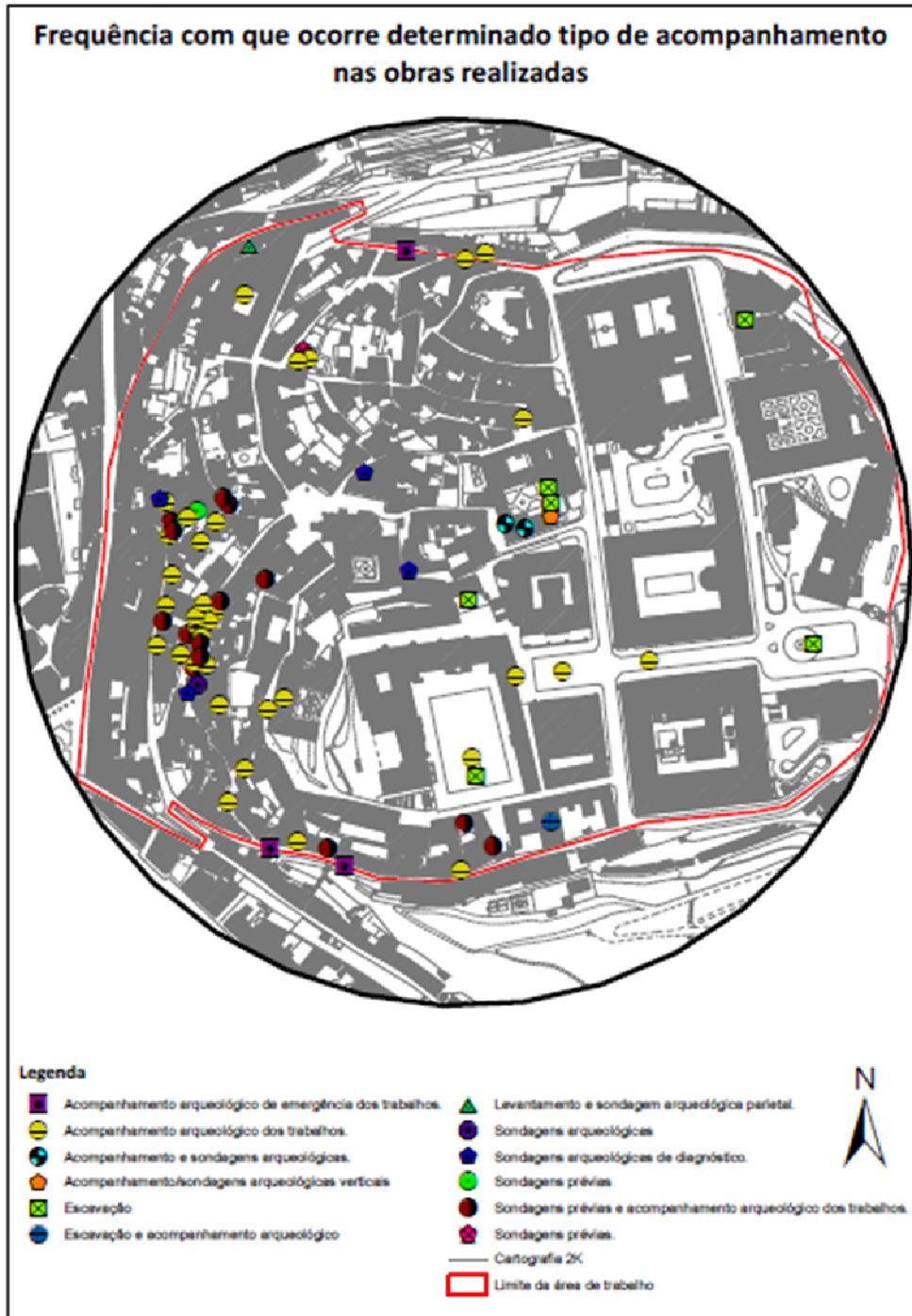
- |                            |                              |
|----------------------------|------------------------------|
| ● contemporâneo            | ● moderno e contemporâneo    |
| ● indeterminado            | ● romano                     |
| ● medieval                 | ● romano a contemporâneo     |
| ● medieval a contemporâneo | ● romano e medieval          |
| ● medieval e contemporâneo | ● romano, medieval e moderno |
| ● medieval e moderno       | ● várias                     |
| ● moderno                  |                              |
- Cartografia 2K  
□ Limite da área de trabalho

Cartografia com frequência com que ocorre determinado período cronológico nas obras realizadas



Doc. Cartografia 9

Cartografia com a natureza das intervenções



Doc. Cartográfico 10

Cartografia com frequência com que ocorre determinado tipo de acompanhamento nas obras realizadas

## Índice Tabelas:

TABELA 1 -INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO (1998-2011) .....	163
TABELA 2 - INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS DA RESPONSABILIDADE DE PRIVADOS (1998-2011) .....	180
TABELA 3 - INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS DA RESPONSABILIDADE DA REITORIA/UC(1998-2011) .....	185
TABELA 4 – INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO MUSEU NACIONAL MACHADO DE CASTRO (1998-2011).....	192
TABELA 5 - COM INDICAÇÃO DOS PLANOS DE PORMENOR DE INTERVENÇÃO URBANA.....	194

TABELA 1 – INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO (1998-2011)

Localização da intervenção	Responsável pela intervenção	Objectivos	Resultados	Fonte de informação
Rua Fernandes Tomás 83-85	Ana Gervásio GCH	Este trabalho teve como objectivos detectar vestígios arqueológicos a fim de se minimizar eventuais impactos sobre o património	Devido a uma derrocada que aconteceu no início da obra, o entulho retirado era constituído sobretudo por material de construção e lixo relativamente recente. Foram recolhidas as cantarias e outro espólio arquitetónico relevante a fim de serem reaproveitadas aquando da recuperação do imóvel.	Ficha de Sítio
Rua Joaquim António de Aguiar 9-13	Ana Gervásio GCH	Este trabalho teve como objectivos detectar vestígios arqueológicos a fim de se minimizar eventuais impactos sobre o património	Devido a uma derrocada que aconteceu no início da obra, o entulho retirado era constituído sobretudo por material de construção e lixo relativamente recente. Foram recolhidas as cantarias e outro espólio arquitetónico relevante a fim de serem reaproveitadas aquando da recuperação do imóvel.	Ficha de Sítio
Rua das Esteirinhas 1-5	Ana Gervásio GCH	O acompanhamento teve como objectivo a detecção de vestígios arqueológicos a fim de se minimizar eventuais impactos sobre o património.	Devido ao facto do terreno ter sido remexido anteriormente não foram encontrados quaisquer materiais arqueológicos que nos pudessem fornecer dados relevantes à história local.	Ficha de Sítio
Beco de S. Cristovão 8-12	Ana Gervásio GCH	O acompanhamento teve como objectivo a detecção de vestígios arqueológicos a fim de se minimizar eventuais impactos sobre o património.	Devido ao facto do terreno ter sido remexido anteriormente não foram encontrados quaisquer materiais arqueológicos que nos pudessem fornecer dados relevantes à história local.	Ficha de Sítio
Couraça de Lisboa	Ana Gervásio GCH	O acompanhamento arqueológico foi solicitado de emergência em consequência de uma ruptura numa canalização. Teve como objectivo a detecção de vestígios arqueológicos a fim de se minimizar eventuais impactos sobre o património.	Uma vez que se tratou de uma obra de repavimentação, a profundidade que se atingiu foi pouca (cerca de 40cm). Como o local já havia sido remexido, não se encontraram quaisquer estruturas ou materiais cerâmicas relevantes.	Ficha de Sítio

Couraça dos Apóstolos	Ana Gervásio GCH	O acompanhamento arqueológico foi solicitado de emergência em consequência de uma ruptura numa canalização. Teve como objectivo a detecção de vestígios arqueológicos a fim de se minimizar eventuais impactos sobre o património.	Uma vez que se tratou de uma obra de repavimentação, a profundidade que se atingiu foi pouca (cerca de 50cm). Como o local já havia sido remexido, não se encontraram quaisquer estruturas ou materiais cerâmicas relevantes.	Ficha de Sítio
Rua Fernandes Tomás 31-33	Ana Gervásio GCH	Teve como objectivo a detecção de vestígios arqueológicos a fim de minimizar eventuais impactos sobre o património.	Devido à pouca profundidade da escavação realizada, e do facto de a rocha base se encontrar praticamente à superfície, não foram encontrados materiais arqueológicos ou outros dados relevantes para a história local.	Ficha de Sítio
Rua Arco de Almedina	Ana Gervásio GCH	Os trabalhos arqueológicos têm como objectivo minimizar os impactes negativos e prevenir a afectação de vestígios arqueológicos ou patrimoniais detectados. Constitui o objectivo principal destes trabalhos a realização de duas sondagens arqueológicas prévias à escavação com o intuito de melhor conhecer a realidade da zona e a observação de todas as operações que envolvam mobilizações de solo.	Foram detectadas algumas estruturas pertencentes a antigas condutas de águas em pedra, uma calçada e um armário de electricidade antigo. No que diz respeito a espólio arqueológico não foram encontrados materiais arqueológicos que nos pudessem fornecer dados relevantes à história do local, dado que a estratigrafia do local se encontra completamente alterada devido à intensa utilização do solo, nomeadamente por inúmeras infraestruturas existentes.	Ficha de Sítio
Rua Arco de Almedina	Raquel Santos GCH	sem informação	sem informação	Informação bibliográfica
Rua Quebra Costas 35-39	Ana Gervásio/Joana Garcia GCH	Os trabalhos tiveram como objectivo a detecção de vestígios arqueológicos a fim de se minimizar eventuais impactos negativos sobre o património.	Através dos trabalhos executados nas paredes foi possível perceber que nas fachadas existem duas fases distintas de construção, sendo a fachada sul visivelmente mais antiga e a Este e a Norte mais recente. Esta ideia é sugerida pelo paramento em pedra calcária de médias e grandes dimensões ligados com argamassa, pequenos fragmentos cerâmicos e elementos pétreos de reduzidas proporções da fachada Sul, pela associação deste tipo de aparelho com tijolo e cimento na fachada Este e pela exclusividade destes últimos materiais na fachada Norte. Estes foram pelo menos os paramentos visíveis na área que foi alvo de picagem, que parece indicar que houve algum acrescento ou reconstrução nas áreas delimitadas pelas fachadas Norte e Este. A única picagem feita de modo mais extensivo no interior ocorreu na cozinha onde se vislumbrou uma amálgama de aparelhos construtivos. Os roços foram feitos quase exclusivamente em zonas divisórias compostas de taipa de fasquio, os remanescentes foram executados nas paredes interiores das fachadas Este e Norte onde se	Ficha de Sítio

			<p>verificou a composição em tijolo e cimento. As duas sondagens prévias localizavam-se junto à fachada Este e permitiram identificar uma conduta de água que foi colocada após a escavação do sulco rochoso. Talvez esse anterior remeximento do terreno, não tenha permitido localizar quaisquer materiais arqueológicos que nos pudessem fornecer dados à história local. As outras movimentações de terras foram executadas no âmbito da colocação de infraestruturas na Rua de Sobre Ribas e a estratigrafia visualizada foi idêntica à registada nas sondagens prévias.</p>	
Rua Sobre Ribas 5	Ana Gervásio/Joana Garcia GCH	<p>Os trabalhos tiveram como objectivo a detecção de vestígios arqueológicos a fim de se minimizar eventuais impactos negativos sobre o património.</p>	<p>através dos trabalhos executados nas paredes foi possível perceber que nas fachadas existem duas fases distintas de construção, sendo a fachada sul visivelmente mais antiga e a Este e a Norte mais recente. Esta ideia é sugerida pelo paramento em pedra calcária de médias e grandes dimensões ligados com argamassa, pequenos fragmentos cerâmicos e elementos pétreos de reduzidas proporções da fachada Sul, pela associação deste tipo de aparelho com tijolo e cimento na fachada Este e pela exclusividade destes últimos materiais na fachada Norte. Estes foram pelo menos os paramentos visíveis na área que foi alvo de picagem, que parece indicar que houve algum acréscimo ou reconstrução nas áreas delimitadas pelas fachadas Norte e Este. A única picagem feita de modo mais extensivo no interior ocorreu na cozinha onde se vislumbrou uma amálgama de aparelhos construtivos. Os roços foram feitos quase exclusivamente em zonas divisórias compostas de taipa de fasquio, os remanescentes foram executados nas paredes interiores das fachadas Este e Norte onde se verificou a composição em tijolo e cimento. As duas sondagens prévias localizavam-se junto à fachada Este e permitiram identificar uma conduta de água que foi colocada após a escavação do sulco rochoso. Talvez esse anterior remeximento do terreno, não tenha permitido localizar quaisquer materiais arqueológicos que nos pudessem fornecer dados à história local. As outras movimentações de terras foram executadas no âmbito da colocação de infraestruturas na Rua de Sobre Ribas e a estratigrafia visualizada foi idêntica à registada nas sondagens prévias.</p>	Ficha de Sítio
Largo de S. Salvador	Isabel Marques GCH	<p>O acompanhamento arqueológico dos trabalhos foi solicitado pelas Águas de Coimbra, EM, no âmbito da instalação de marco de incêndio no Largo de S. Salvador, e se pretender salvaguardar os vestígios arqueológicos eventualmente detectados no decurso dos trabalhos minimizando assim os impactos sobre o património.</p>	<p>Não obstante a sensibilidade histórica e arqueológica do local onde se efectuaram os trabalhos, por motivos inerentes à obra em apreço (cerca de 0,50m relativamente ao nível da rua) o resultado foi estéril do ponto de vista arqueológico.</p>	Ficha de Sítio

Rua Arco de Almedina	Isabel Marques GCH	O acompanhamento arqueológico dos trabalhos foi solicitado pelas Águas de Coimbra, EM, tendo em vista a salvaguarda dos vestígios eventualmente detectados no decurso dos trabalhos, minimizando desta forma os impactes sobre o património.	Não obstante a sensibilidade histórica e arqueológica do local onde se realizaram os trabalhos, por motivos inerentes à obra em apreço, o resultado foi nulo do ponto de vista arqueológico.	Ficha de Sítio
Couraça de Lisboa 57	Joana Garcia GCH	O plano de trabalhos proposto pressupõe minimizar os impactos negativos e prevenir a afectação de vestígios arqueológicos e patrimoniais que venham a ser detectados. Constitui principal objectivo da intervenção arqueológica a realização de duas sondagens prévias à escavação de valas e caixa, a observação de todas as operações de mobilizações de solo, picagens e abertura de roços/concavidades nas paredes.	Nas duas sondagens prévias localizadas no exterior do edifício, detectou-se a presença de uma conduta de águas pluviais e/ou saneamento constituída por dois muretes de pedras calcárias revestidos por argamassa pobre e fechados por lajes de calcário. O corte Oeste da sondagem A1 revela possivelmente uma outra conduta do mesmo género. A picagem no exterior foi efectuada sobretudo ao nível do reboco, não atingindo o paramento de pedra. As aberturas de roços e concavidades para colocação de caixas foram executadas quer no interior, quer no exterior do edifício. No exterior, visualizou-se a constituição de parede em pedra de natureza calcária com diminutas proporções revestida por argamassa branca. No interior verificou-se que as paredes eram compostas por tijolo recente. Tanto o cimento, como o uso de tijolo no interior do imóvel mostram que a casa foi construída, sem dúvida, no séc. XX. Relativamente ao revolvimento de terras importa recordar que foram abertas duas valas, uma para a colocação de tubagem de electricidade e ITED no exterior e uma no interior para instalação de um tubo de água. Ambas foram infrutíferas a nível arqueológico.	Ficha de Sítio
Couraça dos Apóstolos	Raquel Santos GCH	O objectivo deste trabalho foi a detecção de eventuais vestígios arqueológicos a fim de se minimizar impactos sobre o património durante a execução de uma vala de cerca de 1m60cm de comprimento, 0,40m de profundidade e 0,45m de largura máxima para a instalação de um ramal de águas pluviais.	Tratando-se de um sítio muito remexido, não foram encontrados quaisquer tipos de vestígios arqueológicos.	Ficha de Sítio
Rua da Ilha - Palácio dos Grilos	Raquel Santos GCH	O trabalho de acompanhamento arqueológico da construção de uma vala de saneamento junto ao Palácio dos Grilos, na Rua da Ilha, acompanhou-se a abertura de uma vala de 41m de comprimento, 1m de profundidade e 0,50m de largura máxima.	Tratava-se de terreno já remexido anteriormente pelo que não foi encontrado qualquer vestígio arqueológico relevante.	Ficha de Sítio

Rua das Esteirinhas	Joana Garcia GCH	<p>O plano de trabalhos proposto pressupõe minimizar os impactos negativos e prevenir a afectação de vestígios arqueológicos e patrimoniais que venham a ser detectados. Constitui principal objectivo da intervenção arqueológica a observação de todas as operações mobilizações de solo.</p>	<p>Os trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito da empreitada de remodelação/instalação de infraestruturas pautaram-se pela observação/interpretação de todas as acções de mobilização de terras. Na análise executada foi perceptível a descontextualização dos vestígios arqueológicos identificados, com a existência de materiais de diferentes épocas na mesma camada de entulho, que sobrepunha tanto a primitiva conduta de água como a de saneamento. Provavelmente a colocação das condutas destruiu informação arqueológica anterior impedindo o acréscimo de dados relevantes à história local. Importa, no entanto salientar que em certas zonas não intervencionadas previamente, o substrato rochoso se localizava bastante à superfície. Também na zona onde se encontrava a necrópole da Igreja de S. Cristovão, devido a intervenções arqueológicas precedentes, como a de 2001, se registaram poucos fragmentos de ossos humanos nitidamente descontextualizados. Apesar do elevado nível de revolvimento do solo, preconiza-se como medida de minimização o acompanhamento arqueológico constante dos trabalhos de movimentações de terras que futuramente se realizem naquela área.</p>	Ficha de Sítio
Palácios Confusos	Joana Garcia GCH	<p>O plano de trabalhos proposto pressupõe minimizar os impactos negativos e prevenir a afectação de vestígios arqueológicos e patrimoniais que venham a ser detectados. Constitui principal objectivo da intervenção arqueológica a observação de todas as operações mobilizações de solo.</p>	<p>Os trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito da empreitada de remodelação/instalação de infraestruturas pautaram-se pela observação/interpretação de todas as acções de mobilização de terras. Na análise executada foi perceptível a descontextualização dos vestígios arqueológicos identificados, com a existência de materiais de diferentes épocas na mesma camada de entulho, que sobrepunha tanto a primitiva conduta de água como a de saneamento. Provavelmente a colocação das condutas destruiu informação arqueológica anterior impedindo o acréscimo de dados relevantes à história local. Importa, no entanto salientar que em certas zonas não intervencionadas previamente, o substrato rochoso se localizava bastante à superfície. Também na zona onde se encontrava a necrópole da Igreja de S. Cristovão, devido a intervenções arqueológicas precedentes, como a de 2001, se registaram poucos fragmentos de ossos humanos nitidamente descontextualizados. Apesar do elevado nível de revolvimento do solo, preconiza-se como medida de minimização o acompanhamento arqueológico constante dos trabalhos de movimentações de terras que futuramente se realizem naquela área.</p>	Ficha de Sítio
Travessa da Couraça de Lisboa	Joana Garcia GCH	<p>O plano de trabalhos proposto pressupõe minimizar os impactos negativos e prevenir a afectação de vestígios arqueológicos e patrimoniais que venham a ser detectados.</p>	<p>Os trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito da empreitada de remodelação/instalação de infraestruturas pautaram-se pela observação/interpretação de todas as acções de mobilização de terras. Na análise executada foi perceptível a descontextualização dos vestígios</p>	Ficha de Sítio

		Constitui principal objectivo da intervenção arqueológica a observação de todas as operações mobilizações de solo.	arqueológicos identificados, com a existência de materiais de diferentes épocas na mesma camada de entulho, que sobrepunha tanto a primitiva conduta de água como a de saneamento. Provavelmente a colocação das condutas destruiu informação arqueológica anterior impedindo o acrescento de dados relevantes à história local. Importa, no entanto salientar que em certas zonas nãointervencionadas previamente, o substrato rochoso se localizava bastante à superfície. Também na zona onde se encontrava a necrópole da Igreja de S. Cristovão, devido a intervenções arqueológicas precedentes, como a de 2001, se registaram parques fragmentos de ossos humanos nitidamente descontextualizados. Apesar do elevado nível de revolvimento do solo, preconiza-se como medida de minimização o acompanhamento arqueológico constante dos trabalhos de movimentações de terras que futuramente se realizem naquela área.	
Rua Joaquim António de Aguiar - Teatro Sousa Bastos	Ana Gervásio/Raquel Santos GCH	Estas sondagens foram realizadas no âmbito da recuperação do cine-teatro Sousa Bastos e teve como objectivos a detecção de vestígios arqueológicos previamente à realização da obra, a fim de minimizar eventuais impactos sobre o património.	Três das cinco sondagens realizadas revelaram a rocha-base praticamente à superfície. As restantes duas sondagens apresentaram camadas de entulho recentes, sem evidências da existência da Igreja de S. Cristovão. Assim, poderá considerar-se que aquando das obras de edificação do Teatro D. Luís, e posteriormente do Teatro Sousa Bastos, desapareceram quaisquer vestígios da igreja, tendo inclusivamente sido escavada a rocha, que aparece a cerca de 4m do solo na parede Norte do teatro actual.	Ficha de Sítio
Couraça de Lisboa 24-34	Isabel Marques GCH	Minimizar os impactes arqueológicos originados pela reparação da ruptura na conduta de abastecimento de águas, salvaguardando os vestígios arqueológicos encontrados.	Tratando-se de uma rede de abastecimento bastante degradada sofre rupturas frequentes, em consequência movimentos de terras. Nesta conformidade, a recolha dos materiais foi feita em contexto de remeximento, não sendo possível estabelecer qualquer estratigrafia arqueológica.	Ficha de Sítio
Pátio do Castilho - Escola da Almedina	Raquel Santos/Ana Gervásio GCH	Acompanhamento de forma a minimizar quaisquer impactes negativos.	. Local próximo da muralha da cidade e do Arco da Almedina onde foram identificadas, no decurso de um acompanhamento arqueológico e de trabalhos de sondagem, estruturas possivelmente integráveis no século XV ou XVI.	Ficha de Sítio
Pátio do Castilho - Pavilhão da Escola da Almedina	Raquel Santos/Ana Gervásio GCH	Verificar a cronologia da casa e compreender a sua contextualização.	Concluiu-se que possivelmente se trata de uma casa de jardim de uma propriedade do século XVI.	Endovélico

<p>Rua Joaquim António de Aguiar 30-40</p>	<p>Joana Garcia GCH</p>	<p>O plano de trabalhos proposto pressupunha minimizar os impactos negativos e prevenir a afectação de vestígios arqueológicos ou patrimoniais que viessem a ser detectados. Constituiu principal objectivo da intervenção arqueológica a realização de duas sondagens prévias à escavação de valas e caixas, a observação de todas as operações de mobilizações de solo, picagens, uma desconstrução e abertura de roços e concavidades nas paredes.</p>	<p>As duas sondagens prévias localizaram-se no rés-do-chão do imóvel e revelaram-se estéreis do ponto de vista arqueológico. A retirada do reboco superficial mostrou um anterior reboco de tom rosado, a existência de avental pétreo nalgumas janelas da fachada lateral direita e a presença de “fingidos” na frontaria principal. Mas, o elemento mais significativo foi a revelação de uma cruz pintada a fresco, com delineação a preto e fundo branco, trifólia, que apareceu sob o beirado da fachada Sul. Desconhece-se o seu significado. No exterior, durante a abertura de um espaço para a instalação de uma caixa de gás, foi detectado um nicho, que não foi destruído. Outro nicho foi localizado no interior do imóvel no 2.º piso, este também durante a abertura de um roço, e permaneceu tapado no mesmo sítio. O contexto de construção destes nichos permanece desconhecido. Relativamente à abertura de valas e revolvimento de terra importa recordar o aparecimento de um colector antigo de águas pluviais e/ou saneamento, que surgiu na escavação de uma vala para o esgoto. Com a remoção de sedimentos no pátio interior apercebemo-nos de várias fases de ocupação naquele espaço, umas como pátio e pelo menos uma revelando talvez a existência no local de um caminho público adulterado por diversas construções erguidas ao longo do percurso arcaico. Deste modo, a retirada de terras por camadas no pátio e também durante a abertura de uma vala no anexo contíguo permitiu perceber que enquanto a área foi utilizada como pátio teve pelo menos 3 tipos de pavimentos diferentes (do mais recentes para o mais antigo): 1- Cimento; 2- Calçada de seixos rolados; 3- Piso argamassado. A calçada em pedra calcária pertenceria já a uma fase de ocupação distinta, porque foi igualmente identificada tanto no anexo, como foi visível o seu prolongamento por debaixo da cozinha adjacente ao pátio. Esta calçada pode ser indicativa de uma zona pública, sendo possível ver nesta via talvez a desaparecida Rua de Gatos.</p>	<p>Ficha de Sítio</p>
<p>Escadas de S. Cristovão 1-5</p>	<p>Joana Garcia GCH</p>	<p>O plano de trabalhos proposto pressupunha minimizar os impactos negativos e prevenir a afectação de vestígios arqueológicos ou patrimoniais que viessem a ser detectados. Constituiu principal objectivo da intervenção arqueológica a realização de duas sondagens prévias à escavação de valas e caixas, a observação de todas as operações de mobilizações de solo, picagens, uma</p>	<p>s duas sondagens prévias localizaram-se no rés-do-chão do imóvel e revelaram-se estéreis do ponto de vista arqueológico. A retirada do reboco superficial mostrou um anterior reboco de tom rosado, a existência de avental pétreo nalgumas janelas da fachada lateral direita e a presença de “fingidos” na frontaria principal. Mas, o elemento mais significativo foi a revelação de uma cruz pintada a fresco, com delineação a preto e fundo branco, trifólia, que apareceu sob o beirado da fachada Sul. Desconhece-se o seu significado. No exterior, durante a abertura de um espaço para a instalação</p>	<p>Ficha de Sítio</p>

		<p>desconstrução e abertura de roços e concavidades nas paredes.</p>	<p>de uma caixa de gás, foi detectado um nicho, que não foi destruído. Outro nicho foi localizado no interior do imóvel no 2.º piso, este também durante a abertura de um roço, e permaneceu tapado no mesmo sítio. O contexto de construção destes nichos permanece desconhecido. Relativamente à abertura de valas e revolvimento de terra importa recordar o aparecimento de um colector antigo de águas pluviais e/ou saneamento, que surgiu na escavação de uma vala para o esgoto. Com a remoção de sedimentos no pátio interior apercebemo-nos de várias fases de ocupação naquele espaço, umas como pátio e pelo menos uma revelando talvez a existência no local de um caminho público adulterado por diversas construções erguidas ao longo do percurso arcaico. Deste modo, a retirada de terras por camadas no pátio e também durante a abertura de uma vala no anexo contíguo permitiu perceber que enquanto a área foi utilizada como pátio teve pelo menos 3 tipos de pavimentos diferentes (do mais recentes para o mais antigo): 1- Cimento; 2- Calçada de seixos rolados; 3- Piso argamassado. A calçada em pedra calcária pertenceria já a uma fase de ocupação distinta, porque foi igualmente identificada tanto no anexo, como foi visível o seu prolongamento por debaixo da cozinha adjacente ao pátio. Esta calçada pode ser indicativa de uma zona pública, sendo possível ver nesta via talvez a desaparecida Rua de Gatos.</p>	
<p>Travessa da Trindade 1-3</p>	<p>Sérgio Madeira/Raquel Santos GCH</p>	<p>A estratégia desta intervenção teve como objectivos a minimização dos impactes dos trabalhos de construção civil, dar a conhecer e salvaguardar o património arqueológico detectado e atribuir cronologias de acordo com os registos arqueológicos identificados.</p> <p>De harmonia com o Programa de Trabalhos Arqueológicos aprovado, os trabalhos arqueológicos consistiram, por um lado, na execução de 3 sondagens prévias, uma vez ser necessário proceder à abertura de valas para a execução de alimentação das instalações eléctricas e ITED, e por outro, no efectivo acompanhamento dos trabalhos de escavação, picagem de paredes e transporte de entulhos inerentes à empreitada, com vista à salvaguarda do património arqueológico detectado, bem como à identificação e ao registo das realidades arqueológicas existentes em toda a área de intervenção, passando este processo pelo</p>	<p>O acompanhamento arqueológico dos trabalhos da empreitada em causa não revelou resultados arqueológicos conclusivos. Relativamente ao estudo do solo limítrofe ao imóvel intervenção, proporcionado pela abertura de sondagens prévias e valas de ligação, sob a calçada de seixo superficial registaram-se, em algumas zonas, em camadas de entulho, alguns fragmentos heterogéneos de material cerâmico de cronologia variada, bem como alguns fragmentos de ossos de animal. No extremo Sul (e pontualmente mais a norte) da artéria intervenção detectou-se estrato geológico natural de calcário amarelo pelos 60 cm de profundidade. Perto do local de execução da Sondagem 3 tornou-se visível um antigo colector em alvenaria de pedra argamassada, de eixo NW-SE. Após o respectivo registo procedeu-se à execução de aberturas laterais nas paredes do colector de forma a permitir a passagem dos novos cabos. No final dos trabalhos o colector foi devidamente assinalado e protegido por geo-têxtil e areia. A picagem das fachadas revelou um aparelho comum composto por alvenaria de pedra de tamanho e forma heterogénea e pontuais aplicações de tijolo partido, amalgamadas com argamassas cuja cor difere mediante a utilização de elementos de origens díspares, tornando a pigmentação ora avermelhada ou rosada (fachada Este) ou amarelada (fachada Sul).</p>	<p>Ficha de Sítio</p>

		respectivo registo fotográfico, gráfico e topográfico. Todos os trabalhos referidos foram executados no exterior do imóvel em apreço.		
Rua Fernandes Tomás 87 - 89 - 91	Sérgio Madeira GCH	Os trabalhos arqueológicos consistiram no acompanhamento efectivo dos trabalhos de remodelação de um imóvel sujeito ao projecto PRAUD, nomeadamente da remodelação da cobertura, picagem de rebocos das fachadas exteriores e abertura de valas para a execução de alimentação de instalações eléctricas passando este processo pelo registo fotográfico, gráfico e topográfico das realidades arqueológicas observadas.	A picagem de rebocos nas fachadas Este e Oeste do imóvel pôs em evidência aparelhos regulares de alvenaria de pedra, argamassa e tijolo cuja cronologia se poderá inserir já na Época Contemporânea. A picagem de rebocos na fachada Sul veio revelar, através da composição dos aparelhos e existência de vários armários embutidos que no passado o imóvel prolongar-se-ia para Sul. Através da análise de plantas e fotografias pode aferir-se que a demolição desse prolongamento terá decorrido no primeiro quartel do século XX, tendo a parte do imóvel não sujeita a demolição sido sujeita a posteriores reforços estruturais. A abertura de valas na via pública com vista à ligação de sistemas eléctricos ao imóvel intervencionado revelou-se estéril do ponto de vista arqueológico.	Ficha de Sítio
Rua Joaquim António de Aguiar 5-7	Sérgio Madeira GCH	Os trabalhos arqueológicos consistiram no acompanhamento efectivo dos trabalhos de remodelação de um imóvel sujeito ao projecto PRAUD, nomeadamente da remodelação da cobertura, picagem de rebocos das fachadas exteriores e abertura de valas para a execução de alimentação de instalações eléctricas passando este processo pelo registo fotográfico, gráfico e topográfico das realidades arqueológicas observadas.	A picagem de rebocos nas fachadas Este e Oeste do imóvel pôs em evidência aparelhos regulares de alvenaria de pedra, argamassa e tijolo cuja cronologia se poderá inserir já na Época Contemporânea. A picagem de rebocos na fachada Sul veio revelar, através da composição dos aparelhos e existência de vários armários embutidos que no passado o imóvel prolongar-se-ia para Sul. Através da análise de plantas e fotografias pode aferir-se que a demolição desse prolongamento terá decorrido no primeiro quartel do século XX, tendo a parte do imóvel não sujeita a demolição sido sujeita a posteriores reforços estruturais. A abertura de valas na via pública com vista à ligação de sistemas eléctricos ao imóvel intervencionado revelou-se estéril do ponto de vista arqueológico.	Ficha de Sítio
Rua Joaquim António de Aguiar 21-25	Sérgio Madeira GCH	Pretendeu-se nesta empreitada proceder à reconstrução do imóvel, com demolição do interior, piso a piso, execução de estruturas resistentes, alvenarias, cobertura, isolamentos e impermeabilizações, infra-estruturas e acabamentos, sendo necessário proceder à picagem de rebocos e à abertura manual de valas no interior do edifício.  Os trabalhos arqueológicos consistiram no efectivo acompanhamento dos trabalhos de escavação, desconstrução de paredes e transporte de entulhos inerentes à empreitada, com vista à salvaguarda do património detectado,	O imóvel em apreço, casa corrente do século XVIII/ XIX, vale pelo seu conjunto, próprio da sua época de construção, não apresentando elementos decorativos de particular interesse. Ao nível das tipologias de construção interiores registou-se a predominância de estruturas de madeira, taipa de fasquio e enxaimel. A Sul, uma parede de tijolo recente servia como isolamento da parede do imóvel vizinho, à qual as paredes do imóvel em estudo adossaram, percebendo-se portanto que o imóvel intervencionado é mais recente que o imóvel vizinho (n.º 19). Através da análise dos aparelhos exteriores após picagem dos rebocos, assim como pela observação dos diferentes tipos de janelas, poderá constatar-se que o último piso corresponde a um acréscimo relativo à casa de rés-do-chão e primeiro andar original (em finais do século XIX/ inícios do século XX), tendo o imóvel sofrido outras alterações, nomeadamente o reforço geral da fachada virada ao Beco das Cruzes ou a alteração da porta n.º 21 em janela,	Ficha de Sítio

		<p>bem como à identificação e ao registo das realidades arqueológicas eventualmente existentes em toda a área de intervenção, passando este processo pelo respectivo registo fotográfico, gráfico e topográfico.</p>	<p>ao nível do rés-do-chão, para além da anulação dos aventais das janelas de guilhotina do 1º andar através da aplicação de novos rebocos. Relativamente ao solo, quer no interior, quer no exterior do imóvel, o substracto de rocha calcária que caracteriza a zona surge a cotas mais ou menos superficiais, revelando esterilidade arqueológica, não se tendo verificado a existência de fossas ou qualquer outras estrutura negativa de origem antrópica.</p>	
Rua de Quebra-Costas 13-19	Sérgio Madeira GCH	<p>A estratégia desta intervenção arqueológica foi implementada com base nos seguintes objectivos: minimizar os impactes da intervenção, dar a conhecer e salvaguardar o património arqueológico detectado e atribuir uma cronologia de acordo com os registos arqueológicos identificados. A intervenção consistirá na recuperação do imóvel, com recuperação da cobertura, remodelação de pavimentos em madeira, picagens de rebocos, execução de estruturas resistentes, assim como remodelação das infra-estruturas eléctricas e rede predial de águas e esgotos.</p>	<p>. A presente fase de trabalhos prende-se com a execução de sondagens arqueológicas de diagnóstico prévio ao início dos trabalhos de recuperação do espaço em apreço. Apesar do potencial arqueológico do local, os trabalhos efectuados até ao momento revelaram resultados cronologicamente muito recentes, tanto ao nível do solo como ao nível do edificado. Através da execução de quatro sondagens de 2m x 2m no rés-do-chão do imóvel em estudo constatou-se que as unidades estratigráficas presentes entre os níveis actuais de cimento e o substrato natural de calcário presente a cotas superficiais corresponderão a cronologias dos séculos XVIII/XIX, representando ocupações cujas funções (públicas ou privadas? interiores ou exteriores?) não são para já conclusivas. Certo é que todos os vestígios anteriores a essas ocupações são actualmente inexistentes. Relativamente ao edificado constata-se que o edifício actual, erigido na transição dos séculos XIX e XX não aproveitou fundações anteriores, estando assente directamente na rocha. Relativamente às paredes interiores, para além das divisórias em enxaimel, as paredes de alvenaria que delimitam a "sala do forno" e o saguão, bem como o arco que lhe dá entrada, são, igualmente, de origem recente, para além de revelarem alterações posteriores à sua origem. Sendo esta a primeira fase de trabalhos arqueológicos, aguarda-se que a fase de obra possa permitir novos resultados e aprofundar conclusões.</p>	Ficha de Sítio
Rua Joaquim António de Aguiar 14-16	Sérgio Madeira GCH	<p>Pretendeu-se com esta intervenção proceder à recuperação do imóvel (Programa PROUD/Obras), em mau estado de conservação, com múltiplas deficiências resultantes do natural envelhecimento dos materiais e intervenções anteriores, através da renovação da cobertura, execução de novos rebocos, revestimentos e pinturas exteriores, sendo necessário para esse efeito proceder à picagem de rebocos na fachada poente (virada à Rua Joaquim António de Aguiar). Após elaboração dos projectos de especialidades e, consequentemente, do orçamento, a</p>	<p>Das informações recolhidas relativamente às características do local em apreço através dos trabalhos arqueológicos efectuados poderá concluir-se que o imóvel em estudo terá sido originalmente composto pelo piso térreo e 1º andar (século XVIII ou possivelmente ainda século XVII), com posterior acréscimo do 2º andar e, mais tardiamente, 3º andar (eventualmente já no início do século XX). A execução de eventuais futuros trabalhos de recuperação dos espaços interiores do imóvel poderão, certamente, contribuir para a concretização e aprofundamento das conclusões avançadas no presente relatório.</p>	Ficha de Sítio

		<p>proprietária esclareceu que só pretendia realizar os trabalhos no exterior do prédio (cobertura, vãos e fachadas), pelo que não houve lugar à execução de sondagens arqueológicas em contingência de trabalhos a executar no solo do imóvel em apreço, conforme o Art.º 5 do RMUE e Parecer do IPPAR (Ofício S-2005/1936(C.S:355707) de 02.09.2005), conforme explicitado no Plano de Trabalhos Arqueológicos aprovado pelo IGESPAR,IP. Nessa conformidade, o trabalho a desenvolver pelo arqueólogo consistiu no efectivo acompanhamento dos trabalhos de recuperação do telhado e de picagem dos rebocos da fachada poente do imóvel, com vista à salvaguarda, procura da identificação e registo das realidades arqueológicas eventualmente existentes, passando este processo pelo respectivo registo fotográfico, gráfico e topográfico.</p>		
<p>Rua Joaquim António de Aguiar 26-28</p>	<p>Sérgio Madeira GCH</p>	<p>A estratégia desta intervenção arqueológica foi implementada com base nos seguintes objectivos: minimizar os impactos da intervenção, dar a conhecer e salvaguardar o património arqueológico detectado e atribuir uma cronologia de acordo com os registos arqueológicos identificados. Para além da execução de sondagens prévias, os trabalhos consistiram no acompanhamento arqueológico dos processos de demolição, picagem de paredes, escavação e transporte de entulhos.</p>	<p>Através da execução de uma sondagem na área do W.C. do 1º piso foi possível detectar a existência de afloramento calcário a uma cota muito superficial. Tal realidade foi igualmente detectada através da abertura de valas exteriores para execução de instalações de caixas e cabodutos de electricidade e saneamento. Através da picagem de rebocos, para além de aparelhos interiores pobres, de pedra e argamassa, ficou a descoberto, a partir do 1º piso, um Cunhal composto por pedras de grandes dimensões. Comparando a localização destes vestígios com a planta da antiga Igreja de S. Cristóvão poder-se-á concluir que tais vestígios poderão pertencer à parede de um anexo do lado norte da igreja, talvez no espaço que outrora abrangeu "(...) uma casa anexa de religiosos da regra de Santo Agostinho (...)" (SIMÕES, 1870; p. 14). O prolongamento vertical do Cunhal revela a existência de, pelo menos, dois níveis de alteamento, visíveis sobretudo no 3º piso do imóvel em remodelação e, muito provavelmente, relacionados com a construção do imóvel (séculos XVIII/ XIX) e o posterior alteamento desse mesmo piso (provavelmente após a destruição da igreja no século XIX). Assim, considerando o seu potencial patrimonial e estético, propôs-se como medida de minimização e salvaguarda que o Cunhal posto em evidência fosse mantido a descoberto e integrado no projecto de remodelação do imóvel em apreço. Com vista a um melhor estudo das realidades relacionadas com a relação entre o Cunhal posto em evidência no interior do imóvel em apreço aquando dos presentes trabalhos e o espaço</p>	<p>Ficha de Sítio</p>

			anteriormente ocupado consecutivamente pela Igreja de S. Cristóvão, Teatro D. Luís e Teatro Sousa Bastos, seria vantajoso proceder oportunamente à picagem dos rebocos interiores nesse devoluto teatro.	
Rua Joaquim António de Aguiar	Sérgio Madeira/Raquel Santos GCH	Para instalação de cabos de electricidade e ITED na Rua Joaquim António de Aguiar houve necessidade de se proceder à abertura de valas na via pública. O trabalho a desenvolver pelo arqueólogo consistiu no acompanhamento permanente e efectivo dos trabalhos com vista à salvaguarda do património arqueológico detectado, bem como à identificação e ao registo das sequências estratigráficas existentes na área de intervenção, passando esse processo pelo registo fotográfico, gráfico e topográfico, para reconhecer a evolução e sucessão das realidades arqueológicas individualizadas durante o processo de escavação.	Não obstante a sensibilidade histórica e arqueológica do local onde se efectuaram os trabalhos, os resultados revelaram-se inexistentes do ponto de vista arqueológico, revelando uma estratigrafia alterada por aberturas relacionadas com intervenções executadas muito recentemente (destacando-se para o efeito os trabalhos arqueológicos de grande envergadura de 2000 a 2002, realizados nesta artéria pela Autarquia), assim como estrato geológico de calcário a níveis muito superficiais.	Ficha de Sítio
Rua Joaquim António de Aguiar 10-12	Sérgio Madeira GCH	Pretendeu-se com esta intervenção proceder à recuperação do imóvel (Programa PROUD/Obras), em mau estado de conservação, com múltiplas deficiências resultantes do natural envelhecimento dos materiais e intervenções anteriores, através da renovação da cobertura, execução de novos rebocos, revestimentos e pinturas exteriores, sendo necessário para esse efeito proceder à picagem de rebocos na fachada poente (virada à Rua Joaquim António de Aguiar). Nessa conformidade, o trabalho a desenvolver pelo arqueólogo consistiu no efectivo acompanhamento dos trabalhos de recuperação do telhado e de picagem dos rebocos da fachada poente do imóvel, com vista à salvaguarda, procura da identificação e registo das realidades arqueológicas eventualmente existentes, passando este processo pelo respectivo registo fotográfico, gráfico e topográfico.	Os trabalhos arqueológicos em apreço decorreram entre 28 de Janeiro e 06 de Fevereiro de 2009, tendo iniciado pelo acompanhamento da picagem dos rebocos da fachada poente. As picagens revelaram um aparelho de pedra calcária, fragmentos de tijolo e argamassa comum a todo o imóvel, salientando-se, no entanto, a percepção de algumas realidades camufladas pelos rebocos actuais: no 1º andar detectou-se a pré-existência de um óculo, actualmente tapado e rebocado, assim como o facto de a janela actual, de duas folhas, ter sido outrora um varandim, posteriormente transformado através do assentamento de tijolo burro até meia altura e nos 2º e 3º andares as janelas actuais revelaram ser, afinal, de avental, tapado posteriormente pelos novos rebocos. Após o respectivo registo, os novos revestimentos respeitaram as características do imóvel, mantendo-se as janelas de avental e o óculo existente no 1º andar. Relativamente à recuperação do telhado, efectuada posteriormente, por contingências climatéricas, não revelou resultados de interesse patrimonial, uma vez que os componentes substituídos eram, já por si, recentes. A completa alteração do interior do imóvel em apreço resultante de uma anterior empreitada e a limitação dos trabalhos efectuados na presente empreitada, relacionados apenas com a recuperação da fachada, impedem uma análise global do edifício em estudo. Contudo, pela relação que apresenta com os imóveis vizinhos, pressupõe-se que este edifício possa ter ocupado, nos séculos	Ficha de Sítio

			XVIII/XIX, um vão anterior, eventualmente acontecendo o mesmo com o n.º 14-16, ao lado. A execução de eventuais futuros trabalhos ao nível do solo ou de recuperação dos espaços interiores do imóvel em apreço ou dos imóveis contíguos poderão, certamente, contribuir para a concretização e aprofundamento das conclusões avançadas no presente relatório.	
Rua João Jacinto "Casa da Escrita"	Sérgio Madeira/Joana Garcia GCH	A estratégia desta intervenção arqueológica foi implementada com base nos seguintes objectivos: - minimizar os impactos da intervenção: dar a conhecer e salvaguardar o património arqueológico detectado e atribuir uma cronologia de acordo com os registos arqueológicos identificados.	Nos casos da Sondagem 2 (Rua do Loureiro n.º 6) e Sondagem 4 (jardim) identificaram-se vários níveis de entulhos com materiais de diferentes períodos, sem sequências cronológicas distintas, sendo que os materiais identificados relacionam-se com os séculos mais recentes, incluindo mesmo o século XX. A Sondagem 1 (rés-do-chão do edifício principal) revelou, por debaixo de camadas de enchimento e de uma calçada de pedra irregular, a existência de um silo escavado no substrato rochoso de natureza calcária, entulhado com terra castanha e elementos arqueológicos de diversas épocas, materiais esses provenientes de momentos tão distintos como o Período Romano e Período Moderno. Não tendo surgido qualquer vestígio do Período Contemporâneo, pode balizar-se o encerramento do silo pelos séculos XVII/ XVIII. Relativamente à Sondagem 3 (Rua do Loureiro n.º 4b), esta serviu para tentar aferir uma datação aproximada para a construção do arco, através da análise das suas fundações. Regista-se que a fundação do arco assenta numa base de argamassa sobre o substrato rochoso a cotas muito superficiais, por entre uma série de patamares argamassados bastante mal definidos, cujas sequências não permitem obter uma noção concreta das cronologias patentes neste espaço. Através das características tipológicas do arco poderá, no entanto, balizar-se a sua datação entre os séculos XIII e XVI. Em resumo, pode afirmar-se que o substrato rochoso de calcário dolomítico identificado a uma cota relativamente superficial foi coberto por diversos níveis de entulho, cujos vestígios arqueológicos não possibilitam, dada a inexistência de camadas seladas, a atribuição de cronologias exactas ou aproximadas.	Ficha de Sítio
Rua João Jacinto "Casa da Escrita"	Sérgio Madeira/Joana Garcia GCH	A estratégia desta intervenção arqueológica foi implementada com base nos seguintes objectivos: - minimizar os impactos da intervenção: dar a conhecer e salvaguardar o património arqueológico detectado e atribuir uma cronologia de acordo com os registos arqueológicos identificados.	No âmbito dos trabalhos de acompanhamento arqueológico referentes ao período em apreço não se verificaram ocorrências patrimoniais relevantes, pois a empreitada pautou-se sobretudo por acções relacionadas com desconstruções de paredes em enxaimel e remoção de soalhos ao nível dos pisos superiores. No entanto, importa ressaltar o aparecimento de uma conduta de águas residuais e/ou saneamento durante o rebaixamento de solo na Rua do Loureiro n.º 4b, ainda que nitidamente de construção contemporânea. Na picagem de paredes salienta-se o surgimento de um arranque de arco em tijolo igualmente na Rua do Loureiro n.º 4 no alinhamento do anteriormente localizado, embora de cronologia mais recente (aguarda-se a picagem da parede posterior para aferir mais	Ficha de Sítio

			informações relativas a esta estrutura). Durante a abertura de um vão no 1.º piso para acesso ao corredor na ala Sul identificou-se uma entrada pré-existente, revelada pela existência de reboco lateral, negativos de dobradiças e uma soleira. Aguarda-se neste momento a continuação dos trabalhos a executar no âmbito da empreitada, passíveis de trazer mais esclarecimentos relativamente ao espaço em estudo.	
Rua João Jacinto "Casa da Escrita"	Sérgio Madeira/Joana Garcia GCH	A estratégia desta intervenção arqueológica foi implementada com base nos seguintes objectivos: - minimizar os impactos da intervenção: dar a conhecer e salvaguardar o património arqueológico detectado e atribuir uma cronologia de acordo com os registos arqueológicos identificados.	O presente Relatório de Trabalhos Arqueológicos refere-se ao efectivo acompanhamento arqueológico de todos os trabalhos inerentes à empreitada desenvolvidos no período que decorreu de Janeiro a Maio de 2009. No período em apreço não se verificaram ocorrências patrimoniais relevantes, pois a empreitada pautou-se sobretudo por acções relacionadas com desconstruções de paredes em enxaimel e remoção de soalhos ao nível dos pisos superiores, não se registando vestígios anteriores às últimas fases de alteração do imóvel já no século XIX. Aguarda-se neste momento uma possível continuação dos trabalhos a executar no âmbito da empreitada, passíveis de trazer mais esclarecimentos relativamente ao espaço em estudo.	Ficha de Sítio
Rua Joaquim António de Aguiar 7	Sérgio Madeira GCH	Os trabalhos arqueológicos consistiram no acompanhamento efectivo dos trabalhos de remodelação de um imóvel sujeito ao projecto PRAUD, nomeadamente da remodelação da cobertura, picagem de rebocos das fachadas exteriores e abertura de valas para a execução de instalações eléctricas passando este processo pelo registo fotográfico, gráfico e topográfico das realidades arqueológicas observadas.	A picagem de rebocos nas fachadas Este e Oeste do imóvel pôs em evidência aparelhos regulares de alvenaria de pedra, argamassa e tijolo cuja cronologia se poderá inserir já na Época Contemporânea. A picagem de rebocos na fachada Sul veio revelar, através	Ficha de Sítio
Rua de Quebra-Costas 1-3	Sérgio Madeira/Isabel Marques GCH	Com vista à salvaguarda de vestígios arqueológicos eventualmente existentes, aliada ao registo e procura de definição de cronologias, minimizando desta forma os impactes sobre o património histórico-arqueológico.	Não obstante a sensibilidade histórica e arqueológica do local onde se efectuaram os trabalhos o resultado foi estéril do ponto de vista arqueológico, tendo sido detectado o estrato geológico, a uma cota superficial, pouco abaixo do pavimento actual.	Ficha de Sítio

Largo do Hilário	Sérgio Madeira/Isabel Marques GCH	Com vista à salvaguarda de vestígios arqueológicos eventualmente existentes, aliada ao registo e procura de definição de cronologias, minimizando desta forma os impactes sobre o património histórico-arqueológico.	Não obstante a sensibilidade histórica e arqueológica do local intervencionado, os resultados foram estéreis do ponto de vista arqueológico à cota da obra realizada.	Ficha de Sítio
Beco da Imprensa 5-7	GCH	Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos limitaram-se ao acompanhamento da abertura das valas para a implantação de infraestruturas de água, esgotos domésticos, gás, telecomunicações e electricidade. Estas valas tinham como dimensão 60cm de largura, por 60 a 80cm de profundidade.	Durante os trabalhos não foi possível apurar dados histórico-arqueológicos que permitissem acrescentar algo de novo para o melhor conhecimento do local.	Ficha de Sítio
Escadas da Carqueja 3	Sérgio Madeira GCH	A estratégia desta intervenção teve como objectivos a minimização dos impactes dos trabalhos de construção civil, dar a conhecer e salvaguardar o património arqueológico detectado e atribuir cronologias de acordo com os registos arqueológicos identificados. Mediante o Parecer do IPPAR e Art.º 5 do RMUE, os trabalhos arqueológicos consistiram na execução de sondagens arqueológicas e acompanhamento efectivo da picagem de todas as paredes, assim como acompanhamento dos trabalhos de alterações de infra-estruturas e acompanhamento das remoções de todos os escombros e entulhos ao longo do processo de recuperação em apreço, passando o processo arqueológico pelo registo fotográfico, gráfico e topográfico.	Apesar da sensibilidade histórica e arqueológica do local intervencionado, os trabalhos não evidenciaram vestígios de interesse arqueológico, sendo as paredes do imóvel em apreço constituídas por aparelhos simples de pedra e terra ou materiais muito recentes e assentando em solo calcário e aterros, na generalidade sem materiais associados ou pontualmente existentes, descontextualizados, em amálgamas de entulho.	Ficha de Sítio
Rua Fernandes Tomás 13-15	Sara Almeida GCH	Avaliar o impacte patrimonial do projecto de recuperação do imóvel e identificar os elementos relevantes para a história do edifício e do local.	O edifício deverá datar do 1º ou 2º quartel do séc. XX, podendo contudo recuar à centúria de oitocentos. Originalmente o prédio possuiria apenas três pisos, tendo os dois restantes sido acrescentados posteriormente. Foi identificado um vão de acesso ao edifício Sul.	Ficha de Sítio

<p>Couraça dos Apóstolos 5-7</p>	<p>Rosa Simões GCH</p>	<p>Minimizar potenciais impactes, pela aproximação deste imóvel à muralha setentrional e do facto de se encontrar dentro do perímetro do centro histórico de Coimbra, na parte alta da cidade.</p>	<p>Face a existência de uma abóboda, numa sala no piso térreo do edifício foi efectuado um pedido de parecer mais avalizado no âmbito arquitectónico do edifício (Abóboda). Ao nível do acompanhamento arqueológico abriu-se uma sondagem de 2,40 por 2,40m, começando por ter uma profundidade de 90 cm e atingindo posteriormente 1,10m, na área onde iria ser construída a sapata, dentro do projecto de engenharia. Durante a sondagem foram exumados vários fragmentos cerâmicos e de azulejo, que foram depois objecto de estudo.</p>	<p>Endovélico</p>
<p>Rua Joaquim António de Aguiar 66-70</p>	<p>Sérgio Madeira GCH</p>	<p>Pretendeu-se com esta intervenção proceder à recuperação do imóvel (Programa PRAUD/OBRAS 2002) através da remodelação da cobertura, das fachadas exteriores (rebocos, revestimentos e pinturas), vãos e infraestruturas. Nessa conformidade o processo de obra passou pela picagem de rebocos e abertura manual de valas no interior e exterior do edifício (ao longo da fachada e no logradouro e pátio situado a nascente). A estratégia da intervenção arqueológica foi implementada com base nos seguintes objetivos: minimizar os impactos da intervenção, dar a conhecer e salvaguardar o património arqueológico detetado e atribuir uma cronologia de acordo com os registos arqueológicos identificados. Para além da execução de uma sondagem arqueológica no pátio sito a nascente e da escavação do saguão, os trabalhos consistiram no acompanhamento arqueológico dos processos de picagem de paredes, abertura de valas interiores e exteriores e respetivo transporte de entulhos.</p>	<p>O caso dos trabalhos desenvolvidos no imóvel sito na Rua Joaquim António de Aguiar n.º 66-70 é mais um exemplo dessa mais-valia, ao porem a descoberto uma cantaria epigrafada relativa a uma antiga confraria do século XII, sendo opinião consensual que a mesma fosse mantida a descoberto na fachada do imóvel. Relativamente aos paramentos e tipologias de construção detetam-se, ao nível das fachadas, aparelhos comuns de alvenaria de pedra e argamassa por vezes também com tijolo e predominância do uso da madeira, como sejam as paredes de enxaimel / taipa de fasquio nas paredes exteriores do saguão e paredes interiores. Constatou-se que o último piso representa um alteamento efetuado já no início do século XX.</p> <p>Não obstante a sensibilidade histórica e arqueológica do local onde se efetuaram os trabalhos, ao nível do solo os resultados revelaram-se inexistentes do ponto de vista arqueológico, revelando uma estratigrafia alterada por aberturas relacionadas com intervenções executadas muito recentemente, assim como estrato geológico de calcário a níveis muito superficiais, acompanhando o declive natural da encosta.</p>	<p>Ficha de Sítio</p>
<p>Rua Joaquim António de Aguiar 39-41</p>	<p>Sérgio Madeira GCH</p>	<p>A intervenção consistiu na reconstrução do imóvel, com demolição do interior piso a piso, execução de estruturas resistentes, alvenarias, cobertura, isolamentos e impermeabilizações, infra-estruturas e acabamentos, sendo necessário proceder à picagem de rebocos e à abertura de roços no interior do edifício. Apesar do imóvel em estudo se encontrar na Servidão Administrativa da Cerca de Coimbra, designadamente o Arco de Almedina, não haverá lugar à execução de</p>	<p>Relativamente aos paramentos e tipologias de construção detectam-se, ao nível das fachadas, aparelhos comuns de alvenaria de pedra e argamassa por vezes também com tijolo e predominância do uso da madeira, como sejam as paredes de enxaimel / taipa de fasquio nas paredes interiores.</p>	<p>Ficha de Sítio</p>

---

	<p>sondagens arqueológicas prévias, uma vez que os trabalhos necessários à remodelação de infra-estruturas foram executados aquando da remodelação do piso de madeira do 1º andar, não havendo movimentação de terras ao nível da cave. De igual forma não foram realizadas sondagens na via pública frente ao edifício uma vez que se procedeu aí muito recentemente a trabalhos com acompanhamento arqueológico (onde foi revelada a presença de estrato geológico de calcário a níveis muito superficiais, sob instalações recentes de electricidade e saneamento). Assim, o trabalho desenvolvido pelo arqueólogo consistiu no efectivo acompanhamento dos trabalhos de picagem de paredes e abertura de uma vala exterior inerentes à empreitada, com vista à salvaguarda, procura da identificação e registo das realidades arqueológicas eventualmente existentes, passando este processo pelo respectivo registo fotográfico, gráfico e topográfico.</p>		
--	--	--	--

TABELA 2 – INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS DA RESPONSABILIDADE DE PRIVADOS (1998-2011)

Localização da intervenção	Responsável pela intervenção	Objectivos	Resultados	Fonte de informação
Couraça de Lisboa 35-37	José Nóbrega	Assegurar o cumprimento das condicionantes arqueológicas impostas pelo IPPAR-DRC, a propósito do licenciamento da obra de remodelação do seu imóvel. De acordo com o Parecer/Inf. n.º 59-DRC/2003 do IPPAR, a obra encontrava-se unicamente sujeita a acompanhamento arqueológico da “remoção de terras e abertura de valas para instalação de infra-estruturas”. Uma vez que não se encontravam previstos, no caderno de encargos da obra, trabalhos de picagem dos paramentos autoportantes (limítrofes) do imóvel, o trabalho limitou-se ao acompanhamento dos trabalhos de ampliação da área útil/interior do R/c do imóvel, através do corte e desaterro manual das margas e inertes calcários que compunham o socalco/bloco de natureza geológica, subsistente no ângulo interior NE do R/c; ao acompanhamento e registo dos trabalhos de desaterro manual da área útil do R/c do edifício (em 0,30 m abaixo da cota de soleira); e subsequente abertura de 9 pequenos caboucos quadrangulares, para implantação das várias sapatas necessárias ao sistema de fundações constantes do projecto de estabilidade previsto.	Da análise visual das fachadas do edifício verificou-se que a fachada principal do actual edifício pertencia originalmente a um edifício pré-existente, construído no decurso do séc. XVII ou nos inícios do séc. XVIII, sendo este posteriormente alvo de demolição parcial e ampliação, através da colonização e transformação da área descoberta/exterior do lote original (logradouro ou pátio a céu aberto), formado pelo talude/encosta natural desta zona da “Alta” de Coimbra e que ocuparia originalmente mais de metade do actual lote urbano. O socalco/bloco geológico, de formato rectangular localizado no ângulo interior NE do R/c do edifício e cujo corte e desaterro foi alvo do nosso acompanhamento arqueológico, fazia assim parte do arranque da encosta natural da colina neste local, tendo sido sucessivamente amputado e rebaixado, para permitir um ganho de área útil para o actual edifício, nomeadamente ao nível do R/c e do 1º andar deste. A última grande obra/remodelação levado a cabo no actual edifício data de meados do séc. XX e verificou-se unicamente ao nível do seu interior, uma vez que este já possuía as suas actuais dimensões, volumetria e altimetria. A detecção de fragmentos de loiça, datados do período balizado entre meados do séc. XVIII e meados do séc. XIX, ao longo do nível de aterro (U.E. 05) deposto unicamente no ângulo interior NO do actual R/c e que encostava ao arranque Oeste do muro de contenção de terras criado para delimitar o socalco/bloco geológico (Est. 2B) e também à base da fachada posterior (alçado tardez) do edifício, parece indicar uma cronologia de corte e desaterro do socalco/bloco geológico e de construção do seu muro original de contenção de terras (conjunto formado pelas estruturas 2 e 2B), atribuível ao 3º quartel do séc. XIX.	Ficha de Sítio

Rua Corpo de Deus 126-124 A	José Nóbrega/Gustavo Assunção	<p>Após a picagem e limpeza do paramento externo do alçado, realizamos uma pequena sondagem horizontal de formato rectangular, localizada na junção da Imposta Nascente do Arco com o Paramento Interno de fecho da Porta. Esta possuía os seguintes objectivos (além da óbvia tentativa de estabelecer datações/cronologias para os vários aparelhos/fases de construção ali patentes): Reconhecer a metodologia de construção (aparelho) e os materiais empregues no paramento de refechamento/entulhamento do arco/vão; Encontrar a soleira da porta em arco e/ou o nível de circulação afecto ao vão/passagem; Reconhecer e esclarecer a tipologia da Pilastra Nascente, do intradorso do arco e a arquitectura/área do vão/passagem; Conhecer as dimensões e volumetria dos elementos estruturais presentes (arco/vão e Muralha); Expor possíveis elementos estruturais/arquitectónicos ocultos (vestígios dos paramentos internos e/ou abóbada interna) e recuperar materiais (pétreos ou cerâmicos) que permitissem datar os diversos elementos/acções previamente reconhecidas; e permitir aos técnicos do IPA e IPPAR avaliar correctamente o valor patrimonial dos achados com vista à sua classificação. Após a picagem e limpeza do paramento externo do alçado, realizamos uma pequena sondagem horizontal de formato rectangular, localizada na junção da Imposta Nascente do Arco com o Paramento Interno de fecho da Porta. Esta possuía os seguintes objectivos (além da óbvia tentativa de estabelecer datações/cronologias para os vários aparelhos/fases de construção ali patentes): Reconhecer a metodologia de construção (aparelho) e os materiais empregues no paramento de refechamento/entulhamento do arco/vão; Encontrar a soleira da porta em arco e/ou o nível de circulação afecto ao vão/passagem; Reconhecer e esclarecer a</p>	<p>Apesar do, aparente bom estado de conservação das estruturas (Muralha/Cerca vilã e Porta em Arco servido por passagem), a sua localização em obra, tipologia arquitectónica, porte e acessibilidade, condicionaram drasticamente a capacidade de intervenção e a análise arqueológica por parte dos signatários. Mormente, a ausência de bibliografia relativa às muralhas da cidade de Coimbra (tipologia, traçado e cronologia); a inexistência de fósseis directores que permitissem datar os níveis baixo-medievais com precisão (mesmo após a sondagem preconizada); o reduzido espaço de manobra (físico, legal e financeiro) ao dispor do dono de obra e consequentemente dos arqueólogos, foram factores decisivos para o volume final de informação recolhida. Ao contrário do que a maioria dos autores defende, uma primeira Muralha Norte (tipicamente proto-românica), terá sido edificada no intervalo compreendido entre os finais do século XI e inícios/meados do século XIII, em pleno processo de reconquista. Este processo está indubitavelmente ligado à implementação da corrente arquitectónica românica no território português, fruto da mais valia arquitectónica e militar trazida para território nacional pelos nobres europeus e ordens religiosas que assistiram os nobres portugalenses nas campanhas da reconquista. Considerando tudo isto, o vão/porta em arco que subsiste no pano de muralha agora exposto, terá obrigatoriamente uma cronologia de construção posterior, sendo bastante complexa a atribuição de uma cronologia absoluta para a sua edificação sem a realização de um estudo aprofundado da sua arquitectura. Neste sentido, a definição da tipologia do arco (em Volta Perfeita ou Apontado), permitiria incorporá-lo num estilo arquitectónico distinto (Românico ou Gótico, respectivamente), contribuindo sobremaneira para a sua datação/clarificação.</p>	Ficha de Sítio
-----------------------------	-------------------------------	---	---	----------------

		<p>tipologia da Pilastra Nascente, do intradorso do arco e a arquitectura/área do vão/passagem; Conhecer as dimensões e volumetria dos elementos estruturais presentes (arco/vão e Muralha); Expor possíveis elementos estruturais/arquitectónicos ocultos (vestígios dos paramentos internos e/ou abóbada interna) e recuperar materiais (pétreos ou cerâmicos) que permitissem datar os diversos elementos/acções previamente reconhecidas; e permitir aos técnicos do IPA e IPPAR avaliar correctamente o valor patrimonial dos achados com vista à sua classificação.</p>		
<p>Rua do Norte 15, 17, 19, 21, 23</p>	<p>José Nóbrega</p>	<p>Assegurar o cumprimento das condicionantes arqueológicas previstas no artigo 5 do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Coimbra (R.M.U.E.), que prevê a obrigatoriedade de “executar sondagens a apresentar com os estudos arqueológicos, caracterizadores do potencial patrimonial”.</p>	<p>Da intervenção levada a cabo no imóvel sito na Rua do Norte, resulta claro que esta encosta, sobranceira à Igreja da Sé Velha, possuiu ocupação romana no período do Alto Império. Para tal conclusão em muito contribuiu a detecção de uma bolsa de terra envolvendo materiais romanos (U.E. 10, Sond. 1), detectada abaixo do nível de construção do actual imóvel, na base do paramento interno do seu alçado Norte, mas principalmente os níveis romanos encontrados quer in situ, quer em contexto de deposição secundária, detectados ao longo de toda a Sondagem 4, implantada e escavada no extremo oposto do imóvel, onde a diferença de cota atinge 4,25 metros (a mais), o que permitiu a manutenção de uma potência estratigráfica de cariz dito arqueológico. Analisando de forma conjunta os resultados das 4 sondagens executadas, verificamos que grande parte da área de afectação do actual imóvel foi desaterrada e/ou cortada abaixo do nível natural da rocha base (“bed rock”), visando a obtenção dos patamares sobre os quais foram edificados nos séculos XVIII ou XIX os edifícios que antecederam o actual imóvel e que a nível arqueológico, apenas no quarto patamar, aquele que possui uma cota mais elevada, subsistem níveis “ditos” arqueológicos. Verificamos igualmente que à medida que subimos de cota/patamar, é possível reconstituir a evolução da geologia base da área e que sobre esta se desenvolvem níveis antrópicos, cujo horizonte cronológico se inicia nos séculos I/II d.C. e termina no séc. XX. Da reconstituição dos sucessivos resultados estratigráficos aferidos ao longo da leitura geo-morfológica e arqueológica das 4 sondagens executadas e considerando que à medida que se passa dos níveis térreos inferiores, para os níveis térreos superiores, se verifica a existência de níveis antrópicos, deveremos considerar que o seu logradouro, qual “quinto patamar”, por se</p>	<p>Ficha de Sítio</p>

			encontrar a uma cota superior aos restantes patamares (interiores) que conformam o prédio urbano em análise e aparentemente se encontrar isento de afectações nos últimos dois séculos, apresenta uma maior probabilidade de se encontrar em “reserva arqueológica”.	
Rua de Quebra Costas 7	Luís Reis	Assegurar o Acompanhamento Arqueológico necessário à empreitada de abertura de um vão subsistente na parede Oeste do Logradouro do prédio urbano sito na Rua de Quebra-Costas, nº 7, providenciando acesso ao Pátio do Castilho, ambos sítos em Coimbra, na freguesia de Almedina. A obra foi condicionada pelo IPPAR-DRC a Acompanhamento Arqueológico, uma vez que a zona em que se insere o imóvel se encontra incluída na Zona de Protecção da Cerca de Coimbra, designadamente o Arco de Almedina. O Arqueólogo acompanhou e registou o desenvolvimento dos trabalhos em obra de forma a poder detectar e evitar destruições acidentais de elementos arquitectónicos e/ou epígrafes que pudessem subsistir ocultas nas alvenarias a desmontar.	<p>A contemporaneidade das Unidades Estratigráficas intervenionadas, assim como a inexistência de estruturas e/ níveis arqueológicos propriamente ditos no local de afectação dos trabalhos alvo de Acompanhamento Arqueológico, remeteram o ónus da intervenção efectuada para a orientação e supervisão dos trabalhos de desmonte das alvenarias de refechamento e preservação in situ dos elementos edificados originais e da moldura em cantaria do vão reaberto.</p> <p>Não existiam quaisquer materiais arqueológicos, elementos arquitectónicos e/ou epígrafes nas Unidades Estratigráficas intervenionadas. Apenas se detectou o emprego de materiais de construção contemporâneos (tijolos maciços e alguns fragmentos de tijolos modernos reaproveitados), nas alvenarias edificadas a quando do refechamento do vão existente. Estes materiais de construção não foram alvo de tratamento científico, uma vez que o seu reduzido número e a sua cronologia recente (do século XIX e XX) não permitem a obtenção de resultados histórico-arqueológicos a partir do seu estudo.</p> <p>O vão foi deste modo revertido ao seu aspecto e função originais, permitindo assim restabelecer a correcta leitura da traça original do alçado em que este se insere, contribuindo assim para a valorização do espaço público envolvente.</p>	Ficha de Sítio
Couraça de Lisboa 105-109	Sofia Tereso	Este trabalho teve como objectivo a limpeza, registo e caracterização do corte estratigráfico, caracterização e recolha de materiais do pátio lateral onde se acumularam terras da derrocada e elaboração do registo fotográfico do estado actual do imóvel.	<p>Durante a demolição da parede (NW) do prédio que se situava nas traseiras do prédio em recuperação, foi registada a existência de uma parede mais antiga. A sensivelmente a meio dessa parede foi encontrada uma estrutura encimada por um arco construído em tijolo de burro, que possivelmente corresponderia a uma janela. Não foram detectados materiais associados. Na segunda fase dos trabalhos foram recolhidos materiais cerâmicos de cronologia Moderna/Contemporânea e alguns certamente Contemporâneos, completamente revolidos. Após a limpeza do corte, foi possível determinar uma sequência estratigráfica reveladora de um conjunto de acções construtivas sucessivas que podem inserir-se numa escala temporal entre as épocas Modernas e Contemporânea, e que acabaram por transformar consideravelmente este espaço.</p>	Ficha de Sítio

Rua Quebra Costas 18	Vítor Dias/Fernando dos Santos	Os trabalhos propostos têm como principais objectivos o acompanhamento arqueológico da abertura de sapatas P1 e P2. A metodologia aplicada pretende evitar impactes patrimoniais negativos na sequência dos trabalhos que suscitam afectação no subsolo e registar toda a informação no sentido da contextualização estratigráfica e patrimonial do edifício.	Durante o desenvolvimento dos trabalhos não foram identificadas ocorrências arqueológicas. O registo estratigráfico encontra-se já alterado por intervenções urbanas anteriores, sendo esta realidade comprovada pelo carácter aplanado do afloramento calcário, nitidamente resultado de acção antrópica associada às vigas de fundação do actual piso de circulação, composto por ripas de madeira longitudinais.	Ficha de Sítio
Rua Joaquim António de Aguiar - Cemitério Sousa Bastos	Ana Maria Gama da Silva (Antropólogo), André Santos/Eduardo Porfírio/Miguel António Paixão Serra	O acompanhamento permanente da obra Joaquim António de Aguiar teve por objectivo minimizar potenciais Impactes, não só pela sua localização, dentro da parte interna do perímetro do centro histórico da cidade, como também pela presença da Igreja de S. Cristóvão datada do séc. XII (?) com o seu cemitério na área envolvente e assim com alguns edifícios de arquitectura renascentista. O estudo do terreno sujeito a escavações serviu para compreender a evolução e tipologia das diferentes realidades arqueológicas. Registo de estruturas arqueológicas relacionadas como a ocupação da rua ao longo dos tempos.	. Durante o acompanhamento arqueológico dos trabalhos realizados na Rua Joaquim António de Aguiar, surge um Campo Sepulcral relacionado com a antiga Igreja de S. Cristóvão do séc. XII (?). Contactou-se com a Dr.ª Ana Maria Silva para se proceder à exumação dos esqueletos e seu estudo. Durante a escavação foram exumados esqueletos assim com algum espólio funerário. Surgiram ainda duas estruturas não identificadas quanto ao seu contexto ou quanto ao uso. As estruturas foram salvaguardadas no local de acordo com as medidas de protecção e salvaguarda. O espólio ósseo ficou à guarda do Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra. Foram identificados entre a Rua Joaquim António Aguiar e a Rua Fernandes Tomás vestígios arqueológicos diversos, nomeadamente estruturas de cloaca, em bom estado de conservação e em funcionamento, que vem do fórum (Museu Machado de Castro). No seu término passa-se pelo conhecido Cine Teatro Sousa Bastos, onde foi identificado um antigo cemitério, com mais de uma centena de esqueletos exumados.	Endovélico

TABELA 3 – INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS DA RESPONSABILIDADE DA REITORIA/UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1998-2011)

Localização da intervenção	Responsável pela intervenção	Objectivos	Resultados	Fonte de informação
Rua da Trindade - Colégio da Trindade	Sónia Filipe/Vera Santos	Os trabalhos arqueológicos no Colégio da Trindade surgem na sequência das obras de requalificação e transformação deste edifício colegial, do séc. XVI, em Tribunal Universitário, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Estamos perante uma acção preventiva, tendo como objectivo a minimização dos impactos negativos que a obra terá sobre o espaço em questão. Desta forma, as sondagens arqueológicas realizadas até ao momento (2009) localizam-se em zonas previamente determinadas, com o objectivo de salvaguardar os espaços destinados a sofrer significativas alterações de cota. Neste sentido, foram escavadas duas áreas, no Pátio Interior, virado para a Couraça de Lisboa, e na Ala norte do Colégio.	No interior do edifício foi posta a descoberto parte de uma estrutura habitacional datada da época romana com cerca de 5m <sup>2</sup> . É composta por três muros, um dos quais com 3m de comprimento. As paredes têm como embasamento o afloramento cortado e afeiçãoado para o efeito, encontrando-se rebocadas a argamassas de cal e pintadas a vermelho. O piso é composto por opus signinum, muito bem conservado. Não se encontraram vestígios de estruturas de épocas anteriores, assentando a construção directamente no substrato rochoso. Esta habitação de época imperial confirma a importância social da zona, nos tempos de Aemínius. Sobre os vários depósitos de entulho e lixeiras de Época Medieval, identificou-se uma estrutura mural cujo alçado está parcialmente revestido com azulejos hispano-árabes (séculos XV-XVI), assim como parte de uma das paredes interiores do Colégio e uma das suas fachadas. Podemos estar perante uma estrutura habitacional que fez parte do surto construtivo que se gerou nas obras manuelinas na cidade. Os azulejos apresentam vários motivos - decoração fitimórfica e geométrica - não formando padrões. Durante a escavação, identificou-se, ainda, a porta com soleira, coetânea das paredes revestidas a azulejos hispano-árabes, e o respectivo piso em tijoleira. Estamos diante de uma realidade habitacional anterior ao Colégio, que foi depois reaproveitada e integrada no edifício colegial. No exterior a escavação deu a conhecer uma forte ocupação humana: foi identificado um fragmento de piso em opus signinum (pavimento em argamassa de boa qualidade, do período romano), que pode estar relacionado com o negativo de um muro, no afloramento. Outra das estruturas mais antigas identificadas no Pátio interior é uma calçada, com sentido este-oeste, em pedra calcária, colocada a cutelo. Este elemento foi anulado pela construção de uma realidade habitacional (da qual resta a base de um muro e o piso em argamassa), e que foi por sua vez anulada por uma cisterna, em Época Medieval. Esta cisterna, cortada no afloramento, foi mais tarde englobada no Colégio, e esteve em funcionamento até ao séc. XIX. A cisterna encontrava-se ligada a um tanque cisterna, por uma canalização, cuja função seria a de recolher as águas pluviais que abasteciam a cisterna.	Ficha de Sítio

			Das várias fases da Época Medieval, foram postas a descoberto algumas estruturas murais, como é o caso de um muro que aproveitava como embasamento o que restava de uma construção da Antiguidade Tardia	
Largo da Porta Férrea	Sónia Filipe/Gabriela Santos	Os trabalhos arqueológicos realizados visaram garantir a minimização de impactes negativos sobre o património arqueológico decorrente da execução do projecto de Recuperação e Qualificação do Largo da Porta Férrea / Rua Larga, na Alta Universitária de Coimbra (Sé Nova, Coimbra). A intervenção proposta procurava objectivar o tratamento qualificativo de um eixo visual basilar para a Universidade de Coimbra, que é o que liga o topo das Escadas Monumentais ao Paço das Escolas, ou mais concretamente à sua entrada emblemática, a Porta Férrea. A actual Rua Larga constitui uma reformulação axial promovida no âmbito da construção da Cidade Universitária, em meados do século XX. Para a sua execução foram reorganizadas as cotas topográficas naturais, tendo ocorrido um significativo nivelamento do substrato dolomítico. O principal objectivo desta intervenção arqueológica constitui-se como a garantia da minimização da ocorrência de impactes negativos do ponto de vista arqueológico-patrimonial decorrentes da execução do projecto de requalificação do espaço, bem como proceder a medidas de salvaguarda, pelo registo científico, ou outras.	Os trabalhos compreenderam o acompanhamento arqueológico, presencial e permanente, dos trabalhos de revolvimento de solo ou alteração das cotas actuais da circulação. Foram realizados exaustivos processos de registo fotográfico para salvaguarda futura. Não foram detectadas estruturas ou espólio de relevância patrimonial ou arqueológica no decurso da presente intervenção.	Ficha de Sítio
Rua Larga	Sónia Filipe/Gabriela Santos	Os trabalhos arqueológicos realizados visaram garantir a minimização de impactes negativos sobre o património arqueológico decorrente da execução do projecto de Recuperação e Qualificação do Largo da Porta Férrea / Rua Larga, na Alta Universitária de Coimbra (Sé Nova, Coimbra). A intervenção proposta procurava objectivar o tratamento qualificativo de um eixo visual basilar para a Universidade de Coimbra,	Os trabalhos compreenderam o acompanhamento arqueológico, presencial e permanente, dos trabalhos de revolvimento de solo ou alteração das cotas actuais da circulação. Foram realizados exaustivos processos de registo fotográfico para salvaguarda futura. Não foram detectadas estruturas ou espólio de relevância patrimonial ou arqueológica no decurso da presente intervenção.	Ficha de Sítio

		<p>que é o que liga o topo das Escadas Monumentais ao Paço das Escolas, ou mais concretamente à sua entrada emblemática, a Porta Férrea. A actual Rua Larga constitui uma reformulação axial promovida no âmbito da construção da Cidade Universitária, em meados do século XX. Para a sua execução foram reorganizadas as cotas topográficas naturais, tendo ocorrido um significativo nivelamento do substrato dolomítico. O principal objectivo desta intervenção arqueológica constitui-se como a garantia da minimização da ocorrência de impactes negativos do ponto de vista arqueológico-patrimonial decorrentes da execução do projecto de requalificação do espaço, bem como proceder a medidas de salvaguarda, pelo registo científico, ou outras.</p>		
Rua do Colégio Novo - Faculdade de Psicologia	Sónia Filipe/Sara Almeida	<p>Os trabalhos arqueológicos programados para este local visaram minimizar a ocorrência de impactes negativos do ponto de vista arqueológico-patrimonial, no decorrer de três obras: remodelação e reabilitação das instalações sanitárias; substituição/adaptação de elevador e espaços adjacentes; instalação de laboratório de psicofisiologia. Em termos genéricos, este processo de acompanhamento destina-se a avaliar o impacto do presente empreendimento ao nível do património arqueológico, artístico, etnográfico e arquitectónico, detectando elementos susceptíveis de serem destruídos ou atingidos pela presente obra e prevendo medidas de protecção e de minimização desses impactes, de acordo com o enquadramento legislativo actual.</p>	<p>A presente intervenção saldou-se pela obtenção resultados positivos, no sentido em que permitiu beneficiar, embora de forma circunscrita, o conhecimento do sítio, no que toca à sua evolução diacrónica e caracterização de componentes arquitectónicos. Acresce a esta situação o facto do impacto patrimonial decorrente da implementação dos trabalhos ter-se revelado bastante reduzido. O empreendimento do acompanhamento permitiu caracterizar razoavelmente cada um dos espaços intervencionados. Saliente-se, neste contexto o átrio do elevador, no R/C e 1º andar, que fica assim substancialmente mais bem documentado, com o achado do vão de acesso à Igreja/púlpito, a pia de ablações e a pia inferior (R/C) e de parte do escadório para os dormitórios altos (1º andar).</p>	Ficha de Sítio
Rua Larga - Pátio das Escolas	Sónia Filipe/Sara Almeida	<p>Os trabalhos arqueológicos programados para este local visaram minimizar a ocorrência de impactes negativos do ponto de vista arqueológico-patrimonial no subsolo, dada a necessidade de realizar movimentações de terras para a reparação de uma rotura na rede de</p>	<p>Em termos gerais o acompanhamento efectuado permitiu registar, até à profundidade atingida pelo desaterro, na área intervencionada, uma estratigrafia de formação recente, enquadrada por outras realidades menos conturbadas. O referido panorama estratigráfico relaciona-se directamente com depósitos ligados à instalação de infra-estruturas subterrâneas (rede de incêndio e rede de escoamento de águas).</p>	Ficha de Sítio

		incêndio e outra na rede de escoamento de águas da Universidade de Coimbra.		
Rua Dr. Guilherme Moreira - SASUC	Sónia Filipe/Sara Almeida	<p>Face à abertura das valas o acompanhamento dos trabalhos regeu-se pelos seguintes objectivos gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Determinar a existência de estruturas e níveis arqueológicos e efectuar o seu registo, bem como determinar a sua cronologia e estado de conservação;</li> <li>- Obter dados que permitam determinar eventuais condicionantes/alterações a desenvolvimento do projecto inicial.</li> </ul>	<p>Confirmou-se, em duas das intervenções uma estratigrafia de formação recente, pelo menos até à profundidade atingida pelo desaterro, uma vez que não foi alcançado, em nenhuma das situações, o substrato geológico de base.</p> <p>O único testemunho arqueológico relevante detectado reporta-se à vala 2 e corresponde ao Interface de destruição de uma estrutura mural, identificada com o alicerce do antigo muro de delimitação e contenção do primeiro terraço do Palácio dos Grilos, na altura ajardinado, demolido em 1970. Embora o edifício principal tenha sido alvo de várias reformas e modificações é possível que esta estrutura envolvente possa recuar à primeira fase de edificação do convento datada do séc. XVIII. A integridade da referida unidade mural foi salvaguardada pela diminuição da profundidade inicialmente prevista para o desaterro.</p>	Ficha de Sítio
Pátio da Universidade de Coimbra	Helena Catarino/Sónia Filipe	A pedido da Reitoria que pretende restringir e acabar com o parque de estacionamento no pátio da Universidade, realizar uma sondagem de avaliação arqueológica.	<p>Por se tratar de escavações urbanas num espaço com sucessivas reconstruções, a estratigrafia em algumas zonas, estava completamente destruída por valas de entulhos modernos e contemporâneos. Porém, conseguiram-se resultados muito positivos: para a fase mais antiga uma domus romana com termas domésticas, a que se sobrepõem alterações na antiguidade tardia, com acrescentos de paredes e destruições de solos, incluindo um mosaico. No período islâmico (fase emiral/califal) edifica-se o Alcácer palácio fortificado, de que se identificou um tramo a sul da muralha, picagens pontuais de paredes revelaram outros tramos da muralha, na face norte com uma pedra visigótica reaproveitada. O edifício da capela assenta e aproveita um tramo da muralha, no exterior, a sul havia uma rua com calçada no sentido este/oeste que acompanhava a muralha. Obras medievais e modernas alteraram o espaço.</p>	Endovélico
Casa dos Melos	Sónia Filipe	A intervenção decorre da intenção da Universidade de Coimbra de promover a avaliação e caracterização do potencial arqueológico da área em questão, em momento anterior à elaboração do projecto relativo à implantação no local de um edifício para albergar a nova Biblioteca de Direito. A intervenção reveste-se assim de um carácter profundamente	a escavação arqueológica desenvolvida, regida segundo os princípios preconizados pelo método estratigráfico, foi possível obter um grande volume informativo, cuja interpretação preliminar sugere estarmos perante vestígios preservados de contextos distintos de ocupação antiga deste espaço: estruturas pétreas de grande dimensão (corresponde a uma estrutura pétreas de desenvolvimento linear, com orientação N-NO/S-SE e cerca de 1.50m de largura; trata-se do muro/muralha com maior expressão na área escavada, orientando-se em sentido perpendicular à fachada norte	Ficha de Sítio

<p>Colégio de Jesus/Praça D. Dinis</p>	<p>Sónia Filipe</p>	<p>preventivo, uma vez que os resultados obtidos pretendem informar o projecto futuro, no que respeita às necessidades específicas da área concernentes à eventual presença de vestígios arqueológicos relevantes a cota negativa. Os trabalhos de escavação realizados na Rua entre a fachada norte do Paço das Escolas e a Faculdade de Farmácia pretenderam portanto reconhecer, registar e caracterizar, do ponto de vista formal, tipológico, funcional e cronológico, eventuais vestígios de ocupação antrópica antiga do local. A intervenção tem ainda como objectivo a avaliação da extensão e estado de preservação dos eventuais vestígios arqueológicos, de modo a ser possível elaborar atempadamente propostas de minimização ulterior de impactos sobre esses vestígios.</p> <p>Estando perante uma acção preventiva, os trabalhos arqueológicos realizados têm como objectivo a minimização dos impactos negativos que a obra projectada para este espaço - um parque de estacionamento subterrâneo e criação de acessos - terá sobre o espaço em questão. A intervenção reveste-se assim de um carácter profundamente preventivo, uma vez que os resultados obtidos pretendem informar o projecto futuro, no que respeita às necessidades</p>	<p>do Paço das Escolas. Embora não se tenham identificado vestígios relacionados com a utilização desta estrutura, foram escavados depósitos anteriores à sua construção, que incluem materiais arqueológicos nomeadamente fragmentos de cerâmica cujas características permitem integrar nos séc. XVI (e eventualmente no XVII), fornecendo-nos assim um terminus post quem para a sua construção); Área de lixeira: em escavação foi possível determinar que a abertura de vala da fundação para implantação da estrutura pétra de orientação O-SO/E-NE acima descrita implicou a ablação de parte da estratigrafia anterior, nomeadamente dos depósitos correspondentes a uma área de lixeira de grandes dimensões, que revelou um conjunto de estruturas pétreas de cariz habitacional prévias, esta área de lixeira implanta-se directamente sobre vestígios de habitações anteriores, que se erguem sobre o substrato rochoso, em pendente significativa. Trata-se de conjuntos de materiais com evidentes características de lixos domésticos e, genericamente enquadráveis no século XVII/XVIII); Estruturas com orientação NO/SE - complexo habitacional: trata-se de muros construídos com recurso a alvenaria irregular de pedra e argamassa de cal e areia que definem espaços, tendo sido possível recuperar integralmente a planta de um pequeno compartimento quadrangular, os resultados obtidos fazem supor estar perante usos domésticos habitacionais, e que terá sofrido destruições consideráveis em resultado das ocupações posteriores, aqui foi possível identificar o corte que delimita a destruição de conjunto, assim como alguns depósitos que incluem material pétreo abundante, resultante da sua destruição e/ou desmoronamento posterior. No que se refere à cronologia deste conjunto, embora não tenhamos identificado contextos preservados relacionados com a sua utilização, dos depósitos de aterro que relacionamos com o processo de fundação do conjunto foram recuperados materiais arqueológicos atribuíveis ao séc. XVI. Parece conclusivo para já encaixar o processo de construção/uso/abandono deste conjunto entre os séculos XV (final), XVI e XVIII.</p> <p>A Torre (destaca-se esta estrutura que identificamos como sendo o alicerce da torre de menagem do Castelo de Coimbra (esta estrutura foi escavada quase na totalidade, ficando apenas por escavar uma área relativamente reduzida, junto à estátua D. Dinis - apresenta uma planta conservada, grosso modo, em forma de um L, que corresponderia ao desenho dos seus alicerces/fundações, sendo que a torre subiria segundo uma planta quadrangular), sobrepõe-se à anomalia identificada pela prospecção geofísica, e por sua vez os seus desenhos podem ser sobrepostos aos riscos efectuados por altura da reforma Pombalina, de finais do séc. XVIII. São quase inexistentes depósitos sedimentares em contexto primário que nos</p>	<p>Informação Bibliográfica</p>
--	---------------------	--	---	---------------------------------

Laboratório Chimico/Largo Marques de Pombal	Sónia Filipe	<p>específicas da área no que concerne à eventual presença de vestígios arqueológicos relevantes à cota negativa. Deste modo, a marcação de todas as sondagens obedeceu a critérios pré-definidos, tendo em conta os espaços a afectar, correspondendo à compilação de uma série de informação recolhida, nomeadamente: a análise cartográfica e documental da área a interencionar, os resultados da leitura pedosedimentológica das carotes de sondagem geotécnica (realizado em 2002) e os resultados obtidos a partir da prospecção geofísica, pelo método georradar (realizada em 2006). Este método permitiu, de forma indirecta e não intrusiva, mapear um conjunto de anomalias presentes no subsolo, tanto com correspondência a estruturas arqueológicas, como relacionadas com a forte infraestruturização da área.</p> <p>A remodelação do edifício do Laboratório Chimico, com vista à instalação da primeira fase do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, criou a necessidade de realização de escavações arqueológicas e de estudos da arqueologia a cota do edifício (com a picagem de paredes e seu estudo) e sua envolvente próxima. O objectivo primeiro destes trabalhos foi a minimização de impactes negativos no decurso da obra, frutuosa das afectações previstas no subsolo e nas cotas interiores do edifício. A intervenção, feita em estreita colaboração com a equipa de projectistas, nomeadamente nas áreas da</p>	<p>possam auxiliar numa atribuição cronológica mais precisa sobre a data da construção desta estrutura defensiva, sendo seguro encontrarmos-nos perante uma torre de época medieval do reduto defensivo da urbe coimbrã. O aqueduto: foi possível escavar parte desta enorme estrutura que circulava nesta parte da cidade, tanto de forma aérea, como, a partir de determinado ponto e por condicionantes de cota, como estrutura subterrânea, é constituído, nesta parte, em pedra calcária de média e grande dimensão, apresentando a face exterior regularizada, ligada por uma argamassa grosseira, apresenta, ao nível da base, uma construção em degraus, detém uma base mais larga que o topo, sendo que isso se verifica em toda a sua extensão (a face oeste encostava ao estrato geológico argiloso e não seria, portanto, visível); no segundo ponto escavado, virada para nordeste, à qual encostava à vista uma maior extensão da estrutura; neste troço, a altura da estrutura seria já menor, uma vez que a cota do terreno é bastante mais elevada e, um pouco mais a noroeste, o percurso do aqueduto passaria a ser subterrâneo. As Calçadas: numa das sondagens realizadas, foram postas a descoberto duas calçadas com características de particular interesse, a 1ª (construída em seixo rolado, deverá corresponder ao antigo pavimento da antiga calçada Martim de Freitas, acompanhando o traçado do aqueduto, em utilização até meados do séc. XX). Os Muros: localizados junto do Colégio de S. Jerónimo, em contexto primário, um conjunto de deposições sedimentares, com espólio osteológico humano (crânio) e cerâmico (recipientes de cariz doméstico) que apontam para um testemunho de ocupação humana em momento pré-romano, mais concretamente da Idade do Ferro, este contexto entretanto perturbado pelo atravessamento de infra-estruturas contemporâneas, é muito importante, uma vez que se constitui como um dos poucos e mais antigos testemunhos da ocupação pré-romana na cidade da Alta de Coimbra.</p> <p>Na área envolvente, nas zonas onde se previam importantes remoções de terra, foram programadas duas sondagens a partir das quais foi possível documentar a existência de várias estruturas hidráulicas, datadas desde a época medieval até ao período pombalino. A nascente, foram identificadas três estruturas de gestão e condução de água, uma das quais releva o reaproveitamento de materiais construtivos provenientes da demolição de uma construção próxima, e dois muros pertencentes às cozinhas do Colégio de Jesus. Na sondagem a Norte, é de destacar a estrutura subterrânea de grandes dimensões, cuja origem não está ainda totalmente esclarecida mas que, em dado momento deverá ter funcionado como cisterna. A existência de cerâmicas e vidros atesta actividade laboratorial no edifício, desde finais do séc. XVIII e inícios do Séc. XIX. No que ao edifício diz respeito, no âmbito da arqueologia da arquitectura foram seleccionadas áreas de parede</p>	Informação Bibliográfica
---	--------------	--	---	--------------------------

		<p>arquitectura e museologia, permitiu a salvaguarda, documentação e valorização dos vestígios encontrados.</p>	<p>executada a picagem do revestimento em reboco e realizado levantamento rigoroso, com auxílio de tecnologia do scanner 3D, de maneira a obter um modelo digital georreferenciado. Este trabalho permitiu a identificação de diferentes tempos de intervenção, tendo ficado claro que o edifício pombalino reaproveitou estruturas do antigo complexo jesuíta. Foram postas a descoberto uns púlpitos do refeitório e vestígios do seu confrontante e também janelas da mesma época. Foi igualmente possível documentar vestígios da construção oitocentista de que é exemplo um forno do séc. XVIII a localizar as baterias de fornos originais do laboratório. Foi também realizada uma campanha de prospecção geofísica pelo método do georradar. Deste trabalho resultou a identificação de uma série de anomalias do Largo Marquês de Pombal, fronteiro ao edifício, em estudo. Da leitura dos resultados foi possível reconhecer vestígios da fonte e arca de água que aparecem documentadas em cartografia antiga.</p>	
--	--	---	--	--

TABELA 4 – INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO MUSEU NACIONAL MACHADO DE CASTRO (1998-2011)

Localização da intervenção	Responsável pela intervenção	Objectivos	Resultados	Fonte de informação
Museu Nacional Machado de Castro	Jorge Alarcão/Pedro Carvalho	Através da implantação de algumas sondagens de diagnóstico num espaço devoluto e contíguo à Rua Borges Carneiro, e para o qual se encontra previsto o prolongamento da área edificada do Museu, pretendia determinar-se a natureza do registo arqueológico aí existente e avaliar o seu potencial científico e patrimonial, procurando-se de alguma forma minimizar o impacto que as futuras obras de ampliação poderiam acarretar.	Após a remoção das unidades estratigráficas iniciais, restos de construções das habitações demolidas há 20 anos, foram postas a descoberto estruturas datadas do período moderno. Foram igualmente escavadas estruturas em negativo (bolsas de entulho) datáveis do período medieval. Posteriormente registaram-se estruturas associadas ao período romano, destacando-se a presença do esgoto principal de Aeminium (cloaca), em bom estado de conservação, para além de estruturas bem rebocadas, escavadas no substrato rochoso, bem como estruturas com aparelho composto por pedras unidas por terra e outras com pedras de maiores dimensões unidas e revestidas com argamassa.	Endovélico
Museu Nacional Machado de Castro	Jorge Alarcão/Pedro Carvalho	No seguimento dos trabalhos arqueológicos realizados em 1998, cujo objectivo principal era verificar o modo como o registo arqueológico se encontrava estruturado no logradouro do Museu Nacional Machado de Castro, levou-se a cabo uma intervenção arqueológica que se efectuou durante 4 meses. Tal propósito está relacionado com os futuros trabalhos de ampliação e requalificação do referido museu, antecedendo qualquer tipo de intervenção arquitectónica ou construtiva no local.	Após a remoção das Unidades Estratigráficas iniciais, depositadas com o intuito de elevar a área do logradouro, então transformado em logradouro ajardinado do Paço Episcopal, foram postas a descoberto uma estrutura datável dos finais da época moderna (meados do século XVI - XVII), uma segunda estrutura (canalização) que remonta ao período romano, bem como uma terceira estrutura também de época romana. Quanto à função que esta última teria no período considerado, continua em aberto, visto que só se poderá preencher tal lacuna através de futuros trabalhos arqueológicos. É notável, mas não inesperada, a sobreposição da estrutura moderna relativamente à estrutura do período romano.	Endovélico
Museu Nacional Machado de Castro	Ricardo Silva	Os trabalhos tiveram o intuito de determinar a natureza dos vestígios arqueológicos aí existentes, assim como avaliar o seu potencial científico e patrimonial, procurando obter dados que permitissem delinear uma estratégia que minimizasse o impacto que o futuro empreendimento poderia acarretar.	Aprofundar o conhecimento de estruturas já anteriormente conhecidas, e revelar parte significativa das fundações e fachada do criptopórtico onde assentava o complexo forense, permitindo clarificar a configuração e remate da fachada oeste. Adossado a esta frente do criptopórtico encontrava-se (para além de outros elementos) o que se interpretou como sendo um fontanário público de época romana.	Ficha de Sítio

Museu Nacional Machado de Castro	Ricardo Silva	<p>Através do acompanhamento dos trabalhos de picagem e desmontagem de muros de pedra no alçado Sul do museu pretendia-se distinguir as etapas históricas em que se construiu a estrutura, diferenciando os componentes que pertencem a cada uma delas, e as relações entre os elementos e as actividades construtivas e destrutivas que as provocaram.</p>	<p>Através do estudo dos depósitos verticais foi possível determinar cada acção construtiva (e também de demolição). Sobre a construção de época romana, instala-se no séc. XII o paço episcopal e para o efeito edifica-se a sua cerca testemunhada neste alçado pelo arco românico. Em finais do séc. XVI ou em finais do sec. XIX (pelas Obras Públicas) prolonga-se, até ao limite SE da fachada, o muro de contenção do criptopórtico que se encontrava em apêndice, encostando-se à construção medieval. Após a cedência do espaço para a instalação do museu em 1912, procede-se em 1932 à reabilitação do arco românico que se encontrava entaipado e em 1945 ao levantamento, sobre o apêndice pétreo, de uma arcada e varanda corrida em todo o comprimento desta fachada. Em 1992, desmantela-se esta última construção, liberta-se a janela romana e retira-se todo o reboco descobrindo o aparelho, sendo este o aspecto actual da fachada.</p>	Ficha de Sítio
Museu Nacional Machado de Castro	Ricardo Silva	<p>Os trabalhos arqueológicos programados para este local visavam determinar a natureza dos vestígios arqueológicos aí existentes, assim como avaliar o seu potencial científico e patrimonial. Com esta actuação procurou-se igualmente minimizar a possível ocorrência de impactes negativos, do ponto de vista arqueológico e patrimonial, decorrentes do projecto de execução de obra de ampliação e remodelação do MNMC. Impunha-se acompanhar todos os trabalhos de demolição, desmonte, picagem e escavação que resultem do projecto de execução deste empreendimento como forma de desvendar as diferentes fases de ligação do edifício e as sucessivas épocas de construção/remodelação em empenas afectadas, desde o período romano até à época contemporânea.</p>	<p>Os trabalhos arqueológicos realizados, escavação e acompanhamento contribuíram para o esclarecimento de algumas questões, que ainda subsistiam, relacionadas com o edifício do criptopórtico e forum romano de Aemíunium, como para o adensar da informação respeitante ao paço episcopal desde a Idade Média à Época Moderna. Relativamente ao edifício romano do forum, deverá realçar-se que as escavações recentemente realizadas no âmbito deste projecto (prévias ou no curso deste) permitiram rever a proposta de planta já existente, avançar com uma hipótese reconstitutiva da fachada ocidental desmoronada do criptopórtico e dos alçados do forum e recuar a data de construção do primeiro forum de Aemíunium até ao reinado de Augusto. Os actuais trabalhos permitiram ainda aprofundar o conhecimento sobre a evolução do conjunto edificado desde este período até à contemporaneidade. Pensamos que estes elementos, de inegável valor histórico-patrimonial, revelam aspectos de grande interesse para um melhor conhecimento e restituição deste importante edifício inserido na mole histórica da cidade de Coimbra.</p>	Ficha de Sítio

**TABELA 5 – COM INDICAÇÃO DOS PLANOS DE PORMENOR DE INTERVENÇÃO URBANA**

Nome dos planos	Equipas com Arqueólogos	Serviços Autárquicos	Instrumentos Cartográficos com Património Arqueológico
PIRR do Centro Histórico de Arcos de Valdevez	NÃO	NÃO	NÃO
PPSR da Zona Histórica de Arouca	NÃO	SIM	NÃO
PPSV do Centro Histórico de Avis	SIM	SIM	NÃO
PPU do Núcleo Central Histórico de Beja	NÃO	NÃO	NÃO
PP da Zona Histórica Cidade de Bragança	SIM	SIM	Planta de Condicionantes Arqueológicas
PP da Zona Antiga do Cadaval e Adão Lobo	NÃO	NÃO	NÃO
PPSV do Centro Histórico de Campo Maior	NÃO	SIM	NÃO
PPSV do Centro Histórico de Constância	NÃO	SIM	NÃO
PP dos Centros Históricos do Crato e de Flor Rosa	NÃO	SIM	NÃO
PPS de Pocariça	NÃO	SIM	NÃO
PPS do Centro Histórico de Figueiró dos Vinhos	NÃO	SIM	NÃO
PSV do Núcleo Histórico da Vila de Mértola	NÃO	SIM	NÃO
PPSR do Centro Histórico de Monção	SIM	SIM	NÃO
PPSR do Centro Histórico de Moura	NÃO	NÃO	NÃO
PPRU de Ponte da Barca	NÃO	NÃO	NÃO
PSV do Centro Histórico de Ponte da Barca revisão	NÃO	NÃO	NÃO
PPRU de Linhares da Beira	NÃO	SIM	NÃO
RMSR do centro Histórico da Cidade de Braga	NÃO	SIM	NÃO
PPSR da Mouraria de Santarém	NÃO	SIM	NÃO
PRS do Centro Histórico de Tavira	NÃO	NÃO	NÃO
PPSV da Zona Antiga de Vila Nova da Baronia	NÃO	SIM	NÃO
PPS do Centro Histórico de Chaves	NÃO	NÃO	Carta do Património Arquitectónico e Arqueológico
PP do centro Histórico de Viana do Castelo	NÃO	NÃO	NÃO
PPR do Centro Histórico de Torres Vedras	NÃO	SIM	NÃO
PPR do Centro Histórico de Torres Vedras revisão	NÃO	SIM	NÃO
PPS do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António	NÃO	NÃO	NÃO